

WILLIAM MORENO BOENAVIDES

**AS FORMAS DA INTERVENÇÃO:
política nas *Balas de estalo* de Machado de Assis**

**PORTO ALEGRE
2011-2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA**

**AS FORMAS DA INTERVENÇÃO:
política nas *Balas de estalo* de Machado de Assis**

WILLIAM MORENO BOENAVIDES

**ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO MARCOS VIEIRA
SANSEVERINO**

Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2011-2012

Se o povo soubesse como são feitas as leis e as salsichas...
Otto Von Bismarck

AGRADECIMENTOS

Procuro ser breve nessa parte, embora cada um dos agradecimentos arrolados aqui merecesse espaço maior do que o ocupado por toda essa dissertação.

Inicialmente, agradeço a meu orientador, Antônio Sanseverino, que desde a graduação vem dedicando sua paciência e atenção aos estudos que fizemos. Três anos de orientação na iniciação científica mais esses dois de mestrado me trouxeram aprendizados que de nenhuma outra forma eu seria capaz de construir. Agradeço não só pela imensa capacidade intelectual e seriedade profissional que dedica à Universidade e a nós (seus alunos), mas também pela humildade e humanidade com que lida com as pessoas que o cercam. Obrigado também pela fundamental amizade que desenvolvemos ao longo desses anos, que, acredito, facilitou muito o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa dos quais participei em seus projetos.

Agradeço a todos os amigos e colegas com os quais convivi durante a graduação e a pós-graduação, mesmo que, na maioria dos casos, os compromissos ou outras coisas da vida nos tenham afastado. Também aos colegas e amigos feitos ao longo da jornada no mundo das letras, em especial a Fernando Brum e Caio Riter, bem como a suas respectivas famílias, pelos inúmeros ensinamentos, desafios e, sobretudo, pela amizade. Da mesma forma, agradeço a todos os professores da UFRGS dos quais terei o prazer de sempre ser aluno. Espero nunca decepcionar a nenhum de vocês.

Não posso esquecer dos funcionários e bolsistas da UFRGS – das bibliotecas e dos órgãos administrativos em geral – por possibilitarem o andamento logístico das atividades que realizei. Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida, iniciativa sem a qual muitos estudos não seriam levados a cabo e que deve seguir cumprindo esse papel, além de sempre buscar suprir as novas necessidades e demandas dos bolsistas em seu árduo e nem sempre reconhecido trabalho.

De modo muito especial, agradeço à minha família. A meu pai Paulo, a minha mãe Rosaura e a meus irmãos Gislene, João Paulo, Dionathas e Igor. Obrigado pelo carinho e amor incondicional. A eles esse trabalho é dedicado, assim como à Débora por mostrar ao amor o que ele mesmo desconhecia.

RESUMO

Esse trabalho analisa a presença da política nas crônicas de Machado de Assis escritas na série *Balas de estalo* (1883-1886) sob o pseudônimo de Lélío. Os comentários sobre os diversos aspectos da política brasileira do século XIX feitos por Machado são destacados e relacionados a seu contexto histórico. O estudo não se restringe a análise temática. Ele segue mostrando como esse assunto, recorrente nas crônicas do autor, configura e se sedimenta formalmente no estilo machadiano.

Palavras-chave: Machado de Assis; política; forma literária

Resumen

En ese trabajo se analiza la política en las crónicas de Machado de Assis escritas en la serie *Balas de estalo* (1883-1886) con el seudónimo Lélío. Los comentarios acerca de los diversos aspectos de la política brasileña del siglo XIX hechos por Machado son destacados y relacionados a su contexto histórico. El estudio no se limita al análisis temático. Él sigue mostrando como ese asunto, recurrente en las crónicas del autor, compone formalmente el estilo de Machado de Assis.

Palabras-claves: Machado de Assis; política; forma literaria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PROLEGÔMENOS: ORIGEM POLÍTICA BRASILEIRA E A SÉRIE <i>BALAS DE ESTALO</i>	17
1.1 DAS ORIGENS POLÍTICAS DO BRASIL	17
1.2 NOSSOS POLÍTICOS NA MIRA DE MACHADO	25
1.3 A SÉRIE <i>BALAS DE ESTALO</i>	30
2 UM PERCURSO TEMÁTICO: SOBRE O QUE FALOU MACHADO NA SÉRIE <i>BALAS DE ESTALO</i>	34
2.1 RECORRÊNCIA E PERIODICIDADE	35
2.2 GABINETES AO REDOR E AO REDOR DOS GABINETES: A DANÇA DA INSTABILIDADE	38
2.3 O VAZIO DOS TÍTULOS E O COTIDIANO ESQUECIDO	40
2.4 OS ESCRAVOS, A DISSOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS ELEIÇÕES: AS FRAUDES E O QUE SE “ARRANJA”	43
2.5 OUTRA ESFERA POLÍTICA: QUESTÕES MUNICIPAIS	53
2.6 DESORDEM DE TODA ORDEM	56
2.7 O DESINTERESSE DOS POLÍTICOS PELA POLÍTICA: O MUNDO ÀS AVESSAS	60
3 DESARTICULAÇÃO ENTRE COTIDIANO BRASILEIRO E POLÍTICA: AS IDEIAS FORA DO LUGAR	65
3.1 O SER SOCIAL	65
3.2 O PROBLEMA DA CIDADANIA NO BRASIL NAS CRÔNICAS DE LÉLIO	67
3.3 AS IDEIAS FORA DO LUGAR	83
4. AS FORMAS DA INTERVENÇÃO	90
4.1 PARADIGMAS INDICIÁRIOS	93
4.2 O ESTILO DA POLÍTICA BRASILEIRA: IRONIA E NOÇÃO DE VOLUBILIDADE MACHADIANA	97
4.3 PESSOALIZAÇÃO E PERSONIFICAÇÃO: A CORDIALIDADE ANTECIPADA	111
4.4 A VISÃO SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA NAS <i>BALAS DE ESTALO</i> : REPETIÇÃO E ERRO, ERRO E REPETIÇÃO OU ALEGORIA E MEMÓRIA NEGATIVA	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXO – TABELA COM A DESCRIÇÃO DE TODAS AS CRÔNICAS DE MACHADO SOB O PSEUDÔNIMO DE LÉLIO PUBLICADAS NA SÉRIE <i>BALAS DE ESTALO</i> QUE TEMATIZAM A POLÍTICA BRASILEIRA	146

INTRODUÇÃO

O interesse do trabalho aqui desenvolvido é mapear e compreender a postura machadiana sobre a política brasileira e seus acontecimentos mais relevantes conforme estabelecido pelo autor em seus anos de participação na série de crônicas *Balas de estalo*. A publicação da série no jornal *Gazeta de Notícias* se deu no período de 1883 a 1887 (a participação machadiana estendeu-se da metade do ano de 1883 até o início de 1886, conforme será explicado no primeiro capítulo).

Para realizar essa tarefa, o trabalho está dividido em quatro capítulos e um anexo. Inicialmente, há uma breve contextualização histórica, a partir da qual as características políticas do Brasil vão sendo delineadas. Então poderemos entender como se deu a formação do corpo político imperial, cujas características serão mantidas ao longo do império, adaptando-se às necessidades que surgirem, sempre com o objetivo de manter seus privilégios. A produção machadiana nas *Balas de estalo* será então enfocada, com a explicitação do funcionamento da série, seu período de vigência e algumas informações sobre os demais colaboradores.

Na sequência, descrevem-se quais foram os assuntos políticos tratados por Machado nas crônicas dessa série, buscando organizá-los e relacioná-los. Esse estágio, desenvolvido no segundo capítulo, é caracterizado por ser predominantemente descritivo e visa a fornecer uma visão ampla dos assuntos tratados na série, para que o entendimento global seja alcançado, além de evidenciar como as questões relacionadas à vida política brasileira é relevante para a construção da série *Balas de estalo*. Senti a necessidade de escrever esse capítulo predominantemente descritivo e pouco analítico, pois ao longo do trabalho não encontrei, na fortuna crítica consultada, trabalhos que organizassem tematicamente o conteúdo das mais de cento e vinte crônicas que compõem a série. Essas informações complementam-se com a tabela anexada ao trabalho. Nela, encontra-se uma relação completa de todas as crônicas de Machado

publicadas na série *Balas de estalo* que abordaram o tema da política. Há a listagem dos assuntos, personalidades ou quaisquer referências feitas sobre a política brasileira, depois uma síntese do conteúdo da crônica, ao que segue a indicação de outras referências feitas (à política de outros países, de autores, jornais, artistas...).

Os dois últimos capítulos analisam algumas crônicas, interpretando-as e relacionando-as não só tematicamente, mas também formalmente à política brasileira. Busca-se mostrar que a forma, os recursos usados por Machado para compor sua visão sobre a nossa situação política, têm valor em si para que se entenda como o autor interpretou os acontecimentos políticos do Brasil. A visão machadiana sobre a política brasileira materializa-se formalmente em sua escrita. Desse modo, pretende-se comprovar a penetração tanto do autor nos assuntos políticos de seu país quanto dessa mesma política em sua escrita, e como a relação dialética entre esses fatores pode esclarecer tanto nossa história quanto a obra de Machado. O descompasso entre o liberalismo inglês do séc. XIX e a sociedade escravocrata brasileira já é um lugar-comum nos estudos referentes ao Brasil imperial. Também na área de literatura isso acontece, em grande medida graças à difusão dos trabalhos de Schwarz nessa área, vinculando esse descompasso à produção romanesca de José de Alencar e Machado de Assis (SCHWARZ, 2000a). Como um possível acréscimo a essa discussão, busco nesse trabalho apontar a importância específica do corpo político imperial dentro desse debate, a função e os condicionantes históricos dessa elite que, como procurarei mostrar, esteve na mira de Machado, ganhando tratamento explícito nas crônicas.

Muitos dados nos revelarão a atenção extremamente acurada e minuciosa de Machado para a vida política do Brasil, em variados aspectos. A partir disso, vai se perceber que o autor foi capaz, em seu tempo, de perceber elementos da constituição histórico-político brasileira que só mais tarde foram formalizados e analisados.¹ A busca pela explanação ampla dos dados serve para mostrar não apenas o que Machado compreendeu de seu tempo, elogiando-o por desvelar ou desvendar verdades sobre a política e a sociedade brasileira, mas também para fornecer elementos para que se compreenda quais os meios pelos quais ele, em seu tempo, percebeu e entendeu essas coisas. Observação importante a se fazer quanto a isso é a de que devem ser

¹ A título de exemplo, veja-se as noções de cordialidade, analisadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), e a interpretação dada por Machado às chamadas “Reformas radicais” de 1869, analisadas, pelo historiador contemporâneo José Murilo de Carvalho como regressistas, no que vai ao encontro do que Machado na década de 1880 já entendia do fato. Ambos esses casos serão comentados no capítulo 4, último do presente trabalho.

resguardadas as características do gênero crônica, que, mesmo vinculada ao jornalismo, referindo-se diretamente ao cotidiano, não deve ser vista como documento, já que dotada de teor ficcional e artístico.

Para Jean-Pierre Vernant, é “em função” do contexto da tragédia “que se estabelece a comunicação entre o autor e seu público do século V e que a obra pode reencontrar, para o leitor de hoje, sua plena autenticidade e todo seu peso de significação” (VERNANT, 1977, p. 8). Tentei empreender na forma de organização do presente trabalho o “duplo movimento” que constitui o método empregado pelo helenista para estudar a tragédia, procedimento crítico que, segundo ele, deve-se realizar na tentativa de compreender o contexto da obra na sua “própria espessura”. Em primeiro lugar deve-se

situar a obra alargando o campo da pesquisa ao conjunto das condições sociais e espirituais que provocaram a aparição da consciência trágica [objeto específico de Vernant]. Mas é preciso, em seguida, concentrá-lo exclusivamente na tragédia, nisto que constitui sua vocação própria: suas formas, seu objeto, seus problemas específicos. (Idem, p. 9)

A organização do trabalho tenta dar conta dessa dimensão dupla que ilumina particularidades da obra. A pretensão é a de atingir essa meta ao analisar dialeticamente o momento político e a obra literária, o que pode ter ficado mais evidente no último capítulo.

Em geral, as crônicas abordam mais de um assunto, esse é um traço típico da crônica jornalística conforme seu desenvolvimento no Brasil do século XIX do qual Machado participou ativamente. Eram escritos longos que tratavam de assuntos variados e no mais das vezes cada um ocupava uma seção da crônica, separadas graficamente com asteriscos ou traços. Mesmo no formato mais moderno assumido por esse tipo de texto nas crônicas de Machado desde meados da década de 1870, elas muitas vezes tratam de mais de um assunto o que levou a algumas delas serem comentadas mais de uma vez, sob aspectos temáticos e formais diferentes, no presente trabalho.

Uma observação importante a ser feita é que são grandes as possibilidades abertas pelas crônicas para que referências a outras produções de Machado sejam feitas. O que é previsível visto que o período de atuação do autor na série, de 1883 a 1886, é englobado por grandes produções de sua prosa. Entre 1880 e 1886, tivemos –

considerando sua publicação em livro – *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Papéis Avulsos* (1882) e de *Histórias Sem Data* (1884)². No meio do caminho de tudo isso, as 127 crônicas que Machado, sob o pseudônimo de Lélío, escreveu para a série *Balas de estalo*, no jornal *Gazeta de Notícias*, periódico que abrigou diversas outras produções do autor ao longo dos anos. Embora sem dúvida seja produtiva a análise comparativa das diversas produções de Machado nesse período, o estudo detalhado dessas relações não é o objeto dessa dissertação. Aqui se concentra a análise no gênero que traz a marca de texto datado e da intervenção sobre a realidade compartilhada entre o jornal, o cronista e seus leitores. Mesmo assim, as referências a outras obras do autor serão feitas em nota de pé de página. Isso porque, mesmo que o foco não seja a comparação entre gêneros literários distintos, o nexos entre essas diferentes produções não precisa deixar de ser indicado e, sobretudo, para que não se pense erroneamente que existe uma separação radical entre a produção cronística e as outras obras de Machado, antes elas se constituem mutuamente³. Ressalva-se nessa discussão o fato de que no século XIX a crônica, diferentemente do conto e do romance, não tinha um estatuto textual estritamente literário. De forma mais precisa é, ainda hoje, considerada um “gênero de fronteira”⁴, no limite entre o literário e o jornalístico. Caracterizada por tratar de assuntos do dia a dia⁵, a crônica dialoga diretamente com as questões do seu tempo.

ao cronista caberia interagir com as coisas do seu mundo, meter-se onde não era chamado para transformar o que via e vivia. Flagrado em meio ao debate, não analisava a realidade, mas dialogava com outros sujeitos, metia-se em todas as questões de seu tempo. Ao acertar contas com o presente, a crônica

² Cabe observar que Machado de Assis parou de escrever crítica em dezembro de 1879, quando publicou *A nova geração* e que no ano em que encerrou sua participação na série, 1886, iniciou a publicação em Folhetim do romance *Quincas Borba*, que só se encerraria em 1891.

³ Não tanto como interpretado por Sônia Brayner (1982), que via a crônica como um “laboratório ficcional”, ou seja, um espaço em que Machado teria feito experimentos formais para depois adequá-los, ou não, à escrita do conto e do romance, entendo que “há uma relação de influência recíproca” (SANSEVERINO, 2009) entre esses gêneros, o que quer dizer que não só nas crônicas são experimentados recursos que depois constituirão o estilo de contos e romances, mas também as inovações formais e experimentações angariadas pelo autor na escrita desses últimos gêneros migram para a escrita da crônica.

⁴ AGUIAR, F. (org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xama, 1997.

⁵ Alguns textos que teorizam sobre a crônica são os seguintes: John Gledson, “Introdução”, in: John Gledson (org.) Machado de Assis, *Bons dias!* São Paulo: Huitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Antônio Cândido, “A vida ao rés do chão”, in: *A crônica. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992. Contudo, a principal referência que tomo nessa passagem é “Apresentação”, in: Sidnei Chalhoub, Margaridade Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.) *História em Cousas Miúdas*. capítulos de História Social da crônica no Brasil. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

teria assim como uma de suas marcas esse caráter de intervenção na realidade, com a qual interagia à moda de uma senhora brincalhona. (CHALHOUB ET AL., 2005, p. 12)

Essa definição toma com ponto de partida uma crônica de Machado na série *História de quinze dias* (1876-1878) em que o autor brinca com o tom de informalidade da crônica dizendo que ela teria surgido junto com primeira conversa entre duas vizinhas⁶. Nesse trabalho, essa perspectiva de intervenção no cotidiano das “crônicas de Lélío”⁷ se dá através da observação do funcionamento da política brasileira.

Segundo Bobbio (2003), para o conhecimento das relações entre Estado, governo e sociedade é de extrema importância “conhecer a fundo os mecanismos às vezes extremamente complexos através dos quais são instituídas ou modificadas as relações de poder num dado sistema político” (BOBBIO, 2003, p. 53). O entendimento da abrangência e do limite do Estado e da sociedade passou por alterações ao longo do tempo. A relação hierárquica entre esses dois termos inverteu-se ao longo da história do pensamento sobre o Estado. Desde Aristóteles, a preocupação com o a totalidade da comunidade cabia ao estudo da política. Elementos como a família eram considerados em sua relação com a organização administrativa do espaço político ocupado. Bobbio comenta que com a emancipação da sociedade civil burguesa/industrial inverte-se pouco a pouco a relação entre as instituições políticas e a sociedade que “nas suas várias articulações torna-se o todo, do qual o Estado, considerado restritivamente como o aparato coativo com o qual um setor da sociedade exerce o poder sobre o outro, é degradado à parte.” (Idem, p. 61).

A política torna-se uma parte específica da sociedade e tem dois focos principais de análise, um corresponde aos governantes, outro aos governados. O ponto de vista através do qual o problema do Estado foi predominantemente contado foi o do governante. Bobbio cita Platão (*Político*), Maquiavel (*Príncipe*), Xenofonte (*Ciropeia*) e Erasmo (*Princeps christianus*) como exemplos dessa perspectiva. Eles tratam da arte de bem governar, virtudes ou habilidades do bom governante, distinção do bom e do mau governo, funções do Estado... Já a perspectiva oposta tem em Johannes Althusius um de seus maiores artífices (mesmo que, conforme Bobbio, ele não tenha extraído todas as consequências possíveis). Nessa perspectiva, a sociedade política passa a ser

⁶ 1º de novembro de 1877.

⁷ Título do primeiro livro que reuniu a participação machadiana na série *Balas de estalo*, organizado por Raimundo Magalhães Jr. em 1958.

entendida como “um produto voluntário dos indivíduos, que com um acordo recíproco decidem viver em sociedade e instituir um governo” (Idem, p. 64). Veja-se pela citação que Bobbio faz de Aristóteles e de Althusius a diferença fundamental. O filósofo grego diz que “É evidente (...) que o Estado existe por natureza [e portanto não é instituído pelos homens] e é anterior a cada um dos indivíduos” (Política 1253a, 25; Aristóteles, apud BOBBIO, p. 64). Já para Althusius, “A política é a arte por meio da qual os homens se associam com o objetivo de instaurar, cultivar e conservar entre si a vida social” (ALTHUSIUS, 1603, Ed. 1932 I, 1, apud BOBBIO, p. 64).

Veja-se que na acepção na qual a participação do indivíduo é necessariamente integrante ativa do processo de constituição do Estado faz-se necessário a atuação desse indivíduo como cidadão. As reformas eleitorais feitas no Brasil enfocadas por Lélío evidenciam a não consolidação dessa participação, pois, em última análise, a cidadania não é exercida por parte significativa da população. Nisso o Brasil estava na contra-mão das nações modernas que efetivaram essa mudança de forma irreversível. Pelo menos a partir da revolução francesa, “a reviravolta mais significativa foi a que se refere à ideia de “mudança”, no sentido do livro V da *Política* de Aristóteles, isto é, da passagem de uma forma de governo para outra.” (Idem, ibidem). Vista até então como um mal (o que é evidente se considerarmos que a perspectiva era a do governante...) a mudança “começa a adquirir valor positivo por parte dos movimentos revolucionários, que passam a ver na mudança o começo de uma nova era” (Idem, ibidem). No Brasil essa mudança até o período analisado é extremamente precária, mas a ideologia que a promovia não pode ser ignorada, já que a aparência de adequação às novas ideias precisava ser mantida.

A palavra “Estado” se impôs e se difundiu devido ao prestígio de *O Príncipe* de Maquiavel. Sua origem, no entanto, é anterior. Etimologicamente, surgiu da separação das palavras que compunham a expressão clássica *Status rei*, em que o sentido antigo do termo *status* de “situação” é suplantado pelo moderno, tal sentido já era corrente no Quatrocentos e no Quinhentos. O termo “Estado” vai pouco a pouco substituindo expressões como *civitas*, que traduzia o grego *polis*, e *res publica* com o qual os escritores romanos designavam o conjunto de instituições políticas de Roma. O sentido amplo refere-se a “máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando” (Idem, p. 66). Os Romanos tinham noção da diferença entre a *res publica* e a *regum* (ordenamentos dirigidos por um corpo coletivo, no primeiro caso, e por um só, no segundo), mas não tinham nenhum termo geral do

qual essas duas formas de organização fossem espécies. Bobbio credits o êxito do termo “Estado” pela insuficiência do único termo generalizador que tentava abarcar o conjunto das significações, *civitas*. Diz ele que, na Europa, no tempo de Maquiavel:

o termo *civitas* devia ser percebido, especialmente para quem falava em língua vulgar (e não em latim), como sempre mais inadequado para representar a realidade de ordenamentos políticos que se estendiam territorialmente bem além dos muros de uma cidade, aí compreendidas as repúblicas que tomavam de empréstimo o nome de outra cidade, como a república de Veneza; assim, a exigência de ter à disposição um termo de gênero mais adequado para representar as situações reais devia ser mais forte do que o vínculo a uma longa e respeitada tradição. Daí a fortuna do termo “Estado”, que através de modificações ainda não muito bem esclarecidas passou de um significado genérico de situação para um significado específico de condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre seus respectivos habitantes (...) (Idem, p. 67)

Há uma identificação entre o Estado e a política que antecede até mesmo o aparecimento do uso corrente do termo Estado. Bobbio comenta que

“Da *Política methodice digesta* de Johannes Althusius (1603) à *Política* de Heinrich von Treitschke (1874-96) e à *Política “in nuce”* de Croce (1925), o tratamento dos temas do Estado continua a aparecer sob o nome de “política”, originariamente derivado daquela particular forma de ordenamento político que é a *polis*.” (Idem, p. 76)

A zona de intersecção, o que tem em comum entre “Estado” e “política” é a referência ao fenômeno do poder. Recorrendo à etimologia, Bobbio lembra que “do grego *Kratos*, força, potência, e *arché*, “autoridade”, nascem os nomes das antigas formas de governo, “aristocracia”, “democracia”, “oclocracia”, “monarquia”, “oligarquia” (...)” (Idem, *Ibidem*). E finaliza: “Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de “poder e de uma análise do fenômeno do poder” (Idem, p. 76-7). Tradicionalmente, o estudo do Estado é identificado com o estudo dos poderes que competem ao soberano, e a teoria do estado apóia-se na teoria dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário). “Se a teoria do Estado pode ser considerada uma parte da teoria política, a teoria política pode ser por sua vez considerada uma parte da teoria do poder.” (Idem, p.77).

Se o Estado é entendido pela política e a política pelo poder, cabe diferenciar o poder político dos demais. Aristóteles diferenciava o poder exercido do pai com os filhos, do senhor com os escravos e do governante com os governados, variando de

acordo com quem se beneficia com o exercício do poder (daí as possíveis corrupções do exercício do poder). Essa divisão, atendendo pelo nome de poder paterno, despótico e civil acabou tornando-se um tópico recorrente na teoria política clássica. Locke, por exemplo, também faz essa diferenciação. Sua análise é diversa da de Aristóteles por ter outro critério de distinção. Para ele o poder do pai se legitima por ser natural, o do senhor pela punição e do governante pelo consenso expresso ou tácito entre os quais é destinado. *Ex natura, ex delicto, ex contractu*.

Essa tipologia, no entanto, não serve para especificar o poder político dos demais. Deve-se aos juristas medievais essa possibilidade e o conceito de *summa potestas*. Devido à estrutura da sociedade medieval que, diferentemente da antiga, em que o Estado abarca todas as instituições menores, a medieval conhece duas delas, o Estado e a Igreja. E a diferenciação entre as formas de ambos exercerem o poder é o que permite especificar o poder político. A Igreja se exerce o poder espiritual, pelo ensino da religião e pelo exercício moral. O Estado torna-se o monopolizador (detém o direito exclusivo) da execução do poder temporal, tendo o direito fazer uso da força física. Igreja tem como prerrogativa, portanto, *vis directiva* e o Estado a *vis coactiva*. (Idem, p. 80)

Bobbio cita diversos teóricos (Jean Bodin, Hobbes, Hegel, Max Weber e Kelsen) para demonstrar o consenso de que o poder político caracteriza-se pela legitimidade de que dispõe para o uso da força. Isso marca, inclusive a passagem do estado primitivo para o Estado: no primeiro caso, todos exercem a força física, no segundo, isso é exclusividade dos aparatos governamentais. O Estado detém o poder soberano e absoluto e “consegue obter obediência contínua de seus comandos graças também ao uso exclusivo do poder coativo” (Idem, p. 81).

Entre as formas de exercício do poder, a política tem seu “primado”, haja vista a “independência do juízo político com respeito ao juízo moral” (idem, p. 85). Maquiavel, referido por Machado em mais de uma oportunidade, é considerado o divisor de águas nessa cisão entre política e moral. Ela proporciona uma inversão em que em vez de do político ser um homem superior, que deve vencer suas paixões em detrimento dos interesses dos governados (como o era para Aristóteles), o homem político pode desconsiderar os preceitos morais em busca dos seus próprios objetivos. Essa é uma das características mais marcantes do comportamento político brasileiro conforme observado por Machado na série *Balas de estalo*.

1 Prolegômenos: origem política brasileira e a série *Balas de estalo*

1. 1 Das origens políticas do Brasil

O início da estruturação do Brasil emancipado politicamente se dá em função da insustentabilidade do sistema colonial conforme vinha sendo organizado pela metrópole portuguesa. Os principais agentes do colonialismo haviam sido o Estado absolutista e a burguesia mercantil (composta principalmente por mercadores e banqueiros). Condições específicas do momento histórico (escassez de mercado e a insegurança quanto à concorrência) levaram à construção de um modelo bastante coercitivo e monopolista de manutenção dos privilégios das classes exploradoras, com exclusividade comercial na relação metrópole-colônia e impedimento de produção de manufaturas nas terras conquistadas. Esse sistema, “montado segundo a lógica do capitalismo comercial e em razão dos interesses do Estado absolutista” (COSTA, 2010, p. 22) acaba ruindo em função da expansão da burguesia industrial, com produção em escala bastante elevada e que, por isso, não poderia ficar restrita aos mercados escravistas. Tal processo levou também ao crescimento dos mercados em escala mundial. Quando a esses fatores uniuse a crise do Estado absolutista, com a formulação de teorias econômicas que defendiam o livre-cambismo (Adam Smith, Jean Baptiste Say e Raynal) (Idem, p. 23), as antigas estruturas não tiveram mais como ser mantidas.

Em países em que as Revoluções Industrial e Burguesa haviam causado grande repercussão e promovido efetivas reestruturações político-sociais, o conjunto de alterações então em curso acabou originando, como resultante desses fatores, o desencadeamento do pensamento liberal, ainda como forma de manutenção de privilégios, mas com novas formas de concretização e podendo beneficiar outras classes então em ascensão. Nesses países, entre os quais não se encontra Portugal, uma série significativa de alterações foi estabelecida:

A crítica das instituições políticas e religiosas, as novas doutrinas sobre o contrato social, a crença na existência de direitos naturais do homem, as novas teses sobre as vantagens das formas representativas de governo, as ideias sobre a soberania da nação e a supremacia das leis, os princípios da igualdade de todos perante a lei, a valorização da liberdade em todas as suas manifestações – característicos do novo ideário burguês – faziam parte de um amplo movimento que contestava as formas tradicionais de poder e de organização social. (Idem, p. 24)

Um grande conflito de perspectivas se dá devido a não aderência do pensamento português a essas novas tendências. Sem que a Revolução Industrial tenha produzido frutos significativos em Portugal, a saída encontrada para o país foi “reforçar o sistema tradicional” (idem, p.23). Enquanto isso, as teorias do Iluminismo desenvolvidas ao longo do séc. XVIII chegavam ao Brasil, e, dado o contraste que representavam com a postura metropolitana e a identificação existente, sob o ponto de vista dos colonos, entre os interesses da coroa e os da metrópole, acabaram repercutindo como “crítica ao sistema colonial” (Idem, p.28). Sendo esse, portanto, o sentido adquirido no Brasil das críticas feitas pelo pensamento ilustrado ao absolutismo.

Havia um contraste muito grande entre as condições específicas do Brasil da época com o contexto europeu no qual foram geradas as ideias liberais. Essencialmente escravista e conservadora, pouco afeita e preparada para a industrialização (e os aspectos modernizadores necessários para sua concretização, como a abertura comercial e a criação de um mercado consumidor) a elite brasileira da época estava distante da “burguesia dinâmica e ativa” (idem, p. 32) que, na Europa, havia forjado os princípios liberais na “luta contra os privilégios da burguesia e da realeza” (Idem, ibidem). O clientelismo e a economia rural eram diretrizes da existência material dessa classe que acabou importando o ideário liberal, daí o cerne do que será chamado por Roberto Schwarz de “As ideias fora do lugar”⁸.

Bastante receosos quanto à revolta de escravos, a elite brasileira, até mesmo em situações de revolução (que durante o Brasil colônia foram a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana, respectivamente em 1789, 1798 e 1817) adotou um comportamento racista e escravocrata. Além dessas peculiaridades, o “Liberalismo à brasileira” ainda contou como mais uma de suas especificidades, com a conciliação da Igreja com o Estado. Em uma conjuntura em que a propriedade pôde ser considerada como “sagrada” até mesmo em situações “revolucionárias” (como fizeram os “revolucionários” pernambucanos em 1817⁹)

soariam falsos e vazios os manifestos em favor das fórmulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, quando na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte. (Idem, p. 33)

⁸ Os estudos do referido autor “Ao vencedor as batatas” e “Um mestre na periferia do capitalismo” serão enfocados no capítulo 3 do presente trabalho.

⁹ Cf. Costa, 2010, p. 33.

Deste modo, as ideias liberais que aqui circularam, na verdade, ocultavam “aspirações distintas, como distintos eram os grupos sociais que se associaram os movimentos em prol da Independência” (Idem, p. 36). As “fórmulas abstratas constantes dos programas dos revolucionários ocultavam os diferentes sentidos que cada grupo lhes atribuía” (Idem, p. 39). Desde o início da nação, portanto, as palavras para se referir ao sistema político mais ocultavam que revelavam, o país surgia já propenso à ironia (tão cara a Machado de Assis).

A elite que administrou a Independência do Brasil queria impedir que os portugueses retomassem os privilégios que tinham antes da abertura dos portos a todas as nações em 1808 (as investidas nesse sentido eram constantes e incluíam a tentativa de desfazer a Independência depois de proclamada). Esses privilégios não eram poucos:

Até a transferência da Corte para o Brasil, o comércio internacional português realizava-se na sua maior parte com o Brasil. Portugal, além de consumidor, era entreposto da distribuição de todo o comércio exterior da colônia. Não obstante o crescente contrabando, Portugal mantinha ainda, até aquela data, situação privilegiada, em virtude do sistema de monopólios vigente. Ganhavam os navios portugueses com os fretes marítimos, as alfândegas com as importações dos produtos coloniais e a exportação das manufaturas estrangeiras para a colônia; ganhavam os comissários portugueses com o armazenamento e a revenda dos produtos. As rendas das alfândegas constituíam as rubricas principais das receitas. De outro modo, a renda dos capitais lusitanos investidos no comércio colonial oferecia ampla base de tributação. Todo esse esquema de lucro desmorona com a abertura dos portos e os Tratados de Comércio com a Inglaterra, concedendo-lhe uma tarifa preferencial, mais favorável do que a outorgada a Portugal. (Idem, p. 40)

Os portugueses pediam para que os acordos estabelecidos durante o pacto colonial fossem retomados, mas os brasileiros, que agora lucravam com os novos negócios, não aceitariam tal retomada. D. João VI teve que tentar conciliar essas duas posturas inconciliáveis enquanto foi rei de Portugal e do Brasil ao mesmo tempo, já que enquanto Portugal dependia economicamente do monopólio comercial com o Brasil, nosso país para crescer economicamente dependia exatamente do contrário, do fim desse monopólio. Daí a Revolução do Porto obrigar o retorno do rei. Depois dessa revolução, formaram-se Cortes em Lisboa para negociar o retorno dos privilégios econômicos, debatendo com comissões de deputados vindas do Brasil, que por algum tempo ficou sob o comando de “juntas governativas provisórias” (Idem, p. 66). Depois

que Dom Pedro assumiu, e os debates prosseguiram sem que se chegasse a nenhum acordo, as Cortes lusas quiseram reduzir o poder do príncipe regente, transformando-o em um simples “delegado temporário do Soberano Governo” (Idem, p. 76). A resposta foi a proclamação da Independência do Brasil.

Já dessa época, a população brasileira padecia de um profundo desconhecimento do que acontecia na administração do país. Segundo Emília Viotti da Costa, Sant-Hilaire considerava que os brasileiros não divergiam por motivos ideológicos, apenas por questões individuais (como questões familiares, rivalidade entre cidades, antipatias...). E a única coisa que interessava – para opinar se eram ou não favoráveis à continuidade da relação com Portugal ou não – era como isso iria intervir diretamente em sua situação econômica e em seus negócios¹⁰. Quanto a essa relação entre o interesse pessoal e público, note-se a expressão usada durante a Assembleia Geral dos Representantes das Províncias, falava-se que adotar a “monarquia dual” era como ter “*duas famílias* regidas pelas suas leis particulares, presas pelos seus interesses, obedientes ao mesmo chefe” (Idem, p. 50, grifo meu).

Três grupos distintos se formaram em torno dos acontecimentos que envolveram a Independência. Eles disputavam a liderança das decisões tomadas e dividiam-se entre aqueles que queriam a restituição dos privilégios da metrópole (grupo composto basicamente por funcionários da Coroa, comerciantes portugueses e alguns militares); aqueles que queriam autonomia suficiente para continuar lucrando (sem a restituição dos privilégios coloniais) e ainda ganhar alguns títulos de nobreza, visto que, com a monarquia dual se manteria a nobreza brasileira. O terceiro grupo, mais radical, republicano e composto por profissionais ligados a atividades urbanas, farmacêuticos, jornalistas, médicos, professores, alguns comerciantes. Como a monarquia dual não foi aceita pelos portugueses, por não conceder-lhes os privilégios monopolistas do pacto colonial, o que tivemos foi uma monarquia constitucional, nossa primeira forma de governo. Com isso, o grupo que conseguiu atender melhor seus interesses foi o segundo, formado por altos funcionários, grandes fazendeiros e comerciantes ligados aos ingleses e franceses. Essa postura que pretendia manter a ordem e tolhia os direitos da maior parte da população foi defendida por figuras como José Bonifácio em detrimento de ações mais radicais como Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.

¹⁰ A decisão coletiva em função do interesse pessoal é algo extremamente recorrente nos comentários machadianos sobre a política nacional, veja-se em especial os itens 4.2, 4.3 e 4.4 do presente trabalho, em que a dimensão *cordial* (HOLANDA, 2002) da nossa vida política será amplamente discutida.

O grupo vencedor também conseguiu instituir um sistema eleitoral excludente, pelo voto indireto; ao contrário do que queria o grupo mais radical, o sistema direto de votação. Alienados e alheios a maior parte dos acontecimentos políticos e preocupados em primeiro lugar com seus interesses pessoais, em alguns lugares do interior do país a maior parte da população, um ano antes da Independência, sequer sabia o que era uma constituição (Idem, p. 45-6). Essa ignorância facilitou o trabalho da elite que não queria a mobilização das massas, inclusive porque uma das consequências poderia ser a rebelião dos escravos.

Se a proposta eleitoral feita antes da Independência, em junho de 1822, durante uma Assembleia Constituinte convocada por Dom Pedro (e onde a expressão “grande família portuguesa” foi usada) era excludente, o que foi efetivado como sistema eleitoral depois da Independência era ainda mais.

A decisão de 19 de junho de 1822 estabelecendo as condições de recrutamento do eleitorado revelava a intenção classista que a inspirava. Concedia direito de voto a todo cidadão casado ou solteiro, de vinte anos, que não fosse filho-família. Ficavam excluídos os que recebessem salários ou soldadas com exceção dos caixeiros de casas de comércio, os criados da Casa Real (que não fossem de galão branco), os administradores das fazendas rurais e fábricas. Impedidos de votar ficavam também os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. Não obstante as discriminações, essas disposições eram nitidamente mais democráticas do que as que foram institucionalizadas mais tarde, depois de consumada a Independência, quando se adotou um critério para seleção de votantes, eleitores e elegíveis baseado na renda crescente. Esses dispositivos excluíram a maioria do povo do sistema político, reservando a uma minoria o acesso ao poder. (Idem, p. 54)

Essas eram as disposições conforme o artigo 8 das instruções a que se refere o decreto para as eleições em junho de 1822. A restrição da escolha dos eleitores foi tão grande que com apenas 169 votos um deputado foi eleito por Pernambuco (idem, p. 84-5). Todo aquele que recebesse salário, ou seja, que precisassem trabalhar para se sustentar, estavam excluídos do direito de votar. Logo se vê, que não estava entre os objetivos dos grupos que compunham essa elite a ampliação dos direitos da população em geral. A intenção que tinham era a de libertarem-se das restrições sofridas durante a vigência do Estatuto Colonial, assegurando a liberdade de comércio e autonomia administrativa, já que dessa autonomia dependia aquela liberdade. A organização do Brasil vai ser ditada de acordo com os interesses desses grupos, o que incluía a exclusão de boa parte da população (como índios e negros) do conceito de cidadão. Em relação

ao Imperador, esses grupos disputavam-lhe o poder político, levando-o a abdicação em 1831 (Idem, p. 60).

Grande distância separava o que dizia a legislação e o dia a dia das pessoas:

A Constituição garantia o direito de propriedade, mas 19/20 da população rural que não se enquadrava na categoria de escravos eram compostos de “moradores” vivendo em terras alheias, sem nenhum direito a elas. A constituição assegurava a liberdade de pensamento e expressão, mas não foram raros os que pagaram com a vida o uso desse direito, que, teoricamente, lhes era garantido pela Constituição. A lei garantia a segurança individual, mas por alguns poucos mil-réis podia-se mandar matar, impunemente, um desafeto. A independência da Justiça era, teoricamente, assegurada pela Constituição, mas tanto a justiça quanto a administração transformaram-se num instrumento dos grandes proprietários. Aboliram-se as torturas, mas nas senzalas continuava-se a usar os troncos, os anginhos, os açoites, as gargalheiras, e o senhor decidia da vida e da morte dos seus escravos. Reconhecia-se o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos sem outra diferença que não fosse a de seus talentos e virtudes, mas o critério de amizade e compadrio, típico do sistema de clientela vigente, prevalecera nas nomeações para os cargos burocráticos¹¹. (Idem, p. 61)

Dessa forma, sob a aparência liberal, as formas tradicionais e arcaicas de organização foram mantidas, tendo a continuidade da escravidão como exemplo máximo da situação absurda de preservação dos interesses econômicos. O ambiente era tão antidemocrático, que depois da Independência até alguns daqueles que pertenciam ao grupo dos radicais antes do Sete de Setembro, como Muniz Tavares e Henriques de Rezende, declaravam “horror só em ouvir falar em revolução”, como fez o primeiro; ou diziam-se “inimigos da democracia”, como fez o segundo (Idem, p. 82-83).

Por mais que surgissem propostas abolicionistas e de redistribuição de terras¹², elas esbarravam na resistência dos próprios líderes da nossa Independência, visto que se compunham basicamente de proprietários de terras, exportadores e traficantes de escravos. Grupos esses cujo poder econômico ligava-se diretamente ao latifúndio e a toda estrutura que tal sistema tinha como premissa, como o escravismo e a não industrialização. Com essas características, o Brasil acabou dependendo do clientelismo e da patronagem, e mantendo valores arcaicos, que eram os principais alvos a serem destruídos pela perspectiva liberal conforme desenvolvida em alguns países europeus desde o séc. XVIII. Claro que nesses mesmos países, o Liberalismo seria utilizado como

¹¹ O modo como o assunto dos cargos arrançados foi tratado nas crônicas de Machado consta no item 2.4 do presente trabalho.

¹² Dois problemas, referidos respectivamente pelos nomes de “questão servil” e “lei de terras”, que continuaram a ser tratados até o fim do Império, sendo que o segundo até hoje não ganhou solução minimamente satisfatória.

forma de conseguir privilégios, tanto que começa a sofrer críticas não só dos aristocratas destituídos, mas também dos grupos de trabalhadores já na primeira metade do séc. XIX (Idem, p. 135).

No Brasil, no entanto, o que tivemos foi o que ficou conhecido como “modernização conservadora”, que corresponde a uma forma aparente de transformação. Essa expressão foi criada na década de 70 por Barrington Moore Júnior, para “analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e Industriais” (PIRES, 2008, p.2). A especificidade desse tipo de modernização reside no fato de a revolução não se dar pela ruptura radical, mas pelo pacto político entre a burguesia nascente e as oligarquias já estabelecidas. O “modelo clássico” de revolução burguesa, dado pela Inglaterra, EUA e França não foi seguido, tratam-se de revoluções parciais, já que “não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime” (Idem, *ibidem*)¹³.

Há uma historicidade bem marcada no uso das ideias liberais no Brasil

Inicialmente, as ideias liberais foram uma arma na luta das elites coloniais contra Portugal. Nessa primeira etapa, os liberais eram revolucionários em termos de política e conservadores em relação às questões sociais. A luta que na Europa era contra o absolutismo real era, no Brasil, luta contra o sistema colonial. Liberdade, igualdade, soberania do povo, autonomia, livre comércio, todas essas palavras grandiloquentes, tão caras aos liberais europeus, possuíam conotações específicas no Brasil. Lutar pela liberdade e igualdade significava combater os monopólios e privilégios que os portugueses detinham e as restrições impostas por Portugal à produção e circulação de mercadorias, principalmente as restrições comerciais que obrigavam os brasileiros a comprar e vender através de Portugal, na dependência de mercadores portugueses; significava também lutar contra as exações do fisco, os entraves da justiça distante e arbitrária, o monopólio dos cargos e distinções pelos naturais de Portugal; lutar, enfim, contra as instituições prejudiciais aos proprietários de terras ou a seus prepostos ligados à economia de exportação, que, ao lado dos mercadores, constituíam o grupo mais poderoso da sociedade comercial. Lutar pela liberdade de expressão significava lutar pelo direito de criticar o pacto colonial. Lutar pela soberania do povo era lutar por um governo livre de ingerências estranhas, independente de favores e imposições arbitrárias da Coroa portuguesa. Os liberais brasileiros opunham-se à Coroa portuguesa na medida em que esta se identificava com os interesses da metrópole. A luta contra o absolutismo era, aqui, em primeiro lugar, luta contra o sistema colonial. (COSTA, 2010, p. 136-7)

¹³ Para uma história do conceito e seu uso por estudiosos brasileiros, veja-se “O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil”, de Murilo José de Souza Pires, em que vemos, por exemplo, que o termo foi utilizado pela primeira vez no Brasil por Alberto Passos Guimarães em 1977.

Durante o Período Regencial, algumas manifestações liberais ganharam repercussão e materialização jurídica devido à aprovação do Código de Processos (1832) e do Ato Adicional (1834). O primeiro atuava fortemente como mecanismo de descentralização. Submetia a autoridade judiciária à eleição e, com isso, tornava-a independente do poder administrativo. Deixava as decisões criminais sob o encargo do juiz de paz, também eleito e não mais indicado (o método de indicação obviamente o deixava vulnerável a chantagens políticas). A eleição do promotor, do juiz municipal e do juiz de órfãos, deixava de ser feita por nomeação do governo central, eles seriam escolhidos a partir de uma lista com três nomes, proposta pela Câmara Municipal. Além disso, o júri passou a ter mais poder de decisão. A disputa entre liberais radicais e moderados conservadores durante o período regencial ainda incluiria o Ato Adicional (1834). Nele, uma espécie de conciliação foi atingida, visto que houve a supressão do Conselho de Estado, mas o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado foram mantidos. No plano provincial, mesmo com a transformação dos Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas (isto é, as votações dos projetos partiam de um corpo de políticos eleitos e não indicados), a autonomia municipal não foi alcançada. Os municípios eram subordinados ao governo central e os presidentes de província, nomeados por ele (Idem, p. 155-6). Todas as pequenas conquistas liberais podem ser vistas como uma tentativa de reação à centralização no Ministério da Justiça, conforme estabelecido na lei de 6 de junho de 1831. Elas acabaram sendo anuladas pelo conjunto de leis aprovadas pelo Parlamento com a maioria em 1840 e com a revisão do Código de Processos em 1841. A vitória dos conservadores nas eleições de 1836 intermediou esses pequenos avanços liberais e ficou conhecido como “regresso”. O regressismo que marca o início do Segundo Reinado tem na criação da Guarda Nacional, no restabelecimento do Conselho de Estado e do Poder Moderador suas principais conquistas para a manutenção do poder e da ordem conservadora.

Como detentor do Poder Moderador, Dom Pedro II, figura inviolável, segundo a Constituição de 1824, tinha como funções nomear os senadores, sancionar decretos e resoluções da Assembléia Geral, suspender magistrados, perdoar e moderar penas impostas a réus e, principalmente, indicar e demitir o presidente do Conselho de Ministros. Feita a escolha, o nome do ministro era submetido à aprovação da Câmara, pois, para governar, era preciso merecer a confiança tanto da Assembléia quanto do imperador. Na prática, porém, era o imperador que, em última instância decidia se mantinha o ministério ou se dissolvia a Câmara e convocava novas eleições. (Ramos, 2005, p. 147)

Nos 50 anos de Segundo Reinado, o imperador nomeou 36 gabinetes, ora conservadores, ora liberais. Era, portanto, uma situação política instável¹⁴. Considere-se que o tempo médio de duração de cada um foi de um ano e três meses e que um deles, o de Zacarias de Góis Monteiro, em 1862, durou apenas 3 dias (Idem, ibidem). Um poder tão grande concentrado nas mãos de uma única pessoa passou a ser questionado, sendo identificado com um poder pessoal, que remontava ao sistema absolutista, ao estilo de Luís XIV, “o Estado sou seu”. A década de 1860 foi marcada pelos ataques sofridos pelo Poder Moderador e no ano de 1868 ele passou por uma de suas mais graves crises. Nesse ano, o ministério liberal de Zacarias foi dissolvido para a ascensão dos conservadores com o Visconde de Itaboraí, que eram minoritários na câmara. Depois disso, os liberais passaram dez anos sem retomar a liderança política. A mudança repentina de comando coloca Dom Pedro II no centro dos ataques de políticos de ambos os lados, enfraquecendo-o politicamente (Idem, p. 148). De fato era expressivo o poder do imperador. A constituição de 1824 reconhecia 4 poderes: legislativo, executivo, judiciário e moderador. O mandato de um deputado era de 5 anos. Os senadores eram escolhidos pelo monarca a partir de uma lista tríplice; esse cargo era vitalício e muitas vezes a câmara era um meio de se chegar até ele. Os ministros também eram escolhidos pelo imperador, assim como os presidentes de província. O Conselho de estado era acionado quando o imperador ou os ministros sentiam necessidade de debater um assunto que tivessem que julgar mais ainda não houvessem decidido. Dividia-se em quatro seções: Justiça e Estrangeiros, Império, Fazenda e Marinha e Guerra. Não era composto necessariamente por políticos. Seus membros eram escolhidos pelo imperador e poderiam ser senadores, deputados, comerciantes, fazendeiros... Na prática atuava como um auxiliar do poder moderador, já que tinha como uma de suas funções mediar conflitos entre instâncias políticas distintas (SODRÉ, 1939, p. 81-100).

1.2 Nossos políticos na mira de Machado

¹⁴ Veja-se no item 2.2 do presente trabalho o comentário de Lélío sobre algumas mudanças de gabinetes ministeriais.

Pode-se dizer que o papel dos partidos e dos homens que fizeram a política brasileira do Segundo Reinado foi o de tentar manter os privilégios que o poder conseguiu até então lhes tinha outorgado. Isso significou, na prática, uma série de medidas conservadoras que poderiam mostrar-se abertamente ou às vezes disfarçadas de liberais ou até mesmo radicais. Os partidos políticos começaram a formar-se no Brasil durante o Império, mais precisamente nos últimos anos do Período Regencial e como reação à descentralização representada pelo Código de Processos (1832) e do Ato Adicional (1834). As posturas que em 1831, no início da Regência, representavam os Restauradores e os Liberais Monarquistas uniram-se ao final do período, em 1840, formando o Partido Conservador. O grupo dos Liberais Monarquistas, em verdade, cindiu-se e a parcela que não integrou o Partido Conservador formou o Partido Liberal. Apenas o ideário republicano – uma das posturas existentes já em 1831 – não se organizaria em partido nesse momento. Em 1853 tivemos um movimento chamado Conciliação, que acabou originando a Liga Progressista e em 1864 o Partido Progressista, uma união de Conservadores e Liberais (que deveriam ser ideologicamente opostos...). Nas décadas de 1870 e 1880, até o final do Império coexistiram três partidos: o Conservador (composto pelos integrantes desse partido formado em 1840 e que não integraram o Partido Progressista); o Partido Liberal e o Partido Republicano (só agora criado), ambos advindos do Partido Progressista, já extinto. (CARVALHO, 2010, p. 204-205)

É necessário lembrar – ainda com José Murilo de Carvalho (2010) – que quando da Independência do Brasil, a homogeneidade da elite advinha de sua formação jurídica em Coimbra, o treinamento exercido no funcionalismo público e seu isolamento das doutrinas revolucionárias. Na origem da nação, o Estado com todos os mecanismos que foram formados ao longo do século XIX não existia, e como herança advinda de Portugal o que existia era uma sociedade fortemente estamental (conforme analisado por Raimundo Faoro em *Os Donos do poder* e comentado por Carvalho). Sobre a composição do grupo que tomou o poder com a Independência, Emília Viotti da Costa destaca o seguinte:

Eram, na sua maioria, homens de mais de cinquenta anos. Uns poucos eram portugueses de origem. A maioria realizara seus estudos na metrópole. Ligavam-se frequentemente por laços de família. Muitos tinham ocupado posições na qualidade de funcionários da Coroa, e depois da Independência ocuparam vários postos de importância política e administrativa. Constituíam

uma verdadeira oligarquia fazendo parte do Conselho de Estado, Senado, Câmara dos Deputados, exercendo funções de presidentes de província e de ministro de Estado. Côncios da distância que os separava da grande maioria da população, empenhavam-se em manter a ordem e limitar as tendências democratizantes. Estavam também, na sua maioria, interessados na permanência da estrutura tradicional de produção baseada na grande propriedade, na escravidão, na exportação de produtos tropicais. Endossariam sem hesitação a *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, na qual o autor (Bernardo de Vasconcelos), criticando os que pretendiam estimular o desenvolvimento da indústria no Brasil, afirmava que a economia brasileira deveria permanecer essencialmente agrária, sendo impossível competir com as indústrias estrangeiras. (COSTA, 2010, p. 59-60)

A historiadora cita ainda a opinião de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre a corte brasileira:

Para o ano estarão guardados os títulos de Duques e Príncipes do Império que eu aconselharia que não se dessem sem concursos, para que os patifes pudessem mostrar autêntica e legalmente que os merecem, por serem os mais alcoviteiros, ladrões e bandalhos, não só do Grande Império dos Trópicos, mas do Universo inteiro; ao mesmo tempo, porém, conheço que seriam tantos os concorrentes e as provas tão volumosas que para se dar sentença seria preciso um século. (Cartas Andradinas, José Bonifácio de Andrada e Silva, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1814, p. 32. Apud, COSTA, 2010, p. 87)

Opinião essa emitida em janeiro de 1826, quando aquele que já havia sido chamado de “patriarca da Independência” estava exilado e reprovava (como era postura sua) as concessões de títulos pelo Imperador.

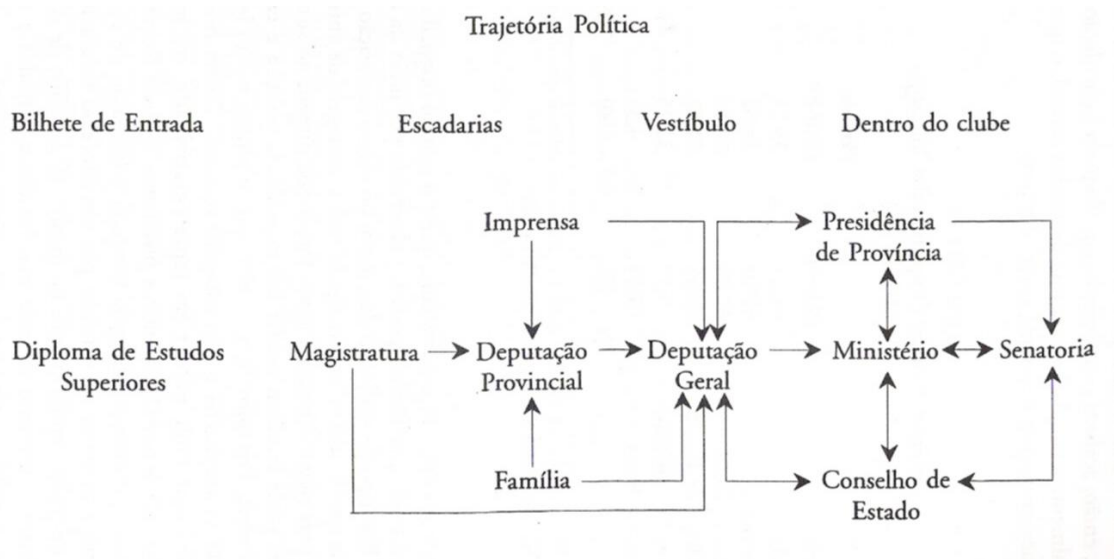
Com o seu desenvolvimento, o Estado foi ampliando a burocratização.

A burocracia era dividida em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e treinamento do que de *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais. O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação. (CARVALHO, 2010, p. 42)

Para integrar essa elite, diversos elementos constituíam os requisitos de participação na vida política, fazendo do grupo de ministros, senadores e conselheiros bastante seleto. Tanto que em 67 anos de Reinado apenas 235 senadores foram eleitos, 219 ministros e 72 conselheiros de Estado foram nomeados (considerando apenas o segundo Conselho, formado a partir de 1840, sendo que o primeiro havia sido

dissolvido pelo Ato Adicional em 1834). No total foram 526 cargos ocupados por 342 pessoas. (Idem, p.127)

Para José Murilo de Carvalho, a especificidade da elite imperial não estava apenas na origem social, mas especialmente na socialização e no treinamento introduzidos para garantir específica concepção de Estado e capacidade de governo (Idem, p.119-141). O autor chega a montar um esquema que nos ajuda a compreender o mecanismo básico da trajetória política durante o Império Brasileiro:



(Idem, p. 126)

Como se vê, a elite política imperial brasileira constituía uma classe peculiar dentro do cenário nacional do séc. XIX. Caracterizava-se por uma “homogeneidade ideológica e de treinamento” conseguida pelo funcionamento e constituição dessa elite que incluía a distinção de formarem uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”. Essa homogeneidade passava também pelo predomínio absoluto de magistrados em seu quadro e pela circulação “geográfica e por cargos” que não permitia a identificação dos políticos e futuros políticos com províncias de forma específica (CARVALHO, 2010, p. 21, 65, 93-117). Tudo isso formava um grupo de profissionais que, emaranhado às questões administrativas do país nascente, era capaz de adquirir a referida homogeneidade, que superava as diferenças de classe social e de origem regional. A “construção da ordem”, na expressão de José Murilo de Carvalho, que inclui a manutenção do território sem a fragmentação política dos demais países da América Latina, deveu-se também a essa estrutura burocrática.

Grande parte dos cargos políticos era ocupada por funcionários públicos, especialmente durante o período de formação e consolidação do Estado: em 1834 – durante a Regência, período mais conturbado do Império – sua presença chegou a 60% na câmara (Ibid., p.166). Essa maquinaria burocrática foi uma estratégia necessária ao próprio Estado para “forjar a nação” em países de “capitalismo frustrado” (ou, para falar como Schwarz (2000b), na “periferia do capitalismo”), que não contavam com uma “poderosa classe burguesa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio dos mecanismos do mercado”. As medidas de “unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico” (Ibid., p. 229) ficaram a cargo da administração pública. E há razões históricas não só para que o encargo dessas medidas recaísse sobre o Estado, como também para que esse Estado ocupasse uma posição singular ao exercer sua tarefa, dado sua composição interna e sua posição de mediador entre seus próprios interesses, os interesses dos escravocratas (de onde provinha a maior arrecadação para os cofres públicos) e os do mercado externo.

O Estado como mediador de interesses econômicos distintos acaba expondo contradições nas formas de manifestação de seus representantes, criação de leis e discursos. A relação de Machado com esse universo discursivo é bem ampla. Além da recorrência das referências feitas por Machado em suas crônicas pode-se lembrar que, conforme Luís Felipe de Alencastro na *História da vida privada no Brasil* (ALENCASTRO (org.), 1997), “a partir dos anos de 1850 o *Jornal do Comércio* começa a publicar o registro dos debates previamente taquigrafados”. O historiador observa a importância linguística que isso teve para a difusão da “linguagem mais apurada que predominava na corte, ou melhor, com a versão padronizada dos discursos editados pelo jornal”. Houve um apagamento dos regionalismos nesse processo, regionalismos esses que tinham sido difundidos na imprensa das províncias durante os “embates políticos das revoluções regenciais”. Note-se, portanto, a atenção que era voltada não apenas para o conteúdo desses discursos, mas também para a linguagem (inclusive em sua dimensão política) empregada na sua versão publicada nos jornais. Eis que Machado de Assis chegou a trabalhar como revisor dos discursos da Câmara e do Senado (Op. cit., 34-5).

Tomando um testemunho futuro do autor para efeito de ilustração de sua atenção a esses aspectos, veja-se o comentário de Machado na crônica de 27 de novembro de 1892 (da série *A semana*, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*). Nessa crônica, o

narrador revela o interesse que manifesta sobre as coisas públicas, e – muito interessante – “mais particularmente da eloquência humana”, assumindo aí o interesse pela retórica política. Esse narrador é praticamente um aficionado, já que senta na primeira fila e só sai quando tudo acaba, e a forte impressão que esses discursos deixaram ressoam até hoje. Há nessa crônica, uma reconstrução da trajetória de galerias, sabemos que o primeiro ano foi 1857. Começo, inclusive, no qual o “chapéu” atrapalhava. Lembrando da metáfora do chapéu (cujo maior exemplo encontra-se em uma crônica da série *Bons dias!* de 11/5/1888¹⁵, mas que aparece com frequência nas crônicas de Machado), podemos interpretar o fato de, no início, ter um chapéu, como a existência de um partidarismo, ou seja, tinha um chapéu, o chapéu liberal, da juventude de Machado de Assis (BROCA, 1957). Depois, não trocou, mas ficou sem nenhum, estava sentado em cima do seu chapéu. Podiam até ir buscar, mas ninguém o conseguiu, menos por vontade do portador que por incapacidade dos partidos. Nas galerias, sobretudo nas do senado, tudo emana conciliação, a fala é macia, qualquer oposição pode, sem importar nenhum prejuízo moral, ser retirada, acrescentada. A própria noção de ambivalência (SANSEVERINO, 2001) aparece nesse ambiente notado pelo narrador, que confessa ter “não raro” apoiado “dois contrários”. E a impregnação da volubilidade, externalização de uma data situação histórica – a conhecida “dualidade brasileira” (liberalismo e escravidão) – é assumida no âmbito discursivo e retórico: “Não se arrasta uma vida inteira de galeria em galeria sem trazer algumas mostras de sintaxe” (MACHADO DE ASSIS, 2008, V.4, p. 938-40).

1.3 A série Balas de estalo

¹⁵ Usado em outras crônicas. Tome-se como exemplo a crônica de 11 de maio de 1888 (*Bons Dias!*, Gazeta de Notícias) em que é apontada uma clara relação entre a política e o chapéu: “Homem, eu a respeito de política estou com Aristóteles no capítulo dos chapéus. O melhor é o que vai bem a cabeça.” (Assis, 2008, V4, p. 810-811) Note-se ainda duas coisas: primeiro, Aristóteles jamais escreveu tal capítulo; segundo, esse comentário exemplifica o traço de volubilidade da esfera política conforme será comentado no presente trabalho (item 4.2).

De uma forma ou de outra, os assuntos que envolviam a política brasileira foram ostensivamente tratados por Machado em suas crônicas. Coincidência interessante é a de que o ano do lançamento do *Abolicionismo* de Nabuco é o mesmo do início da participação de Machado de Assis na série *Balas de estalo*, 1883. A agitação do debate sobre os temas de ordem pública da época pode nos levar a conjecturar que a publicação em datas próximas do livro e da série não tenha sido exatamente uma coincidência, antes a manifestação da atuação de grupos intelectual e ideologicamente próximos.

Veja-se, brevemente, a trajetória exemplar de Joaquim Nabuco para ilustrar esse período extremamente movimentado em termos de acontecimentos políticos que marcam a primeira metade da década de 1880. Joaquim Nabuco foi uma figura importante da época e que veio a ser amigo de Machado. No início da década de 1880, ele, que na legislatura anterior havia sido deputado liberal por Pernambuco, perde a eleição, a qual concorre pelo 1º distrito da corte. Diante disso, viaja a Londres, onde escreverá um de seus mais conhecidos trabalhos, *O Abolicionismo* (1883). Além desse trabalho, Nabuco atuou no período londrino (1881-1884) escrevendo para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro e para o *La Razón*, de Montevideú. Foi consultor de empresas inglesas com interesse no Brasil e participou do Congresso de Direito Internacional em Milão. Também se aproximou da Sociedade Abolicionista da Inglaterra (MELLO 2010, p.11).

O posicionamento ao qual Nabuco pertencia verificava que o Brasil precisava de uma série de reformas, como a reorganização da economia e da instrução pública; a descentralização administrativa e representação política; além da igualdade religiosa e a imigração europeia. Como base para essas transformações todas, estava a necessidade do fim da escravidão, do *Abolicionismo*, como é intitulado seu livro. A derrota de Nabuco pode ser vista como um retrocesso para a abolição, mas quando volta em 1884, um ano após o lançamento de seu livro, o gabinete Dantas havia subido ao poder, desde junho, reanimando as discussões em torno do abolicionismo. Nabuco, aproveitando o momento favorável, foi a Pernambuco e, mesmo que por uma pequena margem, venceu a eleição para deputado do 1º distrito da capital contra os escravocratas desse estado. Logo em seguida, no entanto, com a queda do gabinete Dantas, a Câmara dos Deputados anula a eleição de Nabuco. Durante o gabinete Dantas, havia sido preparada (mais ainda não assinada, o que seria feito somente no gabinete Saraiva, que virá na sequência) a Lei do Sexagenário, de 28 de setembro. No gabinete Dantas também foi decretada a abolição nos estados do Amazonas e Ceará (DE LUCA, 1998, p. 27).

Nabuco consegue, junto com os grupos abolicionistas, reverter, em 1885, a fraude cometida pela Câmara dos deputados, candidatando-se, dessa vez, pelo 5º distrito pernambucano, não sem antes ter sofrido novo golpe da câmara, que não havia reconhecido seu mandato anterior, o segundo pelo 1º distrito.

Machado de Assis jamais chegou a uma candidatura política, sendo vinculado, além, claro de sua atividade como escritor, ao funcionalismo público e ao jornalismo. Sobre sua carreira no funcionalismo público, veja-se as considerações de Sidney Chalhoub:

Machado de Assis teve carreira longa e bem-sucedida na administração pública. Ingressou no funcionalismo em 1867 como ajudante de diretor do *Diário Oficial*. Em 1873, tornou-se primeiro oficial no Ministério da Agricultura; estava chefe interino da segunda seção da Diretoria da Agricultura (havia quatro diretorias no ministério) em meados de 1876. Em dezembro do mesmo ano foi efetivado na mesma função. Permaneceu chefe da mesma seção até o final da década de 1880, salvo por um período em que serviu como oficial-de-gabinete do ministro Buarque de Macedo. Em março de 1889, ascendeu a diretor da Diretoria de Comércio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Após alguns dissabores nas primeiras décadas do regime republicano – quando foi acusado de “perigoso monarquista” e posto em “disponibilidade” por algum tempo –, Machado estava plenamente “reabilitado” quando Campos Sales fez dele seu secretário de gabinete. Em 1902, era diretor-geral de contabilidade da Secretaria de Indústria do Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas.

O que esses dados revelam é que o ilustre romancista foi algo funcionário público durante décadas, exercendo funções de chefia e direção, quase ininterruptamente de 1876 até sua morte, em 1908. (CHALHOUB, 1999, p. 125)

No âmbito do jornalismo, dedicou-se cerca de 40 anos à escrita de crônicas, escrevendo ao longo da carreira mais de 600. A série de crônicas machadianas comentadas nessa dissertação é a “Balas de estalo”, publicada de 03 de abril de 1883 (Ramos, 2005, p. 9) a 1887 na *Gazeta de Notícias*. Essa série representa uma experiência única na produção machadiana, no sentido de corresponder a uma escrita coletiva. Inovadora também foi a forma de venda do jornal *Gazeta de Notícias*, já que não era necessário ser assinante para adquiri-la, exemplares avulsos eram vendidos – a um baixo preço – em diversos lugares, inclusive por meninos que saíam à rua anunciando-o e oferecendo-o (Idem, p. 5).

Na série *Balas de estalo*, os autores revezavam-se nas produções, sendo que todos usavam pseudônimos: “Inicialmente a série contava com a participação dos seguintes pseudônimos: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha

(ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercurio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Posteriormente, ingressaram Confúcio, Ly e Carolus, todos ainda sem identificação.” (RAMOS, In: CHALHOUB, Sidney ET alii, 2005, p. 117). A série de crônicas *Balas de Estalo* (1883-1887) não contou com a participação de Machado do início ao fim de sua existência. Iniciada em 03 de abril de 1883 e encerrada no início de 1887, a série teve Lélío como um de seus pseudônimos de 02 de julho de 1883 a 22 de março de 1886. Ele começa, portanto, três meses depois do início e finaliza sua participação cerca de meio ano antes do encerramento da série. Seu ingresso se dá juntamente com o de dois novos pseudônimos, Blick e João Tesourinha (sendo o primeiro criado por Capistrano de Abreu, que já utilizava o pseudônimo Mercurio e o segundo por Henrique Chaves¹⁶, que já utilizava o pseudônimo Zig-Zag).

Contando com a participação de prestigiados jornalistas e literatos, tais como Ferreira de Araújo, Valentim Magalhães, Henrique Chaves, Capistrano de Abreu e o próprio Machado de Assis, esta série destacou-se por vivenciar e relatar as tensões sociais ocorridas na década de 1880. Através de “balas de artilharia”, ou mesmo de “doços guloseimas” recheadas de leveza e pilhéria, os narradores da série aproveitaram para “estalar balas” “com os homens e com as instituições” que os regiam. (RAMOS, 2005, p. 10)

Pensando no momento político do país, para o qual a trajetória de Joaquim Nabuco referida acima serve de exemplo, é razoável considerar que o projeto das *Balas de Estalo*, no qual Machado se insere, possui conotação de intervenção e debate das questões pungentes do período. Para Ramos (2005):

(...) a construção de um sentido político para “Balas de Estalo” parece estar bastante comprometida com a crítica feita à instituição monárquica e a tudo que ela representava naquele final de século. Os cronistas durante todo o ano de 1883 se encarregaram de condenar as práticas políticas do império (como o uso de capangas na Câmara de Vereadores e a fraude no sistema eleitoral), o mau uso do dinheiro público, o poder pessoal do imperador e os rituais políticos vazios e sem significados para o povo, tais como a Fala do Trono e a festa da independência. (RAMOS, 2005, p. 161)

¹⁶Há uma discordância aqui. Para Ana Flávia Cernic Ramos, João Tesourinha é escrito por Henrique Chaves (cf. RAMOS, In: CHALHOUB, Sidney ET alii, 2005, p. 117); já para Heloisa Helena Paiva De Luca, quem assina sob esse pseudônimo é Francisco Ramos Paz (cf. De LUCA, Heloísa Helena Paiva (org.) *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 22)

A perspectiva de Machado na série, através de Lélío, seu pseudônimo¹⁷, é também de, sem abandonar a ironia e o humor, bastante comprometimento e crítica. Essa postura está indicada no próprio título da série. Segundo Flávia Cernic Ramos, na década de 1860 foi publicada na *Semana Ilustrada* um artigo intitulado “Para Balas de Estallo Parlamentares e Mundanos: a venda em casa do moleque da Semana Ilustrada”. A autora ainda afirma que ele “também tratava de política – além dos temas mundanos, tal como “Balas de Estalo” faria na década de 1880” (Idem, p. 21). Destacar o que era considerado absurdo e dar um tratamento humorístico era uma das funções desse escrito, assim como seria da série *Balas de estalo*.

2 Um percurso temático: sobre o que falou Machado na série *Balas de estalo*

¹⁷Algumas boas hipóteses foram criadas sobre a origem desse pseudônimo. Lélío é o nome de personagens de Molière nas peças *O estouvado* (1655) e *Sganarello* (1660). Pouco tempo antes da estreia de Machado na série *Balas de estalo*, Lafayette Rodrigues havia citado Molière na câmara, o que foi bastante comentado por Lulu Sênior, o pseudônimo de Ferreira de Araújo (Cf. RAMOS, 2005, p. 41). Machado também será um grande crítico de Lafayette (por exemplo, nas crônicas de 02 de setembro de 1883 e 20 de julho de 1884). Veja-se mais sobre a atuação desse parlamentar e sua presença nos comentários de Lélío, no capítulo 2 do presente trabalho.

2.1 Recorrência e periodicidade

Na sua participação em 1883, seu primeiro ano, Machado escreveu 19 crônicas, de julho a dezembro e com uma frequência bastante irregular. Houve crônicas publicadas com diferença que variaram de dois (como foi o caso da segunda em relação a sua primeira produção, 4 e 2 de julho, respectivamente) a 28 dias (como a de 10 de outubro em relação a anterior, publicada no dia 12 de setembro). Desse total de 19 crônicas, 12 tratavam diretamente de política.

Já no ano seguinte, 1884, a participação de Machado se deu do primeiro ao último mês do ano. Até a metade do ano a participação de Machado foi irregular, as duas primeiras crônicas foram escritas respectivamente em 08 e 10 de janeiro, já a terceira mais de dois meses depois, em 13 de março. Desse mês até julho, apenas três crônicas: uma crônica no dia 26 de abril, outra em 15 de maio e outra 15 de julho. Nenhuma crônica publicada pelo autor durante o mês de junho. Depois desse pequeno recesso, em julho inicia-se a periodicidade padrão de publicação das crônicas ao longo do ano de 1884 e até o segundo semestre do ano seguinte: em torno de 5 dias, sendo, portanto, uma participação semanal. Poderia variar – ao longo de todo esse período – entre 3 dias de publicação entre uma crônica e outra (com um único caso das crônicas de 18 e 21 de novembro de 1884) e 8 dias, como em dois casos da metade de agosto ao início de setembro de 1885. Depois desse período de relativa regularidade que se estendeu da metade de 1884 a meados de 1885, a participação de Machado de Assis, até seu final, foi bastante irregular. Em 1884 foram 42 crônicas publicadas e desse total 32 tratavam de política.

No ano seguinte, em 1885, mantendo a regularidade do ano anterior até agosto, Machado publicou 59 crônicas, sendo que 49 dessas tratavam de política. Em 1886 foram apenas 6 crônicas, com bastante irregularidade (como já havia ocorrido nos últimos meses do ano anterior), lembrando, portanto, a irregularidade do início da participação de Machado na série. Nesse ano de 1886, Machado escreveu uma crônica que não tem data, referida por “Antes a Rocha Tarpeia”, que foi incluída no Almanaque da Gazeta de Notícias para o ano seguinte. Todas essas 6 tratam de política. Portanto, cinco das seis crônicas de 1886 têm sua data de publicação conhecida - elas foram dadas a público com a seguinte periodicidade: duas no mês de janeiro, uma em fevereiro e outras duas em março, sendo a última datada de 22.

Machado, sob o pseudônimo de Lélío escreveu um total de 127 crônicas de 22 de julho de 1883 a 22 de março de 1885. Dessas nada menos que 100 tinham na política seu principal ou ao menos um de seus principais temas.

A variedade de assuntos abordados pelas 127 crônicas assinadas por Machado sob o pseudônimo de Lélío na série *Balas de estalo* inclui desde imigração¹⁸ até questões de ordem médica e científica¹⁹, passando pela maçonaria²⁰, por questões como a falsificação de vinhos²¹, e, embora não muito frequentes, pela vida cultural da corte²². Vez por outra, Lélío e seus companheiros de série criavam polêmicas internas, discordando entre si²³. O espiritismo também foi alvo de seus comentários. Na crônica de 05 de outubro de 1885 há um dos episódios mais cômicos construídos por Machado para referir-se a esse tema. Lélío simula sua conversão ao espiritismo e sua ida à Federação Espírita Brasileira e, para fazer jus ao local visitado, vai em forma de espírito, deixando seu corpo em casa. Veja-se esse trecho:

Achava-me em casa, e disse comigo, dentro d'alma, que, se me fosse dado ir em espírito à sala da Federação, assistir à conferência, jurava converter-me à doutrina nova.

De repente, senti uma coisa subir-me pelas pernas acima, enquanto outra coisa descia pela espinha abaixo; dei um estalo e achei-me em espírito, no ar. No chão jazia meu triste corpo, feito cadáver. Olhei para um espelho, a ver se me via, e não vi nada; estava totalmente espiritual. Corri à janela, saí, atravessei a cidade, por cima das casas, até entrar na sala da Federação.

Lá não vi ninguém, mas é certo que sala estava cheia de espíritos, repimpados em cadeiras abstratas. O presidente, por meio de uma campanha teórica, chamou a atenção de todos e declarou abertos os trabalhos. O conferente subiu à tribuna, traste puramente racional, levantaram-lhe um copo d'água hipotético, e começou o discurso. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 306)

Na sequência da crônica, Lélío simula aderir “à doutrina nova” e depois vai ficcionalmente expondo a falsidade dessa doutrina pela presença do diabo (cuja existência é negada no espiritismo), que, quando o espírito de Lélío retornar, estará ocupando o seu corpo. Mesmo que não trate de política, vale destacar uma similaridade

¹⁸ Ver, por exemplo, as crônicas de 16 e 23 de outubro de 1883.

¹⁹ Como na crônica de 02 de julho de 1883, a primeira crônica de Machado na série. A esse respeito veja-se o terceiro capítulo da dissertação *Política e humor nos últimos anos da Monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884)* de Flávia Cernic Ramos, intitulado “A Ciência médica é um alvo das “Balas de Estalo”.

²⁰ Veja-se a crônica de 09 de dezembro de 1883.

²¹ Por exemplo, em 23 de agosto e 24 de outubro de 1884.

²² Como em 15 de agosto de 1884 e parte da crônica de 03 de junho de 1885.

²³ Como na crônica de 16 de dezembro de 1883.

de procedimento com as crônicas políticas, a crítica à adesão cega a uma “doutrina nova”, crítica que Machado vem fazendo desde finais dos anos 70.

Questões envolvendo a religião católica também fizeram parte dos assuntos abordados por Lélío. Falou da irregularidade de missas pagas²⁴ valendo-se da simulação de um diálogo com um padre amigo seu. O padre lhe teria revelado que nunca disse nenhuma missa por menos de cinco mil réis e que quando ao final do ofício diz a frase *Ite; missa est* completa a frase mentalmente: *Ite; missa est cinco mil réis*. Uma festa de S. Beneditino, ocorrida na Imperial Quinta da Boa Vista, também pode ser assunto de Lélío, como fez na crônica de 09 de setembro de 1884. Ele parte desse episódio para ironizar a relação do império com a Igreja, bem como o próprio sistema imperial, haja vista que o leilão ocorrido nessa cerimônia foi realizado pelo Sr. Augusto República. Para Lélío o leiloeiro poderia, em respeito ao lugar, ter, nem que fosse por uma noite, trocado de nome²⁵.

²⁴ 30 de agosto de 1883. Cabe esclarecer que os sacramentos ministrados têm um custo chamado espórtula. Quando se manda rezar uma missa para alguém essa missa é paga. Há a condição de que a missa ou o sacramento seja sempre realizado mesmo que os solicitantes não disponham de meios de pagá-la.

²⁵ 09 de setembro de 1884. Conforme Ramos (2005) a relação do Imperador com a Igreja foi um dos assuntos mais explorados pelos integrantes da série *Balas de estalo* como um todo. Viam na proximidade do Imperador com a religião um contra-senso à postura esclarecida que defendia. Machado, ao longo de sua trajetória como cronista, não deixou o assunto por menos e também apontou, da maneira sutil como lhe é habitual, as contradições e complexidades dessa relação, veja-se, por exemplo, a crônica com que abre a série *Bons dias!* (05 de abril de 1888), escrita diante da eminência da queda do sistema imperial:

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. (...)

Feito esse cumprimento (...) declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner de bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; (...) (MACHADO DE ASSIS, in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 79-80)

Entre a série *Balas de estalo* e *Bons dias!*, Machado escreveu ainda a curtíssima série *A + B* (7 crônicas dialogadas sob o pseudônimo de João das Regras e publicada entre setembro e outubro de 1886) e *Gazeta de Holanda* (um conjunto de 49 crônicas em verso publicadas sob o pseudônimo de Malvólio no período de novembro de 1886 a fevereiro de 1888, pouco mais de um mês, portanto, antes do início de *Bons dias!*). Sobre a série *A + B* veja-se CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: CHALHOUB, Sidney et alii. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

Dentro dessa variedade de assuntos abordados, a política imperial, assim como a política municipal da corte foram os assuntos mais constantes da série. Vigilante desde muito dos discursos da Câmara dos Deputados e do Senado (como ficou dito no primeiro capítulo, o autor chegou a trabalhar como revisor desses discursos quando começaram a ser publicados no *Jornal do Comércio* na década de 1850), sob o pseudônimo de Lélío, Machado de Assis fez da vida parlamentar brasileira do início da década de 1880 – período rico de tensões políticas – o principal assunto de suas “balas”.

2.2 Gabinetes ao redor e ao redor dos gabinetes: a dança da instabilidade

Se considerarmos a série *Balas de estalo* como um todo, veremos que cinco gabinetes ministeriais – Paranaguá, Lafayette Rodrigues, Manuel Pinto de Sousa Dantas, Saraiva e finalmente Cotegipe – fizeram parte da administração do império durante sua duração (1883 - 1887). O início da participação machadiana na série (02 de julho de 1883) se dá pouco tempo depois de Lafayette Rodrigues Pereira ser chamado para organizar um novo gabinete (24 de maio de 1883), em substituição ao gabinete de Paranaguá (que teve início em 03 de julho de 1882). Começo turbulento, portanto, já que se deu em meio a uma recente crise ministerial cujos detalhes foram os seguintes:

Havia dias a Câmara dos Deputados estava alvoroçada. No dia 15/05/1883, foi dado pela Câmara um voto de desconfiança ao gabinete, voto conseguido principalmente através da atuação da dissidência liberal, que ganhava forças e se unia à minoria conservadora. Vivendo o impasse da queda ou não de seu ministério, impasse que já durava alguns dias e que já causava polêmicas na cidade, Paranaguá dirige-se ao Paço Imperial no dia 16 de maio de 1883 para apresentar ao imperador o pedido de demissão coletiva do ministério de que era presidente. Mas a música já estava tocando para o Sr. Paranaguá e seus ministros, e o que havia restado para eles era o “caminho da roça”. O imperador, depois de ouvir as razões apresentadas pelo Visconde, disse-lhe que depois daria a resposta e dirigiu-se para o baile da Sra. Condessa de Barral. Dom Pedro II, conhecido pelo típico “já sei, já sei”, mal ouvira as palavras de Paranaguá porque já havia tomado a decisão de chamar o senador Saraiva para resolver a crise. Primeiro Saraiva, depois José Bonifácio e, por fim, Dantas recusam-se a organizar um novo ministério e a crise se acentua, até que é chamado o ex-republicano Lafayette Rodrigues. (Ramos, 2005, p. 151)

Lafayette foi figura emblemática da postura, digamos, maleável da política imperial brasileira. Tendo assinado o Manifesto Republicano em 1870, volta a ser monarquista ao angariar os cargos de Senador e de Conselheiro.

(...) Lafayette se destacava apenas por sua importância como jurista, como também por sua grande ilustração. Ao chegar à presidência do gabinete de ministros foi bastante criticado por sua fraqueza política e pelo abandono do programa de seu partido, apresentado no início da sessão legislativa. Questões como abolição, reforma judiciária, a grande naturalização e o casamento civil foram proteladas ao longo de seu governo, que tentou agradar a todos, liberais e conservadores, e acabou por desagradar a ambas as forças políticas. Lafayette ficou então conhecido por sua frase “pode ser que sim, pode ser que não”, o que virou motivo de críticas e chacotas por parte da imprensa, principalmente nas “Cousas Políticas” de Ferreira de Araújo. (RAMOS, 2005, p. 93-94)

Lélio escreverá sua última crônica no dia 22 de março de 1886, durante o gabinete conservador de Cotegipe, o único não liberal no período em que Machado participará da série e que teve duração de 20 de março de 1885 a 10 de março de 1888. Durante esse período, o cronista acompanhou a queda de Lafayette (em 6 de junho de 1884, tendo seu mandato durado apenas um ano e doze dias) e a ascensão de Dantas (gabinete que durou de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885). A crise desse ministério e sua substituição por Saraiva, cujo gabinete durou de 6 de maio a 20 de agosto de 1885. Esse gabinete liberal, finalmente deu lugar ao gabinete conservador de Cotegipe (cujo nome verdadeiro é João Maurício Wanderley) que se estendeu até 10 de março de 1888 (SODRÉ, 1939, p. 381). Teve longa duração se comparado aos liberais que lhe antecederam, pois, como se pode verificar pelos dados citados acima, de 24 de maio de 1883 a 20 de agosto de 1885, em pouco mais de dois anos, três gabinetes liberais passaram pelo império. Uma verdadeira “dança das cadeiras” que não passaria despercebida pela mirada irônica de Lélio, veja-se a crônica de 05.09.1884:

Minha terra tem cadeiras,
Onde a gente a gosto está,
Os homens que aqui palestram,
Não palestram como lá.

Em descansar esses ossos
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem cadeiras,
Onde a gente a gosto está.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em descansar esses ossos,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem cadeiras,
Onde a gente a gosto está.

E depois a força imensa

Do voto que a gente dá,
E faz andar o governo
Cai aqui, cai acolá!

Assisti a muita crise...
Quem sabe? quem subirá?
É Saraiva ou Lafaiete?
Dantas ou Paranaguá?

Vinha, enfim, o ministério,
Casaca ou farda, e crachá;
Muita gente nas tribunas,
Muito rosto de sinhá...
Não era esta triste vida,
Vida de caracacá.

Se às vezes gastavam tempo
Com algum tamanduá,
A gente dava uma volta,
Deixava uns cinco por lá,
E corria à boa vida
Que se não encontra cá.

Terra minha tão bonita,
Em que as tais cadeiras há,
Cadeiras amplas e feitas
Todas de jacarandá,
Deus lhe dê o que merece,
E o que ainda merecerá.

Nem permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá,
Sem que inda veja os primores
Que não encontro por cá,
E me sente nas cadeiras
Onde a gente a gosto está.

(MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 130-132)

Valendo-se da paródia da *Canção do Exílio* (1843) de Gonçalves Dias, Machado comenta essa instabilidade política através de uma das principais produções literárias que fizeram parte da constituição idealizada do Brasil independente. Chega a citar nominalmente os envolvidos e, ao final, ainda pede a Deus para sentar-se em uma daquelas cadeiras (como se verá, uma situação explorada por Lélío é a simulação de que ele se candidatava a algum cargo público).

2.3 O vazio dos títulos e o cotidiano esquecido

Uma das frentes de atuação de Lélío foi o de comentar as reformas emperradas: reforma do Senado (proposta de Zama) e reformas radicais (propostas em 1869)²⁶. Também esteve em sua mira, desde suas primeiras participações na série, o jogo de aparências para os estrangeiros²⁷ e a perspectiva conciliatória da política imperial²⁸. Lélío comentará discursos proferidos na câmara dos deputados²⁹ e dos vereadores³⁰. Outros discursos, como os que circulam em decretos e em programas de instituições³¹ ou os emitidos pelo ministro da justiça³² estiveram sob a mira do cronista. Ainda o vemos tratando das acusações sofridas pelo presidente de Minas Gerais e deputado na época (posteriormente, durante o gabinete Dantas, seria ministro) João da Mata de que teria usado para serviço pessoal os cavalos do corpo policial³³.

Lélío também esteve atento ao desejo por títulos nobiliárquicos em função da preocupação com as aparências³⁴. Veja-se a seguinte crônica:

Vai haver domingo uma grande festa religiosa, com assistência do internúncio. Oficia um dos nossos distintos vigários, “monsieur (copio o convite) monsenhor comendador doutor Honorato.

Até aqui nada há que dizer. Uma vez que os títulos são verdadeiros, e, ainda mais, quando merecidos, não há senão dá-los e publicá-los. Há tempos contaram-me de um presidente de província, que, dispondo de três títulos, mandou encabeçar com eles a coluna do expediente na folha oficial: “Administração do Exmo. Sr. Brigadeiro conselheiro doutor Fulano”. Se os títulos pertenciam de veras ao distinto funcionário, porque motivo excluí-los ou cerceá-los? Já o velho Karr³⁵ zombava da modéstia que impomos aos outros. Também não acho diferença entre o sagrado e o profano, para admitir cá fora umas coisas, e recusá-las lá dentro. O sagrado, por mais que o seja, repousa na terra, e vive no meio de coisas profanas; e, para persuadir aos homens, é preciso falar a linguagem deles. Devo dizer também, que tudo o que eleva ao serviço das coisas humanas, deve igualmente elevar ao serviço das divinas. (...)

A minha questão é outra: a dos acréscimos. Nada mais natural que ser distinguida a pessoa de que se trata, daqui a um ano ou dois, com uma carta de conselho. Dir-se-á então, nos convites: “Oficiará monsenhor comendador

²⁶ Cf. 1 de agosto de 1883.

²⁷ 22 de julho, 1 e 15 de agosto de 1883 (essa última apresenta outros assuntos de interesse para o presente trabalho e será comentada a seguir).

²⁸ 10 e 22 de julho de 1883.

²⁹ 10 de julho, 11 de agosto de 1883 e 26 de fevereiro de 1885.

³⁰ 26 de fevereiro de 1885.

³¹ 08 de março de 1885.

³² 05 de outubro de 1884.

³³ 11 de agosto de 1883.

³⁴ 15 de agosto 1883 e 24 de setembro de 1885, por exemplo. Ele também comentará como nomeações dessa ordem eram arranjadas irregularmente, veja-se a crônica de 03 de junho de 1885, que será comentada em detalhe na sequência desse mesmo capítulo.

³⁵ “Alphonse Karr, jornalista e escritor francês; sua obra mais conhecida é (...) *Les guêpes*. Na obra *Une poignée de vérités*, há um capítulo intitulado “De la modestie”, onde lemos: “Une belle invention, c’est la modestie. Jê parle de celle qu’on impose aux autres.” (De LUCA, 1998, p. 305). Um trecho dessa última frase será citada por Machado na sequência da crônica.

doutor conselheiro Honorato”. Se vier alguma guerra, e S. Ex. for prestar serviços espirituais ao nosso exército, nada mais justo e legítimo que receber honras de coronel, e a lista dos títulos no convite ulterior será esticada a este ponto: “Oficiará monsenhor comendador doutor conselheiro coronel Honorato”. E assim por diante.

Compreende-se que minha objeção é toda de forma e estilo. Parece-me que os títulos, sendo assim muitos, produzem um efeito desengraçado. Como resolver a questão? Não se há de obrigar o cidadão a recusar os que excederem de três, seja da Igreja, seja do Estado; também não se pode admitir que só sejam mencionados os primeiros; menos ainda que se faça a escolha entre todos. Quem seria o juiz da escolha? Obrigar a não mencionar nenhum, era cair no reparo do velho Karr: *la modestie qu'on impose aux autres*.

Cuido haver achado um meio-termo, em que se concilia tudo, o número das distinções com as exigências do estilo. É empregar, quando os títulos excederem de três, tão somente as iniciais de todos, assim: “Oficiará - m. c. d. c. c. Honorato”. Ou então, cá no profano: “Administração do Ex. Sr. c. b. d. s. d. p. Mascarenhas”. Pode dar-se até uma distinção nova, resultado deste sistema; usadas todas as letras do alfabeto (o que será mui raro), adotar-se-á esta fórmula última: “Oficiará o abecedário Honorato”. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 305)

Deve-se notar nessa crônica a posição de Lélío que ironicamente elogia a postura que, em verdade, está atacando. Veremos ao final do presente trabalho (capítulo 4) em que serão analisadas não apenas tematicamente, mas também formalmente as crônicas aqui estudadas, a recorrência de tal procedimento de Lélío na série *Balas de estalo*. Querendo também angariar títulos, Lélío ironicamente chega a pedir para ter seu nome incluído nas listas para assumir um ministério³⁶. Qualquer um serviria, pois o que quer é ver seu "nome designado para governar" (Idem, p.247) e que seus amigos também o lessem, pois lhe daria importância.

Aproveitando o mote dos títulos nobiliárquicos e mantendo extrema ironia, Lélío comentou a artificialidade das “soluções” dadas aos problemas do cotidiano, como faz na crônica de 15 de agosto de 1883 em que diz notar certa tristeza nos generais da armada. A causa é que sentem a necessidade de alguma coisa, que não era o salário, pois se contentavam com os seus. O motivo foi descoberto por João Florentino Meira de Vasconcelos (ministro da Marinha no Gabinete Paranaguá, de 1882-3 e que em 1885 foi ministro do Império no segundo gabinete Saraiva); eles sentiam falta de “denominação nova”. O próprio Meira de Vasconcelos irá anunciar as novas nomenclaturas:

Os postos de generais do corpo da armada passarão a ter as seguintes denominações, sem alteração dos vencimentos nem das honras militares:

³⁶ 20 de abril de 1885.

Almirante (passa a ser) almirante da armada; vice-almirante (idem) almirante; chefe da esquadra (idem) vice-almirante; chefe de divisão (idem) contra-almirante.” (Idem, p. 54).

Depois de alertar para o fato de o número de categorias de almirante ter dobrado e de que, tendo aberto precedente, a “moléstia” poderia “atacar outros oficiais” até chegarmos aos extremos da criação dos postos de “uma boa meia dúzia de almirantes” ao “aspirante a almirante” (Idem, p. 55).

A partir disso, Machado volta (a exemplo da crônica de 22 de julho) a nos mostrar a cisão, a não compatibilidade das decisões tomadas com o cotidiano brasileiro:

Não há que dizer nada contra a medicação. A Câmara Municipal aplica-a todos os dias às ruas. Quando alguma destas padece de falta de iluminação ou sobra de atoleiros, a Câmara muda-lhe o nome. Rua de D. Zeferina, Rua de D. Amália, Rua do Comendador Alves, Rua do Brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto; c'est pas plus malin que çà. Foi assim que duas velhas ruas, a da Carioca e a do Rio Comprido, cansadas de trazer um nome que as prendia demasiadamente à história da cidade, pelo que padeciam de enxaquecas, foram crismadas pela ilustre corporação: — uma passou a chamar-se São Francisco de Assis, outra Malvino Reis. (Idem, Ibidem)

Em função dessa não compatibilidade das decisões e o cotidiano, Machado se vale da utilização de outras línguas, como no trecho acima, como um dos recursos para indicar a cisão entre as necessidades sociais e as decisões tomadas. No trecho final dessa crônica, comenta o banquete dado pelas “sumidades inglesas” a um ator e que em um discurso, brindando a rainha, a majestade foi comparada metaforicamente a uma atriz e o governo com um tablado. Lélío considera o episódio deplorável e pede que não imitemos os ingleses. Esse olhar mais voltado para “fora” do que para “dentro”, digamos, do país também é comentado em uma crônica em que, dando alguns exemplos de alucinações, Lélío refere a alucinação de um deputado da legislatura de 1864 que todas as manhãs imaginava o imperador oferecendo-lhe a pasta dos negócios estrangeiros. A sugestão contra esses devaneios e estrangeirices é uma dieta de alimentos locais³⁷.

2.4 Os escravos, a dissolução da câmara dos deputados e as eleições: as fraudes e o que se “arranja”

³⁷ 15 de maio de 1884.

Formas de governo e a fragilidade das discussões sobre esse tema no Brasil foram abordadas por Lúlio já no primeiro ano de publicação da série³⁸. E numa dessas crônicas³⁹, encontra-se a primeira referência do autor à emancipação⁴⁰ (dos escravos com 60 anos ou mais) feita nas *Balas de estalo*. É um comentário sutil que critica o abandono e o descaso que o assunto vinha recebendo. Após comentar o conflito entre o Clube Terpsícore e a Sociedade Musical Prazer da Glória e a declaração do clube Terpsícore para que o público suspendesse seu juízo a respeito dele, Lúlio declara que não pode suspender seu juízo e pede para que não se faça desse caso “o que temos feito com o negócio da emancipação” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 63). Ou seja, para que não se suspenda o juízo, não se deixe de tratar do assunto.

A discussão sobre os escravos teve diversos meandros no período. Lafayette havia se comprometido em localizar os escravos nas províncias, para tentar dar mais efetividade à Lei do Ventre Livre (28 de Setembro de 1871). Propunha também a criação de impostos para aumentar o fundo de emancipação. “No entanto, um mês após a sua entrada para o governo, Lafayette ainda não havia proposto nenhuma discussão sobre as reformas “liberais” conforme havia anunciado em sua sessão de posse.” (Ramos, 2005, p. 103) Dantas, assumindo o ministério em 06 de junho, defende a liberação dos sexagenários nos seguintes termos: a localização provincial da escravidão, a ampliação do fundo de emancipação através de uma contribuição nacional, a liberação dos escravos maiores de 60 anos sem indenização aos antigos proprietários. Entremeadas a essa questão encontram-se a eleição da câmara, bem como sua dissolução e as novas eleições para substituir a câmara dissolvida.

A câmara que havia hostilizado Lafayette no que dizia respeito à escravidão foi a mesma que recebeu o projeto Dantas e que imediatamente resistiu à discussão sobre o projeto de liberação dos sexagenários. Com o impasse político gerado a partir de julho de 1884 [em função do projeto Dantas], em 3 de setembro foi dissolvida a 18ª legislatura do império, que representava a primeira Câmara dos Deputados eleita pela reforma eleitoral de 1881, convocando-se novas eleições para 1 de dezembro de 1884. Ainda sob os auspícios da reforma eleitoral feita por Saraiva, candidatos dos partidos Liberal e Conservador se enfrentaram em um pleito que se tornou uma grande disputa em torno da questão da escravidão. A nova câmara representaria, teoricamente, a opinião da nação sobre o destino do projeto Dantas. (RAMOS, 2010, p. 235)

³⁸ 12 de setembro de 1883 e 07 de novembro de 1883.

³⁹ 12 de setembro de 1883.

⁴⁰ Em 04 de agosto de 1884, em meio à ironia que lança sobre as eleições que estavam por acontecer (como se verá na sequência), voltará a falar do assunto.

A dissolução foi conseguida porque Dantas recorreu ao imperador para que esse se valesse do poder moderador (restituído a ele desde as reformas de 1840). D. Pedro II atendeu ao pedido do seu recém escolhido chefe de gabinete ministerial. Lélío não deixaria a turbulência política que ocasionará a dissolução da primeira Câmara dos Deputados eleita de acordo com a reforma eleitoral de 1881 passar despercebidamente, e simula a aparição da câmara em forma de alma do outro mundo propondo uma fusão com o senado, que seria o próprio Lélío.⁴¹

Haveria eleição senatorial para a província do Rio de Janeiro em agosto de 1884 e eleições gerais no início do ano de 1885. Machado, desde julho de 1884, um mês depois da primeira troca de ministério que acompanhou já escrevendo na série sob o pseudônimo de Lélío (saída de Lafayette e posse de Dantas), se põe a comentar questões partidárias e eleitorais. Pode evocar a indistinção liberal / conservador⁴² ou ironizar o dinheiro mobilizado para as campanhas políticas⁴³. Reaparecem as aproximações à política e a ficção⁴⁴. Lélío traça um paralelo humorístico entre o teatro e o ministério em que a falta de clareza deste é comparado, irônica e depreciativamente, a clareza daquele (representada pela luz elétrica no diadema da atriz principal) ao mesmo tempo em que Lélío declara que, já que não foi chamado pelo imperador para debater a crise ministerial, irá ao teatro.⁴⁵ Volta a comentar a indistinção entre liberais e conservadores, simulando uma candidatura sua à vaga de deputado (candidatura essa que se daria por insistência de alguns amigos)⁴⁶. Lélío não deixa de comentar a derrota sofrida pelos liberais no Rio, atribuindo a derrota à falta de coletividade e à imprudência⁴⁷. Mais tarde⁴⁸, em virtude das eleições na câmara dos deputados, Lélío sugerirá aos liberais que, para não perderem, votem todos no mesmo candidato.

⁴¹ 27 de agosto de 1884. Essa crônica antecede àquela já comentada no presente capítulo em que há uma paródia da *Canção do exílio* (05 de setembro de 1884). Note-se que vinculando essa crônica de setembro à questão da dissolução da câmara ela pode incorporar novos matizes políticos em sua interpretação, sobretudo se levarmos em conta que, segundo Lélío, tal paródia havia sido escrita por “um deputado” quando este se achava “prestes a embarcar”. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 130)

⁴² 20 e 25 de julho de 1884.

⁴³ 19 de outubro de 1884.

⁴⁴ Esse foi um procedimento comum tanto a Lélío quanto para outros integrantes das *Balas*, em especial Lulu Sênior. O principal mote para esse procedimento foi uma citação de Molière feita por Lafaiete na câmara. A esse respeito veja-se Ramos (2010).

⁴⁵ 30 de julho de 1884. Observe-se que um diadema (adorno colocado na cabeça) pode servir de elemento de comparação com uma coroa, que, contrariamente, pode não representar clareza alguma.

⁴⁶ 04 de agosto de 1884.

⁴⁷ 19 de agosto de 1884.

⁴⁸ 14 de setembro de 1884.

Em torno das eleições, Lélío dedica algumas crônicas a Cunha Sales⁴⁹, candidato a deputado que prometeu, se eleito, aplicar o subsídio (salário que ganharia no cargo) ao fundo de emancipação dos escravos. As referências de Lélío a isso são irônicas – provavelmente porque o candidato, ao fazer tal promessa, expõe de forma assustadoramente clara como é elitista o sistema eleitoral no Brasil, incluindo as condições impostas para candidatar-se. Em uma delas⁵⁰, Lélío começa dizendo que acaba de desenvolver a maior revolução do século. Logo relembra o leitor do episódio do Sr. Cunha Sales. O foco da crônica está na solução apresentada pelo deputado Paula Cândido⁵¹ para a questão do subsídio. Para ele, o certo seria apenas os eleitores que votaram no candidato que se recusava a receber o salário pagarem-no, já que o principal problema seria os eleitores derrotados pagarem, contra a vontade do candidato, o salário deste. Para Paula, todos os cidadãos iriam querer pagar "para mandar um amigo seu à representação nacional" (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 207). A revolução de Lélío seria a de que "basta decretar a ideia de Paula Cândido para termos boas eleições, pacíficas e solenes, sem fraude nem murro" (idem, *ibidem*). Lélío, então, descreve como seria a sessão de votação: não apareceria ninguém.

A referência às eleições pacíficas feitas na crônica acompanha outras crônicas que comentam atos de violência durante as votações. Em uma dessas⁵², Lélío relata a invenção de um amigo para proteger àqueles "que quiserem assistir às sessões da câmara e voltar para casa intactos" (idem, p. 219). Trata-se de uma espécie de armadura com várias camadas, descrita minuciosamente. Os olhos e os ouvidos também deveriam ser protegidos e, para isso, integrariam a armadura duas peças especiais: "um aparelho especial para as orelhas, composto de duas chapas grossas, que impedem completamente a audição" e ainda "um par de óculos pretos, que não deixam de ver mais que um palmo diante do nariz" (idem, p. 220). Isso não seria tudo, já que "há dois homens no homem, e não basta premunir o físico para resguardar o moral" e esse lado moral será protegido mediante uma confissão que a pessoa deve fazer antes de ir à câmara. Para isso, o amigo de Lélío "contratou dois padres" que absolveriam o eleitor. Por fim, Lélío alerta o leitor que não confunda e acabe indo à casa do invejoso vizinho de seu amigo, que dizia ter inventado um método melhor: "deixar-se cada um ficar em casa" (idem, *ibidem*).

⁴⁹ 18 e 26 de setembro 1884, 19 de outubro de 1884 e 21 de janeiro de 1885.

⁵⁰ 21 de janeiro 1885

⁵¹ "Francisco de Paula Cândido, médico", além de político e jornalista. (De Luca, 1998, p. 206).

⁵² 11 de fevereiro de 1885.

É grande a variedade de aspectos envolvendo as eleições que Lélío aborda. As irregularidades do processo foram assuntos privilegiados seus. Passando pelas propostas de reforma eleitoral⁵³, chegando à compra de votos⁵⁴ e fraudes eleitorais em geral.⁵⁵ Na crônica de 05 de outubro de 1885, Lélío afirma o seguinte:

Creio na opinião, toda poderosa, criadora, da câmara e dos ministérios; creio na Reforma Eleitoral, filha sua, que padeceu e morreu com Sinimbu⁵⁶, ressurgiu com Saraiva, desceu às comissões de redação, e subiu à Sanção imperial, donde há de vir, de quatro em quatro anos, julgar os vivos e os mortos; creio no Cotegepe, que a ajudou a passar no senado; creio no Paulino que a propôs em 1869, nos agentes do ministério de 28 de março; e em vós, Dantas, que prometeste cumprir a maior imparcialidade em dezembro. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 149)

Ironicamente Lélío declara sua crença na Reforma Eleitoral e naqueles que se envolveram com ela. Ele declara, na sequência, que essa crença acabou depois de “dois finos epigramas do Sr. ministro da justiça e do Brasil”⁵⁷ (Idem, *ibidem*). Ele tornou-se um cético e revela o conteúdo desses epigramas:

O primeiro acaba de recomendar aos presidentes de províncias que até a eleição não distribuam mais patentes da guarda nacional. O segundo dedicou um artigo a esse ato [distribuição de patentes], chamando-lhe conquista da liberdade, tardia embora, mas ainda útil. (Idem, *ibidem*)

A revelação da fraude via troca de votos por patentes é, portanto, o motivo da descrença. É como se tivesse dito ao “eleitorado que oscila entre os partidos cujo voto decide das eleições: - Vocês não passam de coronéis nomeados ou por nomear” (idem, *ibidem*). No embate com as fraudes, a reforma eleitoral sempre sai perdendo. Além das patentes trocadas por votos, defuntos que podem aparecer como votantes⁵⁸ também emperram a possibilidade de uma mudança efetiva (para melhor) do sistema eleitoral. Em meio a essas críticas, que incluem a denúncia de Acusações combinadas com

⁵³ 05 de outubro de 1884, 21 de novembro de 1884, 05 de janeiro de 1885, 11 de janeiro de 1886.

⁵⁴ 05 de outubro de 1884.

⁵⁵ 05 de outubro de 1884 e 12 de dezembro de 1884.

⁵⁶ João Luís Vieira Cansanção de Sinimbu, político de carreira extensa na qual ocupou diversas funções. O auge dela se deu ao ser convocado pelo imperador D. Pedro II para chefiar o novo governo após a morte de Zacarias. Político do partido liberal, seu gabinete durou de 1878 a 1880 e nele iniciou-se a tentativa de reforma eleitoral só efetivada no gabinete seguinte, também liberal, de Saraiva. Ver Sodré (1939, p. 381) e o verbete “João Luís Vieira Cansanção de Sinimbu” em Vainfas, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

⁵⁷ Na época era Francisco Maria Sodré Pereira.

⁵⁸ 12 de dezembro de 1884.

finalidade de autopromoção eleitoral⁵⁹, Lélío, em uma de suas mais irônicas crônicas sobre o assunto, declara ter feito uma reforma eleitoral⁶⁰. Prontificando-se a trazer uma solução para os problemas eleitorais do país, ele sugere uma lei eleitoral em que se promoveria uma alternância entre os partidos. Lélío explica como seria tal processo na câmara e até no senado:

No princípio desse e de todos os séculos vindouros, até o ano 5000, se Deus for servido, organizar-se-á uma tabela de alternância dos partidos, para todo o século, tabela que será publicada nos jornais de maior circulação, depois de aprovada por um decreto. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 199, grifo meu).

Mesmo o senado, que tem “duas maiorias”, continuará vitalício (quando alternarem-se os partidos, no senado só mudará o partido que será detentor dessa maioria, sem exclusão dos demais). Como se percebe, o mecanismo inclui o comentário sobre a postura conciliatória da política brasileira que se enraíza no passado e se projeta para o futuro (“no princípio desse e de todos os séculos vindouros”) sem qualquer perspectiva de mudança.

Lélío cria simulações de situações bem concretas de um sistema eleitoral, do cotidiano mesmo do sistema de votação. Ele chega a nos mostrar uma situação em que está prestes a levar sua cédula à urna⁶¹. Dotada de grande ironia, como de costume, revela não exigir do seu candidato nem “método político, nem estilo, nem ainda sintaxe”. Pede apenas, “como liberal, que ampare a liberdade” (Idem, p. 176). Refere alguns episódios do cotidiano aparentemente (apenas aparentemente) não relacionados ao assunto que declara ser o principal da crônica, a liberdade.

Não vou falar dos vinhos falsificados e deitados ao mar, nem especialmente nos 350 barris que foram para o Rio Grande do Sul, e que a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL daqui denunciou à alfândega de lá, como feito de vegetais nocivos à saúde. Lá estão no mar como os outros. Também não quero saber se Ramalho Ortigão teve razão, há tempos, tendo dito que o vinho do porto é agora fabricado na rua dos ingleses. Em alguma rua se há de fabricá-lo.

A minha questão é mais elevada; é de liberdade.

No andar em que vamos, não tarda que a denúncia desça a outros ramos de negócio. Hoje persegue-se um vinho nocivo à saúde; amanhã iremos aos pesos falsificados, às medidas incorretas, às trocas de tecidos, à composição das velas, às solas dos sapatos, à seda dos chapéus de sol; e,

⁵⁹ 06 de dezembro de 1884.

⁶⁰ 09 de janeiro de 1885.

⁶¹ 1º de dezembro de 1884.

porque há abusos no comércio, lançaremos a suspeição a todo ele: é a inquisição, é a santa irmandade, é o farisaísmo.

Não, senhores; não pode ser isto, sob pena de aluir tudo. Que capricho é esse de querer que lebre seja sempre lebre e negar ao gato o direito de substituí-la de uma ou outra vez? Há liberdade para as opiniões, que podem corromper a alma e a sociedade, e não há para as coisas da boca? Porventura o corpo é mais que o espírito? Não vale mais a sociedade que alguns indivíduos?

Dão-se abusos, decerto, mas a liberdade é isto mesmo; o melhor é tê-la assim, que nenhuma. (Idem, p. 176)

Mantendo a ironia, Lélío prossegue dizendo que há uma “solidariedade de classes e profissões nisso tudo” (Idem, *ibidem*) sem a qual a sociedade pereceria, pois o vinho nocivo, fazendo mal às pessoas, faz com que o médico e o farmacêutico ganhem dinheiro para tratá-lo. Morrendo o paciente, o dinheiro também irá “ao armador funerário, ao padre, às cocheiras de carro” (Idem, *ibidem*). Depois de alguns comentários nos revela: “propor tais questões é resolvê-las. Dou, portanto, meu voto a quem defender a liberdade mercantil e, com ela, a liberdade social e política” (Idem, p. 177).

Em outra crônica⁶², não só um monólogo de eleitor, mas também o diálogo entre eleitor e candidato é construído por Lélío. O candidato, pedindo voto “para a próxima eleição para deputado” (Idem, p. 164), intercepta um eleitor, que faz perguntas pertinentes (como sobre as dificuldades do cargo, as responsabilidades e obrigações de quem for eleito...). O candidato revela grande ignorância. O real motivo da candidatura é a vaidade pessoal, percebe-se pelas palavras do candidato, que confessa pretender ser ministro futuramente. Diz que quer candidatar-se para falar “contra o ministério”, ao que o eleitor responde: “Ah! É Contra o Dantas?” Que era o chefe do gabinete ministerial naquele momento. Mas o candidato revela: “- Nem contra nem pró. Quem é o Dantas? eu sou contra o ministério” (Idem, *ibidem*). Ou seja, ele sequer sabe contra quem ele diz que quer se posicionar.

Ao final da crônica, ficamos sabendo que outro candidato já havia pedido o voto desse mesmo eleitor. Diante das perguntas deste, as respostas haviam sido tão ruins quanto às do candidato focado na crônica. Isso faz com que o eleitor pense que são do mesmo partido. Engano: são rivais, porém... iguais...

A crônica havia iniciado, com o candidato fazendo uma síntese do sistema eleitoral para defender a liberdade de candidatar-se, dado a referência do eleitor ao elevado número de candidatos:

⁶² 10 de novembro de 1884.

- (...) A reforma eleitoral deu a cada eleitor a independência, e até fez com que adiantássemos um passo. Em rigor, e pelo antigo sistema, há dois modos de fazer eleição – ou por designação de um chefe ou por acordo dos eleitores em reuniões públicas. Não contesto que o primeiro modo dá a unidade e o segundo a liberdade de voto. Nós, porém, inventamos um terceiro meio mais próximo de família, mais adequado aos sentimentos bons e sossegados: a candidatura de paróquia, de distrito, de rua, de meia rua, de casa e de meia casa... Quem é que não tem um ou dois companheiros de escritório ou de passeio? (Idem, ibidem)

Os candidatos parecem ser mais os problemas do que as soluções do eleitor brasileiro. Tanto que chegam a invadir os sonhos, ou melhor, os pesadelos de Lélío⁶³. Depois de ter um pesadelo e acordado sobressaltado, Lélío adormece e outro pesadelo o invade. Um homem abre a porta de uma casa e o recebe, o anfitrião, depois da entrada de Lélío, fecha a porta à chave e a coloca no bolso, para que ninguém os incomodasse, conforme reponde a Lélío. Com um livro entre as mãos, o homem informa que tinha uma demanda e que era candidato a uma vaga de deputado. Enfadonhamente, o homem começa a falar do livro, com riqueza de detalhes, incluindo, além da doutrina, do método e do estilo, citações, notas e apêndices. Leu sete capítulos e relatou quais críticas previa e as refutou. Depois passou ao assunto da demanda, Lélío cada vez mais enfasiado.

Eu sentado, afiava o ouvido, a ver se aparecia alguém; pedia a Deus um salteador ou a justiça, que arrombasse a porta. Ele, se falou em justiça, foi para contar-me a demanda, que era uma **ladroeira do adversário**, mas havia de vencê-lo a todo custo. Não me ocultou nada; ouvi o motivo, e todos os trâmites da causa, com anedotas pelo meio, uma do **escrivão**, que estava **vendido** ao adversário, outra de um **procurador**, as **conversações entre os juízes**, três acórdãos e os respectivos fundamentos. À força de pleitear, o homem conhecia muito textos, decretos, leis, ordenações, citava os livros e os parágrafos, salpicava tudo de perdigotos latinos. Às vezes, falava andando, para descrever o terreno, - era uma **questão de terras**, - aqui o rio descendo por ali, pegando com o outro mais abaixo; deste lado as terras de Fulano, daquele as de Sicrano... **Uma ladroeira clara**; que me parecia? (Idem, p. 340, grifos meus)

Em um breve trecho, a exposição detalhada de formas como as irregularidades aconteciam. Machado não fala de forma generalista, mas focada concretamente no

⁶³ “Antes a rocha Tarpeia”, crônica da qual não se conhece a data, mas que foi assinada por Lélío e encontrava-se no *Almanake da Gazeta de Notícias para 1887*, tendo sido escrita, portanto, em 1886. (DE LUCA, 1998, p. 338).

mecanismo da “ladroeira”, como diz o candidato a deputado na crônica citada, do juiz ao escrivão, ninguém parece escapar do sistema da corrupção.

O candidato segue e agora pede votos a Lélío, faz diversos autoelogios para afirmar que sua candidatura é a mais legítima de todas, já que tinha “serviços prestados em vinte anos de lutas eleitorais, luta de imprensa, apoio aos amigos, obediência aos chefes.” (Idem, *ibidem*) Lélío declara, ao final, que preferia o pesadelo anterior, em que apareceu correndo o risco de despencar de uma rocha do que esse último pesadelo, pois é mais custoso ter paciência para suportar esse maçante do que aguentar o perigo daquela situação.

Lélío, passando pela etapa das candidaturas, dos pedidos de votos e dos em tornos em geral dos mecanismos políticos antes da eleição, aí já permeadas de irregularidades, fraudes e “ladroeiras” de toda ordem, não deixa de comentar a continuidade dessas práticas na atuação daqueles que conseguiram se eleger. Cargos e prestação de serviços públicos arranjados⁶⁴ a amigos foram enfocados pelo cronista. Lélío declara-se “tão atordoado”, que não sabe se chegará “ao fim do papel” (idem, p. 264). Uma das causas de seu atordoamento foi a revelação feita pelo Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel⁶⁵ ao criticar Gonçalo Faro de Rolemberg⁶⁶, que na época era vice-presidente de Sergipe. Aristides “recorda ao Sr. Faro (...) alguns serviços que lhe prestou. Entre estes figura a nomeação de tenente-coronel da guarda nacional, feita a instâncias de S. Ex.” (Idem, *ibidem*). Acresce-se a essa nomeação outro pedido dele, o do título de barão. Lélío capta o absurdo da situação que parece passar desapercibidamente aos envolvidos e que indica o quão normal tal procedimento – absolutamente irregular – já era nas práticas políticas brasileiras da época. A expressão desse absurdo se dá pela ironia como Lélío constrói seu comentário sobre o fato, feito na sequência.

Perdoe-me S. Ex. Cuido que esta revelação, desvendando o segredo profissional, vai lançar a mais cruel desilusão no animo de todos os agraciados deste país. Eu mesmo, que não tenho nada na casaca, nem no nome, estou que não posso comigo, pela razão natural de que posso vir a ter alguma coisa. Em verdade, pelo que se passou na consciência e na imaginação do Sr. Faro, pode-se calcular o que acontece nas de todos que recebem uma graça. (Idem, *ibidem*)

⁶⁴ 03 e 14 de junho de 1885, respectivamente.

⁶⁵ “Jornalista e político, administrou as províncias de Alagoas, Maranhão e Minas Gerais; foi também representante de Sergipe na assembleia provincial e na câmara dos deputados” (DE ÇUCA, 1998, p. 264).

⁶⁶ “Barão de Japarutuba, titulado por decreto em 1860” (Idem, *ibidem*)

Em seguida na crônica, Lélío cria duas suposições de como se deu a nomeação. A primeira ele descreve como teria sido “na consciência” (Idem, *ibidem*), e corresponde a uma ironia que revela o modo como o cargo sem justificativas legais teria sido arranjado em função “ar marcial” que Faro teria... Não era nenhum Napoleão, como afirma Lélío, “mas ninguém que te veja pode deixar de exclamar: Ou eu me engano, ou este homem acaba tenente-coronel”, e “o teu ar marcial fará crer que tens um exército” (idem, *ibidem*).

A segunda suposição se daria “na imaginação” (Idem, p. 265) e corresponde à forma como tal processo de nomeação deveria ser, de modo a buscar méritos no agraciado, sem a interferência de apreciações subjetivas em relação à aparência (ao “ar marcial”...). Deveria ser fundamentada em informações sobre o trabalho do futuro nomeado. Por essa via (que não corresponde à realidade do caso), o Imperador, por meio de um despacho, lembraria o ministro da justiça (que nessa época era Lafayette) da nomeação de Faro. E ambos, por terem seguramente “as melhores notícias desse Faro” (Idem, *ibidem*), no que os demais administradores presentes os acompanhariam. Todos os envolvidos, então, com a nomeação de Faro, teriam um conhecimento minucioso dele, e o cargo lhe seria confiado. Todos conheceriam seu “zelo, retidão e clareza de espírito, temperança dos costumes, afabilidade das maneiras, sintaxe, penteado, filosofia, etc., etc.” (Idem, *ibidem*). Mas nada é assim, pelo contrário:

Tudo isso desaparece com a revelação do Sr. Prado Pimentel. Não desaparece para esse somente, mas para todos os agraciados, que vão perder os aplausos da consciência e as visões da imaginação; passaram a ser agraciados de um amigo, de um compadre, de um colega, que vem à corte e escreve no rol de lembranças: "arranjar para o Chico Boticário uma comenda". Lá se vai toda a teoria das graças do Estado. Não, o Dr. Prado Pimentel não podia desvendar o segredo profissional. (Idem, p. 265)

O mecanismo da patronagem é evidenciado nessas linhas. Não só os cargos eram arranjados, mas também os serviços prestados por particulares à esfera pública. Poucos dias depois da crônica sobre Prado Pimentel e Gonçalo Faro, Machado comenta o caso do vereador que tira a prestação de serviço público (limpeza do matadouro) de um sujeito chamado Fuão da Silva, que o fazia de graça, para arranjá-la a um amigo seu, que irá cobrar quatrocentos mil réis mensais pela prestação do serviço. E numa sessão da câmara um vereador fala ao seu colega que havia feito tal concessão, “disse-lhe claramente que estava perseguindo o Silva e protegendo alguém à custa dos cofres

municipais” (Idem, p. 270). Apesar de tal situação ser “um escândalo”, “já não era o primeiro”. Esse mesmo vereador “é uma potência no matadouro, onde prefere a quem quer; que prorroga contratos sem conhecimento da causa” (Idem, ibidem). Ele também protege “certo Marinho, e muitas outras coisas”. O vereador conclui dizendo “ironicamente que esperava que o outro, com a eloquência que todos lhe reconhecem, viria explicar o ato” (Idem, p. 271). Lélío jura “por Deus Nosso Senhor que não [está] inventando” (Idem, ibidem) quando nos revela a resposta. O vereador atacado diz que o “novo empresário, Fuão Dumas, que faz a limpeza por 400\$000, dá 200\$000 mensais ao primeiro, que o fazia de graça” (Idem, ibidem). Ou seja, surgiu um mediador entre o serviço e o município. Ele passa a ganhar duzentos mil-réis mensais sem fazer nada e dar outros duzentos mil réis para aquele que fazia sem ganhar nada. E o custo do município com isso que era inexistente, agora é de quatrocentos mil-reis por mês.

Lélío espanta-se ao perceber que “tudo isso foi dito sem barulho, e respondido sem barulho” (Idem, ibidem), então, entendemos o início da crônica, que trata ironicamente da questão de como na câmara as coisas podem ser ditas claramente, ou seja, não é preciso disfarçar as irregularidades.

A razão que me faz amar, sobre todas as coisas deste mundo, a nossa Ilma. Câmara municipal, é que ali a gente pode dizer o que tem no coração.

Cá fora tudo são restrições e cortesias. Um homem crê que outro é tratante e dá-lhe um abraço, e raramente um pateta morre com a persuasão de que o é. Obra das conveniências, costumes da civilização, que corrompe tudo.

Na ilustríssima é o contrário.

Tudo ali parece respirar o estado social de Rousseau, é pura delícia da natureza em primeira mão. Não há sedas rasgadas, nem outras bugangas e convenções. (Idem, p. 270)

2.5 Outra esfera política: questões municipais

Os comentários sobre a política feitos por Machado nas *Balas de estalo* não enfocam apenas questões da administração do Império como um todo. Voltam-se também para a instância municipal. Lélío, em alguns momentos, comenta decisões dos vereadores e o dia a dia da câmara e o da cidade. Ao descer à minúcia dos comentários sobre a municipalidade, fala do desvio de dinheiro na administração do matadouro⁶⁷: “Trata-se do matadouro. Quaisquer que sejam os divisores, parece certo que houve

⁶⁷ 19 de outubro de 1885.

dividendo e divisão; (...) resta crer que eles [os cobres] ficaram por cá. Mas não importa saber com quem ficaram; basta saber que sim, e concluir que há grande desmando” (idem, p. 310). Ao buscar a “causa do mal”, acrescenta “ao caso do matadouro o barulho das barraquinhas” e conclui que “a causa das causas não é senão a própria organização da municipalidade, que tem caído por falta de vida de condições próprias” (idem, ibidem). E a municipalidade é criticada por não conseguir resolver as questões básicas dos serviços públicos. Lélío reclama autonomia administrativa para o município, mas não acredita que, atingindo essa autonomia qualquer problema venha a ser resolvido. Para ele, “o governo deve voltar aos princípios (...). Ora, os princípios, em relação às municipalidades, exigem para elas uma vida e independência, que a nossa perdeu há muito” (Idem, ibidem). A partir disso declara:

Assim é que o governo, segundo penso, para evitar por uma vez que se repitam os casos do matadouro e barracas, deve entregar também à câmara municipal a administração do serviço de gás, a concessão das linhas de tramway, a limpeza das ruas, e tudo o mais que pertence ou pode caber a essa corporação. (Idem, p. 311)

A municipalidade “empossada de tão graves interesses” (idem, ibidem) não daria conta de melhorar os serviços e a situação se manteria insatisfatória.

A falta de competência administrativa do município é vista por Lélío não apenas nas questões do dia a dia como também em momentos de celebração de datas comemorativas. Na crônica de 08 de setembro de 1885, um dia depois da comemoração pela Independência, portanto, Lélío comenta que a câmara municipal ficou com o encargo de escolher um quadro comemorativo. Para tanto, abriu-se concorrência e os pintores que “acudiram ao chamado do edital” (idem, p. 300) deveriam indicar os preços. Lélío, então, ironiza o fato de a câmara municipal ter escolhido o quadro comemorativo da Independência pelo valor mais baixo. “A câmara examinou não os quadros, que os não há ainda, nem esboços, examinou os preços e escolheu o mais barato.” E ele segue com ironia: “Com franqueza, a câmara não tinha o direito de ser cruel, mormente agora que os convida a celebrar a nossa data nacional. Para que vir dizer-nos que somos Cartago e não Atenas? que o preço módico é nosso princípio estético?” (idem, ibidem).

Desvalorizar a arte nacional e mostrar ignorância artística é o que foi feito pela câmara segundo o cronista, que faz seu comentário definitivo sobre o episódio:

Também não gostei que a câmara agravasse o epigrama com uma razão administrativa e um conselho de caçoadas. A razão é que lhe cabe zelar os dinheiros municipais e o conselho é o que deu um dos vereadores para que o concurso fosse decidido por uma comissão de artistas. Nem um nem outro valeu muito; a razão, porque a câmara não tratava de calçar a minha rua, necessidade urgente e da natureza daquela em que toda a economia é benefício; - o conselho, porque, se os artistas é que haviam de decidir, então eles é que deveriam estar na câmara. (Idem, ibidem)

A mesma câmara que revela sua incompetência e mediocridade mostra-se autoritária em outros casos. Lélío observa esse autoritarismo ao ironizar a cobrança de quinhentos mil réis de um pretendente a abrir um quiosque no largo S. Francisco de Paula. O dinheiro seria destinado ao um enigmático *Livro de ouro*⁶⁸. Caso de autoritarismo em alguns lugares e permissividade em outros também foram apontados pelo cronista. Na crônica de 11 de outubro de 1885, Lélío referindo-se a sua conversão ao espiritismo, narrado na crônica anterior, de 5 de outubro⁶⁹, revela que tinha planos de abrir uma igreja em Santo Antônio de Pádua, já que estava iniciado na nova doutrina e poderia tirar proveito disso. Declara o que planejava: “Claro, era meu plano. Metia-me na vila, deixava-me inspirar por potências invisíveis, predizia as coisas mais joviais ou mais melancólicas deste e do outro mundo, reunia gente, e fundava uma igreja filial.” (Idem, p. 308). Um bom resultado era esperado: “Antes de seis meses poderíamos ter ali um bom contingente” (idem, ibidem). Lélío estava com tudo pronto, da alma às algibeiras, passando pelas malas, até que lê o artigo 113 do código de posturas da câmara municipal da cidade de Santo Antônio de Pádua, sujeito à aprovação da assembleia provincial do Rio de Janeiro. Nele dizia que estava “proibido fingir-se inspirado por potências invisíveis ou predizer coisas tristes ou alegres” (Idem, ibidem). Aquele que infringisse tal norma pagaria uma multa de 50 réis e ficaria oito dias preso. Declara que com isso tudo sua alma caiu aos pés. A maior ironia recai sobre o fato de não haver no artigo uma especificação de como determinar o que é fingimento, logo “Jeremias, que lá fosse, e o seu secretário Baruch⁷⁰ podiam dizer pérolas; iriam ambos para a cadeia, porque o art. 113 não explica por onde é que se manifesta a simulação”

⁶⁸ 23 de novembro de 1885. Essa crônica, é importante que se diga, é pontuada por inúmeros comentários sobre os escravos.

⁶⁹ Item 2.1 do presente capítulo.

⁷⁰ Jeremias foi um profeta perseguido pelo povo de Israel, por anunciar coisas que o povo não queria ouvir, mas as gerações posteriores reconheceram na sua profecia a voz de Iahweh (Deus). Baruch foi secretário de Jeremias e, muitas vezes, ia a lugares que seu mestre não podia ir. Agradeço ao amigo Fernando Brum pelo esclarecimento e pela indicação da leitura de Jr 36.

(Idem, ibidem) Lélío acaba desfazendo as malas, a alma e a as algibeiras. Ao final da crônica, Lélío lança um comentário afiado referindo-se ao fato de que na corte “a gente pode dizer por meio de cartas uma porção de coisas alegres ou tristes, e ainda em cima recebe dois mil reis, ou cinco, se a notícia é excelente, e a pessoa é graúda, e ninguém vai para a cadeia; ao passo que ali em uma simples vila do interior...” (Idem, p. 309). O comentário final é, portanto, sobre a cartomancia na corte ser liberada e ninguém ir preso ou pagar multa por praticá-la, ao contrário, ganhar-se dinheiro com isso. Como é típico da ironia machadiana, nem a postura arbitrária observada em Santo Antônio de Pádua nem a permissividade da corte quanto às práticas referidas na crônica são elogiados. Pelo movimento irônico, de negação absoluta, ambos são criticados.

2.6 Desordem de toda ordem

Diversas irregularidades e atos inconstitucionais partindo dos órgãos públicos foram enfocados por Machado. Em âmbito geral, observa-se que o ceticismo impera ao observar que justamente de onde deveriam partir os exemplos de cumprimento das regras, vem o descumprimento delas. Deriva-se daí o desrespeito das determinações legais também por parte da população. Em novas facetas da incompetência, os representantes da câmara municipal esqueceram que haviam ordenado a troca de nome de uma rua da corte⁷¹. Ironizando o episódio, Lélío diz que “se a própria câmara esquece o que faz, toda a gente pode igualmente esquecê-lo” (Idem, p. 331). Conforme o cronista, as mudanças de nomes eram tão frequentes que uma nova e lucrativa carreira poderia ser seguida por aquele que desse um curso que conseguisse ensinar a topografia da cidade em dois anos. Algumas das novas ruas traziam o nome de senhoras, outras tinham o nome muito longo. Sendo assim, pensa em não oferecer seu voto mais a candidato a vereador algum que não lhe prometa dar a alguma rua o nome do sacerdote que o batizou (Rua do Cônego Honorário da Capela Imperial do Reverendo Fortunato Matias Vasconcelos). O nome seria comprido e difícil de memorizar, mesmo assim, entre outras vantagens trazia a de servir a um amigo seu... Lélío tem uma alternativa a essa ideia e nos diz o seguinte:

⁷¹ 09 de fevereiro de 1886.

Ou então, se não quiserem aceitar a condição, faça uma coisa; votem em mim. Uma vez empossado da cadeira de vereador, farei comigo essa reflexão: “Lélio, deixa-te de histórias. *Comme les autres...* Tu tens amigos; não lhes pode dar uma comenda, nem um jantar, que é raro; dá-lhes uma rua. Rua Coronel Alberto não faz mal a ninguém, e faz muito bem ao Coronel Alberto. Não dizes sempre que a tua afilhada Vitorina está ficando uma linda macetona? Tens aqui uma travessa de D. Vitorina Pessoa. Ou preferes dar-lhe um vestido? O vestido rasga-se...” (Idem, p. 332)

Simula, então, que, eleito, também distribuiria nomes de rua a amigos e parentes. Sendo vereador poderia dizer: "as ruas eram minhas, por ser da câmara, e podia fazer delas o que quisesse." (Idem, ibidem) Essa distribuição de nomes serviria de negociata política, já que aqueles que não tivessem conseguido um título poderiam ganhar uma rua em seu nome. Isso acalmaria os ânimos daqueles que, desprestigiados pela falta de título, falassem “até em república” (Idem, ibidem). Essa prática de distribuição dos nomes desconsideraria que o nome anterior da rua poderia estar ligado a sua história e a sua origem, como observa o cronista. Qualquer um poderia ganhar essa graça, pois alguém que “não dá tamponas nas pessoas que passam” (idem, p. 333) já teria mérito para isso. Aliás, observa Lélio, “O mérito tem escalas; uns fazem política, os outros sapatos; mas não há boa política sem bons sapatos. E o sol quando nasce é para todos, tanto para Gonçalves Dias, como para o meu amigo Prudêncio⁷², um que não tem este olho” (Idem, ibidem)⁷³.

Partindo do ingresso do candidato no corpo político e chegando, como seria de se esperar dada a irregularidade desse ingresso, as suas ações depois de eleito já estão tomadas pelas fraudes ou desvios das regras. Essas práticas instauram o descrédito quanto a qualquer medida tomada com o objetivo de ampliar a participação popular ou

⁷² Mesmo nome dado ao famoso personagem do *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) com atuação destacada nos capítulos XI – “O menino é o pai do homem” e LXVIII – “O vergalho”. O escravo que, depois de alforriado, reproduziu os maus tratos e humilhações sofridas por parte de Brás, montando em outra pessoa como se fosse um cavalo e falando “- Cala boca, besta!”. Também podemos lembrar um trecho de *Quincas Borba*: “Se, em vez de minha avó, fosse um rato ou um cão, é certo que minha avó não morreria, mas o fato era o mesmo; Humanitas precisa comer. Se em vez de um rato ou de um cão, fosse um poeta, Byron ou Gonçalves Dias, diferia o caso no sentido de dar matéria a muitos necrológios; mas o fundo subsistia. O universo ainda não parou por lhe faltarem alguns poemas mortos em flor na cabeça de um varão ilustre ou obscuro; mas Humanitas (e isto importa, antes de tudo), Humanitas precisa comer.” A escala estabelecida por Quincas em sua explicação sobre Humanitismo, lembra o movimento de Lélio, na proporção que põe em sequência o grande e o pequeno.

⁷³ Essa demonstração do uso dos direitos públicos para interesse privado foi bastante tratada por Machado nessa série e será comentado com a merecida ênfase, apontando suas relações com o conceito de “cordialidade” de Sérgio Buarque de Holanda em seu raízes do Brasil, de 1936, no quarto e último capítulo desse trabalho.

assegurar a lisura de qualquer etapa do processo eleitoral ou administrativo. Nesse sentido, a lógica do compadrio é capaz de superar a reforma eleitoral⁷⁴.

Rezam as escrituras políticas que Saraiva, à imitação de Jeová, criou o eleitor ao sexto dia, com um pouco de barro temporário e outro vitalício. Para que ele não vivesse só, deu-lhe um sono tirou-lhe uma costela e fez dela outro eleitor; depois entregou-lhes o paraíso. Mas tudo isso é lenda; a verdade é esta outra.

O eleitor, narrou obsequioso, é geralmente benigno, dado a mimos de festas e outras finezas. Logo que Saraiva lhe entregou o voto, disse consigo: A qual dos meus amigos darei esse leitão? Tenho Fulano, que é meu advogado antigo, há mais de oito anos, tenho Sicrano, padrinho de Ninica, e que assistiu ao meu casamento; finalmente, tenho também Beltrano, que nunca deixava de me convidar para os seus bailes, onde acho sempre boa roda. A qual deles mandarei este leitão gordo? (Idem, p. 329)

Ao contrário do estabelecido em documento oficial, a lógica eleitoral se dava através das relações e dos interesses pessoais, partindo do corpo político a irregularidade das práticas levando à descrença nas instituições e dando margem para que o descumprimento das leis se instaure. As leis criadas pelo Estado poderiam não ser mais do que uma espécie de comédia, uma farsa.⁷⁵ Lélío diversas vezes conversa com seus leitores⁷⁶, em uma dessas oportunidades, confidenciou a seu leitor que estava melancólico. O motivo, entre outros, era que 14 mil sacas de café avariado haviam sido vendidas como se estivessem boas, ludibriando os compradores. Ele acrescenta que dessas 14 mil, apenas 600 haviam sido resgatadas pela Junta da Higiene, órgão responsável pelas questões de salubridade no império. “A ideia de que uma parte desse café pode estar no meu organismo lança-me na mais profunda consternação” (Idem, p. 151), declara. O tom do texto fica entre patético e melancólico, tanto mais porque ao início da crônica ele declara que pela manhã viu a notícia da publicação de uma valsa intitulada *A minha vida é bem triste oh! Virgem mãe celeste!* Mas Lélío declara ainda outro motivo de tristeza. O fiscal da freguesia de Santo Antônio, — digno funcionário municipal, havia mandado executar o § 14, título 3, seção 2^a das posturas de 1838, que determinava que os cães que andassem soltos pelas ruas deveriam ser mortos. Ele destaca que “a prova de que não há nessa postura a menor intenção proibitiva ou coercitiva é que ela nunca foi cumprida, e lá vai meio século” (Idem, *ibidem*). Para

⁷⁴ 11 de janeiro de 1886.

⁷⁵ Sobre essa visão da política vista como encenação, como comédia nas *Balas de Estalo*, veja-se Ramos (2010). Em especial, para a crônica comentada na sequência (de 10 de outubro de 1884), veja-se as páginas 205-207 do referido trabalho.

⁷⁶ Um procedimento característico da prosa de Machado de Assis e que foi analisado com detalhe em todos os romances do autor por Hélio de Seixas Guimarães (2004).

“sacudir todas essas causas de melancolia”, Lélío admite que recorreu a um *sursum corda*⁷⁷, que é a

circular do Sr. Ramos Nogueira, que se propõe a deputado pelo 2º distrito de S. Paulo. Todo esse documento é de levantar espíritos. Os tempos são chegados, diz ele, e prova-o dissertando longamente sobre a marcha da civilização e o advento do espiritismo. O Sr. Ramos Nogueira é espírita, e o mais adiantado de todos. — “Sendo o mais adiantado espírita do mundo (diz ele), pela misericórdia do Senhor, falo em consequência de dupla vista”. Noutro lugar afirma que —na câmara há de levantar-se um braço de ferro, que porá a ordem no seio da pátria; esse é o designado há 19 séculos. Isso em Pindamonhangaba. Para os lados de Bertioga há outro *sursum corda*, um profeta, que ali prega, confessa e batiza, e começa a ter os povos atrás de si. As folhas locais chamam-lhe especulador. Não sei por que não há de ser também um homem convencido, e até mandado, profeta às direitas para anunciar o advento da verdade. [...] Eu cá aceito todos os profetas, contanto que estejam convencidos. Quanto às doutrinas, é outro caso. Há dias o Sr. Dr. Aleixo dos Santos fez um discurso para demonstrar que é a verdade que governa o mundo moral. Venham, pois, todos os profetas do universo e não destruirão este dogma de um autor, cujo nome me escapa, mas basta o dogma: creio que dois e dois são quatro, mais je n’en suis pas sûr. (Idem, 152)

A frase citada ao final do parágrafo é de “Paul-Louis Courier, escritor de panfletos satíricos, em sua *Lettre à Messieurs de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, escreve o seguinte: “Je tiens que deux et deux font quatre; mais jê n’em suis pás sûr”.” (DE LUCA, 1998, p. 152). Não se pode ter certeza nem acreditar em nada, nem uma verdade é fixa⁷⁸ e Machado aproxima de forma irônica o espiritismo às leis no Brasil, indicando um paralelo entre coisas em que não se pode acreditar... A lição do ceticismo fica dada através dessa crônica. Lélío chega a falar diretamente sobre o ceticismo ao abordar a questão dos impostos inconstitucionais⁷⁹. Ele trata dessa inconstitucionalidade em Pernambuco, mas refere diversas vezes que isso também havia ocorrido na corte e a qualquer dia poderia reaparecer. Insinua que não era a primeira vez que a cobrança de impostos inconstitucionais acontecia, era uma situação recorrente, repetitiva. Lélío

⁷⁷ “*Sursum corda* é uma expressão latina usada como encorajamento, cuja tradução é —corações para cima. A expressão deriva do Prefácio da missa em latim, quando o oficiante diz essa frase de alegria e o clérigo responde: *Habemus ad Dominum*, ou seja, temo-lo voltado para o Senhor. A expressão encontra-se em um trecho das Lamentações de Jeremias (3,41)” (RAMOS, 2010). A autora indica como fonte TOSI, Renzo. *Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁷⁸ “Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo: talvez a lua, talvez as pirâmides do Egito, talvez a finada dieta germânica” (Assis, 2008b, p. 61), como se lê no capítulo IV, “A ideia fixa”, do *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

⁷⁹ 16 de maio de 1885.

personifica⁸⁰ os impostos que dizem a ele que imaginam que o imperador ao vê-los ficaria aborrecido por ver sempre as mesmas caras. E perguntam a Lélío o que ele faria se fosse o imperador, ao que ele responde:

- Eu se fosse o imperador? Isso agora é mais complicado. Eu, se fosse o imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.

- Os adjetivos?

- Vocês não calculam como os adjetivos corrompem tudo, ou quase tudo; e quando não corrompem, aborrecem a gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria. Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.

- Mas que temos nós outros com tudo isso?

- Tudo. Vocês, como simples impostos, são excelentes gorduchos, corados, cheios de vida e futuro. O que os corrompe e faz definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um decreto todos os adjetivos do Estado, resolvia de golpe essa velha questão, e cumpria esta máxima, que é tudo o que tenho colhido da história e da política, e que aí dou, por dois vinténs, a todos os que governam este mundo. Os adjetivos passam, e os substantivos ficam. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 259)

Sendo a prática governamental, recorrentemente, pautada pela inconstitucionalidade, parece não haver motivos para que a prática da população se pautasse pela obediência às normas. Lélío comenta, nesse sentido, o entrudo, que era uma prática dos dias de carnaval que consistia em uma espécie de batalha de recipientes contendo diversos tipos de líquidos, chamados de “limões de cheiro”⁸¹ que havia sido proibida, mas que seguia acontecendo, foi comentado por Lélío para representar esse desrespeito.

2.7 O desinteresse dos políticos pela política: o mundo às avessas

⁸⁰ Veja-se no último capítulo do presente trabalho a interpretação que será dada a esse recurso da personificação, bastante presente nas *Balas de estalo*.

⁸¹ Veja-se o verbete “entrudo” em Vainfas, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. As crônicas que se referem a isso são as de 30 de janeiro e 17 de fevereiro de 1885. Elas serão comentadas detalhadamente no item 3.2 do presente trabalho. Como acréscimo lembre-se que esse já havia sido assunto de um autor que também carregado de ironia comentou o cotidiano brasileiro só que na Bahia e dois séculos antes de Machado, Gregório de Matos no poema “Descreve a confusão do festejo do Entrudo” em que se lê: “*Filhós, fatias, sonhos, mal-assadas,/ Galinhas, porco, vaca, e mais carneiro,/ Os perus em poder do pasteleiro,/ Esguichar, deitar pulhas, laranjadas;/ Enfarinhar, pôr rabos, dar risadas,/ 06. Gastar para comer muito dinheiro,/ Não ter mãos a medir o taverneiro,/ Com réstias de cebolas dar pancadas; /Das janelas com tanhos dar nas gentes,/ A buzina tanger, quebrar panelas,/Querer em um só dia comer tudo; / Não perdoar arroz, nem cuscuz quente,/ Despejar pratos, e alimpar tijelas: / Estas as festas são do Santo Entrudo*” (MATOS, 2010, p. 174).

Machado foi um exímio cronista do cotidiano das atividades políticas brasileiras. Ressaltou a falta de compromisso e de objetividade dos nossos representantes políticos⁸². Problemas que poderiam se materializar na baixa presença ou em função dos poucos dias de trabalho dos deputados na câmara⁸³ ou pelo fato de nos encontros políticos não se falar de política⁸⁴. Lélío, ironicamente, diz não concordar com a censura feita pelo *Jornal do Comércio* pelo atraso de mais de um mês na discussão de uma proposta que tardou a chegar ao senado. Em função desse acontecimento, relembra a fala de Otoni de agosto de 1841, conforme o livro dos Anais do senado que falava das folgas extraordinárias na câmara⁸⁵. Ironiza ao defender tal "costume", por ser muito antigo. Essa falta de trabalho parece de fato ser uma prática já instituída, tanto que em crônica publicada pouco mais de duas semanas depois desse comentário sobre as folgas extraordinárias⁸⁶, Lélío conta a história de um amigo seu, chamado Guedes, que queria muito ser famoso. Quando descobriu a fórmula, fica sabendo que já haviam se antecipado a sua ideia: que se feche as portas da câmara municipal aos domingos e dias santos. Poucos dias de trabalho e muitas ausências nos dias que deveriam ser efetivos. A esperança, para quem ainda a conservasse diante desse quadro, poderia estar nos dias em que os políticos de fato se encontrassem. No entanto, nada de produtivo acontece em tal situação e no caso de um jantar político não haveria discurso político e numa simulada conversa com Lulu Sênior, temos o seguinte:

- Lélío, tu que és um dos espíritos mais abalizados que conheço, pode dizer-me por que é que no jantar político ao Silva Tavares não houve discursos políticos?

- Culpa do cozinheiro, respondi eu. (Idem, p. 236)

Ainda tratando de jantares⁸⁷, Lélío compara os jantares políticos brasileiros com os ingleses. Estes últimos jantam na câmara sem interromper o trabalho e para evitar disparidade de votos saem e voltam aos pares, um deputado liberal com um conservador. Lélío ainda acrescenta que não importa se os deputados se conhecem ou se são ou não amigos, eles são formalmente apresentados como dupla e é o que basta para que cumpram a regra.

⁸² 10 e 31 de agosto de 1885.

⁸³ 01 e 19 de julho de 1885.

⁸⁴ 19 de março de 1885.

⁸⁵ Essa crônica, de 01 de julho de 1885, será analisada com detalhe no último capítulo desse trabalho.

⁸⁶ 19 de julho de 1885.

⁸⁷ 14 de abril de 1885.

Essa não foi a única vez que Lélío lançou mão da comparação entre o sistema político inglês e o brasileiro. Simulando a transcrição de um libelo acusatório⁸⁸, ele chega a partir de uma suposta resposta de cidadãos acusados de terem promovido briga de galo para falar como o parlamentarismo no Brasil, mesmo que o sistema tenha vindo da Inglaterra, funciona de um modo muito diferente. O foco específico está em uma sessão da câmara que deveria tratar da lei de forças de terra e da resolução prorrogativa do orçamento, mas abordou diversos outros assuntos:

(...) lendo os autores, um dia destes, os debates das câmaras, acharam que, a propósito da lei de forças de terra e da resolução prorrogativa do orçamento, foram discutidos alguns negócios do Sergipe, a reforma do estado servil, a dissolução da câmara em 1884, a organização do conselho de estado, o poder pessoal e uma professora de primeiras letras, e parecendo que está prática não é inglesa, assentaram de promover de remédio um mal tão grave; e assim, que, não tendo assento na câmara, e não dispõe de um jornal sequer, trataram de escolher algum remédio externo e indireto; e foi então que um deles declarou possuir um galo, e fazendo outro igual declaração, todos os demais autores, em número de quarenta e oito, bateram na testa e exclamaram que o remédio estava achado, pois a briga de galos é prática essencialmente britânica (Idem, p. 267-268).

A ironia sobre a incompatibilidade entre o problema e a solução achada, “externa e indireta” também fica marcada na crônica. Ela serve de paralelo para evidenciar a diferença entre o parlamentarismo inglês e o brasileiro. Outro traço central é o dos inúmeros assuntos tratados, fugindo da pauta. A esse respeito, em outra crônica⁸⁹, Lélío declara que o padre Olímpio Campos, deputado geral de Sergipe, venceu o deputado de Pernambuco José Mariano no quesito tirar mais assuntos desconexos em vez de tratar do assunto da pauta. “Porquanto, o distinto deputado de Pernambuco tirou de dentro de um imposto inconstitucional nada menos que a reforma das eleições, o trabalho livre, Jorge III, Nestor, o senado, o poder pessoal, e o próprio imposto com grande espanto dele e meu (Idem, p. 291). Mesmo com tudo isso, ele foi superado:

(...) o ilustrado deputado se Sergipe fez mais.

- Estão vendo isto aqui que tenho na mão? disse ele à câmara. É uma ajuda de custo paga pelo presidente de Sergipe a um deputado; trago-a aqui para saber se o governo sanciona o ato daquele administrador. Agora, enquanto eu estou com a mão na massa, quero mostrar-lhe o que essa ajuda de custo tem na barriga.

⁸⁸ 08 de junho de 1885.

⁸⁹ 10 de agosto de 1885.

E abrindo delicadamente o ventre do animal, tirou de lá, em primeiro lugar o seu procedimento acerca do projeto Saraiva, depois a opinião da Igreja, e finalmente a história da escravidão desde os mais remotos séculos até sexta-feira passada. (Idem, *ibidem*)

Com extremo humor, Lélío ironiza essas práticas que tendem a fazer dos debates políticos algo completamente inútil. Em outra oportunidade⁹⁰, Lélío, partindo de um episódio ocorrido nos Estados Unidos, sugere aos políticos brasileiros que escrevam suas memórias políticas. Tudo poderia ser dito então, já que a publicação seria póstuma.

A inserção de outros assuntos ou a lentidão causada por comentários acessórios é algo recorrente. Em outra crônica, Lélío lança uma irônica repreensão a Taunay por ter lamentado a perda de responsórios do padre José Maurício e ainda ter citado Haydn e Mozart em época de campanha para deputado⁹¹. A partir disso, Lélío lembra Lafaiete que havia citado Molière na câmara, indicando a falta de objetividade nos assuntos políticos que poderiam derivar para outras áreas.

Em duas crônicas da série, Lélío comenta a fala do trono, cerimonial de abertura do ano. O foco de Lélío é, na verdade, a falta de resposta a essa falta. Ele diz que isso acontece, com pequenas variações, todos os anos: abre-se a câmara com o discurso imperial e suas propostas, em consequência disso, uma comissão organizada na câmara é montada, com a finalidade de redigir uma resposta a esse discurso. Resposta essa que não passará de uma paráfrase da fala imperial, começada pelo fim. Ao final do ano, devido a um moroso e inútil processo, a resposta será levada àquela mesma câmara, somente quando faltar pouco para o encerramento⁹². A visão que essa crônica, do final de 1884, traz sobre a fala do trono vai ser reforçada no ano seguinte⁹³, em que Lélío comenta que mais uma vez, ela ficou sem resposta. Ele prevê que, como no ano anterior, a comissão reuniu-se e o imperador ficou sem resposta, esse ano a comissão sequer será nomeada. No entanto, ele invoca Maia, a deusa das ilusões e pede para que ela conte "o que se não passará hoje, nem amanhã, nem depois, nem segunda-feira" (Idem, p. 260) e então simula uma resposta ao trono dada pela câmara que incentivaria o senado a fazer o mesmo. Tudo não passa, no entanto, de ilusão. Pois a observação aguda e continuada das práticas políticas leva ao observador da vida política a descrença não

⁹⁰ 31 de agosto de 1885. Para comentários detalhados sobre essa crônica, veja-se o item 4.4 do presente trabalho.

⁹¹ 29 de outubro de 1884.

⁹² 14 de novembro de 1884.

⁹³ 21 de maio de 1885.

só quanto às práticas do presente, mas também quanto ao que se projeta para o futuro e aí nem uma mudança positiva é vislumbrada.

3 Desarticulação entre cotidiano brasileiro e política: as ideias fora do lugar

Nós, eleitores, nada temos com o governo do país, nem com a composição das câmaras: isso é lá com os candidatos que triunfarem. O nosso poder é mais restrito. O meu monólogo, por exemplo, este: -“Disponho de um voto. Quero que o candidato venha à minha casa, que me pergunte pela saúde e pela família, traga doces aos meninos, e depois me peça o voto; que me cumprimente na rua; que me dê bilhetes da tribuna na câmara; que me arranje duas ou três loterias para uma irmandade; que me dê algumas cartas de recomendação, etc. Posso mudar o estilo, mas o fundo é o mesmo.”

Lélio (21 de novembro de 1884)

Algo recorrente na prosa machadiana da chamada segunda fase é a ideia de que há uma desarticulação profunda entre a existência cotidiana no Brasil e as teorias de ordem estética, política, científica ou religiosa que eram adotadas como supostas soluções para os problemas enfrentados pelo país no seu primeiro século de independência em relação à metrópole portuguesa. A relação desse descompasso entre as ideias que por aqui eram adotadas e o Brasil, e sua relação com a prosa produzida no país ao longo do século XIX (diga-se José de Alencar e Machado de Assis) é objeto de estudo de Roberto Schwarz desde a década de 1970⁹⁴. O crítico associa tal descompasso à tentativa de conciliar o liberalismo inglês à realidade brasileira, cuja economia estava alicerçada no escravismo, que por seus preceitos básicos se opunha à lógica liberal. Nesse capítulo, aproximo essa discussão das questões diretamente relacionadas ao cotidiano da política, ou melhor, como ela se presentifica no cotidiano, através da participação (ou não) dos indivíduos. O que ficará evidenciado é como os mecanismos políticos impedem o exercício pleno da cidadania e que isso é um dos elementos centrais para a cisão existente entre o cotidiano e as decisões de ordem político-administrativas. O que não passou despercebido pelo cronista Machado de Assis.

3.1 O ser social

Temos com Lukács (1982), que a ação dos homens no cotidiano é caracterizada pela imediaticidade dos gestos. Seus atos não requerem o aprofundamento em nenhum campo de conhecimento específico (arte, política, religião, ciência...). No entanto, a

⁹⁴ *Ao vencedor as batatas* [1977]/ (edição consultada: 2000a) e *Um mestre na periferia do capitalismo* [1990]/ (edição consultada: 2000b).

existência concreta é formada por uma série de injunções histórica e ideologicamente construídas. O cotidiano é, portanto, constituído por mediações, ou seja, não é natural, mas é vivido, no dia a dia, como se fosse. Isso acontece graças à “vinculação imediata de teoria e prática” do ser e do pensar cotidianos (LUKÁCS, 1982, vol. 1, p.44, tradução minha do espanhol). A arte e a ciência devem agir auxiliando o homem a superar – no sentido hegeliano, aniquilar, preservar e elevar a um nível superior; (Idem, p.80) – essa imediaticidade. Daí a ambiguidade do pensamento cotidiano, pois, se, por um lado traz a vantagem de partir sempre da relação imediata com a realidade, por outro pode faltar a esse pensamento a referida superação da imediaticidade para que se perceba toda a mediação, via ciência, arte, religião, tradição, numa palavra, cultural presente no cotidiano.

Entre a realidade objetiva e seu reflexo na vida cotidiana existe, então, uma série de mediações. A crônica como gênero que tem como tema privilegiado o cotidiano acaba por tornar-se uma das introdutoras dessas mediações e pode ser valorizada pela capacidade interpretativa do cotidiano para além do imediato, não sendo somente introdutora das mediações, mas também as explicitando, ou seja, mostrando as tensões históricas e culturais presentes no cotidiano.

A linguagem é uma generalização, uma abstração da realidade objetiva e subjetiva que se apresenta aos homens. Acarreta, com isso, a impossibilidade ou, ao menos, uma dificuldade de “recepção sem prejuízos do mundo externo e interno” (Idem, p. 61-2). Daí a contradição: meio de conhecimento da realidade interna e externa e, ao mesmo tempo, necessariamente desviante dessas realidades. Dois traços da linguagem são importantes para essa contradição: a rigidez simultânea a “uma certa indeterminação e confusão” (Idem, p. 62). Para tratar dos problemas cotidianos, a linguagem traz para arte e ciência essa ambiguidade. A ciência se esforça para eliminar a indeterminação, reforçando a rigidez; a arte faz o contrário. Contudo, a ciência precisa “dissolver sua rigidez mediante o apelo da realidade” e a “poesia” também não consegue “dissolver a rígida fixidez da linguagem cotidiana sem tentar dar forma exata e unívoca (em sentido poético) às obscuridades sem contorno dessa linguagem, e isso também mediante um regresso ao real” (Idem, p. 63).

A “sabedoria sentencial” que pode se converter em “guia imediato da ação” (Idem, p. 79) traz a experiência e o conhecimento popular. É um contraponto da linguagem científica. Lembrando a leitura que Certeau faz de Wittgenstein (em *A invenção do cotidiano*), colocando o filósofo austríaco como aquele que entende a

linguagem cotidiana como capaz (e até com vantagem em relação à científica) de tratar de questões filosóficas. A crônica que tem por característica o uso de uma linguagem não-científica, ganha, por esse viés, a possibilidade de ser vista como potencialmente capaz de profundidade analítica⁹⁵.

Machado de Assis através da crônica, gênero que atua no limiar do jornalístico e o literário, do não artístico e do artístico, se mostrou capaz de observar e expor, por mecanismos estéticos variados (como se verá no capítulo seguinte), de explicitar tensões históricas sedimentadas no cotidiano do Brasil novecentista. Destaca-se a invisibilidade com que essas tensões são vividas no dia a dia. Em suas crônicas, Machado expôs as incongruências entre as concepções genéricas e a realidade, propondo um caminho para desfazer a imediaticidade do viver cotidiano. No que tange às relações políticas, o viés da cidadania – em que a relação indivíduo e sociedade se revela de forma pungente – foi motivo de constante preocupação do autor. Elas podem ter sido abordadas pela análise dos mecanismos eleitorais (como se viu no capítulo anterior) ou das práticas cotidianas em cotejamento com as práticas das instituições (como será comentado na sequência). Essas formas de abordar o problema evidenciam tensões enraizadas em solo brasileiro desde sua formação.

3.2 O problema da cidadania no Brasil nas crônicas de Lélío

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 uma série de mudanças foram desencadeadas no cotidiano e no universo político. Um imenso quadro burocrático-administrativo tomou conta da corte. Com o desenvolvimento urbano (de grande intensidade, porém relativizável, pois tomado em comparação com o universo ruralizado brasileiro) advindo de tal acontecimento, outros fluxos migratórios se desenvolveram, inclusive, os próprios portugueses continuaram aportando no Rio até a Independência. Seja pelos monarquistas comprometidos com o sistema que se desintegrava nas outras províncias sul-americanas, seja pelos administradores de outras colônias lusas ou, ainda, mineiros e fluminenses de outras partes do estado, a capital do Império foi tomada por um aumento populacional significativo. Com o aumento da população livre, veio o da cativa. A baía de Guanabara já era desde o fim do século XVIII o maior terminal negreiro da América, no entanto, a partir de agora, mesmo que a

⁹⁵ Veja-se a discussão sobre a importância da crônica machadiana, muito além da leveza que a dinâmica de sua produção supõe, em Ramos (2010), mais precisamente na introdução do seu trabalho.

maior parte dos escravos se destinasse à zona agrícola, era cada vez maior o número dos que se destinavam ao meio urbano, dado o aumento da necessidade de prestação de serviços. Havia grandes fluxos migratórios de negros vindos ao Brasil. Com o fim do tráfico negreiro há mudança nesse fluxo, mesmo que ilegalmente continuassem a vir negros para serem escravizados no Brasil.

Enquanto perdura o comércio atlântico de escravos, tanto a política agrária brasileira como seu corolário, a política de imigração, permanecem ilusórios. Na realidade, os fazendeiros continuam a comprometer o país com sua própria política agrária: a introdução maciça de africanos expande os latifúndios e reforça o sistema escravista. Esse quadro muda totalmente a partir de 1850, quando o tráfico negreiro é definitivamente suprimido. (ALENCASTRO, 1998, p. 2)

Veja-se, nessa tabela a forte presença dos escravos na população total da corte até meados do séc. XIX e sua paulatina diminuição:

Movimento da população do mun. do Rio de Janeiro entre 1849 e 1872				
	1849		1872	
	Número	%	Número	%
Livres	155.864	58,5	226.033	82,2
Escravos	110.602	41,5	48.939	17,7
População Total	266.466		274.972	
População Brasileira Livre	109.491	41,0	152.727	55,5
População Portuguesa	26.749	10,0	55.933	20,3
População Estrangeira Livre (menos portugueses e afric.)	11.175	4,1	10.281	3,7
População Africana Livre	8.449	3,1	7.092	2,5

(Idem, p. 54)

Mesmo com essas variáveis, a presença da escravidão no ambiente que se queria urbano na corte acentua e explicita uma dimensão ao paradoxo da dualidade brasileira (cujos fundamentos sociais e econômicos estavam na convivência entre liberalismo e escravidão, como será comentado posteriormente). O padrão urbano e pretensamente civilizatório teve que conviver com o ‘lado negro’ (e que todas as ambiguidades venham à tona com essa expressão) que a pseudo-ideologia burguesa e moderna explorava. Leve-se também em conta, para isso, que o direito de posse privada do escravo deve-se a uma permissão em âmbito público. Sendo assim, o escravo está no centro da contradição entre “*ordem privada*” e a “*ordem pública*”, manifestando “a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular

cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.” (ALENCASTRO, 1997, p. 16, grifo do autor). E não se trata de continuidade do quadro escravocrata colonial, conforme Alencastro,

o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a para a contemporaneidade. (Idem, p. 17)

O escravo é o expoente, o exemplo extremo da existência de um indivíduo não cidadão. As marcas da escravidão eram tão grandes que ter nascido livre ou ter sido tornado livre era o suficiente para grandes diferenças em relação a suas possibilidades de cidadania. Aqueles que nasceram livres eram chamados de “ingênuos”, já os que se tornaram livres, de “libertos”. Na década de 1870, quando a figura dos nascidos livres passa a ser uma realidade em função da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 essa distinção é central. Para os primeiros, os “ingênuos”, o exercício da cidadania seguia as mesmas regras dos demais – cuja dificuldade principal diz respeito à “renda líquida anual”. Já aos “libertos”, cabia apenas o direito de ser votante, isto é, votar nas eleições primárias ou paroquiais, escolhendo os eleitores, que votariam nos “representantes provinciais e nacionais”, o que lhes era vedado, assim como candidatar-se para qualquer cargo. (CHALHOUB, 2003, p. 274)

Com o poder centralizador que a monarquia exercia, os conflitos entre interesses da corte e o mandonismo municipal também eclode. O governo central restringe o alcance das decisões dos vereadores a interesses locais, sendo-lhes vedado deliberar sobre questões políticas provinciais ou gerais. O poder público passa a ser exercido pelo governo central que reduz a autonomia dos municípios e dos juízes de paz eleitos nas cidades, assim como dos juízes municipais indicados pela câmara (Idem, *ibidem*). Essas autoridades locais agora desapoderadas eram escolhidas pelos proprietários, que, logo, também ficavam politicamente fragilizados. A disputa municipal, já que a debilidade dessa esfera se deu em detrimento do aumento do poder provincial, vai para essa zona regional mais ampla. Essa, logicamente mais poderosa que os municípios, defendem com mais força seus interesses privados. Para conseguir representatividade política, os proprietários precisavam contar com os votos de seus dependentes, daí o

desenvolvimento do escravismo se dar em paralelo com o “paternalismo, o patriarcalismo rural e urbano” (Idem, p. 20-1).

Esse passo torna mais ampla a dimensão do entrelaçamento entre o público e o privado⁹⁶ que se desenrola no Império brasileiro. Isso porque passa a abarcar também, o sistema eleitoral após a Independência. Ele se caracterizava pela distinção entre eleitores de primeiro e segundo grau. Sendo que os homens brasileiros que tivessem mais de 25 anos e com renda anual de cem mil-réis, mesmo se fossem analfabetos ou ex-escravos, poderiam ser eleitores de segundo grau, ou “votantes” como também eram chamados. Eles tinham o direito de votar na eleição que escolhia os eleitores de primeiro grau. Em geral, eram necessários trinta votantes para escolher um eleitor de primeiro grau. Esse deveria ter o dobro da renda dos votantes, duzentos mil-réis anuais, e poderia se candidatar ao posto de vereador. Para candidatar-se a deputado, no entanto, a renda deveria dobrar e chegar a quatrocentos mil-réis. Um candidato a senador deveria, por sua vez, ter o dobro da renda desse último, e atingir os oitocentos mil-réis anuais. Devido à “exiguidade” da existência da população adulta e livre no meio rural, analfabetos e ex-escravos que dispusessem da renda mínima também poderiam se candidatar a eleitores de segundo grau e a vereador (Idem, p. 21 e 443). Muitas fraudes ocorriam nesse sistema, visto que muitos indivíduos que não cumpriam os pré-requisitos necessários acabavam sendo considerados votantes para eleger os proprietários das terras em que viviam. Daí o coronelismo e os currais eleitorais se desenvolvendo nesse e universo de agregados e dependentes que também se desenvolve e marca a base da experiência monárquica brasileira.

Isso explicita um problema próprio da formação da vida política brasileira, a prática da cidadania, a relação entre o cidadão e o Estado. Quanto a isso, José Murilo de Carvalho faz a ressalva de que se deve fugir de uma visão maniqueísta em que o povo é simples vítima, impotente diante das estratégias de poder do Estado. Antes, deve-se procurar entender essa relação como uma “via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada” (CARVALHO, 1987, p. 11). É inerente a todo sistema de dominação que desenvolva para sua sobrevivência bases que o legitimem, podendo essa

⁹⁶ Como um ponto em aberto dessa discussão, deixo a questão de saber se a vida privada chega a se consolidar ou o mais correto seria falar em vida doméstica se entendermos que vida privada é essencialmente aquilo que “não é público” (Novo dicionário Aurélio. 2ª edição, revista e ampliada. J.E. M. M. Editores Ltda., 1986), o que talvez não aconteça no século XIX brasileiro de forma plena, dada a natureza da própria vida pública da nossa sociedade. Para o comentário que questiona os limites da distinção público/privado no Brasil com o subsídio das crônicas Lélis nas *Balas de estalo* e do conceito de *cordialidade* de Sérgio Buarque de Holanda, veja-se o item 4.3 do presente trabalho.

base ser, até mesmo, a “apatia dos cidadãos” (Idem, *Ibidem*). Na própria Constituição imperial brasileira está presente a diferenciação entre cidadãos ativos e inativos (ou ‘simples’). Os ativos possuem direitos civis e políticos; os inativos apenas os direitos civis. No caso, o direito político é ‘concedido’ àqueles que são julgados ‘merecedores’ dele, pois devem cumprir um determinado pré-requisito, no caso brasileiro tratava-se da alfabetização.

O período imperial brasileiro foi bastante conturbado. Fim do Primeiro Reinado, Período Regencial com suas diversas revoltas, de cunho separatista ou não, e o Segundo Reinado, compuseram um século XIX com inúmeras questões de grande relevo para a formação histórica brasileira. A escravidão e suas fases rumo à abolição, o coronelismo, a própria permanência do sistema monárquico mesmo após a Independência em 1822 constituem um quadro de referências empíricas de valor histórico-ideológico com implicações culturais pertinentes para o entendimento da produção literária brasileira do período. A transição para a República virá a representar, por sua vez, a primeira grande mudança no regime político desde a Independência. A concentração desse movimento se deu na antiga corte e primeira capital da República, o Rio de Janeiro. Como lembra José Murilo de Carvalho, as cidades foram tradicionalmente o lugar de exercício da cidadania, sendo, inclusive, cidadão, etimologicamente, o habitante da cidade.

Nas décadas finais do império brasileiro, as discussões acerca de questões eleitorais eram pungentes. A lei de 09 de janeiro de 1881 instituía pela primeira vez na história do país a eleição direta, e para todos os cargos, de senador a juiz de paz. O ministério liberal de Saraiva formou-se em 28 de março de 1880. Em cerca de um mês (em 29 de abril) o projeto dessa reforma eleitoral, que só viria a ser aprovada no ano seguinte, foi apresentado à Câmara. Saraiva, que considerava ter sua missão cumprida, pediu demissão coletiva do gabinete em 28 de março de 1881, menos de três meses depois da aprovação da lei, portanto. A recusa de D. Pedro II foi incisiva. O imperador queria que o próprio Saraiva presidisse a execução da primeira eleição sob os critérios da nova lei, que ficou conhecida como “Lei Saraiva” e teve sua redação final levada a cabo por Rui Barbosa. Os resultados das eleições mostraram força, embora relativa, da oposição conservadora, com um terço dos eleitos. Dos 150.000 eleitores, 64% compareceram às urnas e votaram (HOLANDA (org.), 2008, vol. 7, tomo II, p. 284-5). Esses números representam um gigante retrocesso em termos quantitativos. Já que a lei de 1881 proibia o voto de analfabetos, o percentual de eleitores que foram às urnas e votaram correspondia a 0,8% da população total. Cerca de dez anos antes, em 1872,

13% da população votou. (CARVALHO, 2001, p. 39) Deve-se levar em conta, que na eleição da década de 1870 incluem-se nos dados os simples “votantes”, que eram aqueles que elegiam os “eleitores” (de primeiro grau), já nas eleições ocorridas a partir da década de 1880, a figura do “votante” não existia, só o eleitor. A melhoria nessa eleição foi, portanto, aparente e mesmo assim ainda teve reduzido seu impacto (ao eleger muitos conservadores), já que essa primeira câmara eleita por esse (exíguo) voto direto foi dissolvida pelo poder moderador.

Mesmo que essa eleição tenha ficado conhecida como as “mais limpas da história do Império” (HOLANDA (org.) op. cit., p. 285), a possibilidade de fraude eleitoral sempre esteve viva. Segundo José Murilo de Carvalho, “os historiadores do período concordam em afirmar que não havia eleição limpa.” (CARVALHO, 2001, p. 32) Isso porque “o voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito” (idem, *ibidem*). A Machado de Assis o sentido efetivo dessas supostas alterações não costumavam passar sem serem notadas, e ele, no instante em que elas aconteciam as apontava. Como vimos (item 2.4 do presente trabalho) Lélío falou diversas vezes sobre o sistema eleitoral brasileiro, suas fraudes e ironizou inúmeros episódios relacionados a ele. Esses elementos ajudam a compor um quadro em que a efetiva participação eleitoral é muito dificultada, criando um abismo entre a vida política e a vida cotidiana. O fraudulento sistema eleitoral cujas irregularidades encontram fôlego novo a cada mudança, qualquer que seja o projeto ou, como se está vendo, reforma tem muito a ver com essa cisão entre a política e o cotidiano. Lembre-se o que Machado havia afirmado em outra série de crônicas, (*Notas semanais*): “a ciência política acha um limite na testa do capanga.”⁹⁷ (MACHADO DE ASSIS, 2008, v4, p. 408)

Cada vez que a fraude eleitoral se efetiva, seja na troca de votos por patentes⁹⁸, pela incompetência política dos eleitos⁹⁹, pela falta de um programa político pensado para efetivar a melhoria das condições do país e não apenas para atender às conveniências e poder ser trocado a qualquer momento¹⁰⁰, o prejuízo para a cidadania está feito. Diante disso, Lélío não deixa de observar e criticar o Estado que não garante os direitos básicos dos cidadãos. Numa crônica¹⁰¹, Lélío aponta para essa relação entre a

⁹⁷ 02 de junho de 1878.

⁹⁸ 05 de outubro de 1884.

⁹⁹ 10 de novembro de 1884.

¹⁰⁰ 20 e 25 de julho de 1884.

¹⁰¹ 25 de abril de 1885.

política e o cotidiano, mais precisamente para essa política que deixa o cotidiano, vamos dizer assim, carente das soluções que seus problemas exigem. Ele toma como ponto de partida a falta de *quorum* da assembleia provincial de Sergipe e o surgimento da instituição dos guardas-noturnos, fatos aparentemente sem ligação entre si, mas que depois aparecem intrinsecamente ligados. No princípio, Lélío havia pensado que o caso dos guardas-noturnos tratava-se de uma espécie de “Estado no Estado” (Assis, 1998, p. 249). No entanto, depois que algumas explicações foram dadas, viu que se tratava de uma medida de segurança particular, sem nenhuma intervenção pública (nesse ponto ele ironiza e diz que os fatos não têm relação entre si...).

Sobre a assembleia, diz que conforme as notícias do dia, ela foi solenemente declarada aberta há um mês e não havia tornado a reunir-se por falta de *quorum*. Diante desses dois acontecimentos, ele convida o leitor dizendo: “peço-lhe que acene com os olhos que sim, e então seremos dois, e daremos maior força à reclamação que proponho, reclamação pecuniária, ou, nos próprios termos da coisa, uma restituição” (Idem, *ibidem*). Depois dessa espécie de conclamação, Lélío declara sua reclamação e os motivos de fazê-la:

Porquanto, os sergipanos pagam o subsídio à assembleia, para que esta lhes faça as leis, assim como nós pagamos imposto ao Estado, para que ele, entre outros serviços de que se incumbem, nos guarde as casas e as pessoas. Ora, se a assembleia sergipana, em vez de fazer as leis necessárias aos sergipanos, limita-se a beber os ares da bela Aracaju; e se nós, por segurança, pagamos a quem nos vigie a porta; parece (salvo erro) que há aqui lugar para clamar como o Chicaneau de Racine: *Hé! rendez donc l'argent!*(...)

Os sergipanos dizem: "Não podendo nós mesmos fazer as leis, incumbimos estes cavalheiros de as fazerem; e para que não percam o seu tempo, os indenizamos do que deixam de ganhar..." E nós: — "como temos de ganhar a nossa vida, vendendo, fabricando, medicando ou advogando, fica este cavalheiro, em nome do Estado¹⁰², incumbido de fazer uma porção de coisas, entre outras guardar a integridade da nossa fazenda, dos nossos narizes e do nosso sono pelo que receberá, com diversos títulos, um tanto por ano". (Idem, p. 249-250)

Percebe-se a crítica à falta de comprometimento do Estado que leva à ação individual, independente da esfera pública, é como se houvesse “um Estado dentro do

¹⁰² Tanto a edição das obras completas de Machado em quatro volumes da editora Nova Aguilar, quanto a edição das *Balas de estalo* organizada por Heloísa Helena (editora Annablume), trazem esse trecho descrito da forma citada: “fica este cavalheiro, em nome do Estado”. Heloísa Helena, no entanto, afirma em nota que no original, a expressão é a seguinte: “fica este cavalheiro, por nome Estado”. Considerando a forte presença do recurso da personificação nas crônicas machadianas (cujo desenvolvimento e interpretação serão demonstrados no capítulo quatro do presente trabalho), a forma correta deve ser mesmo essa última, sobretudo se pensarmos que nessa passagem os sergipanos estão representados por uma fala (que aparece entre aspas no trecho), como se fossem uma só pessoa.

Estado”, como disse Lélío. Em grande medida, isso se relaciona com um quase inacreditável “desinteresse dos políticos pela política” (como referido no item 2.7 desse trabalho). Essa falta de comprometimento evidencia também o descompasso entre as esferas individual e institucional, no sentido de que as demandas do dia a dia não são atendidas. Lélío expressou essa distância praticamente insuperável entre o Estado e os indivíduos. Há uma¹⁰³ que recebe o título de “Diálogo dos astros”, em forma de teatro, com rubricas e composto inteiramente por diálogos entre “DOM SOL” e “MERCÚRIO” (assim postos na crônica, em caixa alta). Mercúrio é uma espécie de assessor de Dom Sol e ao seu pedido, passa a procurar os jornais do dia para que este os leia. Alguns periódicos que costumavam ser lidos por ele são referidos, como o *Via láctea*, o *Eclipse*, a *Fase*, o *Crescente*, a *Bela Estrela Canopus*, a *Revista das Constelações* e o *Cometa*. Em meio a esses, Mercúrio entrega um que Dom Sol ainda não conhecia: o *Diário do Brasil*¹⁰⁴. O jornal traz algumas cartas supostamente endereçadas a ele, que as lê:

DOM SOL — Vejamos as tais cartas. São três... Tratam-me com muito azedume e ainda pior. Elemento quê?... Servil. Não sei que é. Elemento servil? Eu só conheço os antigos elementos, que eram quatro, e hoje andam às dúzias. Diz aqui que eu, se mergulho numa polpa de azeite não saio incólume; mas é que eu não mergulhei para que diabo havia de mergulhar numa pipa de azeite? Confesso que não entendo. (*Depois de algum tempo.*) Aqui parece que se exorta a não esquecer um inolvidável dever, e não acho isto bom: porque o dever é coisa tão árdua, que, ainda sendo inolvidável, por ser olvidável. Provavelmente a palavra está na moda, lá que é bonita, é. Inolvidável! Já me disseram que naquele país certas palavras são como o feitio do fraque aparece um com um feitio novo, todos pegam do feitio, até abandoná-lo; depois vem outro. Houve o feitio *imaculado*, depois veio o feitio *incomparável*, depois o feitio *nítido* agora é o *inolvidável*. (*Pausa.*) Começo a ficar aborrecido. (Idem, p. 273)

Dom Sol é um paralelo com o imperador, haja visto que ele conclui posteriormente, que aquelas cartas foram endereçadas ao imperador. Segundo Dom Sol, “chamam-lhe de sol, como a Luís XIV, mas é pura sinonímia, não tem nada comigo” (Idem, p. 274). O comentário final é irônico, se considerarmos que essa crônica indica a distância entre o Estado e as questões a serem decididas (no caso o problema da escravidão), tendo Dom Sol e o imperador do Brasil muito em comum. Dom Sol

¹⁰³ 20 de junho de 1885.

¹⁰⁴ "jornal da dissidência liberal no Rio de Janeiro, teve como um dos seus principais redatores Antônio Alves de Souza Carvalho. Este jornal desde março de 1884 atacou constantemente a propaganda abolicionista e depois o projeto proposto por Dantas em julho do mesmo ano." (RAMOS, 2010, p. 210)

termina – nessa crônica que se vale da construção formal peculiar, em forma de teatro – afirmando que se fosse o imperador só guardaria as cartas que tivessem estilo, pois “os arrufos passam, mas o estilo fica” (Idem, *ibidem*)¹⁰⁵. Como se vê, elementos da astronomia são personificados e por alguns traços remontam também a uma espécie de panteão, indicando uma aproximação com seres mitológicos. Eles são postos em paralelo com a política e esse é um recurso para expressar o distanciamento entre a esfera pública e os indivíduos.

Em uma crônica publicada pouco tempo depois¹⁰⁶, a associação entre astronomia e política é feita novamente, mas sob nova configuração. Não temos a estrutura de teatro nesse outro texto que já no início apresenta o vínculo entre essas esferas, “A grande ventania política desta semana dissipou um princípio de questão astronômica.” (Idem, p. 295) Na sequência, tem-se uma crítica à possibilidade de debate na sociedade brasileira da época: “Dissipou ou fez adiar, até que a ventania cesse. Cruls¹⁰⁷ e Reis¹⁰⁸ compreenderam que nosso fôlego não dá para mais de um conflito.” (Idem, *ibidem*) A que conflitos Lélío se refere ficaremos sabendo na continuação, quando, em frase irônica, ele sentencia, “Passagem de pastas e passagem de Vênus, tudo ao mesmo tempo, é excessivo.” (Idem, *ibidem*) Os conflitos astronômicos são as discussões entre Reis e Cruls. O primeiro diz que o Imperial Observatório tem errado muito nos últimos anos. O segundo nega isso e ataca dizendo que Reis é que cometeu graves erros na *Tese de concurso*. A troca de pastas a que se refere Lélío é a saída de Saraiva, cujo gabinete durou de 6 de maio a 20 de agosto de 1885, para a entrada de Cotegipe (com um ministério que durou até 10 de março de 1888). Essa troca representa uma mudança importante, já que a ascensão do gabinete conservador de Cotegipe interrompeu uma longa série de gabinetes liberais que haviam sido eleitos em sequência (SODRÉ, 1939, p. 381). Lélío, no entanto, se diz ansioso para que as questões políticas passem logo e a astronomia seja novamente o assunto mais tratado.

Espero e desejo que, amainado o temporal político, volte a questão à tela do debate. A principal razão é que tenho um filho na Escola Politécnica, e quero saber que astronomia é que lhe ensinam, se verdadeira, se de caçoada. É certo

¹⁰⁵ Como veremos no início do capítulo quatro do presente trabalho, Machado não esteve atento apenas aos temas da política brasileira, mas muito intensamente observou o estilo com que os discursos e debates em geral eram escritos ou proferidos.

¹⁰⁶ 23 de agosto de 1885.

¹⁰⁷ “Luís Cruls, engenheiro e astrônomo; belga de nascimento, foi diretor do Observatório Astronômico Imperial do Rio de Janeiro.” (DE LUCA, 1998, p. 295)

¹⁰⁸ Reis é lente de astronomia da Escola Politécnica, como explicado na própria crônica em seguida.

que destino meu rapaz a tabelião; mas não há incompatibilidade entre o cartório e o céu. O cartório é, pelo menos, o céu do tabelião. O céu é o cartório de Deus, que lá tem escritas as nossas culpas. E depois há de ficar bem ao rapaz dar um ou dois dedos de conversa, no fim do dia, como os escreventes, enquanto escova a sobrecasaca.

- Vocês viram hoje a escritura de hipoteca do Barcelos? Um barulho imenso por causa da fazenda de Saturno, que tem cinco léguas de extensão. Cinco léguas! Mas daqui ao verdadeiro Saturno há tantos e tantos bilhões de léguas. Que me dizem a isto? Olhem que não são centenas, nem milhares, são bilhões. Imaginem que distância. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 295)

De forma mais evidente, fica assinalado a primazia do interesse pessoal. Ele rege a escolha do assunto que Lélío diz preferir. O motivo e o uso que ele vai fazer disso deixam esse interesse pessoal evidenciam ainda mais o desprezo pelas questões política do momento. Lélío revela (única vez ao longo da série) que tem um filho. Ele estuda na Escola Politécnica e mesmo que vá tornar-se tabelião, quer saber se a astronomia que estão ensinando ao seu filho é séria ou não, só para que ele possa trocar algumas palavras fúteis sobre o assunto com colegas de trabalho no tabelionato no futuro. O desinteresse pelos assuntos relevantes em troca dos acessórios é evidenciado com isso. Observam-se ainda na crônica, expressões que unem termos discrepantes entre si, que embasam a ideia da aproximação entre astronomia e política. Desde o início dela, como em “ventania política” ou quando fala em um “temporal político” ou diz que o “céu é o cartório de Deus” e o cartório é o céu do “tabelião” (Idem, ibidem). Lélío mesmo cunha a expressão “comparação estrambótica” para uma aproximação que ele faz ao dizer ironicamente que não pode ficar sem saber se são precisas as informações do Observatório porque é ele que o “informa dos fenômenos celestes” (Idem, p. 296). Sem saber disso, ficaria – e aí a aproximação – “entre o céu e a terra, como a mãe de S. Pedro” (Idem, ibidem).

O Estado distanciado dessa forma dos indivíduos é o mesmo que por diversas vezes deixa, ele próprio, de cumprir seus deveres ou cujos representantes têm postura fraudulenta na candidatura, no mandato e/ou nas eleições. Se não há cumprimento da lei nem da moral na esfera pública, o que esperar das determinações dessa esfera que pretende reger o comportamento dos demais? Em alguns casos (como os comentados no início do capítulo) as leis criadas são tão absurdas e tão distantes do cotidiano que são inaplicáveis. Em outros casos, mesmo que a lei em si não fosse absurda não é cumprida, porque impera o descumprimento generalizado e por isso a lei passa a ser inaplicável.

Em duas crônicas¹⁰⁹, por exemplo, Lélío refere-se à prática do entrudo¹¹⁰.

Em uma delas, ele diz que traz uma pérola para o leitor. Comenta que todos os anos a Câmara Municipal lança um edital que proíbe o entrudo. Esse ano, a proibição está em seu inteiro vigor e a câmara comunicou que ela deve ser cumprida "literalmente" (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 211). Lélío ironiza o uso desse advérbio. Personifica a câmara, simulando que ela quer dizer em "trocós miúdos"¹¹¹.

Lélío não crê, obviamente, que o uso do advérbio "literalmente" surta qualquer efeito, tanto que, segundo ele, a própria câmara virá a dançar no entrudo. E, acontecendo isso, a câmara deverá recorrer a outros advérbios nos anos seguintes: "*ferrenhamente, implacavelmente, terrivelmente, e sempre inutilmente*" (idem, p.212, grifos do autor). Na crônica de 17 de fevereiro de 1885, cerca de quinze dias depois, Lélío volta a falar na proibição do entrudo.

Não acabo de entender por que motivo as folhas de hoje, unanimemente noticiam que o entrudo este ano foi menor que nos anteriores, quando a verdade é que não houve entrudo nenhum, nem muito, nem pouco. Não se chamará entrudo ao único limão que se atirou na cidade, e foi obra de um homem que chegou na véspera e não tinha lido as ordens proibitivas da polícia e da Câmara Municipal. Assim o disse ele ao subdelegado, pagando a multa em dobro, e declarando (por um nobre sentimento de filantropia) que o excesso da multa legal fosse aplicado ao fundo de emancipação. O subdelegado apertou-lhe as mãos com efusão e dignidade. Eu teria feito a mesma coisa. (Idem, p. 221)

O comentário mordaz do autor passa ainda pela comparação da multidão com crianças e diz que se ela pode deixar de cumprir uma prescrição policial nas barbas da polícia, também se pode fazer o mesmo em relação às outras leis. Partindo do estipulado para a população, ironiza os atos da administração pública, afinal, para onde vai o dinheiro arrecadado com tais multas? O fundo de emancipação foi uma criação da Lei do Ventre

¹⁰⁹ 30 de janeiro e 17 de fevereiro de 1885. Elas serão comentadas nessa ordem no presente capítulo e já foram referidas no item 2.6, no capítulo anterior.

¹¹⁰ Espécie de guerra de líquidos malcheirosos que acontecia durante o carnaval. Interessante lembrar que outro autor que costumava criticar, com sua "lira maldizente", as "torpezas do Brasil, vícios e enganos já havia criticado a prática do entrudo. Na Bahia do século XVI, Gregório de Matos Guerra havia escrito no seu poema conhecido sob o título de "Descreve a confusão do festejo do Entrudo": Filhós, fatias, sonhos, mal-assadas,/ Galinhas, porco, vaca, e mais carneiro,/ Os perus em poder do Pasteleiro,/ Esguichar, deitar pulhas, laranjadas.// Enfarinhar, pôr rabos, dar risadas,/ Gastar para comer muito dinheiro,/ Não ter mãos a medir o Taverneiro,/ Com réstias de cebolas dar pancadas.// Das janelas com tanhos dar nas gentes,/ A buzina tanger, quebrar panelas,/Querer em um só dia comer tudo.// Não perdoar arroz, nem cuscuz quente,/ Despejar pratos, e alimpar tigelas,/ Estas as festas são do Santo Entrudo.

¹¹¹ Como será comentado no capítulo seguinte, o recurso da personificação e esse tom de intimidade presentes em passagens como essa, relacionam-se à perspectiva da "cordialidade", conforme Sérgio Buarque de Holanda no bastante conhecido *Raízes do Brasil* (1936).

Livre pelo Visconde do Rio Branco, em 1871 e correspondia a uma reserva de recursos do Estado que deveria ser destinado aos proprietários de escravos em função da libertação dos cativos¹¹²... Lélío ironiza ainda, o "sentimento da legalidade" (Idem, ibidem) ao relatar que cidadãos que não estivessem usando máscaras foram proibidos de passar em determinados locais da cidade, em virtude das festividades.

Esse conjunto de incongruências leva Lélío a (se) questionar, iniciando uma crônica¹¹³ com a pergunta “O que é política?” (Assis, 1998, p. 279)¹¹⁴. Entre as inesperadas respostas de um e outro, incluindo “um morador da Tijuca”, Lélío manifesta estranheza por não ter recebido nenhuma resposta de “deputado ou senador”, especialmente porque ele havia escrito “a todos eles pedindo uma definição”. (Idem, p. 280)¹¹⁵ Portanto, nessa simulação de Lélío não houve comprometimento nem atenção por parte dos políticos com a proposta de debate conceitual acerca da política. Em outra oportunidade¹¹⁶, no mês seguinte à publicação da crônica recém comentada, Lélío se diz espantado com a declaração de Amaro Bezerra (na época inspetor geral de instrução pública do Ceará):

"(...) fiquei com os cabelos em pé. Quando li que há 'um divórcio pleno entre a política e a moral'; que há 'a mais lamentável e perigosa decadência dos espíritos, dos caracteres, das instituições que assinala as vésperas de um desmoronamento ou dissolução geral, de um grande cataclismo'; que depois disto virá 'alguma dominação caricata, pernicioso e repugnante'; e finalmente que só poderemos então 'reconquistar a liberdade, à custa de movimentos sanguinolentos'; quando li tudo isso, repito que fiquei com os cabelos em pé, e tive duas razões para tanto.

“A primeira é que não sou careca; a segunda é a que vou confiar à história do meu país”. (Idem, p. 293).

Na sequência, ele elenca conversas que teve com seus concidadãos, de quem esperava saber a opinião sobre a atual situação do país. Como o desconhecimento era geral e as pessoas só sabiam tratar de outros assuntos, a conclusão a que Lélío chega é essa: "Voltei a casa, ainda mais consternado. Reli o voto, e concluí que ou ninguém tem consciência do mal que nos cerca, ou o mal não existe. Uma de duas. Vou resolver o

¹¹² Conferir Estevez (2008) e Dos Santos (2009).

¹¹³ 8 de julho de 1885.

¹¹⁴ Essa crônica será comentada com mais detalhe nas considerações finais do presente trabalho.

¹¹⁵ No item 4.4 do capítulo seguinte, a análise dessa crônica terá continuidade, então será exposto quais respostas foram dadas e que as respostas dos integrantes do corpo político não tardaram a chegar. No entanto, não foram respostas diretas à pergunta, mas deduzidas por Lélío a partir de discussões políticas que ele acompanhou.

¹¹⁶ 17 de agosto de 1885.

problema, depois do novo ministério." (Idem, p. 294) O ministério a que Lélío refere-se é o de Cotegipe (que em 20 de agosto de 1885, três dias depois dessa crônica, entrará em vigência). Um conservador que substituiria o gabinete liberal de Saraiva. Fato de extrema importância para o qual, no entanto, a opinião pública parece não dar atenção ou ter qualquer preocupação.

Tudo parece estar às avessas, portanto, nesse contexto. A respeito disso, Machado escreveu uma crônica¹¹⁷ em que comenta o fato de o tesoureiro do município não ter roubado dinheiro da tesouraria. Por ter assim procedido, o Visconde de Santa Cruz declarou à câmara municipal que se declarasse um “voto de louvor” ao tesoureiro.

S. Ex. declarou à câmara municipal que examinara, com o presidente e outro colega, o cofre da tesouraria e tudo acharam na melhor ordem, combinando a escrituração com os saldos; pelo que propôs. E foi unanimemente aprovado, que se consignasse na ata um voto de louvor.

(...)

A obrigação dele era guardar os saldos; e ele guardou os saldos; a câmara deu-lhe memória perpétua.

Logo, são chegados os tempos. Que lá se fossem os dias felizes, em que a gente dormia com as portas abertas, concede-se. Nem sempre havia de governar a virtude; mas em suma era opinião minha e de muitas pessoas que a virtude ainda vivia neste mundo e que seria um singular espetáculo louvar os tesoureiros que não fogem com a caixa.

Erro evidente! Com efeito, se a câmara não perdeu o senso das coisas, ninguém mais pode sair de um bonde sem apertar a mão às pessoas do mesmo banco e dos dois bancos contíguos, pela fineza rara e preciosa de nos não terem ficado com a carteira.

Entro num baile, dou dois giros de valsa, danço uma quadrilha e saio. Ao sair, verifico que ainda levo a comenda ao peito; corro a agradecer às damas, que dançaram comigo, e ao dono da casa, que as convidou. Chego ao excesso de entusiasmo de advertir que a comenda era de brilhantes.

- Se quer que lhe diga, concluo, vim com ela para honrar a festa de V. Ex.; mas não contava levá-la para casa. Foi, na verdade, um ato de deferência e cortesia...

Tudo o mais por esse teor. Banqueiro que pague as letras, lavadeira que não fique com as camisas, criado que não leve os níqueis do amo, toda a escala social vai merecer os nossos apertos de mão agradecidos. A ideia da benemerência estende-se; e a própria canonização alargará as suas bases, bastando a qualquer pessoa não vender gato por lebre para figurar no céu entre os primeiros santos. (Idem, p. 316-7)

Nesse mundo às avessas, o mínimo cumprimento das obrigações é uma raridade e a pequenez do gesto (não roubar) aparece em descompasso com a grandiosidade da recompensa, evidenciando que a prática geral era de não cumprimento básico sequer da honestidade. E o quão explícitas eram as irregularidades fica evidenciado pela ideia de louvar o gesto contrário. A situação é tão degradante que Lélío, deduzindo que “não

¹¹⁷ 15 de novembro de 1885.

vale a pena viver num tempo de tal calibre” decide então “sair dele”, mas como “a morte é dura e definitiva” declara que escolheu entrar para um “convento, que é um meio-termo” e com isso despede-se “de um mundo tão perverso e corrupto, onde um cidadão honesto não pode cumprir simplesmente o seu dever sem acordar elogiado” (Idem, p. 317).

Temos visto as diversas formas de irregularidade que circundavam a sociedade das últimas décadas do século dezenove no Brasil. Seja por parte do Estado ou da população. A relação entre a esfera pública e o dia a dia aparece cindidas no mais das vezes, podendo normas e leis estarem em pleno desacordo com as necessidades do cotidiano ou possibilidades dos indivíduos em cumpri-las. O véis da desarticulação entre esses setores não foi a única forma de Machado abordar esses problemas. Ele também destaca a possibilidade de continuidade entre um lado e outro. De forma irônica, o autor comenta a relação entre o indivíduo e o Estado, em que os erros e excessos das práticas cotidianas são apresentados de forma vinculada aos defeitos e excessos das práticas das instituições. Lélío ao comentar a proposta de que fosse descontado aos deputados o salário referente aos dias nos quais não comparecessem ao trabalho¹¹⁸, ironiza ao afirmar que essa proposta foi feita porque se ouviu que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecerem; e “precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro”, quiseram logo introduzir no “regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica.” (Idem, p. 44) A partir disso, Lélío lança a comparação entre os dois países apontando para a relação entre as práticas cotidianas e as decisões políticas. Diz ele (ao suposto proponente, alguém que ele chama de “deputado Penido”, mas que provavelmente nunca existiu):

Não advertiu S. Ex.^a que esse desconto é lógico e possível num país onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquettes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do que sentimento ou costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da vizinhança, que não comparecerem, recebem no dia seguinte um pedaço de lombo, uma costeleta, etc. Ora, isso que se faz no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura nem emenda, porque é que merecerá emenda e censura na Câmara onde aliás o lombo e as costeletas são remetidos só no

¹¹⁸ 22 de julho de 1883.

fim do mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão de ir buscá-los. (Idem, *ibidem*)

Nota-se a importância da observação sobre o cotidiano, mesmo em meio a toda essa ironia, para a percepção do que Machado está nos mostrando; que é a cisão entre as decisões políticas e as necessidades e possibilidades do país. Vai além aqui por assinalar ironicamente os hábitos alimentares como exemplar de esbanjamento e a partir disso derivar a incompatibilidade de medidas que poupassem os cofres públicos. Aproveita e amplia o problema para a questão da diferença de decisões do âmbito público e privado, na verdade, aponta aqui para a semelhança. Já que tal esbanjamento é permitido em âmbito privado, sem que ninguém censure ou corrija, por que o mesmo não se daria no setor público? Através de comentários como esse, percebe-se que a formação do indivíduo é compreendida por uma perspectiva dialética em relação à realidade sócio-histórica. Como se pode confirmar nas seguintes palavras de Lélío¹¹⁹: “Assim como um governo sem equidade só se pode manter em um povo igualmente sem equidade (segundo um mestre), assim também um parlamento remisso só pode medrar em sociedade remissa.” (Assis, 1998, p. 278)

Em outra crônica¹²⁰, Dividida e duas partes, a crônica abre tratando de um caso peculiar em que um condutor de bonde da linha S. Cristóvão, o Sr. Joaquim de Freitas havia sido premiado pela forma atenciosa como trata os passageiros. O episódio é comentado ironicamente por indicar que aquilo que deveria ser o padrão de tratamento parece não o ser, merecendo, por isso, homenagem. Lélío “teve ímpetos de fazer um protesto público”, devido à parcialidade evidente, mas não o fez, pois soube que seria homenageado pela “fina hombridade” com que se abstém “de desandar pontapés nas pessoas que passam” (idem, p. 62). Além da homenagem por aquilo que não passaria de comportamento minimamente civilizado, temos ainda a perspectiva, na postura de Lélío de quem abandona a intenção de uma atuação pública por ser beneficiado pelo gesto ao qual se oporia.

Evidenciando ainda mais a postura contraditória do narrador que por interesse pessoal, podemos dizer – antecipando os termos dos quais logo adiante ele irá se valer – renunciou ao seu juízo conta na sequência o caso do Clube Terpíscore. Ali parece ter havido uma confusão tremenda, “um conflito, à unha e a navalha, com a Sociedade

¹¹⁹ Na crônica de 1º de julho de 1885.

¹²⁰ 12 de setembro de 1883.

Musical Prazer da Glória” (Idem, *ibidem*). Diante do que a diretoria do Terpíscore lançou um comunicado no qual pede ao público que “suspenda o juízo duvidoso a nosso respeito”. E esse narrador que há pouco havia abandonado a intenção de protesto contra a homenagem do condutor de bonde, por ter sido beneficiado, agora se opõe incisivamente a abandonar seu juízo: “Realmente... Que eu, público, suspenda o meu juízo? Mas se eu não tenho neste momento outra preocupação que não seja firmar um juízo definitivo acerca da pancadaria de ontem.” (Idem, *ibidem*) O narrador coloca-se como o “público”, ampliando a representatividade de seus gestos (o do caso anterior e o deste). Além disso, mostra a ausência de preocupações de maior valia desse público, haja vista que ele não teria “neste momento outra preocupação” além da formação de um juízo sobre essa pancadaria. Na sequência, um assunto de peso aparece sem muitos comentários explícitos do narrador-cronista. Diz ele, logo após afirmar que não tem outra preocupação além de firmar seu juízo acerca desse caso, que o pedido do clube não poderia ser aceito, pois “não vamos fazer com este caso o que temos feito com o negócio da emancipação” (Idem, p. 63)? Ironiza mais ainda ao simular um diálogo com o clube (que por sua vez havia se dirigido ao “público”) no qual diz que estaria disposto a suspender tudo que ele quisesse, menos seu juízo sobre o episódio. E de novo abordando o a irrelevância do caso, diz: “Mas então em que é que o clube quer que eu pense senão nos seus conflitos?” (Idem, *ibidem*)

A resposta, relativamente cifrada, vem na sequência, no que poderíamos chamar de segunda parte da crônica (há uma separação gráfica entre elas). Ao contrário do caso anterior, que é tratado ironicamente com mais ênfase do que mereceria, o tema abordado nessa parte é tratado sem a ênfase ou ao menos a sistematicidade, de forma displicente como se não fosse muito importante. Começa assim: “Anteontem, no senado, trocaram-se algumas palavras, incidentalmente, sobre qual das formas de governo é mais barata ou mais cara, se a monarquia, se a república” (Idem, *ibidem*). O advérbio “incidentalmente” aí dá o tom irônico ao assunto, já que a preocupação sobre formas de governar deve ser basilar para o país, visto que determina muitos procedimentos nas mais diversas áreas de atuação social, de toda população. O narrador-cronista cria um tom mais elevado e anuncia que “um assunto destes exige o voto de todos os cidadãos. Considero-me obrigado a vir dizer perante o meu país e o meu século que a mais barata de todas as formas de governo seria a que Proudhon preconizava, a saber, a anarquia” (idem, p.63-64). Daí fazer um paralelo humorístico dizendo que um galo ou um peru que estão no quintal podem gerar certos gastos, mas

um cisne, que não se possui, não tem custo nenhum. Consideremos nós, que o cisne tem uma conotação mais elevada que o peru e o galo, o que pode indicar um questionamento óbvio sobre a própria pergunta feita, já que não incide sobre a melhor forma de governo, mas pela mais barata. Argumenta Lélío que seria “difícil ou impossível a decretação de um tal governo” (Idem, p. 64), então se deveria escolher entre os outros. E afirma, através da imagem de rosas brotando do pé, que os governos devem ser gerados a partir do interior, da particularidade do país (assim como as rosas brotam dos arbustos¹²¹). Fala ainda que mesmo que os jardineiros julguem-se os responsáveis pelo surgimento das rosas, não o são. Com isso, Machado comenta que o sistema de governo deve surgir da especificidade formativa do território no qual irá se instaurar. Deprendemos da narrativa sobre as rosas que o que deve ser apreendido para a consolidação de um regime é anterior aos que o administram no presente. Logo, as leis que regem o funcionamento das sociedades devem ser elaboradas a partir das necessidades internas e não de leis abstratas e gerais ou de regulamentos surgidos para dar conta das necessidades e problemas surgidos em outros contextos.

3.3 As ideias fora do lugar

Pela perspectiva da base sócio-econômica, pode-se entender que a Independência do Brasil representou a transição do país para um novo momento do desenvolvimento do capitalismo. Essa transição, porém, se deu aqui com o manutenção da estrutura econômica anterior, colonial. A escravidão estava na base desse sistema produtivo e permaneceu após a Independência, mesmo que o processo de emancipação política alterasse as relações internas da elite política e as externas, as relações estrangeiras.

Com essa transição, passaram a co-existir na realidade brasileira dois sistemas antagônicos. De um lado, o país achava-se vinculado ao movimento moderno de liberdade, desenvolvimento do capital e de cidadania generalizada, que tinha como paradigma a França e a Inglaterra¹²²; de outro lado, o atraso das relações econômicas de base permaneciam. Assim, no Brasil imperial os incompatíveis conviviam: as

¹²¹ Essa imagem construída por Lélío será analisada no item 4.4 desse trabalho, em que o recurso alegórico será comentado.

¹²² O liberalismo europeu também era formado por contradições e incongruências que surgiam da situação efetiva das formas de trabalho existentes nos países em que estavam surgindo. Isso o difere do Brasil, que, ao buscar modelos de outros países, acaba enfrentando impasses na tentativa de articulação de sistemas que acabaram mostrando-se desconexos com as necessidades específicas do país.

“conquistas liberais da Independência” e o modo de produção escravocrata, com seus elementos constitutivos, senhor e escravo, latifúndio e dependência pessoal, escravidão e tráfico negreiro – até 1850 – e a monocultura de exportação (SCHWARZ, 2000b, p. 36-7).

O paradoxo se acentua, pois o que aconteceu não foi ‘apenas’ que a ligação do Brasil com “a ordem revolucionária do capital” não acarretou a transformação dos modos de produção, mas passou a confirmá-los e promover “na prática”. Como diz Schwarz, “A mão-de-obra culturalmente segregada e sem acesso à liberdade do tempo deixava, portanto, de ser uma sobrevivência passageira, para fazer parte estrutural do país livre” (Idem, p. 37). De modo que a situação econômica moderna, contemporânea desse período, exigia a permanência dos laços afetivos (das relações pessoais) do modelo tradicional e da ideologia colonial arcaica. Situação essa necessariamente contraditória, que associava ao “ideário liberal (...) necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites” as relações econômicas efetivas, que se opunham a esse ideário, que, logo ficavam esvaziados, pois não expressavam em nada aquelas relações de trabalho, mesmo que convivessem “familiarmente com elas”. Assim, no Brasil, a forma de desenvolvimento capitalista ocorrida ao invés de transformar as “formas anteriores de opressão”, se deu pela “reprodução e agravamento delas” (Idem, p. 38-9).

O comportamento dessa elite faz parte de um conjunto de incongruências existentes na tentativa de aproveitar no Brasil ideias em voga em outras nações, sem considerar as especificidades das condições locais. Nas crônicas das *Balas de estalo*, Lélío comentou diversas vezes esse procedimento. Desde o início de sua participação na série, em sua terceira crônica¹²³, ele trata do assunto. Logo depois de fazer alguns comentários sobre a oratória e um discurso da câmara que presenciou¹²⁴, Lélío passa a abordar um assunto aparentemente sem ligação com as questões políticas, mas na verdade muito ligado a elas. Lélío vale-se de um pretense anúncio de uma “casa de alugar casacas” pra metaforizar o uso de ideias e teorias estrangeiras em nossa cultura. Diz para o comerciante que anuncia as casacas/ideias/teorias não desanimar, pois traz um “progresso necessário” e “salvo em relação ao orçamento, cujas casacas são alugadas a 5, 6 e 7 por cento, o nosso pendor é viver de casacas emprestadas. Não

¹²³ 10 de julho de 1883.

¹²⁴ As referências e a análise do estilo dos discursos políticos são o assunto do item 4.2 do presente trabalho.

alugadas, emprestadas”. Mesmo havendo algumas casacas próprias, geralmente pedem-se emprestadas. “Comte, Zola, Mac-Culloch, Leroy-Beaulieu, etc., cujo guarda-roupa anda continuamente provido, tem-nos emprestado muitas casacas e, ou seja, da elegância dos corpos, ou arranjo do alfaiate, uma vez vestidas, parece que foram talhadas para nós mesmos”. Esse sistema não deveria continuar. O aluguel seria um meio-termo interessante, já que sair do empréstimo pela compra simples seria demasiado, “um salto mortal” (Assis, 1998, p. 37). Para não deixar dúvida de que a questão é a das “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2000a), Machado inicia um novo trecho da mesma crônica dizendo: “A propósito de casaca alugada, aqui vai uma ideia de comédia” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 38). E dá a ideia de um sujeito que, estando em um baile com uma casaca alugada, recebe uma carta de amor marcando um encontro, só que, ao devolver a casaca, esquece a carta no bolso, e ela vai parar nas mãos do próximo a alugá-la... Através da analogia das ideias com as roupas ele crítica a apropriação de ideias, vistas de forma negativa.

Em seguida, Machado direciona de forma mais direta a discussão do estrangeirismo para nosso sistema político. Faz isso através de uma polêmica bem humorada com o “autor das Coisas Políticas” (Idem, *ibidem*), no caso, Ferreira de Araújo, um dos proprietários da *Gazeta de Notícias* e que escrevia a referida coluna, além das “Balas”, assinando como Lulu Sênior. Lélío diz estar em “formal desacordo” com ele, pois havia condenado “conflitos à unha que se têm dado na câmara municipal” (Idem, *ibidem*). Passa a ironizar novamente a questão da adaptação ao Brasil do que vem de outros países. Também se vale do paralelo irônico (ou da “comparação estrambótica”, como vimos na expressão do próprio Lélío presente na crônica de 23 de agosto de 1885), agora entre tipos de lutas e golpes com o sistema político. Para ele não haveria problema nesses conflitos à unha, já que os ingleses não seriam “mestres em parlamentarismo senão porque alternam a câmara dos comuns com regatas, corridas de cavalos, corridas a pé, saltos murros, etc.” No caso do Brasil,

A instituição do capoeira era um princípio de salvação; mas a imprensa, obedecendo a velhas chapas sem valor, acabou com ela. Surgiu o murro, cujo único demérito é não ser nacional como a cabeçada; o murro é inglês, mas se imitamos dos ingleses as duas câmaras, o chefe do gabinete, o voto de graça, as três discussões e outros usos políticos, de caráter puramente nervoso, por que não imitaremos o murro, o sadio murro, o murro teso, seco, reto, que tira melado dos queixos e leva convicção às almas? (Idem, *ibidem*)

Ele retorna para discussão da dualidade nacional/estrangeiro¹²⁵ especificando esse “estrangeiro” aos ingleses e localizando a influência deles no sistema político brasileiro. A nacionalidade brasileira, aquilo que seria típico do Brasil não deixa de ser ironizado: “Ao lado do murro, surgiu o cacete. O cacete não traz a pecha de estrangeirismo. Nada mais nacional do que a nossa vara de marmelo da infância; por outro nome, o camarão. Fazê-lo intervir nas contendas políticas é continuar a obra de nossos pais.” (Idem, p. 38-9). O tom bastante irônico é reforçado pelo paralelo com campo de atividade teoricamente bastante distinto do da política (a vara de marmelo...), mas que Machado busca aproximar por relações inusitadas, como havia feio no caso dos casacos e das ideias/teorias.

A falta de enraizamento no chão histórico local foi expressa também por uma simulação que Lélío faz numa crônica¹²⁶ em que, depois de falar de alguns casos de alucinações, cita o de um deputado que todas as manhãs imaginava o imperador oferecendo-lhe a pasta dos negócios estrangeiros:

Há mil, há cem mil pessoas no universo, que raciocinam perfeitamente, e, entretanto, padecem de uma dessas alucinações ou delírios. Conheço um alferes que está persuadido de ser major. Um deputado da legislatura de 1864 imaginava que o imperador lhe oferecia todas as manhãs a pasta dos negócios estrangeiros. Contou-me mais de uma vez como se passavam as coisas. O imperador entrava (era na casa de D. Maria, Rua da Ajuda), ia ao quarto dele, com a pasta na mão, e dizia-lhe: "Romualdo, tu por que é que não hás de ser ministro?" Pois bem; este deputado proferiu muitos dos melhores discursos parlamentares de 1864 e 1865. Você não tem lido nos jornais notícias de comissões que vão oferecer isto ou aquilo, um retrato, uma venera, etc., a pessoas completamente obscuras ou insignificantes? (Idem, p. 97)

Essas alucinações são como uma doença e como tal tem um remédio, que no caso é a seguinte dieta: “nada de finos pratos, nem Borgonha, nem champagne; deem-lhe durante seis meses bacalhau de porta de venda e vinho de Lisboa fabricado no Rio de Janeiro” (Idem, p. 98). Pela falta de elementos verdadeiramente locais as pretensas soluções para as alucinações parecem não surtir efeito algum, o que se comprova com a

¹²⁵ Pode-se observar ainda que a dualidade, não necessariamente voltada para falar da incorporação de ideias, aparece de forma recorrente; inclusive quando o assunto não é política. Por exemplo, na crônica de 5 de agosto de 1883, em homenagem ao jornalista Henrique Carlos da Rocha Lima por seu aniversário. Mesmo em tal contexto, Machado assinala, nessa crônica escrita em versos (como será a série *Gazeta de Holanda*, publicada no próprio *Gazeta de Notícias* de primeiro de novembro de 1886 a 24 de fevereiro de 1888) a diferença nos versos “Brava gente brasileira/ E gringos e carcamanos;/ Brademos todos a uma:/ Parabéns a quem faz anos!” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 50).

¹²⁶ 15 de maio de 1884.

continuação da receita: “podem mesmo aumentar no vinho a dose tóxica, com um ou dois decigramas de pau-campeche por litro, ou meio decigrama de estricnina; é a mesma coisa” (Idem, *ibidem*).

Em outra oportunidade¹²⁷, Lélío simula sua candidatura a deputado por insistência de alguns amigos. O foco está no comentário sobre a indistinção entre liberal e conservador como forma de evidenciar a volubilidade. Hipoteticamente diz que poderia falar como um "candidato inglês de 1869" (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 110) assumindo que queria a liberdade, sendo por isso liberal; mas que, ao mesmo tempo, acreditava que era necessário conservar a constituição, sendo por isso um conservador. Lélío desiste de tal postura, já que, "além de copiá-lo (...) (o que não fica bem) essas poucas linhas, que parecem um paradoxo, não são antes (comparadas com as nossas coisas) um truísmo" (Idem, *ibidem*).

Já em outra crônica¹²⁸, comenta o discurso de (Alfredo Maria Adriano d’Escragnoille) Taunay, que “em véspera de eleição, cuidando das músicas de José Maurício¹²⁹” (Idem, p. 160) citou Hadyn e Mozart. Isso faz Lélío recordar de Lafaiete que havia citado Molière na câmara. Na continuação, Lélío faz comentários muito explícitos sobre a questão das ideias fora do lugar:

Não ignoro que tudo isto de Taunay e Lafaiete, afinal de contas, são francesias de nomes e de cabeças. Ouviram dizer que em França alguns deputados lêem os clássicos, e imaginaram transportar o uso para aqui.

Não advertiram que nem todas as coisas de um país podem aclimar-se em outro. Não concluíamos da pomada Lubin para o Misanthropo. São coisas diferentes. Paul-Louis-Courrier, tão conhecido dos nossos homens, compondo na cadeia um opúsculo político, interrompia o trabalho para escrever à mulher que lhe mandasse uma certa frase de Beaumarchais. Segue-se daí que devemos todos ler Beaumarchais? Pelo amor de Deus! (Assis, 1998, p. 160)

Em outra crônica¹³⁰, em formato de representação judicial contra a polícia e o delegado, simula uma acusação de cerca de cinquenta cidadãos anônimos, que foram proibidos de continuar assistindo uma briga de galos. O argumento dos cidadãos é o de

¹²⁷ 04 de agosto de 1884.

¹²⁸ 29 de outubro de 1884.

¹²⁹ “Padre José Maurício Nunes Garcia foi mestre de música e organista da Capela Real; suas composições tinham influência de Hadyn e Mozart, e ele é hoje considerado a maior figura musical brasileira do período colonial” (DE LUCA, 1998, p. 160)

¹³⁰ 08 de junho de 1885.

que seu ato serve para corrigir hábitos políticos nacionais, que precisariam aproximar-se mais das práticas inglesas e o caminho que encontraram foi a briga de galo, já que essa é uma prática “essencialmente britânica” (Idem, p. 268). A acusação diz o seguinte:

P.P. que o dito réu praticou um duplo atentado, perturbando o uso do direito de reunião e deslustrando a fama dos que o exerciam; e mais, P.P. que, sendo o pensamento secreto dos autores profundamente político e patriótico, ainda mais grave se tornou o ato da autoridade, que daquele modo, além de ferir a lei e afrontar os autores, atrasou a marcha do Estado; tríplice violência que a justiça não deve nem pode deixar impune, sob pena de abalar todos os alicerces da nossa vida nacional, porquanto,

P.P. que, residindo na Inglaterra a origem do sistema parlamentar e representativo, é a ela que devem recorrer todos os Estados congêneres, quando quiserem fortificar a própria vida política; sendo aliás certo e universal, e nem pode negá-lo o réu, que a imitação dos bons é um preceito de costumes, tanto na vida do indivíduo como na dos povos, pelo que,

P.P. que, lendo os autores, um dia destes, os debates das câmaras, acharam que, a propósito da lei de forças de terra e da resolução prerrogativa do orçamento, foram discutidos alguns negócios de Sergipe, a reforma do estado servil, a dissolução da Câmara em 1884, a organização do conselho de estado, o poder pessoal e uma professora de primeiras letras, e parecendo que esta prática não é inglesa assentaram de prover de remédio um mal tão grave; e assim,

P.P. que, não tendo assento na Câmara, e não dispondo de um jornal sequer, trataram de escolher algum remédio externo e indireto; e foi então que um deles declarou possuir um galo, e fazendo outro igual declaração, todos os demais autores, em número de quarenta e oito, bateram na testa e exclamaram que o remédio estava achado, pois que a briga de galos é prática essencialmente britânica; (Idem, ibidem)

Contra a prática parlamentar brasileira de abordar assuntos variados e não tratar especificamente do tema em debate, que os cidadãos observaram ao ler os discursos da câmara, a sugestão é a solução britânica da briga de galos...

No caso dessa crônica, percebe-se também uma grande ironia quanto ao fato de o episódio cotidiano, energicamente tratado, desviar atenção dos episódios políticos importantes. E os acusadores afirmam que não fizeram nenhuma alusão a disputas políticas, nem ao fato do

digno senador, o Sr. Correia, se admira[r] de que devam ao tesouro 17.250:902\$917 de impostos, e aconselha o meio executivo para cobrá-los, como querendo S. Ex. a acabar violentamente com um dos ofícios mais rendosos deste país, que é não pagar impostos ao Estado; e, pois,

P.P. que, começando a perder o fio das ideias, voltam aos galos e à casa n.º 130 da Praça Onze de Junho, onde os ditos galos brigavam e onde o réu os foi dissolver, como se galo fosse gente para merecer tanto barulho, e como se não fosse muito melhor fazer brigar os galos do que brigarem as próprias pessoas umas com as outras, escorrendo sangue das ventas humanas, sem divertimento para ninguém, e principalmente para os sangrados; e finalmente,

P.P. que param neste ponto, a fim de não os aborrecer mais, aconselhando que, enquanto não chegam outros usos da Inglaterra, vamos fazendo uso do galo e suas campanhas. Antes o galo que nada.
(Idem, ibidem)

Ironicamente, já que a efetividade nas discussões não é uma realidade, a forma de se aproximar das práticas inglesas é através da briga de galos. Os costumes parlamentares por outras vezes foram assunto direto de Lélío. De forma irônica, ele inicia a crônica de 1º de julho de 1885 dizendo que não concorda “absolutamente com a censura feita ontem pelo *Jornal do Comércio* aos nossos costumes parlamentares” (idem, p. 277). Lélío elencará três razões pelas quais não concorda com a censura, mas antes, informa que a censura havia se dado em função da “demora na discussão da proposta da emissão de vinte e cinco mil contos, que foi apresentada a 25 de maio, e só agora chegou ao senado.” (Idem, ibidem)

A primeira razão pela qual Lélío discorda da censura é porque o fato de haver “folgas extraordinárias na câmara, dias de repouso, dias de chuva e todo sábado vale[r] domingo” (Idem, ibidem) não é novo. Lembra, então, um discurso de Teófilo Otoni de 1841¹³¹ em que ele se opunha a essa falta de trabalho. Já que o mal é antigo, Lélío lança a pergunta: “Lealmente, que culpa pode ter a geração de hoje de um costume tão velho? Ou querem negar as leis do atavismo?” (Idem, ibidem) A segunda razão que faz Lélío negar ironicamente a censura é que as discussões das propostas são as propícia para que se trate de tudo e como é demorado tratar de tudo, não se pode demorar menos de um mês para isso.

A terceira razão (e isto responde a qualquer objeção que me façam com a Câmara dos Comuns ou outras), a terceira razão é que se dá com os governos o que se dá com outros produtos naturais: o meio os modifica e altera. Lá nas outras câmaras pode ser que as coisas marchem de diverso modo. Mas segue-se que, por termos a mesma forma externa, devamos ter o mesmo espírito interior? Seria cruel exigir-lo. Seria admitir que o cabeleireiro faz o dândi. Maria Cristina dizia uma vez ao famoso Espartano: — Fiz-te duque; nunca te pude fazer fidalgo. (idem, p. 278)

De forma extremamente volúvel, Lélío põe-se a defender o direito de o parlamentarismo brasileiro ser diferente do inglês. O direito de nele as coisas não andarem do mesmo jeito, em função da especificidade do país.

¹³¹ Outros trechos dessa crônica serão analisados no capítulo seguinte, em que essa passagem será abordada com mais ênfase.

4. As formas da intervenção

Nem a ciência, nem os seus diversos ramos, nem a arte, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente da sua dialética interior. A evolução em todos esses campos é determinada pelo curso de toda história da produção social, no seu conjunto: e só com base neste curso é que podem ser esclarecidos de maneira verdadeiramente científica os desenvolvimentos e as transformações que ocorrem em cada campo singularmente considerado.

LUKÁCS, Georg. *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*.

O estudo feito até aqui pretende evidenciar que os episódios tratados por Lélío estavam enraizados nas origens políticas brasileiras, não se tratando, de forma alguma, de acontecimentos esporádicos ou eventuais. Pelo contrário, esses episódios são capazes de caracterizar a dinâmica e tendência principal do funcionamento político do nosso país durante o império. Tal caracterização pode ser buscada na formação do corpo político imperial, bem como nos atos, constituição, atitudes frente a ela, discursos proferidos em situações oficiais de atuação política daqueles que representam legislativamente toda nação e nos procedimentos adotados pelos políticos em seu cotidiano. Machado responde a essa estrutura viciosa enraizando essa situação nos próprios procedimentos narrativos adotados por Lélío. Desse modo, além do levantamento temático e do enquadramento histórico, faz-se necessário expor como e quais desses procedimentos foram incorporados à própria estrutura composicional da prosa machadiana desenvolvida nas *Balas de estalo*. Para levar adiante tal discussão, é preciso definir as bases teóricas que possibilitam estabelecer os vínculos entre os assuntos abordados e os recursos composicionais, entre forma e conteúdo.

Através da sociologia da literatura, empreende-se o estudo social das formas, na medida em que o aspecto formal e conteúdo são considerados interdependentes. O desafio é buscar a relação entre a arte, no caso específico a literatura, e a sociedade na dimensão em que a estrutura social aparece formalmente configurada na construção literária. De outro modo, teríamos um estudo sobre literatura que trataria seu objeto de forma meramente documental, vendo-o como um simples aporte, apenas um documento para o estudo sociológico ou histórico. A pretensão no campo de estudo da literatura ultrapassa essa perspectiva. E em virtude disso, os aspectos formais são perseguidos.

Para Theodor Adorno, “as mais profundas relações entre a arte e a sociedade” são “aquelas que se cristalizam *nas* obras de arte.” (ADORNO, 1994, p.112, grifo do

autor). Há necessidade de encontrar a “mediação” da relação arte e sociedade. Para Adorno isso se dá na medida em que essa mediação “está na própria coisa”. Isso é feito na tentativa de entender o “modo como momentos da estrutura social, posições, ideologias (...) conseguem se impor nas próprias obras de arte”. Nesse sentido, a pesquisa em âmbito literário, no que se refere à sociologia da literatura, deve ser “algo que não se limite [o que não quer dizer que não possa passar por essas etapas] a perguntar como a arte se situa na sociedade, como ela atua, mas que queira reconhecer *como a sociedade se objetiva nas obras de arte.*” (Idem, p. 114, grifo meu). Também nessa perspectiva, Peter Szondi problematiza a possibilidade de distinção entre os gêneros literários. A alternativa apresentada por ele consiste em “preservar” o estudo sobre a teoria dos gêneros “no terreno historicizado” (SZONDI, 2001, p. 25). Pensando seu objeto de estudo, o drama, ele segue dizendo o seguinte:

Ao colocar em evidência o que “precipitou” na forma dramática como enunciado sobre a existência humana, ela faz de um fenômeno da história literária um documento da história da humanidade. Deve-se mostrar as exigências técnicas do drama como reflexo de exigências existenciais, e a totalidade que ele projeta não é de essência sistemática, mas filosófico-histórica. (Idem. p.25)

Sendo a política um assunto importante e de presença marcante nas crônicas de Machado, faz-se necessário a compreensão da relação entre esse elemento temático e a configuração da obra mesma. Também deve ser considerada a especificidade dos aspectos envolvidos, como a posição do autor, a função da literatura e da política, bem como da relação entre ambas. Sobre esse aspecto, Antonio Candido, em *Literatura e sociedade*, diz o seguinte:

Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente. (CANDIDO, 1985, p. 7)

Considerar as condições materiais de produção específicas da crônica jornalística para a construção das interpretações possíveis é de fundamental importância. O uso da orientação teórica tem como objetivos não negligenciar as especificidades sociais do objeto literário em estudo, seu âmbito *sociológico* para falar como Candido, e buscar relacionar a função social da obra analisada com a maneira como ela se organiza internamente, isto é, como os processos sócio-históricos podem ser apreendidos na

constituição e configuração da própria forma literária. Os itens que seguem evidenciam quais procedimentos desenvolvidos por Machado nas *Balas de estalo* estão em conexão profunda com as temáticas por ele abordadas e como ambas as esferas (conteúdo e forma) são construídas como modo de articular o cotidiano brasileiro à dimensão estética possível de ser atingida na crônica jornalística.

É necessário considerar o suporte no qual a crônica jornalística circula, observando, como um de seus traços mais importantes, a incorporação da matéria cotidiana como tema (CÂNDIDO, 1992 e ARRIGUCCI JR., 1987), bem como sua característica de ser um gênero moderno, que surge no século XIX – um período de “sucessão cada vez mais acelerada dos fatos” e de um mundo cada vez mais complexo que traz imposições mais exigentes ao entendimento humano – espera-se do cronista uma espécie de “intervenção” no cotidiano, orientando o leitor na compreensão desse mundo (CHALHOUB, et alii, 2005, p.11-15). Lélío é o narrador-cronista ficcional criado por Machado nas *Balas de estalo!* e sua posição em relação aos fatos, assim como as informações que nos são fornecidas a seu respeito, são variáveis. Essa mobilidade corresponde à adequação encontrada para adequar formalmente a voz narrativa às condições específicas do gênero crônica em função da necessidade que se lhe apresenta de ter que abordar os assuntos que estiverem na ordem do dia, sendo, por isso, necessariamente múltiplos e imprevistos.

O “mundo” brasileiro apresenta especificidades na construção de seu corpo político, em função da própria estruturação da nossa sociedade. Como lembra José Murilo de Carvalho,

Na ausência de uma “poderosa classe burguesa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio dos mecanismos do mercado”. As medidas de “unificação de mercados,(...) de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico” a cargo do Estado. (Carvalho, 1996, p. 209)

Na composição peculiar da crônica machadiana, percebe-se em seu narrador (na série *Balas de estalo*, com Lélío, isso é verificado com frequência) a incorporação de um comportamento arbitrário e muitas vezes volúvel¹³² que tem como consequência a construção de supostos diálogos com o leitor em que, na verdade, somente a voz (ideologicamente considerada) do narrador-cronista se destaca. Essa dimensão unilateral

¹³² Para o detalhamento dessa característica, veja-se o item 4.2 do presente capítulo.

do que se disfarça de diálogo pode ser vista ela mesma como representante da maneira como se institui a política brasileira, autoritária, arbitrária e excludente. Também nesses traços se percebe o que será o assunto final desse trabalho: a articulação entre política e estética nas crônicas machadianas.

4.1 Paradigmas indiciários

As *Balas de estalo* (1883 - 1886) foi a oitava das doze séries de crônicas nas quais Machado trabalhou. Isso considerando sua participação, de 1859 a 1860 em *O Espelho*, a primeira experiência regular do autor na produção de textos jornalísticos, em que se incluem crônicas, crítica teatral e artigos variados¹³³. No jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou a série *Comentários da semana* (1861 - 1863); em *O Futuro* escreveu suas *Crônicas* (1862 - 1863); novamente no *Diário do Rio de Janeiro*, escreveu a série *Ao acaso* (1864 - 1865); Na *Ilustração Brasileira* duas séries em sequência *História de quinze dias* (1876 - 1878) e *História de trinta dias* (1878) e no jornal *O Cruzeiro* a série *Notas Semanais* (1878). Depois disso, inicia as *Balas* na *Gazeta de Notícias*, jornal para qual produziria por longos anos parte essencial de suas crônicas e contos¹³⁴. Quando começa as *Balas*, que é sua primeira série de crônicas da década de 1880, ele já trabalhava – mesmo que de forma intermitente – há mais de vinte anos como cronista. É de destacar que a política foi desde o início de sua carreira um dos assuntos mais constantes em suas crônicas. Antes de abordar diretamente as *Balas de estalo* (1883 - 1886), exponho algumas das diversas referências ao universo político encontradas nas crônicas anteriores de Machado. Elas servirão de indício para consolidar a visão de que o autor observou os meandros da política brasileira com tal atenção que se torna plausível a hipótese de que até mesmo os recursos estilísticos foram analisados com cuidado por ele, que pode ter se valido de alguns deles para compor seus próprios textos. Nesse ponto, em termos de metodologia, acompanho a proposta de Carlo Ginzburg em seu *Mitos, emblemas e sinais* (GINZBURG, 2007)¹³⁵, em que o autor comenta questões de método de pesquisa que são bastante úteis, no que tange ao

¹³³Conferir *O Espelho/ Machado de Assis. Organização, introdução e notas: João Roberto Faria. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.*

¹³⁴De 1883 a 1897, Machado publicou cerca de 500 crônicas na *Gazeta de Notícias*, além de contos e outros tipos de textos. Ver MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Bons Dias! – crônicas (1888 – 1889)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/ Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

¹³⁵ Em especial no ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (Op. Cit., p. 143-179).

“paradigma indiciário”, método que se refere a uma “atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas indícios”. (Op. cit., p. 154) Sem importar necessariamente aqui a reconstrução histórica, feita pelo autor, dessa metodologia - que passa, entre outros importantes referentes por Sherlock Holmes e Freud, mas através do qual o autor entrevê “o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (Idem, ibidem) -, destaco que a busca pelos indícios, pelos sinais nas crônicas, mesmo que de início só percebidos tematicamente, fornece pistas preciosas. Essas pistas ganham relevância à medida que se mostram capazes de contribuir para o entendimento da prosa ficcional machadiana em seus aspectos estéticos tomados em seu vínculo com a história do Brasil e parecem ser centrais para a defesa da hipótese da intencionalidade de Machado quanto ao uso estético que faz das posturas e discursos políticos que analisa.

No início da década de 1860, Machado escreve para o jornal liberal *Diário do Rio de Janeiro*. No livro *Machado de Assis e a política* (BROCA, 1957), Brito Broca destaca a postura combativa de Machado nas discussões políticas do período. Postura que já começa com a participação em um jornal abertamente liberal e que não deixava de “atacar abertamente o governo”. Machado participava de alguns bate bocas políticos com escritores de jornais situacionistas, como a *Gazeta da tarde* e o *Correio da tarde*. Já nessa época, Machado refere-se aos discursos políticos. Como exemplo dessa combatividade e da atenção aos discursos, há um episódio mencionado por Brito Broca no qual Machado ataca o Senador Pena no folhetim de 1º de novembro de 1861. Machado escreve que o referido senador havia “ejaculado” alguns discursos notáveis. Outros exemplos desse Machado de Assis combativo são a censura que faz ao governo pela lei das condecorações¹³⁶ – que teve resposta da *Gazeta da Tarde* – e a denúncia do acúmulo de vencimentos com que estava sendo beneficiado o Conselheiro Cândido Borges¹³⁷, que rebate as críticas.

É notável a variedade de situações relacionadas à política a que o escritor está atento. Alguns exemplos disso são os seguintes: na crônica de 1º de outubro de 1876 (na série *História de quinze dias*), na parte IV, comenta o processo eleitoral como um todo, e a ausência dessa “festa quatrienal” na Corte e em Niterói. Chama a atenção de que “A soberania Nacional é a coisa mais bela do mundo, com a condição de ser soberania e de

¹³⁶ Crônica de 16 de dezembro de 1861.

¹³⁷ 07 de janeiro de 1862.

ser nacional” (MACHADO DE ASSIS, 2008, v4, p.325), trecho que nos remete à crônica, de 15 de agosto do mesmo ano e da mesma série: “a opinião pública é uma metáfora sem base”. Nessa crônica, Machado preocupava-se com o analfabetismo quase geral: “70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê” (Idem, p. 315). Ainda na série de *História de quinze dias*, ele comenta as câmaras temporárias e discorre sobre retórica¹³⁸ (Idem., p. 342); e sobre uma sessão que durou 72 horas¹³⁹ (Idem., p. 349). Cita a fala do “Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo”, que de uma “interpretação nova e clara ao artigo relativo à responsabilidade dos escritos impressos”¹⁴⁰ (Idem., p. 354). Isso é dito com muita ironia, já que a referida interpretação não é nada clara. Ainda em *História de quinze dias*, o cronista quer a publicação dos discursos parlamentares no jornal¹⁴¹ (Idem, p. 358).

A série *História de trinta dias* é composta de apenas três crônicas, escritas de fevereiro a abril de 1878. Machado assina-as, a exemplo do que ocorrera na *História de quinze dias*, como Manassés. Em todas as três crônicas ele comenta questões referentes à política e à administração pública. Fala da mudança ministerial e da possibilidade de dissolução da câmara¹⁴²; aborda de forma irônica a violenta “eleição na Glória” (idem, p. 402) em que uma pessoa morreu¹⁴³. Finalmente, trata do “aniversário de juramento da constituição” (idem, p. 403), da venda de um couraçado brasileiro para o governo inglês e da morte do conselheiro Nabuco de Araújo, que teria deixado “pronto o projeto do código civil” (Idem, ibidem).¹⁴⁴

Na série *Notas semanais*, a qual Machado assinava com o pseudônimo de Eleazar, e que foi a última antes do início nas *Balas de estalo*, diversas outras referências à política são feitas. Em uma oportunidade¹⁴⁵, o narrador coloca-se no lugar de um orador político, “se eu tivesse a honra de falar do alto de uma tribuna” (...), “Levantando a discussão à altura da grande retórica” (Idem, p. 417). Movimento importante, já que ele desloca-se da posição de observador, que não faria apenas referência ou comentário sobre um discurso, mas supõe o uso de um. Eleazar também

¹³⁸ 1º de janeiro de 1877, parte IV.

¹³⁹ 15 de fevereiro de 1877, parte IV.

¹⁴⁰ 15 de março de 1877, parte V.

¹⁴¹ 15 de abril de 1877, parte V.

¹⁴² Fevereiro de 1878, partes I e II

¹⁴³ Março de 1878, parte II.

¹⁴⁴ Abril de 1878, partes II, III e IV.

¹⁴⁵ 16 de junho de 1878, parte II.

comentou o caráter conciliador das relações entre posturas políticas opostas¹⁴⁶. Ainda nas *Notas*, Machado caracteriza, de forma criativa, a política brasileira pelo traço da conciliação¹⁴⁷. Ele destaca o caráter conciliador das relações entre posturas políticas opostas:

Reunidos os votantes no adro da igreja, entretiveram-se num fadinho neutro. Umbigos liberais tocavam os umbigos conservadores, ao som da viola republicana: era a fraternidade política e coreográfica. (...) Cada votante, por uma delicada competência de generosidade, votava nos candidatos do partido adverso. (Idem, p. 453)

Aqui esse caráter conciliador, que leva à indistinção entre uma postura e outra, é visto como um caso particular, ocorrido em uma localidade específica, em Paquetá, que será comparada com a ilha dos Amores camoniana... Em outra crônica dessa série¹⁴⁸, Machado comenta o caráter conciliatório ao se referir às eleições ocorridas na paróquia de S. Vicente. Falando dos partidos de lá, afirma que “cada um vê no adversário metade de si próprio. (...) Em vão busco adivinhar por que modo esses dois partidos singulares cruzaram as armas no grande pleito”. (Idem, p. 470)

A referência à política como lugar de conciliação aparecerá em séries de crônicas escritas depois de *Balas de estalo*. Em uma crônica da série *Bons Dias!*¹⁴⁹, o cronista, simulando ir até o senado, travaria uma conversa com um senador sobre os partidos políticos do Ceará, ela assim se daria, o narrador começa o diálogo:

- Eles são dois, mas quatro; ou mais acertadamente, são quatro, mas dois. [Narrador]
- Dois em quatro. [Senador]
- Quatro em dois. [N]
- **Dois, quatro.** [S]
- **Quatro, dois.** [N]
- **Quatro.** [S]
- **Dois.** [N]
- **Dois.** [S]
- **Quatro.** [N]
- Justamente. [S]
- Não é? [N]
- Claríssimo. [S] (Idem, p. 808, meus grifos e indicações entre colchetes)

¹⁴⁶ 11 de agosto de 1878, parte I e 1º setembro de 1878, parte III. Nessa última, Machado refere-se de forma específica às eleições ocorridas na paróquia de S. Vicente.

¹⁴⁷ 11 de agosto de 1878.

¹⁴⁸ 1º de setembro de 1878.

¹⁴⁹ Crônica de 04 de maio de 1888. A série *Bons Dias!* foi publicada no mesmo jornal em que as *Balas de estalo*, o *Gazeta de Notícias*.

Note-se a inversão de opiniões sobre o tema sem nenhum conflito, tudo fica conciliado e “claríssimo”. O narrador pede em seguida notícias “mais individuais” ao que o Senador responde: “Notícias individuais? Homem, eu não sei de política individualista; eu só vejo os princípios”. E termina afirmando que a política é o “terreno em que todos se podem conciliar” (Idem, p. 809). Acrescente-se também que se não há divergência de opiniões, não há diálogo, pois “diálogo”, em uma perspectiva que o entende como um procedimento típico de um padrão pedagógico de formação do sujeito, é uma “comunicação plena entre os interlocutores, em que as posições diversas partem do confronto para alcançarem à unidade final” (Sanseverino, 1999, p.212). Em uma construção histórica em que o prevalece é a indistinção entre as posturas pretensamente opostas o diálogo não se realiza de forma plena.

Outro traço com que Machado compõe o retrato da política brasileira é o do arbítrio. O poder de mando e desmando por parte do corpo político é tratado em outra crônica da mesma série¹⁵⁰, em que, ironicamente, uma cena entre deputados e senadores é narrada com tom bíblico: “1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente. 2. Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado.” (MACHADO DE ASSIS, 2008, v4, p. 812-3)

Como se vê, foram diversas as vezes em outras séries, que não as *Balas de estalo*, em que Machado abordou questões envolvendo a política brasileira. Na série aqui enfocada, além da demonstração, feita ao longo do trabalho, dos assuntos que o autor comentou, é um dos objetivos mostrar que a escrita das crônicas, no que envolve a construção do próprio estilo também é marcada pelas observações políticas de Lélío. Com esse intuito, passasse agora a referir momentos em que ele demonstra atenção para a construção dos textos e discursos políticos que conheceu e que podem tê-lo levado a transitar entre as fronteiras dos textos políticos e literários.

4.2 O estilo da política brasileira: ironia e noção de volubilidade machadiana

Entre os inúmeros aspectos da política observados por Lélío nas *Balas de estalo* estão os recursos retóricos presentes em discursos, debates e textos em geral que

¹⁵⁰ 20-21 de maio de 1888.

circulam no meio político. Referências à imbricação entre as esferas políticas e literárias são inúmeras em suas obras. Tome-se como exemplo, a paródia à *Canção do exílio*¹⁵¹ “Minha terra tem cadeiras,/ Onde a gente a gosto está, Os homens que aqui palestram, Não palestram como lá.” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 130). Na série *Balas de estalo* suscitou muitos comentários a citação que Lafayette Rodrigues fez na câmara de um texto de Molière. Não só por parte de Machado, como também, segundo Ramos (2005), de Lulu Sênior, pseudônimo de Ferreira de Araújo, um dos donos do *Gazeta de Notícias* e que assinava, além das *Balas*, a coluna *Cousas Políticas*. Em ambas, Ferreira de Araújo tripudiou sobre o ocorrido. Segue um trecho de Lulu Sênior:

Molière, oh velho mestre, os conservadores cá da terra estão a pisar-te nos canteiros. Pegaram em ti, os bárbaros, e, sem respeito nem ao teu talento enorme, nem ao tempo que o consagrou, eles, os conservadores, que se dizem amigos do classicismo, andam a resguardar-te à maneira do urso da fábula. Os liberais, esses, estão apenas ...vexados. Há aqui um ministro liberal que parece ter lido a sua obra, e o que parece mais! tê-la entendido. Esse ministro, que não estava a um canto do bosque, escondido na espessura das árvores, de carabina em punho, à espera que passasse uma pasta vaga; esse ministro que nunca foi chefe de partido, nem o pretendia ser, estava tranqüilamente em sua casa, a ler os juristas, e a ler-te a ti, quando lhe levaram a notícia de que era preciso ir lá para cima, (...). O bom homem, que sim há espírito e leitura, entendeu que estavam a zombar dele; mas enfim, lá foi e lá está. (...) fazem-lhe uma pergunta sobre uma questão que deitou por terra o ministério passado, e o homem responde que não sabe ainda o que há de fazer. Mas, em vez de dizer isso simplesmente por sua conta, o homem deitou um pouco de literatura, e disse que, como Sganarello, respondia: - Pode ser que sim, pode ser que não. (Araújo, apud Ramos, 2005, p. 103-104)

Lembremos que a participação de Machado na série *Balas de estalo* (em julho de 1883) se dá poucos meses após Lafayette tornar-se o novo chefe de gabinete. Ele era conhecido como “pode ser que sim, pode ser que não”, por sua postura política volúvel, uma dos gestos mais marcantes foi o de ter aceitado o convite de ser chefe de gabinete imperial, já tendo sido republicano¹⁵²... O final da crônica aponta Lafayette como “o novo Sganarello da história: teria de trocar de nome, pois havia sido traído por seu partido ao ser escolhido para ser chefe de gabinete em um momento tão conturbado politicamente.” (Idem, p. 106).

¹⁵¹ Na crônica de 05 de setembro de 1884, comentada no capítulo 2 do presente trabalho.

¹⁵² Quase impossível não lembrar o personagem Batista, o pai de Flora no romance machadiano *Esau e Jacó* (1904). Ele foi conservador, liberal e republicano, de acordo com a conveniência, sempre em busca de novamente ter um cargo no governo... No que segue orientação de sua esposa, dona Cláudia, para quem a política é com um baile “onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha”. (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 137).

Ironia desabrida à relação entre Literatura e Política é percebida em uma crônica do início de 1884¹⁵³. Lélío a inicia simulando um diálogo com Lulu Sênior, comentando que leu que a *Gazeta* reunirá em livro as crônicas produzidas para a coluna *Coisas políticas* e que elas são de autoria “do diretor da mesma *Gazeta*” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 92), isto é, de Ferreira de Araújo, o próprio Lulu Sênior. Ironicamente o cronista se diz espantado com o fato de a autoria de ditas crônicas serem dele, pois, segundo Lélío

Eu até aqui conhecia este cavalheiro como homem de letras, amigo das artes e um pouco médico. Nunca lhe atribuí a menor preocupação política, nunca o vi nas assembleias partidárias, nem nos órgãos de uma ou de outra das novas escolas políticas (...). Não vi o nome dele em nenhum documento político, não o vi entre candidatos à câmara dos deputados, ou à vereança que fosse.

Isto posto, cá das nuvens quando li que as *Coisas Políticas* eram desse cavalheiro. Se quer que lhe fale com o coração na mão, não acredito. Não bastam a imparcialidade dos juízes, a moderação dos ataques, nem a sinceridade das observações; e, se você não fosse um pouco parente dele, eu diria que não bastam mesmo o talento e as graças do estilo para atribuírem-lhe tais crônicas. Acho nelas um certo gosto às matérias políticas, que, depois do efeito produzido por uma citação de Molière na câmara, suponho incompatível com as aptidões literárias.

Esta última razão traz-me ao bico da pena um tal enxame de ideias, que eu não sei por onde principie, nem mesmo se chegaria a acabar o que principiasse. (...) A especialização dos ofícios é um fato sociológico. Isto de ser político e homem de letras é uma coisa que só se vê naqueles países de velha civilização, onde perdura a tradição latina de Cícero, e a tradição grega de Alexandre, que dormia com Homero à cabeceira. O próprio Alexandre (se o Quinto Cúrsio é sincero) fazia discursos de bonita forma literária. (...)

E daí meu amigo, pode ser que me ache em erro, e que, realmente, as *Coisas Políticas* sejam realmente do diretor da *Gazeta*. Mas então, força é dizer que anda tudo trocado. (Idem, p. 93)

Políticos citando Molière na câmara (o que fez Lélío considerar a política “incompatível com as aptidões literárias”, devido, provavelmente, à incompetência de quem o fez...), homens de letras escrevendo comentários sobre política; tudo trocado. Lélío já havia referido a citação de Molière na câmara¹⁵⁴, mas as referências aos discursos políticos, embora possam ter encontrado motivação nesse episódio, não se restringem a isso. Comentários sobre o estilo desses discursos são recorrentes. Na terceira crônica que escreve para a série *Balas de estalo*¹⁵⁵, Lélío lança a hipótese de que se componha um

¹⁵³ 13 de março de 1884.

¹⁵⁴ A primeira vez que Lélío fez referência a isso foi na crônica de 12 de setembro de 1883, em que afirma que irá aproveitar “a circunstância auspiciosa de não ser presidente da câmara para citar dois versos de Molière” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 64). Então cita um trecho da comédia *O Anfitrião*.

¹⁵⁵ 10 de julho de 1883.

florilégio de oratória com “pequenas expressões”. E se põe a colocar a ideia em prática. Ironiza a partir daí, o “discurso do Sr. F. de Oliveira, proferido ultimamente na câmara dos deputados”, de onde afirma são retiradas as expressões que passa a elencar. Afirma também que na crônica estão apenas alguns extratos aos quais acrescentará outros “pelo tempo adiante”. Diz que se refere ao discurso que havia sido “impresso no Diário Oficial de terça-feira do corrente”. (Idem, p. 36) Ironizando expressões retiradas desse discurso, nota-se que o foco do comentário machadiano está nos trechos inócuos, nas expressões puramente retóricas e de nenhuma utilidade e, em geral, com um vocabulário preciosista e cheio de adjetivos, para disfarçar a falta de conteúdo...

Há manuais e florilégio de oratória sagrada e profana; mas ainda ninguém se lembrou de compor um livrinho modesto, em que entrem, não largos pedaços ou discursos inteiros, mas pequenas expressões, locuções pitorescas, frases enérgicas e originais para o uso de oradores. É o que vou fazer. Começo por extrair do discurso do SR. F. de Oliveira, proferido ultimamente na câmara dos deputados, algumas daquelas frases que, por sua novidade e energia, nos parecem dignas de ser coligidas e aconselhadas aos doutos. (...) A oratória, como todas as coisas, exige seguramente disposição natural, mas também estudo. Por outro lado, a memória não é tão viva (salvo casos excepcionais) que possa trazer consigo todos os exemplos. Vá, pois, um pequeno extrato. (...) Sigo, porém, os exemplos na ordem em que o discurso do distinto deputado o manifestou. Eis aqui alguns:

“Entro tímido e vacilante”.

“... a palavra que arrebatava, a palavra que convence, a palavra que ilumina...”

“O país está cansado de mistificações”. (...)

“... inimigo acérrimo...”

“... mistificar o país...”

“... esbanjamento dos dinheiros públicos...”

“... superar as imensas dificuldades econômicas...”

“o imortal Molière...”

“... os ditames da razão...”

Referindo Molière, Lúlio relembra aos leitores as ironias feitas ao ministro Lafayette. Torna-se emblemática a atenção com que ele analisa os aspectos discursivos da política brasileira. Em uma das crônicas que mais chamam atenção nesse aspecto¹⁵⁶, Lúlio reclama dos “nossos costumes parlamentares” de demorarem demais para discutirem as propostas, essa demora se dá por que:

Há folgas extraordinárias na Câmara. Dias de repouso, dias de chuva, e todo sábado vale domingo. É isso novo? Abra o *Jornal do Comércio*, o livro dos *Anais*; veja a sessão de 25 de agosto de 1841, e leia um discurso que lá vem do finado Ottoni (Teófilo). (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 277)

¹⁵⁶ 1º de julho de 1885.

Em seguida, transcreve um trecho do discurso de Teófilo Otoni:

V. Ex.^a sabe que eu não tenho medo de mau tempo (concluiu Otoni), que, qualquer que ele seja, apresento-me na casa, e às vezes deixo de entrar, porque me revolta ver que, tendo eu vindo com o meu guarda-chuva de baixo d'água, muitos senhores se deixam ficar em casa; de modo que às vezes deixa de haver casa porque chuveira um pouco. (OTTONI, Apud Assis, 1998, p. 277)

Machado relembra um discurso proferido há quarenta e quatro anos! Isso nos dá fortes indícios da atenção que o autor conferia para essas questões, esses homens políticos e esses discursos. E não se trata de uma das referências a obras inexistentes que às vezes o autor efetua, conferi a presença de tal discurso e ele foi de fato proferido conforme Machado anuncia e transcreve (cf. OTTONI, 1979, p. 343).

Esses discursos, com seu conteúdo e sua estrutura composicional, têm base no chão histórico e nas práticas políticas brasileiras, sendo possíveis graças às possibilidades que as estruturas concretas aqui existentes forneciam. Parte das formas e dos recursos estilísticos observados por Machado é convertida em forma literária que comporão a escrita das próprias crônicas, ponto de vista privilegiado para a observação do andamento político do país. Essa migração da esfera política para a literatura, conforme realizado por Machado, atua de modo a explicitar e criticar as práticas políticas brasileiras que criaram as condições estruturais que possibilitaram seu surgimento. Ao incorporar para sua própria escrita características observadas no comportamento dos políticos, Machado constrói sua prosa de modo a expor tanto formal quanto conteudisticamente fraturas históricas das características formativas do corpo político nacional. Em outras palavras: é possível ler uma interpretação do Brasil através da análise dos recursos estilísticos da escrita machadiana, não só das obras destinadas a maior permanência, como contos e romances, mas também das crônicas.

Há semelhanças, ou, ao menos, relações entre essa visão sobre a política e as alterações pelas quais a obra machadiana vai passando ao final da década de 1870 e início da de 1880. Nesse sentido, é interessante observar a similaridade entre os traços com que a Machado vem caracterizando a política e os políticos do Brasil e a categoria da volubilidade, com a qual Roberto Schwarz analisa o processo narrativo das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e na qual o crítico vê o “funcionamento mesmo da sociedade brasileira”. Segundo Schwarz, esse procedimento narrativo consiste em uma “alternância sistemática de perspectivas” (SCHWARZ, 2000b, p. 11).

Outra forma com que o crítico conceitua essa técnica narrativa é definindo que “o procedimento literário de Brás Cubas – a sua volubilidade – consiste em desdizer e descumprir a todo instante as regras que ele próprio acaba de estipular.” (Idem, p. 223). Destacando com clareza: Roberto Schwarz nos trabalhos *Ao vencedor as batatas*, de 1977 e em *Um mestre na periferia do capitalismo* de 1990 analisa a penetração da historicidade brasileira na prosa machadiana, a base histórica materializa-se, portanto, nos procedimentos literários. O que pretendo mostrar é, primeiramente, que a política nacional constitui um dos principais (se não o principal) elemento da realidade observado por Machado a ser incorporado em sua prosa. Depois destacar que o procedimento histórico que se sedimenta na obra do autor encontrava também uma materialização discursiva que antecedia sua obra: os discursos e construções textuais em geral produzidos pelas práticas discursivas correntes na política brasileira.

Há diversas crônicas que se referem à volubilidade, em geral associando-a à alguma postura política, numa dessas¹⁵⁷, Lélío simula sua candidatura a deputado por insistência de alguns amigos. O foco está no comentário sobre a indistinção entre liberal e conservador como forma de evidenciar a volubilidade. Hipoteticamente diz que poderia falar como um "candidato inglês de 1869" (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 110) assumindo que queria a liberdade, sendo por isso liberal; mas que, ao mesmo tempo, acreditava que era necessário conservar a constituição, sendo por isso um conservador. Lélío desiste de tal postura, já que, "além de copiá-lo (...) (o que não fica bem) essas poucas linhas, que parecem um paradoxo, são antes (comparadas com as nossas coisas) um truísmo". (Idem, ibidem) Lembra, então, um episódio de 1869 em uma assembleia provincial do Rio de Janeiro, chamada vulgarmente de "salinha". Durante o discurso, "essencialmente político e teórico", do deputado Castro Magalhães, dois deputados o conservador Monteiro da Luz e o liberal Herédia ouviam e concordavam em tudo. E quando o orador Magalhães Castro pergunta quem tem os desejos referidos por ele em seu discurso, Monteiro Luz diz que são os conservadores, e Herédia que são liberais. Lélío conclui: "Portanto, basta que eu exponha as teorias para que ambos os partidos votem em mim, uma vez que evite dizer se sou conservador ou liberal. O nome é o que divide." (Idem, p. 111)

Na sequência, aborda a "questão do momento", que era a lei do sexagenário como ou sem indenização e o projeto de Felício dos Santos, que não era "nenhum nem outro"

¹⁵⁷ 04 de agosto de 1884.

(Idem, ibidem). Lélío acaba concluindo que o melhor seria candidatar-se sem programa, após referir a postura da câmara anterior que "com infinita serenidade votou pela reforma eleitoral constitucional, e depois pela mesma reforma extraconstitucional" (Idem, ibidem) e afirmar que não adotaria essa postura, uma das mais singulares que conhece, para não ser injustamente acusado de "mudar de opinião ao sabor dos ministros" (Idem, ibidem). Finaliza lembrando uma anedota de 1840 de um sujeito que ia a todos os casamentos.

Percebe-se também nessa crônica o tratamento do tema das ideias fora do lugar pelo sutil comentário de que não ficaria bem copiar o candidato inglês, acrescentado da observação de que o que na Inglaterra seria um paradoxo aqui seria um truísmo, algo banal e corriqueiro. O tom pessoal e particular com que temas de interesse público são abordados é sutilmente referido pelo diminutivo "salinha" como apelido da assembleia provincial do Rio de Janeiro.

Pode-se observar que a correspondência política da volubilidade encontra-se na indistinção entre liberal e conservador, que viria a transformar-se, na troca de regime, em indistinção entre sistema imperial e republicano. A esse respeito, há uma crônica de Lélío¹⁵⁸ em que ele parte do comentário sobre a realização de um leilão na Imperial Quinta da Boa Vista, durante uma festa de s. Benedito. Valendo-se do nome leiloeiro, Augusto República, ironiza a presença da referência ao republicanismo em propriedade imperial. Também ironiza o próprio nome do leiloeiro, já que faz, a um só tempo, referência a um imperador e á República. Em outro texto¹⁵⁹, Lélío parte de uma suposta notícia veiculada em uma "folha alemã, do Rio da Prata" (Idem, p. 195). Segundo ela, um funcionário brasileiro, responsável por povoar um território litigioso da fronteira do Brasil com a Argentina, trocou a bandeira dos países (a do Brasil pela da Argentina) ao ser nomeado "alcaide da república" (idem, ibidem) por um comissário do país vizinho¹⁶⁰. Lélío, que havia começado a crônica dizendo que não acreditava que houvesse alguma "pancadaria eleitoral, agora no dia 4" (idem, ibidem), afirma então que não há distinção entre o Império e a república, além do nome. Partindo disso, dá um remédio ao eleitor, que seria o de andar sempre com duas bandeiras. Ou então que faça

¹⁵⁸ 09 de setembro de 1884.

¹⁵⁹ 1º de janeiro de 1885.

¹⁶⁰ Essa postura lembra o episódio famoso do romance *Esau e Jacó* (1904) no qual Custódio, proprietário da "Confeitaria do Império" troca o nome para "Confeitaria da República", em função da troca de regime. Após, decide, para evitar futuros transtornos, escrever na sua tabuleta apenas "Confeitaria do Custódio". Relação semelhante pode ser estabelecida com a crônica de 08 de julho de 1885, comentada no item 4.4 do presente trabalho.

como um "velho preto, jardineiro da igreja da Glória" (idem, p.196), onde Lélío revela votar. Ao ser perguntado por Lélío se era (em termos de votação) pelo Sr. Fulano ou pelo Sicrano, respondeu que era dali mesmo, da igreja.

Quanto à postura conciliatória da política brasileira, há outras crônicas de Machado nas *Balas* que merecem destaque. Um dia antes da apresentação do ministério Saraiva¹⁶¹ (que viria substituir Dantas), Lélío simula a existência de um amigo seu chamado Calisto que só “adora uma coisa mais do que as crises ministeriais, é a apresentação dos ministérios novos às câmaras” (Idem, p. 256). No dia seguinte ele irá, então, muito cedo, à câmara dos deputados assisti-la. Não é movido por nenhum interesse político específico. “Não atribuam ao Calisto nenhuma preocupação política, pequena ou grande, nenhum amor ao Dantas ou ao Saraiva, ao projeto de um ou de outro, nem à grande questão que se debate agora mesmo em todos os espíritos.” (Idem, ibidem) Não é a política em si que o move, “Não, senhor; este Calisto é um distintíssimo curioso, na política e no piano.” Qualquer assunto desde “que haja barulho” (Idem, ibidem), lhe atrai. E com a expectativa de grandes confrontos, ânimos agitados e gritarias ele irá à câmara no dia seguinte. E então,

Calisto, de cima, olhará para baixo, e gozará um bom dia, um dia raro, igual àquele 18 de julho de 1868, quando o Itaboraá penetrou na Câmara liberal, com os conservadores. O Calisto ainda se lembra que não jantou nesse dia.

Agora, que a questão ainda é mais grave, a sessão há de render mais, — ou dar *sorte*, que é a locução do meu amigo. (...)

Ide vê-lo, à saída da Câmara, olhando embasbacado; estará ainda alegre. Mas no dia seguinte, que o diabo diz que também é dele, vereis o meu pobre Calisto arrimado a alguma porta ou esquina, à espreita de algum sucesso que passe, desconsolado como na ópera do nosso Antônio José:

Tão alegres que fomos,

Tão tristes que viemos. (Idem, p. 257)

O desconsolo de Calisto justificar-se-á pela percepção de que toda discussão que presenciará na câmara não corresponderá a nenhum conflito ideológico verdadeiro, e passado o dia de burburinho e impropérios, no dia seguinte todos estarão conciliados. A questão do momento, que “ainda é mais grave”, do que a da década de 1860, conforme Lélío, diz respeito às posições opostas que cada um desses gabinetes mantinha quanto à

¹⁶¹ Crônica de 10 de maio de 1885.

questão da emancipação dos escravos. Saraiva, por exemplo, defendia direitos dos fazendeiros, como a indenização pelos escravos libertos, Dantas se opunha a isso¹⁶².

Se não há diferença entre um partido e outro, porque não criar um sistema eleitoral em que houvesse uma alternância eterna entre eles? É essa suposição que Lélío cria no dia do aniversário da reforma eleitoral¹⁶³. Ele inicia a crônica dizendo ao leitor que verifique se não lhe falta nada nos bolsos, já que “nestes tempos eleitorais não se anda seguro” (idem, p. 199). Ao confirmar que não falta nada ao eleitor, informa-nos que traz uma reforma eleitoral e com sua lei “todos os males presentes vão acabar” e mesmo que ainda não o traga redigido e não possa “dá-lo com as normas técnicas” pode descrever as “disposições principais” (Idem, *ibidem*), que são as seguintes.

No princípio desse e de todos os séculos vindouros, até o ano 5000, se Deus for servido, organizar-se-á uma tabela de alternância dos partidos, para todo o século, tabela que será publicada nos jornais de maior circulação, depois de aprovada por um decreto. O prazo do governo de cada partido será de um decênio, se eles tiverem o sentimento da coletividade, e de um quadriênio, ou até de um biênio, se dominar o sentimento não menos respeitável das satisfações pessoais e dos prazeres de família. Não esqueçamos que a família é a base da sociedade.

Só o ministério é homogêneo. A câmara dos deputados dará sempre um terço ao partido adverso. Os deputados que formarem esse terço poderão fazer parte da maioria do seu partido, no prazo ulterior. A composição do senado ficará sujeita ao mesmo processo sem prejuízo de vitaliciedade. Como? Eis aí uma das belezas do meu plano. No senado haverá duas maiorias. Subindo um partido, a maioria adversa ficará reduzida a um terço da mesma câmara, para os efeitos legislativos, mas os senadores excluídos perderão o direito de voto e o dever do comparecimento, e poderão ir para onde lhes aprouver, até que finda o prazo. Não poderão, porém, sair do Império sem licença do senado.

A eleição será feita na secretária do Império, ficando incumbida desse trabalho especial uma seção também especial, composta de três amanuenses. O processo é simples.

Cada partido depositará na secretaria, 6 meses antes, uma lista dos seus candidatos, que serão o triplo do número de deputados que lhe houver de caber. Essas listas, autenticadas e lacradas, serão abertas no dia da eleição e escritos os nomes em papelinhos, metidos em uma urna e sorteados depois.

Os nomes que não saírem poderão voltar ao prazo seguinte, se fizerem parte da nova lista de candidatos; mas, durante todo o prazo atual ficarão na secretaria para os casos de vaga.

Qualquer pessoa afeita ao estudo das instituições políticas terá penetrado já a profundidade da minha concepção; (...) O fim principal está claro que é eliminar a paixão e a fraude. Vaidade à parte: creio que não se podia fazer melhor.

Uma das disposições, que constituem verdadeira novidade, é a última ou antes a penúltima, - que a última é a que declara revogadas disposições em contrário. Estatuo ali uma elevada pensão para o autor do projeto. Não o faço por nenhuma consideração pessoal, não cedo ao vil interesse, nem as concepções do espírito se pagam. Mas eu tenho família; e repito, a família é a

¹⁶² Cf. Saba (2008).

¹⁶³ 09 de janeiro de 1885, quarto ano da reforma.

base da sociedade. Fortifiquemos a base para que o edifício resista. Não demos a mão aos que derrubam. (Idem, 199-200)

Exemplo máximo da postura conciliatória, a alternância eterna entre os partidos é a forma que Machado encontrou para referir-se a ela e à reforma eleitoral de 09 de janeiro de 1881. Com postura irônica ele defende esse sistema que ainda depende do “sentimento da coletividade” e do “sentimento não menos respeitável das satisfações pessoais e dos prazeres de família”.

A base de um sistema assim supõe a alternância volúvel de posturas entre uma perspectiva e outra. Na escrita das crônicas, é importante notar as vezes em que Lélío incorpora essa postura semovente, passando a construir um discurso de extrema volubilidade. Desse ponto de vista, ele pode defender posicionamentos inusitados, com a finalidade, ironicamente exposta, de criticá-los. Foi assim quando, por exemplo, Lélío defende um ladrão de reses (chamado Custódio) e um falsificador de bilhetes de loteria (chamado Cristo Júnior)¹⁶⁴.

Vejamos o que fez Custódio: depois vejamos o que fez Cristo Júnior.

Custódio (subentende-se anjo Custódio) não fez absolutamente nada. Foi Deus que matou as reses, ou então foi algum perverso que as envenenou. O certo é que elas apareceram erradas e mortas, na chácara Castanheiro, que o leitor da corte não conhece, nem eu porque fica em Sorocaba. Custódio o que fez, foi pegar das reses, cortá-las, salgá-las e vendê-las.

Daí alvoroço, pesquisa e interrogatório. Custódio confessa nobremente o que fez e o que não fez. O que fez, foi como digo, cortar e salgar as reses; mas nem foi ele que as matou, nem (atenção!) as vendeu para Sorocaba, mas para fora, para longe, para onde nenhum sorocabano lhes metesse o dente.

Trago isto à colação, como dizia o outro, para perguntar ao leitor como é que procederia, se tivesse de julgar este homem. Ele é verdade que ia vender as reses envenenadas, que receberia por elas um cobrinho, compraria um burro, talvez dois, talvez três burros, viria à corte, ao teatro, para rir um pouco, mas é certo que não as ia vender em Sorocaba. *Une nuance, quoi!* Ia vendê-las alhures, na Limeira, em S. José dos Campos, longe dos olhos, longe do coração. Se há uma virtude universal e outra nacional, por que não há de haver uma virtude municipal? Verdade em Sorocaba, erro na Limeira. Para os ventres da Limeira, Custódio é execrando; para os de Sorocaba, é angélico, verdadeiro Custódio, Custódio sem mais nada.

Cristo Júnior não fez a mesma coisa, mas não é menos sutil o problema que oferece, nem menos nobre o seu impulso. Não se trata de um martírio, como se pode crer pelo nome; não morreu nem morrerá na cruz.(...)

Júnior parece que falsificava uns bilhetes de loteria, e entrou a vendê-los. Aparentemente, é um crime; mas se atentarmos bem, veremos que é, pelo menos, meia virtude.

Convém notar que Júnior pode ter cedido a uma tal ou qual comichão interior. Santo Antônio teve igual prurido, e resistiu, donde lhe veio a canonização; Júnior não resistiu. Comendo-lhe o caráter, não pôde deixar de meter-lhe as unhas e coçá-lo até faltar a epiderme. Em termos lisos, Júnior

¹⁶⁴ 26 de junho de 1885.

teve cócegas de falsificar alguma coisa neste mundo, fosse o que fosse, à escolha, virtude ou vício; e escolheu o vício.

Podia imitar uma nota de duzentos mil-réis (bela e rara virtude!) mas preferiu os dez tostões da loteria, e fez uma imitação tão perfeita, que ia dando com os burros (do vizinho) n'água. O pior que podia acontecer à gente, era ficar com os bilhetes brancos na mão mas nem seria a primeira vez nem a última. (...)

Júnior tinha um plano muito superior, que era ficar do mesmo modo com os cobres, e deixar nas mãos da gente a sombra de uma sombra. Mas como era o vício de um vício, podemos contá-lo por meia virtude. (Idem, p. 275-6)

Transformar vício em virtude¹⁶⁵ é uma dos bons exemplos a que uma argumentação volúvel pode levar. Houve outras, como quando Lélío contraria o ministro da justiça para defender a ideia de que uma nomeação não pode ser confundida com uma vocação¹⁶⁶ ou quando afirma que Cotegipe defende as minorias fazendo uso irônico da expressão “minorias”, pois, na verdade, ele havia tomado uma decisão (de que a enfermaria homeopática continuasse instalada na Santa Casa) que era contrária ao que a maioria das pessoas queria¹⁶⁷...

Lélío chega a fazer usos desse tipo de discurso para distorcer conceitos. Em uma crônica,¹⁶⁸ ele está prestes a levar sua cédula à urna e expõe as condições que impõe ao candidato. Não exige método político, estilo, ou sintaxe. A única coisa que quer é “como liberal, que ampare a liberdade, na queda em que vai caminho do abismo” (Idem, p. 176). Depois de referir episódios de denúncia de vinhos falsificados, diz que sua “questão é mais elevada; é de liberdade”. (Idem, *ibidem*) Ele prossegue:

No andar em que vamos, não tarda que a denúncia desça a outros ramos de negócio. Hoje persegue-se um vinho nocivo à saúde; amanhã iremos aos pesos falsificados, às medidas incorretas, às trocas de tecidos, à composição das velas, às solas dos sapatos, à seda dos seda dos chapéus de sol; e porque há abusos no comércio, lançaremos a suspeição a todos ele: é a inquisição, é a santa irmandade, é o farisaísmo.

Não, senhores; não pode ser isto, sob pena de aluir tudo. Que capricho é esse de querer que a lebre seja sempre lebre, e negar ao gato o direito de substituí-la uma ou outra vez? Há liberdade para as opiniões, que podem corromper a alma e a sociedade, e não há de haver para as coisas da boca? Porventura o corpo é mais que o espírito? Não vale mais a sociedade que alguns indivíduos?

Dão-se abusos, decerto, mas a liberdade é isso mesmo; o melhor é tê-la assim, que nenhuma. (Idem, p. 176)

¹⁶⁵ “Ao cabo, a mentira é alguma vez meia virtude.” (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 89), como afirma o narrador em *Esau e Jacó* (1904).

¹⁶⁶ 06 de novembro de 1885.

¹⁶⁷ 18 de novembro de 1884.

¹⁶⁸ 1º de dezembro de 1884.

Liberdade para fraudar é então reclamada por Lélío nessa crônica. O conceito de liberdade é, através do mecanismo da volubilidade, subvertido de forma cínica por Lélío. Observe-se o movimento de intervenção de Lélío ao migrar um procedimento da volubilidade para outros casos (que não os estritamente políticos). Assim, a forma, o procedimento técnico, ganha independência em relação ao tema a que surgiu ligado e torna-se um recurso estético do narrador-cronista, o que lhe permite usá-lo para tratar de assuntos de ordem vária.

A volubilidade perceptível nas crônicas machadianas é o recurso estético com que o autor encena e cristaliza formalmente a indistinção entre liberais e conservadores. Na história política do Brasil, houve o período conhecido como “conciliação”, que transcorreu ao longo da década de 1850. Essa é a matriz política para todas as situações de indistinção entre posturas opostas que se manifestaram nos episódios políticos analisados por Machado na série *Balas de estalo* e sua manifestação estética se dá através do recurso retórico-estilístico da volubilidade, que o observador Machado de Assis não precisou nem criar, pois já era utilizado por integrantes do corpo político. Ele transpôs esse elemento discursivo para a literatura e o efeito é de subversão e crítica dos mecanismos políticos que engendravam aqueles discursos. Com isso em mente, vejamos a crônica de 22 de julho de 1883:

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: - uma que mandava fazer descontos aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância de subsídio. Respeito as cãs do distinto deputado mineiro; mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^a não só uma, como duas censuras.

A primeira emenda é descabida. S. Ex.^a naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecerem; e precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. (...)

Não é menos curiosa a segunda emenda do Sr. Penido: a redução do subsídio. (...)

O Sr. Penido não nega a inconstitucionalidade desta, mas argumenta de um modo singularíssimo. O aumento de subsídio fez-se inconstitucionalmente; logo, a redução pode ser feita pela mesma forma inconstitucional.

Perdoe-me S. Ex.^a; este seu raciocínio não é sério; (...)

O ato da câmara aumentando o subsídio foi inconstitucional? Suponhamos que sim. Por isso mesmo que o foi, a Câmara obrigou-se a não repeti-lo, imitando assim de um modo moderno a palavra daquele general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: - é preciso ir até ali, não é necessário voltar! (Idem, p. 44-45)

Além da referência a posturas oportunistas, conciliatórias, arbitrárias ou volúveis, há a incorporação formal desses traços como estratégia narrativa. O narrador coloca-se, ironicamente, no *locus* enunciativo de um defensor dos interesses políticos e desse lugar lança mão das estratégias retóricas da volubilidade. Desdiz e descumpre as regras que “acaba de estipular” (SCHWARZ, 2000b, p. 223), isto é, num momento um ato inconstitucional é executado (o que por si só já é uma forte expressão de arbítrio), no outro – quando se trata de reduzir benefícios dos mandantes políticos – já não é mais possível executá-lo. Dois pontos, então, interessam aqui; o primeiro, já assinalado, é essa incorporação estética – e não apenas temática – dos traços característicos da política brasileira; o segundo é a ironia que aparece vinculada a essa incorporação. Notemos que com isso enlaça-se a presente discussão a relação entre um procedimento *ético* de crítica à política brasileira e o tratamento *estético* dado à questão. Com Lukács, procuremos entender que significado pode ter esse entrelaçamento entre os planos ético e estético:

Quando esa aspiración [aspiración humana a una conducta ética] lucha por una expresión conceptual adecuada – especialmente en épocas en las cuales los ideales éticos aparezcan problemáticos en si mismos o, al menos, socialmente vistos -, es muy natural, y a menudo casi inevitable, que toda esa tensión [entre o mundo externo e interno] se exprese también mediante categorías estéticas. Pues el reflejo estético de la realidad da siempre forma a una unidad sensible, significativa y manifiesta de lo interno y lo externo, del contenido y la forma (LUKÁCS, 1967 v1, p. 266-7)

Ao tratar esteticamente das questões políticas, Machado revela, pela ótica lukacsiana, uma visão mais problemática do mundo, pois, como afirma o crítico húngaro, “la “estetización” de la moral [es] propia de los tiempos de crisis” (Ibid., p. 275). Por essa perspectiva, pode-se, então, ler nos procedimentos estéticos entrelaçados à crítica ética uma tentativa de intervenção nas questões éticas mais eficaz do que o tratamento dessas questões no plano do conteúdo poderia dar, pois, como afirma José Marcos Mariani de Macedo ao comentar a relação ética-estética para Lukács:

Numa época em que a ética foi pulverizada em seus princípios, em que a vida perdeu a imanência do sentido, caberá à estética reconstituir em seus horizontes aquela unidade originária antes manifesta, mesmo que essa unidade consista na explicação de sua ausência. (MACEDO, 2000, p.194)

É necessário, num quadro como esse descrito, que ocorra a superação da própria forma de crítica ética para que seus fins sejam atingidos, ou seja, quando a perda de sentido é percebida cruamente, a própria falta de sentido “torna-se forma” (LUKÁCS, 2000, p. 49), deixando de ser apenas tematizada. São a falta de sentido do mundo, que é externo ao sujeito, e a tentativa de conferir sentido a ele que aparecem ligadas à ironia. Dada a percepção da não superação do “alheamento e [d]a hostilidade dos mundos interior e exterior” cabe à ironia desvelar o quão “necessários” esses mundos são um para o outro. Consegue isso, pois ao mesmo tempo “significa (...) uma cisão interna do sujeito” e representa uma subjetividade que “empenha-se em impregnar o mundo alheio com os conteúdos de sua aspiração”. (Idem, p. 75)

No caso da formação histórica brasileira, pontuada de crises, Machado parece responder a essa espécie de dinâmica da crise renovando o objeto se sua crítica a cada problema surgido, pois tendo a crise como algo constitutivo da formação da sua nação a postura irônica também acaba por constituir a prosa do autor, enraizando-se nela. As questões éticas, políticas e estéticas andam juntas na produção machadiana, isto é, utiliza recursos estéticos com fins de crítica ética e política. Tomemos as reflexões de Machado no artigo “A nova geração”, publicada na *Revista Brasileira* (RJ) em 1º de dezembro de 1879¹⁶⁹. No artigo, o autor comenta que a expressão da nova geração ainda estava “incompleta”, difusa, transitiva” e que representava “alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado.” (Assis, 2008, v.3, p. 1258) Machado tenta, na sequência, encontrar a “teoria e o ideal da poesia nova”. Comenta que, entre os integrantes da nova geração, “Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano. “Não é isso, porém, uma definição, nem implica um corpo de doutrina literária.” (Idem, p.1260). Esse artigo, que se propõe a aconselhar os novos escritores, evidencia a relação da “doutrina literária” como o ideal político. E deixa claro que ter um ideal político não basta, é necessário o investimento literário, pois “entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética”. (Idem, p. 1261) Nesse sentido, parece justificar-se o uso das observações feitas sobre o universo político na constituição estética da obra do autor, já que, pelos comentários do crítico Machado de Assis, e pelas marcas textuais que se tenta investigar

¹⁶⁹ Alguns meses antes de iniciar a publicação em folhetim do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que foi publicado na mesma *Revista Brasileira* de 15 de março a 15 de dezembro de 1880.

nesse trabalho fica demarcada a imbricação entre esses campos sem que se apague a especificidade de cada um.

4.3 Pessoalização e personificação: a cordialidade antecipada

A crônica propicia, pelas próprias características do gênero, uma espécie de tratamento mais íntimo dos temas que aborda. Parece-me correto afirmar que ela, mais do que outros gêneros, é propensa a evidenciar os nexos entre as situações formais e informais, que podem ser redimensionadas para pensar a postura pública e a privada. No caso específico das crônicas aqui comentadas, ilustram essa afirmação as inúmeras referências feitas por Lélío à sua vida cotidiana em meio aos assuntos que abordava. Ele, por exemplo, em meio a comentários sobre o código de posturas da câmara municipal de Santo Antônio de Pádua¹⁷⁰, diz que, para certificar-se do que lia, deu-o a um criado seu¹⁷¹ e a dois vizinhos para que o lessem, ou seja, reproduz o instante da leitura no ambiente da vida privada. Como se não bastasse, Lélío, já que o criado e os vizinhos confirmaram a leitura que ele havia feito, decidiu por si só “achar-lhe algum ponto em que lhe pagasse” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 308). Atirou-se, então, “à rede”, mas “ao cabo de cinco minutos dormia a sono solto” (Idem, ibidem). E o próprio instante em que o leitor lê a crônica de Lélío é aproximado da vida íntima dele, já que, como Lélío confessou, acordou “agora mesmo para ir jantar (Idem, p. 309).

Esse tom íntimo com que ele aborda alguns temas é uma (mas não a única, como se verá) forma de mimetizar o comportamento *cordial* presente na sociedade brasileira, conforme estudo clássico de Sérgio Buarque de Holanda e que será desenvolvido com mais detalhes a seguir. Por hora, cabe destacar também que esse tratamento íntimo pode encenar outra dimensão da história política do Brasil, mais direcionado ao contexto imediato da publicação da série *Balas de estalo*, isto é, a década de 1880. Segundo Starling (2008), “durante a década de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, a rua transformou-se no *locus* capaz de fazer convergir acontecimentos e temas da vida política do país e o homem comum”, tratava-se do “fenômeno de reconfiguração política do espaço urbano” (STARLING, 2008, p. 31) Ou seja, é um momento em que a política parecia estar mais próxima de cada um. Ilusória proximidade essa, pois, como

¹⁷⁰ Crônica de 11 de outubro de 1885 (comentada, sob outros enfoques, nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho).

¹⁷¹ Fica a curiosidade sobre esse criado alfabetizado de Lélío...

demonstra a crítica citada¹⁷², naquele momento, projetava-se um sistema político cujo “centro de equilíbrio sustentava-se num sistema constitucional rigidamente oligárquico, que estava longe de conter uma preocupação com a ampliação da participação política dos grupos sociais existentes na condução dos negócios públicos.” (Idem, p. 33) Ganha relevância tal interpretação se considerarmos a reforma eleitoral da lei Saraiva, de 1881, com a qual (como se viu no item 3.2 do presente trabalho) o número de eleitores caiu drasticamente (0,8% da população total tinha efetivamente votado). Sendo assim, mesmo se houvesse “combinação entre esforço adequado e algum sacrifício para mudar de vida (...) a convicção individual não era suficiente para capacit[ar] a agir com reciprocidade e buscar objetivos comuns” (Idem, ibidem). Pelas características do contexto

parece tolice obedecer às regras quando se espera que os demais venham a desobedecê-las e quem, porventura, deixa escapar uma chance de obter algum tipo de vantagem ou benefício pessoal nessa sociedade, ainda que trapaceando suas normas, passa necessariamente por otário. (Idem, p. 34-5)

Talvez não haja nada tão avesso à atividade pública do que esse interesse. Lélío, em diversas oportunidades, evidenciou que o que imperava no contexto político em que operava era justamente o interesse pessoal, e o fez de várias formas diferentes. Em determinada ocasião¹⁷³, ao narrar uma conversa que teve com um candidato a deputado o qual veio pedir-lhe voto para a próxima eleição, Lélío conta que o candidato sequer sabia quem era Dantas, não sendo “nem contra nem pró”, sendo contra somente ao ministério (que então era o de Dantas... que ele nem sabia quem era). Sendo, portanto, contra alguém que ele desconhecia por completo, o motivo da oposição era só um: sua ideia era “ser ministro” (idem, p. 165). Sua “convicção” e “posição” política era, portanto, totalmente subordinada ao seu interesse e ambição pessoal.

Numa outra crônica¹⁷⁴, simula uma visita a “um amigo velho” e se tratava do “Fulano Público” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 243). A situação de intimidade criada permite a conversa sobre temas diversos. Lélío relembra a vez em que o Fulano público declarou sua origem:

¹⁷² Ela analisa a ideia sobre a república que se criava naquele momento. Seu objeto específico na primeira parte do estudo é o conto *Sereníssima República*, publicado pela primeira vez, antes de integrar o livro *Papéis avulsos* (1882) em 20 de agosto de 1882 no mesmo jornal em que a série *Balas de estalo* começaria, no ano seguinte, a ser publicada, a *Gazeta de notícias*.

¹⁷³ Crônica de 10 de novembro de 1884.

¹⁷⁴ 09 de abril de 1885.

“Minha genealogia, bradava-me ele há anos, remonta à origem dos tempos. No dia em que houve duas rãs para ouvirem o coaxar' de uma terceira, nesse dia nasceu o meu primeiro pai.” (Idem, *ibidem*)

Ele surgiu, portanto, para mediar relações e decidir assuntos alheios. O Fulano Público é contraditório, já que defende os membros da câmara dos deputados que não trabalharam “na semana passada”, segundo ele, porque dois integrantes haviam morrido. Lélío protesta que eles deveriam fazer como fazem em “todas as câmaras do mundo: notícia do fato, alocução do presidente adequada aos méritos do finado, e continuam os trabalhos, que são de interesse público” (Idem, p. 243-4) Esse Fulano Público, que se mostra contrário aos interesses públicos nesse caso, é o mesmo que pede a Lélío, que o havia chamado de “Meu caro Público”, que o chame de “ilustrado[,] (...) respeitável ou digno (...). Nada de adjetivos familiares” (Idem, p. 243). Há um disfarce que precisa dos discursos, da aparência das falas, para se estabelecer; no caso específico, dos adjetivos. O que faz lembrar outra crônica¹⁷⁵, em que, a exemplo dessa, cria uma personificação e fala com os “impostos inconstitucionais de Pernambuco” (Idem, p. 259). Nessa oportunidade, Lélío sentenciará: “esta máxima, que é tudo que tenho colhido da história e da política e que aí dou, por dois vinténs, a todos os que governam este mundo. Os adjetivos passam, e os substantivos ficam” (Idem, *ibidem*). Voltando ao caso do Fulano Público, ele, que defendeu o direito da câmara não trabalhar, contra a argumentação de Lélío de que é de interesse público que eles trabalhem, acusa Lélío de falar em nome do próprio interesse. Segundo o Fulano Público, o que Lélío queria, ao defender que a câmara trabalhasse, era poder assistir aos debates: “— Velhaco! Tu o que queres, é que não te tirem o manjar dos debates” (Idem, p. 244). Ele incorre no erro da defesa do interesse particular, contrariando sua “genealogia”, como havia afirmado, e, em seguida, acusa Lélío de também tê-lo feito.

A atuação sempre em nome do próprio interesse foi por diversas vezes tratada nas crônicas de Lélío. Ela é inerente à volubilidade, como a que se percebe na crônica citada páginas atrás¹⁷⁶, em que se discute a aprovação inconstitucional do aumento do subsídio dos deputados e que se propõe sua redução; ao que um suposto deputado chamado Penido alega que a redução seria inconstitucional, não podendo, portanto, ser levada a cabo... Nesse texto, Lélío comenta que o subsídio não é vencimento

¹⁷⁵ 16 de maio de 1885.

¹⁷⁶ 22 de julho de 1883, no presente capítulo.

propriamente, mas “um modo de suprir as necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada.” (Idem, p. 44-5). Daí aponta ironicamente a dualidade público/privado. Para “justificar” como a emenda que desconta dos que não comparecerem à câmara é descabida, Machado lembra que não é pelo fato de não ir à câmara que o deputado não estará tratando de negócios públicos. Reforça seu argumento valendo-se do exemplo do grego Arquimedes (287-212 a. C.), “que fez uma descoberta estando no banho” (Idem, p. 45)¹⁷⁷. Em seguida fala de um “general romano” ao qual a câmara, ao aceitar o aumento inconstitucional, mas não a redução, estaria imitando “de um modo moderno”, já que ele “bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: - é preciso ir até ali, não é necessário voltar!” (Idem, p. 44-45). Ao lado disso, a referência a um aforismo popular ao dizer que a medida de redução inconstitucional do subsídio que teve seu aumento aprovado também inconstitucionalmente “lembra o aforismo popular – mordedura de cão cura-se com o pelo do mesmo cão.” (idem, p. 45). Ele se vale da oscilação de referências (da clássica à popular) mostrando, que, onde impera o arbítrio, a justificativa para que a irregularidade continuasse pode ser feita, venha de onde vier, e com isso, mimetiza formalmente a postura volúvel que impera nas práticas políticas brasileiras.

Pelo cristalizado por Lélío, abusa-se dos direitos adquiridos nos cargos públicos, valendo-se deles para benefícios privados. Ele resgata um momento da história do Brasil para evidenciar de que esse era um problema antigo. Refere-se precisamente ao ano de 1822¹⁷⁸, e diz que os comentários que fará se devem ao lançamento, por parte da *Gazeta de Literária*, das memórias de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond¹⁷⁹. Por isso, afirma que a “bala” desse dia não será dele, mas que “a bala é de um finado” (Idem, p. 89).

A memória, realmente, trata de coisas antediluvianas, coisas de 1822, mas, em suma, 1822 existiu como este ano de 1884 há de um dia ter existido; e se qualquer de nós fala de seu avó, que os outros não conheceram, falemos um pouco de Drummond, José Bonifácio, D. João VI e D. Pedro. (...)

Assim, por exemplo, credo que ao leitor de hoje importa pouco saber, se em 1817, dadas as denúncias contra os maçons, houve grandes patrulhas e

¹⁷⁷ Refere-se o autor ao famoso princípio de Arquimedes e à lenda que diz que tal princípio foi usado por ele para que o rei Hierão II descobrisse se sua coroa era realmente de ouro puro, tarefa da qual Arquimedes havia sido incumbido.

¹⁷⁸ Crônica de 10 de janeiro de 1884.

¹⁷⁹ “diplomata e político, deixou documentos importantes sobre a independência do Brasil, sob o título de *Anotações de Drummond*. A *Gazeta Literária*, revista quinzenal dirigida por Teixeira de Melo e Vale Cabral, além de trabalhos puramente literários, publicava documentos de interesse geral para a história do país e a crítica da história, como alguns extratos das memórias de Drummond.” (DE LUCA, 1998, p. 89)

tropas nos quartéis, só para prender o maçom Luís Prates, que morava na Rua da Alfândega. Creio mesmo que não lhe interessa este juízo de Drummond acerca do oficial encarregado de prender aquele indivíduo: "era o Coronel Gordilho (diz o velho diplomata) que depois foi pelo merecimento da sua ignorância Marquês de Jacarepaguá e senador pelo império." Entretanto, esta expressão — *merecimento da sua ignorância* — é de bala de estalo. Vamos, porém, a uma anedota desse mesmo ano de 1817, galantíssima, uma verdadeira bala de estalo, feita pelo rei D. João VI, que também tinha momentos de bom humor:

“Entre os maçons que se denunciaram a si mesmos, refiro os nomes de dois pelas cenas bufas que essas denúncias causaram. Foram o Marquês de Angeja e o Conde de Parati. O rei caiu estupefato das nuvens, e ainda lhe parecia impossível que dois camaristas seus, ambos estimados e um valido, fossem maçons! O Marquês de Angeja ajuntou aos protestos do seu arrependimento a oferta, que foi aceita, de toda a sua prata para as urgências do Estado. Foi logo expedido em comissão para Portugal, a fim de tomar o comando e conduzir ao Rio de Janeiro a divisão auxiliadora, que se mandava vir extraída do exército de Portugal. Quanto ao Conde de Parati, o negócio era mais sério. O rei era muito afeiçoado a este conde, que foi no Rio de Janeiro o seu primeiro valido e morava no paço. Nem os protestos de arrependimento, nem a oferta de sua prata, que a não tinha, porque se servia da que era da casa real, podiam inspirar inteira confiança a respeito de quem, em razão do seu ofício e das relações de amizade, devia continuar no serviço e no valimento de Sua Majestade. Em tão apuradas circunstâncias, o rei saiu pela tangente de um expediente assaz curioso. Disse ao conde, que, pare lhe não ficar nada do passado, de que se arrependia, era necessário que tomasse o hábito de irmão da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência. Foi um dia de festa no paço aquele em que o conde prestou juramento e foi recebido irmão da Ordem Terceira. O contentamento do rei não podia ser maior. O Conde de Parati, para fazer a vontade à Sua Majestade, andou no paço todo aquele dia com o hábito da Ordem; destinado a lavá-lo dos seus erros.“ (idem, p. 89-90)

Note-se que foi “em razão do seu ofício e das relações de amizade” que o Conde de Parati “devia continuar no serviço e no valimento de Sua Majestade” (idem, p. 90). Explicitamente as relações de amizade direcionando as decisões públicas. Sendo assim, Lélío, em outra crônica¹⁸⁰, simula que, sendo ele um eleito, faria o que era comum à câmara municipal, e também distribuiria nomes de rua a amigos e parentes. Sendo vereador poderia dizer: "as ruas eram minhas, por ser da câmara, e podia fazer delas o que quisesse." (idem, p. 332).

Não só o uso dos direitos públicos, mas também o uso dos bens públicos com interesse particular foi abordado por Lélío. Na quarta parte de uma crônica¹⁸¹ dividida em cinco, ele comenta a acusação sofrida pelo presidente de Minas de ter usado a seu serviço os cavalos do corpo policial. João da Mata Machado (deputado na época e depois ministro no gabinete Sousa Dantas) teria explicado o caso dizendo que as iniciais C. P. marcadas nas ancas dos animais não eram abreviações de Corpo Policial, mas de

¹⁸⁰ 09 de fevereiro de 1886.

¹⁸¹ 11 de agosto de 1883.

um cunhado do presidente, o Sr. Cunha Prates. O comentário final de Machado é bem esclarecedor quanto à questão da relação Estado/bens privados:

Realmente o caso explica-se; mas convém mudar o nome de um dos proprietários. De outro modo, pode vir a dar-se alguma coisa análoga às vacas de Jacó; e, sendo em geral o Estado mais forte, os cavalos do Sr. Corpo Policial passam ao quartel do Cunha Prates da província; quero dizer... não... é o contrário... (Idem, p. 52)

A inversão chega a tal ponto que não se distingue mais as fronteiras entre o público e o privado. Vinculado a essa perspectiva, Lélío se valerá hipocritamente do ambiente familiar para referir um método eleitoral¹⁸². Tratando de eleições na câmara, Lélío dá uma sugestão aos liberais para não perderem: votarem todos no mesmo candidato. O método para decidir qual candidato liberal deveria ser o escolhido para receber os votos é singular:

A minha ideia (parece caçoada, mas juro que é sério), a minha ideia é o chapéu. Metem-se os nomes todos dentro de um chapéu, escritos em papelinhos enrolados, chama-se uma menina (a minha neta, por exemplo), a menina tira um, e esse é o escolhido para reunir todos os votos liberais. Desde modo, nem se dispersam votos, nem se desrespeita a igualdade política das pessoas. (Idem, p. 137).

Note-se a referência ao chapéu, já usado metaforicamente em outras oportunidades¹⁸³ metaforicamente. No início da crônica, comentando a diferença entre as formas de atingir os eleitores em países com grande número de votantes e o Brasil Lélío mostra a diferença da dinâmica eleitoral daqui: "Como fazer a mesma coisa entre nós, que somos duas dúzias de eleitores conhecidos uns dos outros? Somos literalmente uma família. Não há discurso, há recado; pede-se o voto ao ouvido, na esquina, ao voltarete, no bonde, à porta de uma loja." (idem, p. 136) Nesse contexto, é de extrema ironia a frase de Lélío em outra crônica¹⁸⁴, "a família é a base da sociedade" (Idem, p. 199). Essa familiaridade se reproduz na forma como os políticos lidam com suas atividades públicas, lembre-se que a "assembleia provincial do Rio de Janeiro" é "vulgarmente chamada de salinha".¹⁸⁵ (idem, p. 110) Lélío irá ironizar a familiaridade com que Dr. Joviano Ramos Romero assume a vaga de deputado na câmara.

¹⁸² 14 de setembro de 1884.

¹⁸³ Como salientado em nota do item 1.2 e detalhado na nota de número 15 do presente trabalho.

¹⁸⁴ 09 de janeiro de 1885.

¹⁸⁵ 04 de agosto de 1884.

Uma vez, em Roma, eleito um cônsul por vinte e quatro horas para suprir uma vaga repentina, e saindo alguns senadores a cumprimentá-lo, dizia-lhes Cícero: — Vamos depressa, depressa, antes que ele perca o lugar.

A mesma coisa podemos dizer acerca do Dr. Jovinião Ramos Romero, que deve ser hoje reconhecido como deputado e tomar acento na câmara.

Não se pode dizer que madrugou, nem que estava ansioso por entrar. Parece até que não espera senão o anúncio da dissolução para ser reconhecido e empossado. (Idem, p. 302)

Logo adiante irá referir-se ao “Sr. Gomes do Amaral [que] entrou [no senado], agora, há pouco, e é como se tivesse entrado em 1826.” (Idem, p. 303) Lélcio chega a ser explícito¹⁸⁶: “Por que é que a lei do particular não será a lei do Estado?” (Idem, p. 315)

Uso privado do que é público, cerimônias formais tratadas de forma íntimas e particulares, tratamento pessoal com diminutivos, todas essas características integram-se ao que Sérgio Buarque de Holanda chamou de cordialidade¹⁸⁷. No capítulo, bastante conhecido, O Homem cordial, de *Raízes do Brasil* (1936) ele define esse perfil, começando assim:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [Estado e família] pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo (...). A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência. (HOLANDA, 2002, p. 1044)

Adiante, ainda sentencia: “o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade” (idem, p. 1044-45). O Brasil caracterizou-se por ser um lugar em que “imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização” (Idem, p. 1048). E essa urbanização não foi resultado único dos crescimentos das cidades, mas também da presença e da

¹⁸⁶ 06 de novembro de 1885.

¹⁸⁷ Para a discussão de como a cordialidade pode ser percebida no romance *Esau e Jacó* (1904) veja-se o artigo “A volubilidade derivada da cordialidade: um encontro entre Sérgio Buarque, Antonio Candido e Roberto Schwarz”. In: *Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas: ensaios*/ Homero Vizeu Araújo. – Porto Alegre: Movimento, 2011.

comunicação entre os meios rurais e urbanos. Dado esse arcaísmo de nossa formação, não foi “fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público”, assim,

a própria gestão política apresenta-se como assunto de interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (Idem, p. 1044-45)

Nada mais oposto a isso do que o que Lélío via no Brasil. Ele falou de cargos e prestação de serviços públicos arranjados¹⁸⁸ a amigos e isso, por vezes, dito de forma assustadoramente explícita. Houve uma crônica¹⁸⁹ em que numa discussão entre políticos, um recorda ao outro “alguns serviços que lhe prestou. Entre estes, figura a nomeação de tenente-coronel da guarda nacional, feita a instâncias de S. Ex.” (ASSIS, 1998, p. 264). Torna-se absurdo ainda mais o fato de ser tratado de modo tão natural, o que indica como essa prática – absolutamente contrária ao Estado, como se está vendo – era comum na política brasileira da época. Lélío, ao incorporar a naturalidade com que o assunto é tratado pode evidenciar tal processo ao leitor, de modo a desnaturalizá-lo.

Se as nomeações estão reduzidas a “arranjar (...) uma comenda. Lá se vai toda a teoria das graças do Estado.” (Idem, p. 265) Ou nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (HOLANDA, 2002, p. 1049).

Essa é a dimensão pública da “cordialidade” à brasileira, que, de acordo com o historiador, deve ser tomada em seu sentido etimológico, aquilo que é tão íntimo que provém do *coração* e, por isso, leva a uma “aversão ao ritualismo social” (Idem, p. 1051). Linguisticamente, tal característica manifesta-se em um “pendor acentuado para o emprego dos diminutivos” que “serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo” (Idem, *ibidem*). Um relevo não cerimonial e que crie distanciamento, mas, ao contrário, simule o falso ambiente e a falsa sensação de intimidade que suprimem as distâncias.

¹⁸⁸ 03 e 14 de junho de 1885, respectivamente.

¹⁸⁹ 03 de junho de 1885.

Como visto anteriormente¹⁹⁰, conforme Alencastro (1997), a vinda da família real para o Brasil em 1808 foi decisiva, dado o jogo de forças intensificado a partir disso, para a disputa entre poder central e influência local. Lúlio em suas crônicas evidenciou tal traço da dinâmica política nacional. Ele o fez não apenas abordando tematicamente situações em que o interesse público foi subsumido em nome do particular, mas também na estrutura composicional de sua prosa se vê a encenação desse comportamento político, que se vale da aparência de intimidade das relações para romper e desrespeitar os traços básicos de formação do Estado. Nesse sentido, como referido anteriormente, a simulação proximidade do cronista, que chega a revelar que acabou de acordar ou que leu determinado texto na rede¹⁹¹, serve para representar a *cordialidade*, como definida por Sérgio Buarque de Holanda. Essa não foi, no entanto, a única forma de Lúlio representar formalmente esse traço da política brasileira. Machado se vale do recurso da personificação para evidenciar no plano estético a cordialidade que fazia parte da dinâmica da política nacional. Através dela, toma objetos graves e pertencentes ao aparato público e os transforma em pessoas com quem tem intimidade ou que têm intimidade entre si.

Lúlio inicia uma crônica¹⁹² com a seguinte pergunta: “E por que não trataremos de finanças?” Parece que não se está tratando muito das finanças, isso quando “todos nós as amamos cá em casa, não só por motivos públicos, como por outros particularíssimos” (Assis, 1998, p. 60). Após esse início em que a dimensão pública é aproximada da privada, começa a tratar de finanças. Simulando despreensão, diz que essa decisão foi tomada naquele dia às oito da manhã e que para não vir de todo desinformado, leu um artigo de 1852¹⁹³ da *Revista dos Dois Mundos*, os “retrospectos comerciais do Apóstolo, etc.” Conversou também com um barbeiro, misturou tudo isso e agora vai falar o que tem a dizer. Daí faz uma nova pergunta: “Já leram os debates de anteontem na câmara dos senadores e os de ontem na dos deputados?” Ele mesmo responde: “Não; tanto melhor para mim” (Idem, *ibidem*). A discussão é sobre o último empréstimo externo realizado pelo Brasil. Ele foi contraído diretamente pelo governo, sem intermediário. Quando há intermediário, ele recebe 2% do valor negociado, a “lambujem”, como diz. Afirma que o “Sr. Corrêa, e depois o Sr. Junqueira (...)”

¹⁹⁰ Item 3.2.

¹⁹¹ 11 de outubro de 1885, comentada nesse mesmo capítulo.

¹⁹² 02 de setembro de 1883.

¹⁹³ Atente-se que estamos em 1883, e esse comentário sobre a vida particular do próprio cronista também é de interesse para a argumentação sobre a *cordialidade*.

perguntaram ao governo, se este, isto é, o tesouro, tinha ficado com a dita lambujem, uma vez que não houve intermediário, senão ele mesmo” (idem, ibidem) – o empréstimo havia sido feito pelo ministro da fazenda. A resposta dada foi a de que o contratador fica com 2% do empréstimo e costuma dividi-lo com o intermediário, como o intermediário é o próprio governo, o contratador não tem com quem dividi-lo, ficando com tudo. Essa lambujem é uma “liberalidade dos contratadores” que existe em Londres, e o governo não tem o direito de reclamá-la. Lélío afirma que essa “teoria inglesa, ou, mais especificamente londrina” o “desagradou profundamente” (Idem, ibidem). A partir daí, o narrador-cronista começa a fazer paralelos entre esse caso e um empréstimo pessoal, para terminar personificando “o tesouro”, na forma de, como quem não quer nada, tentar ficar com essa parte do empréstimo. Diz ele que tinha a intenção de pedir a Lulu Sênior cinco mil réis e ganhar ainda uns 5 ou 6 tostões de lambujem, no entanto, o exemplo do Srs. Rothschilds, quebrou-lhe “as pernas” (Idem, p. 61). E com uma nova pergunta, dá continuidade à crônica:

Na verdade, qual é a condição para obter a liberalidade (ou lambujem) dos Srs. Rothschilds? Quanto a mim, todo o mal foi do tesouro. O tesouro, em vez de chegar à casa dos Srs. Rothschilds, propor o negócio, concluí-lo, esperar que eles lhes mandassem a preta dos pastéis, e, cansado de esperar, ir pedi-la; o tesouro, digo, devia ter feito o contrário. Devia ir daqui a Londres; uma vez chegado, a começar a passear pelas ruas, com as mãos nas algibeiras, como quem não quer a coisa. Os Srs. Rothschilds, mal o vissem, corriam a apertar-lhe a mão:

– V. Ex. por aqui! Que quer? Que manda? Disponha de nós... Sabe que somos e seremos seus maiores amigos. Vamos, entremos. Que quer? dois milhões? cinco milhões? dez milhões? (Idem, ibidem)

O tesouro não pediria nada emprestado, pelo contrário, diria que está “abarroto”; pois o Paraguai lhe havia pago tudo que lhe devia e com juros, justamente por estar bem financeiramente que resolveu fazer essa viagem à Europa. Mesmo assim, eles insistiriam em fazer um negócio. O tesouro aproveitaria e poria “o pé no pescoço dos Rothschilds” e impor condições... como a lambujem, que os ingleses, para não perder a “ocasião e o freguês” (Idem, ibidem) aceitariam. Sob esse aspecto estritamente econômico, lembre-se que na definição de *cordialidade* de Sérgio Buarque de Holanda também entra a perspectiva dos negócios, nos quais – o que causou estranhamento a um viajante estrangeiro que por aqui passava – no Brasil para vender algo a alguém seria necessário tornar-se amigo dele.

Personificação e interesse pessoal (manifestado inclusive na postura de Lélío, que também queria uma “lambujem” para si) servem para evidenciar o uso público dos interesses privados. Aqui, o próprio tesouro é personificado evidenciando a intimidade das relações travadas com o setor público. A câmara dos deputados foi personificada por diversas vezes¹⁹⁴. Lélío simula uma troca de cartas com a presidência da câmara dos deputados¹⁹⁵. A maior parte da crônica é composta pela suposta resposta recebida por Lélío. Não vem assinada, mas como remetente aparece, em letras maiúsculas “CÂMARA DOS DEPUTADOS, GABINETE DA PRESIDÊNCIA” (idem, p. 105). Destaca-se o comentário:

Se nas relações pessoais a pergunta: - Como passou? exige logo a resposta: - Bem, obrigado, não acontece a mesma coisa nas relações políticas. Nestas pode haver necessidade de replicar: - E que lhe importa a Vossa Majestade?, resposta a que a coroa treplica dizendo: - Não se zangue; vou mudar o ministério. E basta esta feição possível do diálogo para ver que não se trata aqui de saber se a câmara passou bem ou mal, mas se simpatizou ou não com a família política do Imperador. (Idem, p. 105)

Em uma ocasião¹⁹⁶, a câmara dos deputados aparece como uma alma de outro mundo, porque está prestes a ser dissolvida. Lélío começa dizendo que teve um “susto, que não deseje[a] ao [s]eu maior inimigo.” (idem, p. 124) Então conta como tudo se deu:

Eu, desde criança, sempre tive medo de almas do outro mundo. Será tolice, superstição, o que quiserem; mas é assim; cada qual tem seu lado fraco. Ultimamente, o mais que admitia é que elas não voltam cá com muita frequência, nem por pequenos motivos; mas que voltam, voltam. Vão ver agora o que me aconteceu.

Acabei de jantar tarde. Deitei-me no sofá, alguns minutos, como intenção de sair às nove horas da noite. Quase nove horas! Peguei no sono, e deixaram-me roncar à vontade. De repente, no melhor de um sonho, sinto que me puxam as perna. (...) acudiu-me logo a ideia de alguma alma e comecei a tremer.

- Em nome de Deus, vai-te! vai-te! balbuciei.

- Não, não vou, respondeu uma voz soturna, não irei daqui ates de acabar com a emenda do gás. Não quero a emenda do gás. Enquanto a emenda existir, não posso dormir o sono eterno.

- Mas quem és tu? perguntei trêmulo. Quem és?

- Sou a câmara dos deputados.

- Vai-te! vai-te! (...)

- Não vou daqui sem que suprimas a emenda do gás. Não a quero, ouviste? não a tolero, não a desejo, não a aprovo...

- Mas quem sou eu para tanto?

¹⁹⁴ Como em 27 de agosto de 1884 e 30 de janeiro de 1885.

¹⁹⁵ 25 de julho de 1884.

¹⁹⁶ 27 de agosto de 1884.

- Tu és o senado, tu és meu irmão gêmeo, que ainda vive. (Idem, ibidem)

Os apelos de Lélío em contrário, dizendo que a câmara estava enganada, de nada adiantaram. Ela ainda propôs uma “fusão” (idem, p. 125). Lélío rebate dizendo, que, supondo que ele fosse mesmo o senado, como iria fundir-se com ela, que está “dissolvida. Sabes tu o que é viver atado a um cadáver?” Ao que a câmara responde: “Se eu seu o que é viver atado a um cadáver? Tenho passado muitos dias assim, com ministérios que cheiram a defunto, e vivo bem, discuto, voto, rejeito, interpele...” (Idem, ibidem). A câmara ainda diz que Lélío/senado não pode recusar o que ela quer:

- Não podes, e vou prová-lo. Senado amigo, tu governas mais do que eu; tu emendas todos os meus orçamentos, e eu, para não perder tempo ou por outros motivos, aceito as tuas correções tais quais. Um ou outro protesto tímido, e mais nada. Assim as outras leis todas, ou quase todas. Ao contrário, é raro que eu emende o que me mandas. Que é isto senão a prova de que mandas mais do que eu? Queres outra prova? Donde vêm os presidentes do conselho senão de ti? (Idem, ibidem)

A saída de Lélío foi dizer que aceitava para ver-se livre do fantasma. Logo que deu a resposta positiva a câmara desapareceu, e Lélío mal teve tempo de escrever essa crônica, pedindo ao senado que aceite ou recuse a fusão logo para que ele não tenha que passar de novo por isso. Desde o início a situação de familiaridade é criada com a simulação do acontecimento em ambiente doméstico. Veja-se também que a preocupação central não está em resolver a demanda, mas em livrar-se do incômodo... A personificação da câmara, que imagina dialogar com o senado nesse mesmo ambiente doméstico vem confirmar a dimensão de fusão (para aproveitar a expressão da crônica) entre o público e o privado.

Em outra crônica¹⁹⁷, Lélío, após comentar que todos os anos a câmara proibia o entrudo e, naquele ano, a proibição estava em pleno vigor, e a câmara comunicou que a proibição deveria ser cumprida “literalmente”. Lélío ironiza a situação e personifica a câmara dizendo o que ela quer dizer “em trocos miúdos” (Idem, p. 211)

Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que agora é serio. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro, e é o mesmo que se caísse um

¹⁹⁷ 30 de janeiro de 1885.

carro. Nada, agora é sério. Não de cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso. (Idem, ibidem)

Além do recurso da personificação, o ar de intimidade e o tom coloquial da fala da câmara também indicam essa perspectiva doméstica e familiar. Esses traços aparecem reforçados em outra crônica¹⁹⁸, em que Lélío diz ter recebido uma carta da câmara, que aparece personificada como “D. Sebastiana Municipalidade”:

A minha velha amiga D. Sebastiana Municipalidade escreveu-me a seguinte carta, que me parece interessante.

“26 de dezembro de 1884.

“Meu caro amigo,

“Posso chamar-lhe filho; mas não quero impor-lhe a título de mãe nenhuma obediência contrária à vontade. Leia isto como amigo, e, se lhe parecer que merece a atenção do poder e do público, peço-lhe que o imprima; far-me-á uma esmola.” (Idem, p. 189)

Ela irá reclamar que deve a municipalidade pagar os custos do processo Apulco de Castro. Toda intimidade e amizade antiga com Lélío (como no caso do Fulano público¹⁹⁹, comentado anteriormente) têm outra dimensão agregada: a intimidade estabelecida é tão grande que se confunde com os familiares “posso chamar-lhe filho”, diz a Municipalidade a Lélío. No entanto, dos laços familiares só é filtrado o que for íntimo e proporcionar aproximação, nada que impusesse “obediência”. Nada que leve à necessidade de alguma obediência ou respeito à hierarquia advém dessa relação cordial. É tão recorrente e até mesmo clara a imagem dos assuntos públicos tratados em ambiente doméstico e de forma íntima que chegam a nos sugerir que não há consolidação do espaço e do debate público, já que tudo se reduz à familiaridade.

Há variações dos elementos personificados por Lélío. Uma vez, no início do ano,²⁰⁰ ele simulou ter recebido a visita de alguém fantasiado que se dizia ser o ostracismo com quem conversou longamente. Em crônica de alguns meses depois²⁰¹, ele comenta que um desfalque foi descoberto. A partir disso, estabelece que “os desfalques dividem-se em duas classes, os descobertos e os encobertos” (Idem, p. 334). Lélío confessa que teme mais o desfalque do tipo encoberto, que é aquele que “ainda não se levantou da cama”. (Idem, ibidem)

¹⁹⁸ 27 de dezembro de 1884.

¹⁹⁹ 09 de abril de 1885.

²⁰⁰ 04 de janeiro de 1886.

²⁰¹ 03 de março de 1886.

Destes é que eu tremo. Não me hão de negar que podem haver alguns desfalques encobertos, agora mesmo, dormindo. Os desfalques deitam-se tarde; passam a noite com amigos ,ceia lauta, algumas damas, e recolhem-se de madrugada. Não se admira que se levantem tarde. Lá porque as janelas ainda estão fechadas, não se pode dizer que em casa não há ninguém. Pode ser que haja; e é o que me mete medo.

Um dia destes, abre um deles o olho, estica os braços para sacudir a preguiça, salta da cama e abre a janela. Espanto na vizinhança, que supunha que a casa estava para alugar. Junta-se gente à porta, todos querem ver o dorminhoco; os mais afoitos entram-lhe em casa; outros ainda mais afoitos puxam-lhe pelo nariz. (...)

Contará tudo o que quiserem. Se ele for gordo, andar-lhe-ão em volta, com um metro de alfaiate, para lhe tomar as medidas: tantos de altura, tantos de largura. Perguntar-lhe-ão o que comeu e o que bebeu, e ele não negará nada. A vizinhança cada vez mais espantada, perguntará a si mesma como é que não tinha dado pelo morador. (Idem, ibidem)

O processo da personificação ganhou versão interessante em uma crônica²⁰² em que Machado trata dos projetos emperrados na câmara dos deputados. Segundo Lélío, eles ficam em “uma certa sala” nessa câmara que acumulam uma série de “*detrictus* da vida parlamentar”. Ela é visitada algumas vezes pelos Srs. Scully, Tootal, Kemp, e outros dignos súditos de S.M.B. [sua majestade britânica], para contemplarem os papéis redigidos “só para inglês ver” (Idem, p. 46). O lugar está tão cheio que não há espaço para que entre um novo integrante. Machado personaliza os documentos atrasados que recebem a nova hóspede, “a Reforma do Senado. Gorda, ombros largos, grandes bochechas, mal podia transpor a soleira fatal.” (Idem, ibidem) Os anfitriões lhe garantem que ali ela gozará da “paz eterna”, sempre ficam o que são... Ela se comove e diz que “quaisquer que fossem seus destinos, daria graças aos deuses; e, se tinha de viver entre um povo tão numeroso e pacato, tanto melhor”. E com “essa frase habilíssima conquistou logo as simpatias gerais” (Idem, ibidem). Percebe-se pelas remissões ao mundo divino, o comentário sobre a onipotência, que remete à crítica ao arbítrio. Ficamos sabendo que a nova hóspede era filha de Aristodes S. César Zama, deputado liberal baiano. A Reforma do Senado revela um antigo desejo, o de ver seu “eminente avô, o Programa de 69” . Levam para conhecê-lo e no diálogo que têm, o avô conta que “cansado da vida pública, recolhera-se à vida privada; queria morrer obscuro e tranquilo”. Ele que já havia pedido reforma ou revolução, teria alcançado a reforma com meio soldo, “não queria mais nada” (Idem, p. 47). Ao final, recebem a visita dos Srs. Tootal, Scully e Kemp, que, como súditos de S. M. Britânica, foram contemplar a

²⁰² 1º de agosto de 1883.

ambos. Na segunda parte da crônica, Machado encena um desafio de Lulu Sênior e Zig-Zag (pseudônimos de outros cronistas da série *Balas de estalo*), porém durante o duelo, em vez de atirarem um no outro, atiraram para cima e terminaram por se abraçar e se reconciliaram. (Idem, p. 48).

O programa de 69 foi parte de um conjunto de tentativas de reformas divulgadas nas chamadas conferências radicais, que propunham, entre outras coisas, alterações políticas e até a abolição. Os agentes políticos envolvidos acabaram fundindo-se sob o ideário republicano no ano seguinte e o resultado da passagem do radicalismo para o republicanismo, ao contrário do que parecia à primeira vista, foi um retrocesso conservador²⁰³. A esse projeto de alteração da situação política, junta-se a reforma do senado e para Lélío, assim como na década de 1860, a proposta atual não dará em nada. Lélío, através dessa cordial personificação, monta uma trajetória para lembrar-nos dos esquecimentos. Através desse paradoxo, evidencia-se algo que ruma para um impasse, uma situação que não se transforma efetivamente, mas para isso, Machado também criou uma forma de expressão estética, que corresponde a visão final, se é que se pode ser tão incisivo quanto a isso, sobre a política brasileira construída nas *Balas de estalo*.

4.4 A visão sobre a política brasileira nas Balas de Estalo: repetição e erro, erro e repetição ou alegoria e memória negativa

As crônicas de Lélío trazem de forma recorrente referências a episódios da história do Brasil, no mais das vezes, o aspecto focado é de ordem política, alguma lei, algum projeto, alguma proposta de reforma. Tomando como exemplo a crônica já referida nesse capítulo em que Lélío relaciona projetos emperrados da década de 1860 ao que observa na década de 1880²⁰⁴, pode-se verificar que a referência histórica serve para indicar uma situação de não transformação, se as reformas de mais de dez anos antes não saíram do papel, as do presente do cronista, também não. Muitas vezes, Lélío atua como uma espécie de memória política do Brasil, cuja função é evidenciar que o país não tinha memória quanto a seu passado político. Lélío indica que não se acumula experiência ao longo da história do Brasil, isto é, não há memória histórica.

²⁰³ Cf. José Murilo de Carvalho, *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Working Paper Number CBS-87-07. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford. 92 Woodstock Rd Oxford OX2 7ND.

²⁰⁴ 01 de agosto de 1883, o programa de 69 e a reforma do senado, respectivamente.

Em determinada crônica,²⁰⁵ Lélío toma os versos de Camões para ironizar o invento do “Sr. Ferreira”, que, segundo Lélío, havia inventado um “um processo para escrever tão depressa como se fala ou pensa” (Idem, p. 99). Tal invento seria muito superior à taquigrafia. Lélío comenta que “o poeta Simônides achou um dia um processo para conservar na memória as coisas passadas e foi dizê-lo a Temístocles”. A resposta recebida pelo poeta foi o que Camões expressou em versos: “Oh! ilustre Simônides.../ Pois tanto em teu engenho te confias/ Que mostras à memória nova ira;// Se me desses uma arte que, em meus dias,/ Me não lembrasse as coisas do passado/ Oh! quanto melhor obra me farias!” (Idem, *ibidem*). Na resposta do “grande capitão” (Temístocles) fica indicada a ironia de Lélío de que, em certos casos, é melhor não recordar. Lélío aproveita e toma por suas as palavras citadas:

O mesmo digo eu ao Sr. Ferreira e ao governo que privilegiou. Céus que me ouvis, nesta vida tão cheia de amarguras, se há alguma coisa que pode consolar a gente é a quantidade enorme de pensamentos e palavras que ficam pelo chão. (Idem, *ibidem*)

A partir daí Lélío indica algumas situações cotidianas em que se é obrigado a ouvir as poucas ideias que alguém tem que ouvir de outrem, que dissolvem as pouquíssimas ideias em inúmeras palavras. Diante disso, justifica-se o elogio ao que não fica registrado, pois o que é dito não merece ser recordado. Por isso a recusa do invento referido, “Não Ferreira! não governo imperial! Nada de tal processo; nada de dar mais asas a asneira” (Idem, p. 100). Na sequência, Lélío leva essa a discussão para o campo da política.

Nas câmaras? Quem é que sente necessidade de apressar mais a reprodução das ideias e palavras que se dizem nas câmaras? Quem? Elas aí vem todas nos jornais, e às vezes todas e mais algumas; o que prova que a taquigrafia é um processo excessivo, pois não se limita a tomar o enunciado. A ciência é uma pessoa demorada e prudente; não precisa de máquinas para falar e escrever depressa. (Idem, *ibidem*)

Por tudo isso, Lélío mostrando que “a conclusão é a do princípio” quer que “os diabos levem a tal máquina” e que esse é o desejo de todos que enxergarem “dois palmos adiante do nariz” (idem, p. 100-101). Fica assinalado que quando as escassas ideias não merecerem registro, ganha-se mais quando elas se perdem.

²⁰⁵ 15 de julho de 1884.

Tome-se uma expressão utilizada ao final da crônica par dar continuidade ao assunto. Lélío havia afirmado: “a conclusão é a do princípio”, ou seja, não houve alteração da situação inicial, acabou como havia iniciado. Esse é um tópico possível de ser explorado nas *Balas de estalo*. Seguidamente, encontram-se referências a situações de imobilidade que dão ideia de um “país bloqueado”²⁰⁶ (Drummond). Em uma crônica²⁰⁷, Lélío revela que Lafayette estava concluindo um livro. Era um “volume de trezentas páginas in 4.º, intitulado (á imitação de um escrito estrangeiro) *História que não aconteceu*” (Idem, p. 102). Por solicitação de Lélío, Lafayette faz um resumo de seu livro. Ele diz que supõe a “obra escrita em maio de 1885; o período histórico vai de 8 de junho deste ano a 15 ou 20 de janeiro do ano que vem” (Idem, ibidem). Faz comentários sobre resultados de algumas eleições e depois deixa manifesta sua tendência de associar-se a qualquer posição política. E na “discussão dos orçamentos acentua-se mais a fraternização dos partidos.” (Idem, p. 103) A narrativa segue, dando a ideia de que tudo que irá acontecer é tão previsível que pode ser adivinhado sem grande surpresa. Em meio a isso, inúmeras referências a Dantas e a lei do sexagenário. Lélío também comentará por esse viés a derrota sofrida pelos liberais no Rio de Janeiro²⁰⁸, em que atribui o fracasso á falta de pensamento coletivo à imprudência dos integrantes do partido. E lembra que no passado, quando não cometeram esses erros, saíram-se vencedores. As referências a situações passadas que parecem não terem servido de lição têm papel importante para o projeto das *Balas de estalo*. Segundo Ana Flávia Cernic Ramos, “Através de “Balas de Estalo” eles tentam caracterizar para o leitor a necessidade de uma mudança, estão construindo uma memória política para a monarquia associada ao atraso e à barbárie” (RAMOS, 2005, p. 161). A caracterização dessa necessidade de mudança indica o possível caráter de intervenção empreendido por Lélío. Ela se configura de forma crítica a esse curto e já problemático e esquecido passado nacional. Da mesma forma, na crônica comentada há pouco²⁰⁹, a referência feita a Temístocles (que havia sido condenado ao ostracismo) que preferia o esquecimento à memória oferecida a ele pelo poeta Simônides, mostra “não só o seu desejo de apagá-la [a memória], mas também a possibilidade de uma reparação, de uma anistia: nem tanto um "esquecimento decretado", mas, sim, um "perdão recíproco" que poderia reconciliar Atenas com seu ilustre filho.” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 99)

²⁰⁶ “Áporo”. In.: *A Rosa do Povo*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

²⁰⁷ 27 de julho de 1884.

²⁰⁸ 19 de agosto de 1884.

²⁰⁹ 15 de julho de 1884.

A forma como os acontecimentos e o passado são referidos mostram o perigo de não tomar como exemplo e aprendizado o que acontecia de gabinete para gabinete, de eleição para eleição. Corre-se o risco, com o esquecimento, de que a situação nunca se altere, haja visto que se assim for a sociedade não internaliza a passagem do tempo. Considere-se que para Hegel, a internalização da passagem do tempo é fundamental para a tomada de consciência. Há necessidade de uma ruptura, uma negação para que o devir temporal seja percebido como “agente de desequilíbrio” (ARANTES, 1981, p. 162). A reflexão sobre sua própria trajetória gera modificação. Isso caracteriza as sociedades históricas, nas quais a passagem do tempo leva à mudança. Pelo que se vê nas crônicas de Lélío, a imagem que ele constrói é a de um país em que a passagem do tempo não se converte em transformação, seria uma sociedade sem mudança, não-histórica. E o ponto de vista dele para relacionar os fatos do passado aos do presente é o da política. Paradoxalmente, no entanto, ele indica a falta de memória servindo ele mesmo de memória desses fatos. Como essa memória vem evidenciar a falta de acúmulo e da própria memória quanto ao passado político (pontos contrários ao trabalho que a memória pode exercer), pode-se dizer que estamos diante de uma espécie de memória negativa, em que até mesmo os fatos do passado servem para evidenciar a ausência de memória histórica.

Os artifícios políticos realizados ao longo do império tinham a finalidade de conceder, durante a vigência de uma monarquia constitucional, os privilégios políticos para os fazendeiros e escravocratas que os colonizadores detinham enquanto imperava o sistema absolutista e a lógica mercantil, aos quais o Brasil estava subjugado, enquanto foi mantido colônia (Costa, 2010, em especial capítulos 1 e 3). Pode-se dizer que Machado aborda em suas crônicas diretamente os mecanismos administrativos e jurídicos que permitiram que essa continuidade fosse alcançada. Sistema eleitoral, reformas que não saiam do papel, apontando sempre para a situação de permanência das condições básicas. Servindo como uma espécie de memória de um país sem memória, Lélío mostra que vivemos em uma situação de não transformação, um impasse que leva a uma condição fixa. As causas dessa falta de progresso podem estar nas escolhas feitas, que tendem a investir em “soluções” nada práticas, como no caso narrado por Lélío²¹⁰ em que, ao dar sugestões para o bom andamento das eleições que aconteceriam dali a dez dias, sabe que “Como isto é prático, é provável que não seja aceito” (MACHADO

²¹⁰ 21 de novembro de 1884.

DE ASSIS, 1998, p. 170). Nos assuntos tratados na câmara, Lélío também aponta as características que não deixam o debate progredir²¹¹:

(...) padre Olímpio Campos²¹², que aceitou o desafio do Sr. José Mariano²¹³, e venceu-o ontem, em plena câmara; porquanto, o distinto deputado de Pernambuco tirou de dentro de um imposto inconstitucional nada menos que a reforma das eleições, o trabalho livre, Jorge III, Nestor, o senado, o poder pessoa, e o próprio imposto com grande espanto dele e meu; mas o ilustrado deputado de Sergipe fez mais.

- Estão vendo isto que aqui tenho na mão? disse ele à câmara. É uma ajuda de custo paga pelo presidente de Sergipe a um deputado; trago-o aqui para saber se o governo sanciona o ato daquele administrador. Agora, enquanto eu estou com a mão na massa, quero mostrar-lhe o que esta ajuda de custo tem na barriga.

E abrindo delicadamente o ventre do animal, tirou de lá, em primeiro lugar o seu procedimento acerca do projeto Saraiva, depois a opinião da Igreja, e finalmente a história da escravidão desde os mais remotos séculos até sexta-feira passada. (Idem, p. 291)

Infundável quantidade de assuntos que afastam da pauta impossibilitando o debate e o tratamento do tema que deveria ser resolvido. Em outra crônica,²¹⁴ partindo de um episódio nos E.U.A, sugere aos políticos brasileiros que escrevam suas memórias políticas. Tudo poderia ser dito então, já que a publicação seria póstuma. Brascubianamente lembra que: "Homem vivo não fala, como sabeis; é só quando transpomos os umbrais desta mansão de sossego, que recebemos o dom das línguas, e bradamos tudo a todos os ouvidos..." (Idem, p. 298) Há ironia sobre a forma como essas memórias seriam escritas, através dos políticos falando depois de mortos. Depois de referir rapidamente alguns deles, Lélío diz que

(...) acabou justamente de entrar: é o Sr. padre Olímpio de Campos. Vem expor as suas memórias, que declara dividir em mil e seis capítulos, e começa a falar.

No primeiro capítulo, trata da etimologia da palavra. No segundo, ocupa-se com a origem desse gênero de escritos, e examina este ponto: se o Pentateuco, desde o Êxodo até o Deuterônimo, pode ser considerado memórias. No terceiro, conclui que sim. No quarto, mostra que há uma razão sentimental, ao mesmo tempo que racional, para dar o nome de memórias, tanto a certos escritos biográficos, como às argolas de ouro que se metem nos dedos. O quinto capítulo destinado a afirmar que o uso das memórias (escritas) não podia existir na idade da pedra, e porquê. No sexto, chega à

²¹¹ 10 de agosto de 1885.

²¹² "Padre Olímpio de Sousa Campos foi deputado provincial e deputado geral de Sergipe" (De Luca, 1998, p. 291).

²¹³ "José Mariano Carneiro da Cunha, escritor e político, fundou o jornal *Provincial*, órgão do partido liberal" (Idem, p. 178).

²¹⁴ 31 de agosto de 1885.

sociedade brasileira, começando pela descoberta do Brasil. No sétimo, remonta ao caos, passa à criação, ao dilúvio. No oitavo... (Idem, p. 298-299)

A obviedade e a falta de objetividade dos comentários são espantosas. Mas esses não são os únicos problemas do (não)funcionamento político do Brasil abordados por Lélío. Os erros que se repetem também foram alvo do autor²¹⁵. Ele comenta algo que acontece, com pequenas variações, todos os anos: abre-se a câmara com o discurso imperial e suas propostas, em consequência disso, uma comissão organizada na câmara é montada, com a finalidade de redigir uma resposta a esse discurso. Resposta essa que não passará de uma paráfrase da fala imperial, começada pelo fim. Ao final do ano, devido a um moroso e inútil processo, a resposta será levada àquela mesma câmara, um mês antes de seu encerramento. A falta de resposta à fala trono (cerimonial que declarava abertos os trabalhos políticos do ano) volta a ser enfocada por Lélío em outra crônica²¹⁶ em que ele prevê que, como no ano anterior a comissão reuniu-se e o imperador ficou sem resposta, esse ano a comissão sequer será nomeada. No entanto, ele invoca Maia, a deusa das ilusões e pede para que ela conte "o que se não passará hoje, nem amanhã, nem depois, nem segunda-feira" (Idem p. 260) e então simula uma resposta ao trono dada pela câmara que chegaria a incentivar o senado a fazer o mesmo.

Em outro momento,²¹⁷ Lélío ironiza o desgaste de algumas leis, pretensamente em pleno vigor, através da simulação de conversa entre duas pessoas que pareciam "de primeira plana", num bonde. Falavam sobre discursos políticos que haviam lido. O consenso entre esses políticos, o "pensamento cardeal" era de que o "penhor da paz pública" era o cumprimento fiel da Lei do Ventre Livre (de exatos 13 anos e 3 dias antes da publicação dessa crônica, sendo, inclusive essa crônica a primeira de Lélío após o "aniversário" da lei, 28 de setembro). Em seguida, um dos interlocutores (identificado por "K.", o outro era o "P") pergunta se seu amigo havia colaborado com a referida lei, obtendo resposta positiva, "P" havia votado "com Rio Branco" e "sem restrição". Depois disso comenta que está pensando na Babilônia, e que seu amigo perdia muito por ser pouco lido nos assuntos babilônicos. Conta, então, a anedota de uma "soberba estátua de cedro" que havia sido levada à Babilônia por "trezentos gênios celestes". No início, ninguém poderia tocar na estátua, mais tarde, porém, um dos trezentos gênios que a havia trazido até aquela terra apareceu em sonho e ofereceu a um dos mais ilustres

²¹⁵ 14 de novembro de 1884.

²¹⁶ 21 de maio de 1885.

²¹⁷ 1º de outubro de 1884.

guerreiros de todo o país a imortalidade, visto que estava envelhecendo. Para isso deveria tocar no umbigo da antes intocada estátua. Com um pouco de receio inicialmente, dado a ineditividade do gesto, o guerreiro acabou por tocar o umbigo da estátua em meio a um culto. "K" não informa se o guerreiro ficou imortal ou não (mesmo tendo sido interrogado sobre isso por "P"). Seu foco é outro. Afirma que, a despeito da consternação geral diante da audácia do guerreiro, tocar na estátua (no umbigo, depois nos pés) passou a ser um gesto tão banal com o passar do tempo ou das "luas", como diz, acabou não surtindo mais efeito algum, tampouco causando qualquer sobressalto, passou de costume a exercício e brincadeira. Percebe-se, relacionando o assunto da lei com a história em tom de parábola contada por "K", que Lélío quer evidenciar o desgaste da Lei do Ventre Livre que, assim como a sacralidade da estátua, vai perdendo a eficácia e a razão de ser, pela banalização e falta de seriedade (Idem, 1998, p. 146-7).

No segundo trecho da crônica de 30 de agosto de 1883, Lélío aborda diretamente o assunto do sistema representativo brasileiro. Critica as experiências que não haviam dado certo e que se repetem. Aplica ao sistema eleitoral, o seguinte refrão retirado de uma canção popular francesa (“Il était un petit navire”): Si cette histoire vous embetê, nous allons la recommencer²¹⁸ (se esta história vos embasbaca, nós vamos recomeçá-la, tradução minha).

Em matéria eleitoral temos vivido a repetir este estribilho. No regime da eleição indireta, tivemos a eleição de província, a eleição do círculo de um, a eleição do círculo de três depois, e, continuando os inconvenientes, veio a eleição das maiorias. Esta última, espécie de luz elétrica, mas estava em ensaios no interior, já aplicávamos às nossas cidades todas. E nada; - nem um, nem três, nem província, nem minoria, nada estabelecia uma boa eleição. Veio então a eleição direta, com o círculo de um. Começou há pouco; mas já ontem foi apresentado um projeto para voltar ao círculo de três. Daqui há anos, a experiência volta para a província. Depois círculo de um outra vez, e de três. Há de haver mesmo alguém que se lembre dos círculos de cinco, ou cinco e três quartos. Tudo, pois, diz com esse bom sistema representativo, pelo mesmo método do médico que, para remover uma encefalite, mandasse o enfermo ao cabeleireiro. Mas, enfim, venha o círculo de três: Si cette histoire vous embête, Nous allons la recommencer”.(Idem, p. 59)

²¹⁸ Estes são versos de uma canção popular francesa intitulada “Il était un petit navi citados por Machado de Assis em outras crônicas, tais como na “Bala de Estalo” do dia 05/01/1885 e novamente em “A Semana” em 19/06/1892. (Cf. Callipo, *op.cit.*, p. 23).

Desse ponto passa a tratar do “Sr. Almeida Tostes, eleitor do município de Aiuruoca, Minas” que vai usar “igual sistema”. Daí interpreta-se que vai ou continuar repetindo o que já acontece (como está posto na citação francesa) ou vai continuar buscando alternativas que nada resolvem, olhando apenas para o entorno, o lado externo, deixando o essencial intacto (como ir ao cabeleireiro para remover uma encefalite). Em ambos os casos, o resultado prático é o mesmo, ou seja, nenhum. O que o Almeida vai fazer vai ser passar a ser conservador, mesmo que sempre tenha sido liberal, sem explicar o motivo. “Talvez para o ano mude o nome”... Ele está “imitando assim a natureza, que é uma perpétua mudança”, diz Machado e encerra a crônica citando os seguintes versos: “Tudo muda; só Marília/ Desta lei da natureza/ Queria ter isenção?” (Idem, ibidem). Note-se que esses versos se opõem ao refrão da cantiga francesa citada por ele anteriormente. Aqui, no entanto, o autor faz com que convirjam para mostrar que não há saída se alternativas forem essas e que até a mudança é repetição e permanência.

O aparato político brasileiro é dotado de características que levam ao impasse. E para esse impasse Machado criou esteticamente modos de composição capazes de expressá-los formalmente, como um modo de sintetizar os problemas que tão amplamente tratou na série *Balas de estalo*. O recurso estético que dá conta da ideia de imutabilidade é a alegoria.

Para George Lukács, a alegoria caracteriza-se por representar através de imagens um conceito formado a partir da observação empírica. Por isso, ela guarda sempre consigo o enraizamento histórico e particular, no que se opõe ao símbolo que, representando ideias (e não conceitos) com tendência à totalidade, não figura apenas a singularidade do que é observado. Na construção da alegoria, há o dado da fixidez, da imobilidade indicado na permanência do conteúdo empírico, o qual não é superado pelo conceito ou pela imagem que o representa, mas é tornado visível (LUKÁCS, 1967 v4, p. 423-426). Consideremos, então, que “a imagem construída para representar o conceito não procura ser verossímil, nem procura corresponder a acontecimentos humanos. Ela procura deslocar o significado da abstração para o campo tangível do emblema alegórico” (SANSEVERINO, 1998, p.73). Considerando ainda a alegoria como sendo constituída necessariamente de uma forma narrativa que “constrói um sentido não literal se confronta com o sentido literal” (Idem, p.74), aponta-se sua vinculação, necessária para entendê-la em Machado de Assis, com o discurso mimético, de base Aristotélica (e por si não-conciliável com o platônico, idealista). Machado se

vale do recurso alegórico com fins miméticos, realistas (sem conciliá-los). A alegoria “é, em outros termos, uma sucessão de metáforas que servem para exemplificar e particularizar uma abstração a fim de torná-la palpável; de certo modo, torna o pensamento uma figura sensível” (Idem, p. 61). A alegoria constitui uma ligação com a realidade, Lélío se vale dela em algumas crônicas para comentar aspectos da política brasileira. Em uma delas²¹⁹, ele trata da discussão *incidental* que aconteceu no senado sobre a forma de governo mais barata a ser adotada. Depois de falar ironicamente que a mais barata seria a anarquia – já que não há governo nenhum, não há gasto nenhum – ele dá uma solução cifrada.

Os governos são como as rosas: brotam do pé. Os jardineiros podem crer que eles é que fazem brotar as rosas, mas a realidade é que elas desabotoam de dentro do arbusto, por usa série de causas e leis anteriores aos jardineiros e aos regadores. (...) Aproveito a circunstância auspiciosa de não ser presidente do conselho para citar dois versos de Molière, que me parecem dar a solução verdadeira do caso, e é cá a do povo – miúdo:

Le véritable Amphytrion

C'est l'Amphytrion ou l'on dîne. (idem, p. 64)

O conceito de que o governo é gerado a partir das características da sociedade em que surge é representado aqui pela imagem das rosas brotando do arbusto, para as quais os jardineiros são apenas aqueles que cuidam do seu crescimento, nunca os responsáveis pelo seu surgimento. Há uma crônica²²⁰, em que através dos comentários sobre a organização da irmandade da Nossa Senhora do Rosário em Guaratinguetá Lélío ironiza a suposta conciliação entre “sentimento pessoal com a paz pública” (Idem, p. 73). Começa a crônica comentando a diferença entre a possibilidade de ascensão econômica e o ingresso (praticamente impossível) na realeza, “Sobe-se de carteiro a milionário; não se sobe de milionário a príncipe” (Idem, *ibidem*). Essa impossibilidade traria, Lélío comenta ironicamente, problemas nos casos em que houvesse vocação para a realeza:

Entretanto, dado o caso de vocação (porque a natureza diverte-se às vezes em andar ao invés da sociedade), como há de um homem que sente ímpetos régios, combinar o sentimento pessoal com a paz pública? (...) aí está o que resolveram alguns cidadãos de Guaratinguetá.

Reuniram-se e organizaram uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos céus. Os referidos cidadãos acharam o meio de cingir a coroa sem vir buscá-la a S. Cristóvão: elegem anualmente um rei, e a coroa

²¹⁹ 12 de setembro de 1883 (outros aspectos dessa crônica foram comentados no item 3.2 do presente trabalho).

²²⁰ 07 de novembro de 1883.

passa de uma testa a outra, pacificamente, alegremente, como no jogo do papelão. Aqui vai o papelão. O que traz o papelão? (Idem, p. 73)

Em seguida, a descrição de algumas funções ocupadas nesse reino é dada, o “Rei”, a “Rainha”, juiz e juíza “do Ramalhete”. Lélío acrescenta que “Não há a menor explicação do que seja este ramalhete. É realmente um ramalhete, ou é o nome simbólico do principado ministerial?” (Idem, *ibidem*). Com isso, ele evidencia a falta de informações fornecidas aos que não fazem parte da nobreza, que ficam alheios a parte do funcionamento da estrutura que os governa. Depois de descrever outras funções, Lélío passa a descrever o que, segundo ele, “pede um parágrafo especial” (Idem, p. 74). Então comenta:

Há também um (digo?) há também um Meirinho. O Sr. Neves da Cruz é o encarregado dessas funções citatórias e compulsivas, e provavelmente não é cargo honorífico, se o fosse, teria outro nome. Não; ele cita, ele penhora, ele captura os irmãos do Rosário. Assim, pois, esta irmandade tem um tesoureiro para recolher o dinheiro, um procurador para ir cobrá-lo e um meirinho para compelir os remissos. *Un capo d'opera*.

Agora, como é que se tratam uns aos outros esses dignitários? Não sei; mas presumo, pelo pouco que conheço da natureza humana, que eles não ficam a meio caminho da ficção. O Rei pode ter Majestade, e assim também a Rainha. E quando receberem os cumprimentos, adivinho que os receberão com certa complacência fina, certo ar digno e grande. Hão de chover os títulos — Vossa Majestade, Vossa Perfumaria Vossa Mastreação... Em roda o povo de Guaratinguetá, e por cima a lua cochilando de fastio e sono. (Idem, *ibidem*)

Pode-se considerar a organização da irmandade como um ato compensatório à falta de participação na monarquia mesma, dada a dificuldade de acesso a ela. Através dessa narrativa, Lélío exemplifica características do sistema monárquico, como a preocupação com os títulos e a distância entre cidadãos e nobreza (tão distantes dessa como a lua). Em outra crônica²²¹, Lélío alegoriza a disputa interna do partido liberal. Conta ele a seguinte história:

Era uma vez uma vila pequena, composta de duas margens de um rio, ambas povoadas. Sendo o homem um animal rusguento e progressivo, não tardou que se estabelecesse entre as duas margens grande rivalidade. A gente da esquerda dizia que a da direita queria tudo para si, e a da direita acusava a da esquerda de azedar e dividir os ânimos.

Uma folha da localidade, com o fim de conciliar as duas margens, atribuía a rivalidade a uma simples balela, acrescentando que nada via que

²²¹ 30 de abril de 1885.

pudesse legitimizar “oposição de vistas entre as duas margens povoadas”. (Idem, p. 251)²²².

O cemitério havia sido construído na margem direita, assim como futuramente seria o teatro. O que era diretamente confrontado pelos da margem esquerda: “- Mas é justamente isso! bradavam os da margem esquerda. Tudo para a direita, nada para a esquerda” (Idem, *ibidem*). A disputa era para decidir em qual margem seriam celebrados os festejos religiosos do mês de maio (mês de Maria). “Tal era o estado da questão” afirma Lélío indicando que a situação era de impasse, de imobilidade. Ironicamente diz ainda que o “leitor malicioso” não deveria pensar que ele estava aludindo ao “partido liberal na câmara” (Idem, p. 252).

Nessa época, último dia de abril de 1885, estava-se às vésperas da ascensão do gabinete Saraiva (que substitui o Dantas em 6 de maio de 1885) e fica só até agosto desse ano, quando assume o conservador Cotegipe, que ficará três anos à frente do gabinete. Era um momento de crise do partido liberal, que em breve veria quebrada uma longa série de gabinetes que liderava²²³. Através da narrativa sobre a vila e suas duas margens, Lélío expõe um impasse que é concreto e histórico, elemento empírico esse que é próprio à construção alegórica.

A alegoria é (...) uma figura, do sistema retórico. Ela serve (...) para representar o tema, através de uma imagem que lhe seja semelhante, de modo coerente. Alegoria (parábola, apólogo, personificação, fábula) é uma forma desenvolvida tanto do exemplo quanto da metáfora. É, em outros termos, uma sucessão de metáforas que servem para exemplificar e particularizar uma abstração a fim de torná-la palpável; de certo modo, torna o pensamento uma figura sensível. Por mais arbitrária que seja a imagem alegórica, ela deve estar submetida à ordem geral do discurso, ao qual serve de ilustração. Deste modo, o pensamento sempre tem precedência sobre a imagem, a ideia sobre o exemplo, porque o sentido não está na imagem, mas nas concepções intelectuais que lhe são anteriores. (...)

A alegoria, assim como os mitos e a filosofia, corresponde a uma forma de explicar o mundo, ordenando sua multiplicidade. Sua especificidade se dá pelo fato de ela se valer da construção de imagens para remeter ao conceito ordenador. (...)

Trata-se sim da alegoria como um elemento central para a explicação do argumento, pela remissão que fará ao conceito. Corresponde à parte tangível, materializada, imperfeita que aponta para esse conceito, esse sim, passível de existência perfeita e ideal. (...)

O caráter absurdo da imagem, sua incongruência, lembra que ela serve apenas para representar a alma imortal que habita o homem. Cria-se uma ambiguidade, própria dos diálogos platônicos, em que a alegoria de palavras

²²² Pela disposição das forças e pelo caráter alegórico, a crônica lembra o conto “Sereníssima república”, publicado em agosto de 1882, na própria *Gazeta de Notícias*.

²²³ Ver mais detalhes no item 2.2 do presente trabalho.

é ao mesmo tempo exegética (por pressupor a interpretação de uma realidade) e poética (por ser uma invenção mimética da verdadeira realidade). (SANSEVERINO, 1998, p. 61, 62,74 e 78)

Tanto na imagem fixa das rosas que brotam dos arbustos quanto na narrativa sobre a vila e as duas margens do rio, a alegoria expressa uma situação que tende à imobilidade, algo é subsumido pelo impasse que a encerra. De fato, a alegoria é portadora de uma visão “da história como protopaisagem petrificada” (BENJAMIN, 1963, p. 188) e “Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio” (Idem, p. 200). Isso corresponde a um processo de naturalização da história, no sentido de torná-la algo perecível, que não se revitaliza, mas constrói sua própria destruição, porque “As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas” (Idem, *ibidem*). Dessa visão de mundo arruinado está banida qualquer possibilidade de progresso.

Essa perspectiva se coaduna com a descrença nas soluções políticas radicais para o Brasil. Em uma crônica²²⁴, Lúlio narra o descrito na carta de um "socialista russo, Petroff" (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 201) enviada ao Centro do Socialismo Universal, em Genebra. Ao vir para o Brasil, com a missão de iniciar uma revolução, ele descobre que no Brasil existia um Clube de Socialistas e vai a uma seção. Nada de revolucionário encontra lá, apenas dança e banquete. Ele discursa, e mesmo que seu discurso tenha sido bastante radical e fundamentado em teóricos socialistas, bem ao contrário do que se via naquele ambiente, ele foi aclamado e aplaudido. Dias depois recebeu o diploma de sócio honorário do Clube. O gesto da recepção e da convenção social se sobrepõe a qualquer possibilidade de efetivação da postura revolucionária. De forma mais irônica, Lúlio comenta o anúncio de “terror” vindo do Sergipe²²⁵. Começa dizendo:

O nosso velho sestro de dar às coisas nomes maiores do que elas fazem passar por uma dos diabos.

É o caso, que eu lia nos jornais, muito sossegado da minha vida, quando dei com esta frase, de uma carta de Sergipe: “Estamos em pleno domínio do terror”. Não quis ler mais nada. Os cabelos ficaram em pé. Mísero Sergipe! terror! Robespierre! guilhotina! lei dos suspeitos Ah! não! Nunca! Há de haver um brasileiro que... (Idem, p. 289)

²²⁴ 13 de janeiro de 1885.

²²⁵ 1º de agosto de 1885.

Diante do que lê, ele ruma direto à casa do ministro do império, o que faz meditando nos “excessos da política” (Idem, ibidem). Vai em um tálburi e ordena ao cocheiro que corra muito, ameaça-o com um tiro se não fosse rápido. Imagina uma série de consequências do “terror”, como “prisões atulhadas de suspeitos, a força trabalhando, processo sumário, execuções sumaríssima”, até “os brados da multidão?” (Idem, ibidem) Lélío ouve. Só que o cocheiro parecia não sair do lugar, por mais que voasse, então, “completamente desvairado” (Idem, p. 290) ele ouve um grito à sua volta. Estava entre dois vizinhos com o dedo apontado para um deles, “era a pistola do delírio”²²⁶. Os vizinhos pedem para que se acalme, “que não era nada, era fraqueza... Fraqueza do povo!” Lélío brada indignado (Idem, ibidem). Volta a ler o jornal e vê que o “terror” era que “tinha havido em Sergipe duas demissões, uma remoção e uma reintegração”. Não adiantou Lélío procurar no dicionário um sentido “mais cru” para a palavra “terror”, não há, porque “o nome verdadeiro da coisa”, o “termo próprio ajustado” para o que efetivamente estava acontecendo era “que se estavam tomando algumas vinganczinhas por questiúnculas da nada” (Idem, ibidem)²²⁷.

Para Walter Benjamin (1985) o momento de uma revolução é sempre o agora (*Jetztzeit*), não deve ser projetado, teologicamente para o futuro. Michel Löwy (2005) – referindo-se às análises da crítica Jeanne Marie Gagnebin – aponta que para melhor compreensão do processo histórico, conforme proposto por Benjamin, deve-se entender que as “condições “objetivas” são também condições de possibilidades” (Idem, p. 147). Lélío, valendo-se da perspectiva alegórica de imobilidade, fixidez e ruína, mostra que tanto as condições objetivas em sua forma empírica, quanto as condições de possibilidades que as constituem não apontam para qualquer solução radical ou revolucionária.

²²⁶ O delírio que integra essa crônica, faz-nos lembrar duas composições famosas de Machado. O conto *A chinela turca*, conto que integra o livro *Papéis avulsos* de 1882, e que foi publicado pela primeira vez no jornal *A Época* em 1875. Também o sétimo capítulo, “O delírio”, de *Memórias póstumas de Brás Cubas* 1881 em livro e 1880 na *Revista Brasileira*.

²²⁷ Essa forma irônica de narrar uma transformação política cujo alcance é questionado e visto ceticamente é o que Machado faria em *Esau e Jacó* (1904) em relação à transição da monarquia para a república no Brasil.

Considerações finais

Machado iniciou uma crônica²²⁸ da série *Balas de estalo* com a pergunta “O que é política?” (Idem, p. 279). Pode-se se dizer que ao final do estudo empreendido até aqui, cabe reverter essa pergunta a seu proponente e buscar estabelecer qual visão sobre a política brasileira é expressa nas *Balas de estalo*. Na sequência da referida crônica, Lélío diz o seguinte:

Aqui há anos, creio que por 1849, lembrou-se alguém de propor uma questão em um jornal. A questão era saber o que é honra. Em vez, porém, de escrever deveras aos outros, coligir as respostas e publicá-las, engendrou as respostas no escritório, e deu-as a lume.

Compreende-se que isso se fizesse em 1849. Naquele tempo fazia-se a eleição a bico de pena. Mas, depois da lei de 1880, não há meio de recorrer a outra cousa que não seja o sufrágio direto.

Foi o que fiz em relação à política. Peguei de tudo o que sabia nesta matéria (e não valia dois caracóis), arranjei um embrulho e mandei deitá-lo à praia. Depois escrevi uma carta aos meus concidadãos, pedindo-lhes que me dissessem francamente o que consideravam que fosse política, e dispensando-os de citar Aristóteles nem Maquiavelli, Spencer nem Comte, não só porque apenas se devem citar os devedores remissos (e Deus sabe se aqueles quatro são credores de meio mundo!), como porque os referidos autores são estranhos completamente ao Tirolito que bate, bate, Tirolito que já bateu.

Relativamente a este *Tirolito*, disse-lhes que era uma cantiga, e que as cantigas, ao contrário do que queria o nosso Álvares de Azevedo, fazem adiantar o mundo. (Idem, *ibidem*)

Note-se que ele abdica de buscar a resposta nos clássicos – cuja teorização poderia não corresponder à realidade brasileira – para buscá-la no cotidiano. Também se deve observar que justificar com a reforma eleitoral, que reduziu drasticamente o número de eleitores, o fato de que o método arbitrário usado em outros tempos não serve para os dias de hoje, é irônico. Acresce-se a isso, a mistura humorística do tema, pretensamente sério, com a canção infantil. Essa ironia vai se confirmar ao longo do texto, em que se verá que tanto a postura de Lélío será semelhante ao caso que ele citou de 1849 quanto o comentário de que as cantigas “fazem adiantar o mundo” também são irônicos. Quanto a postura de Lélío, veja-se o destino que ele dá às respostas que chegaram, conforme simulação do narrador-cronista:

Não tardou que o correio começasse a entregar-me as respostas; e, como eu não pagava o porte, reconheci que há neste mundo uma infinidade

²²⁸ 08 de julho de 1885, a centésima das 126 que ele escreveu sob o pseudônimo de Lélío. Essa crônica foi analisada sob outros aspectos no item 3.2 do presente trabalho.

de filhos de Deus ou do diabo que os carregue, que estão à espreita de um simples pretexto para comunicar as suas idéias, ainda à custa dos vinténs magros.

Não publico todas as definições recebidas, porque a vida é curta *vita brevis*. Faço, porém, uma escolha rigorosa, e dou algumas das principais, antes de contar o que me aconteceu neste inquérito, e foi o que se há de ver adiante, se Deus não mandar o contrário.

Uma das cartas dizia simplesmente que a política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz. Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário do clube dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes pôr alcunhas quando elas já têm par para esta. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem.

Muitas cartas são tão longas e difusas, que quase se não pode extrair nada. Citarei dessas a de um barbeiro, que define a política como a arte de lhe pagarem as barbas, e a de um boticário para quem a verdadeira política é não comprar nada na botica da esquina. (Idem, p. 279-280)²²⁹

Adiante Lélío diz que não entendeu algumas das cartas recebidas e que “A letra de outras é ilegível. Outras se repetem. Cinco ou seis dão como suas, opiniões achadas nos livros.” (Idem, p. 280) Lélío é quem filtra as respostas dadas, manifestando uma postura arbitrária, postura essa que pode ser em si mesmo uma das respostas para a pergunta feita por ele. Na seleção realizada por Lélío, percebe-se a presença de respostas vinculadas ao dia a dia, de cortesia ou de interesse pessoal. Depois do comentário das respostas vindas da população em geral, cujos nomes não são ditos, alguns sendo referidos por sua profissão, em que Lélío se coloca como uma espécie de porta voz de pessoas sem voz, o narrador manifesta estranheza por não ter recebido nenhuma resposta de “deputado ou senador”, especialmente porque ele havia escrito “a todos eles pedindo uma definição”. (Idem, p. 280). As respostas dos integrantes do campo político, no entanto, não tardaram em chegar. Não foram respostas diretas à pergunta, mas indiretas. Uma delas provém de um discurso do deputado César Zama, proferido na Câmara, “o Sr. Zama deu-me anteontem uma resposta, embora indiretamente. S. Ex.^a disse na Câmara que quer a abolição imediata, mas aceitou o projeto passado e aceita este”. O segundo projeto era o da Lei do Sexagenário. A outra vem do aparte de um deputado no discurso do “Sr. Rodrigues Alves” (o futuro Presidente da República

²²⁹ O posicionamento que abandona o pensamento coletivo para o interesse próprio é o mesmo manifestado, em episódio bastante conhecido do romance *Esau e Jacó* (1904), pelo personagem Custódio, que após nomear sua padaria como “Padaria do Império” (quando o regime político era esse) e depois, na troca de regime, como “Padaria da República”, decide escrever na sua tabuleta apenas “Padaria do Custódio”. Relação semelhante foi apontada, em nota, no comentário feito no presente capítulo sobre a crônica de 1º de janeiro de 1885, no item 4.2.

(1902-1906), que na oportunidade era Deputado Geral). Rodrigues Alves “tachava um presidente de interventor, não porque recomendasse candidatos, mas porque fez favores a amigos destes”, ao que o referido - e não nomeado – deputado em seu aparte contesta “Queria que os fizesse aos amigos de V. Ex.^a?”. Conclusão apresentada pelo narrador: política é “oportunismo, confesso”. (Idem, p. 280-281)

Esse oportunismo com que Lélío define a política brasileira é um dos elementos que compõe sua visão geral sobre ela. Vimos que a valorização dos títulos nobiliárquicos, mesmo que não correspondam em nada aos méritos daqueles que os recebem, é um dos traços dessa elite política comentada por Machado (Item 2.3). Associado a isso, o descaso com as questões necessárias, que demandariam atenção ao cotidiano nacional (Item 2.3 do presente trabalho). Relaciona-se também o distanciamento entre a esfera política e a população. Tal fato mostra que o exercício pleno da cidadania estava longe de ser atingido, o que evidencia a cisão entre a política e o cotidiano (capítulo 3). O processo eleitoral, em suas diversas fases, tomado por irregularidades, que incluem cargos arranjados e fraudes eleitorais em geral (item 2.4) também forma o quadro observado pelo cronista. A postura fraudulenta como algo que constitui não apenas as práticas da população, mas, sobretudo, dos próprios representantes do poder público, através de ações inconstitucionais (Item 2.6) também foi focado no procedimento dos representantes políticos do Brasil. Algo que evidencia mais diretamente o processo de inversão em relação à postura política, e que foi observado anteriormente (item 2.7) é o desinteresse dos políticos pela política. Associado ao uso do poder público para defender interesses pessoais, o que foi referido nesse trabalho através da relação com o conceito de *cordialidade* (item 4. 3), esses traços designam a impossibilidade da realização da política no império brasileiro. Isso tendo como definição de política elementos os quais – guardadas as devidas proporções impostas pela distância temporal – lhe são basilares e essenciais desde a Antiguidade. A saber, que a necessidade da separação qualitativa entre o governo do que é privado e do que é público e que o estadista deve ser alguém superior, pois deve governar pensando no bem comum, e ser reconhecido pelo discernimento (Aristóteles, 2006). Dadas essas condições, a ironia, a volubilidade, a personificação e a alegoria são expressões estéticas que representam no plano formal alguns dos elementos destacados tematicamente por Lélío. Isso complementa o sentido dado por ele ao funcionamento da política nacional.

Há a incorporação estética de recursos retóricos observados no comportamento do corpo político imperial, em especial da *volubilidade*. O deslocamento dos

procedimentos discursivos gera como efeito ideológico, agregado ao valor estético que os potencializa, a crítica aos valores que, em seu contexto originariamente observados (no uso político), estavam sendo afirmados. Ainda é possível notar que Machado ao destacar tais procedimentos procura dar maior visibilidade a eles do que tinham em seu ambiente primeiro. A partir disso, ele pode valer-se de tais procedimentos de modo a incorporá-los no modo de construção de seus escritos, isto é, como forma, menos visíveis, mas mais sedimentados, profundamente arraigados por visualizar no elemento aparentemente externo da mimese a estruturante do objeto. A passagem é do socialmente observado para o literariamente construído e evidencia de forma crítica e irônica os problemas basilares da sociedade brasileira pela ótica de Machado.

Jean-Pierre Vernant observou

a presença quase obsessiva de um vocabulário técnico do direito na língua dos Trágicos, sua predileção pelos temas e crimes de sangue sujeitos à competência de tal ou tal tribunal, a própria forma de julgamento que é dada a certas peças exigem que o historiador da literatura, se quer apreender os valores exatos dos termos e todas implicações do drama, saia de sua especialidade e se torne historiador do direito grego. Mas no pensamento jurídico ele não encontrará luz capaz de iluminar diretamente o texto trágico como se este fosse apenas um decalque daquele. Para o intérprete, trata-se de algo prévio que finalmente deve levá-lo de volta à tragédia e ao seu mundo a fim de explorar-lhe certas dimensões que, sem esse desvio pelo terreno do direito, ficariam dissimulados na espessura do texto. (...) As palavras, as noções, os esquemas de pensamento são utilizados pelos poetas de forma bem diferente da utilizada no tribunal ou pelos oradores. Fora de seu contexto técnico, de certa forma eles mudam de função e, na obra dos Trágicos, misturados e opostos a outros, vieram a ser elementos de uma confrontação geral de valores, de um questionamento de todas as normas, em vista de uma pesquisa que nada mais tem a ver com o direito e tem sua base no próprio homem (...) (VERNANT, 1977, p. 9-10)

De modo muito semelhante, Machado valeu-se de formas discursivas comuns a outros “domínios da vida social” (Idem, p. 9) que servem para iluminar a estrutura de sua prosa cronística, ao mesmo tempo em que desvelam o mecanismo que formavam a vida política brasileira. Deve ser ponderado, assim como o fez Vernant, que o “desvio” a outras áreas do conhecimento deve ser empreendido unicamente com o interesse de, ao retornar ao objeto específico, no caso do presente trabalho, as crônicas machadianas reunidas na série *Balas de estalo*, poder-se explicar-lhes outras “dimensões” que, sem o referido desvio, “permaneceriam dissimulados na espessura do texto” (idem, p. 9), como citado acima.

Nas crônicas de Machado, diferentemente do apontado pelo helenista francês sobre a tragédia grega, a apropriação dos recursos discursivos observados em outras áreas da sociedade não visa ao “questionamento de todas as normas” (Idem, p. 10). Nas *Balas de estalo*, ao contrário, o que se percebe é o questionamento do não cumprimento das normas e a exposição de como esse comportamento colabora para a permanência de estruturas político-administrativas que geram o manutenção do poder nas mãos de grupos específicos de privilegiados. Deriva daí outra diferença fundamental: enquanto a tragédia mostra a cisão do surgimento do direito no mundo grego em relação às “formas míticas de poder e de ação social” (idem, p. 8-9), nas crônicas analisadas, Machado expõe a permanência de estruturas arcaicas que só se renovam nas formas de consolidar sua continuidade e que atuam no sentido de favorecer os interesses pessoais em detrimento dos interesses públicos, o que configura o inverso da função da política. Pode-se afirmar que nas *Balas de estalo*, através de seu narrador Lélío, Machado evidencia, tanto temática quanto formalmente, a impossibilidade da realização política na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teses sobre sociologia da arte. In: COHN, Gabriel (org.) Theodor W. Adorno. São Paulo: Ática, 1994. (Grandes Cientistas Sociais, 54)
- AGUIAR, F. (org.). **Gêneros de fronteira**: cruzamento entre o histórico e o literário. São Paulo: Xama, 1997.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v.2)
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. Novos estudos nº 21 – julho de 1988, julho de 1998.
- ARAÚJO, Homero Vizeu. *Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas: ensaios/*. – Porto Alegre: Movimento, 2001.
- _____. *Modernos e ressentidos* (no prelo)
- ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BIGNOTTO, Newton. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BROCA, Brito. Machado de Assis e a política: e outros estudos. Rio de Janeiro: Simões, 1957.
- CANDIDO, Antonio. Conversa ao rés do chão. In: _____ et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: Carvalho, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no império*, 2007.
- _____. *A construção da ordem: elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Liberalismo, radicalismo e republicanismos nos anos sessenta do século dezenove. Working Paper Number CBS-87-07. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford. 92 Woodstock Rd Oxford OX2 7ND.

CHALHOUB, Sidney; Neves; Margarida S.; Pereira, Leonardo A. M. (org.), *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

_____. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Machado de Assis e a política emancipacionista. In: *Anais da Biblioteca Nacional* – Vol. 116 (1996) – Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

De LUCA, Heloísa Helena Paiva (org.) Balas de Estalo. São Paulo: Annablume, 1998.

DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. *Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação*. In: *Revista de História*, 1, 2 (2009), pp. 18-39. Disponível em http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf. Acessado em 21 de abril de 2012 às 9:45h.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. *Almanaque: Lei do Sexagenário*. In: *Revista África e Africanidades* - Ano I - n. 2 - Agosto. 2008. Disponível em www.africaeaficanidades.com. Acessado em 21 de abril de 2012 às 10h.

FAUSTO, Boris. O Brasil Monárquico (1822-1889). In: *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. A Primeira República (1889-1930). In: *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. In: *Intérpretes do Brasil*, volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. – São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In.: *Estética*, volume I: La peculiaridad de lo estético. Barcelona - México D.F.: Ediciones Grijalbo S.A., 1967.

_____. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (v.4)

_____. *O Espelho*. Organização, introdução e notas: João Roberto Faria. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. A nova geração. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008 (a). (v.3)

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 2008 (b).

_____. in: GLEDSON, John (org.) *Bons dias!*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

- _____. in: GLEDSON, John (org.) *A Semana*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O Velho Senado*. Milton Campos (org.) Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.
- MARIANI DE MACEDO, José Marcos. Posfácio. In: *A Teoria do Romance*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- MATOS, Gregório de. *Poesia selecionada*. Organização e seleção, José Miguel Wisnick. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Introdução. In: *Joaquim Nabuco essencial*. São Paulo: Penguin Companhia, 2010.
- NOVAIS, Fernando A. “Passagens para o Novo Mundo”. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, nº 9, julho de 1984.
- OTTONI, Teófilo Benedito. Crítica dos deputados e ministros que não comparecem às sessões da câmara. In: *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília Câmara dos deputados, 1979. (Perfis parlamentares, 12)
- PIRES, Murilo José de Souza. *O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil*. In.: *Revista econômica do Nordeste. Volume 40 | Nº 03 | Julho - Setembro | 2009*, p. 411-424.
- RAMOS, Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*: Campinas, 2010. Doutorado em História – Unicamp.
- _____. *Política e Humor nos últimos anos da monarquia*: Campinas, 2005. Mestrado em História – Unicamp.
- SABA, Roberto. *A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885)*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2010. CD-ROM.
- SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. “Sobre a categoria da mediação em Adorno”. *Via Atlântica (USP)*, v. 13, p. 99-112, 2008.
- _____. “Machado de Assis, ambivalência e autoritarismo”. *Letras*, Santa Maria, p. 11-26, 2001.
- _____. *Realismo e alegoria em Machado de Assis*. Porto Alegre, 1999. Doutorado em Literatura Brasileira e Teoria da literatura – PUCRS.
- SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. *Novos estudos*. - *CEBRAP*, São Paulo, n.75, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-330020060002-00005&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 11 2009. doi: 10.1590/S0101-33002006000200005.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000a.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000b.
- _____. A novidade das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: SECCHIN, Antonio Carlos; ALMEIDA, José Maurício Gomes de; MELO E SOUZA, Ronaldo de (orgs.). *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Folio, 1998, pp. 47-64.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. República das ruas: imaginação literária e republicanismo no Brasil. ZILBERMAN, Regina (org.) *Machado de Assis e Guimarães Rosa: da criação artística à interpretação literária*. Erechim: Edelbra, 2008.
- SZONDI, Peter. Introdução: estética histórica e poética dos gêneros. In: *Teoria do drama moderno*, tradução: Luiz Sérgio Rêpa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

ANEXO – TABELA COM A DESCRIÇÃO DE TODAS AS CRÔNICAS DE MACHADO SOB O PSEUDÔNIMO DE LÉLIO PUBLICADAS NA SÉRIE BALAS DE ESTALO QUE TEMATIZAM A POLÍTICA BRASILEIRA

Crônicas	Políticos, instituições, leis e projetos políticos referidos	Assunto/comentário	Demais referências
10.07.1883	Sr. F. de Olivera, câmara dos deputados, Diário Oficial, câmara municipal.	Comenta expressões presentes no discurso de Sr. F. de Oliveira, dando destaque para os trechos sem conteúdo. Depois faz associações entre as ideias e as casacas para se referir à importação de ideias no Brasil e a dualidade nacional/estrangeiro. Depois, de modo ainda mais irônico, associa a capoeira (brasileira) esportes praticados pelos ingleses.	Conte, Zolá, Mac-Culloch, Leroy Beaulieu, Coisas Políticas, Gazeta de Notícias, Ferreira de Araújo, (Lulu Sênior), parlamentarismo.
22.07.1883	Deputado Penido (provavelmente não existiu), câmara.	<p>Lélio comenta a censura que o deputado Penido havia feito à câmara que rejeitou duas emendas suas. Uma que mandava descontar dos deputados que não comparecessem às sessões e a outra que diminuía o valor do subsídio que eles recebiam. Machado vai ironizar o episódio tocando novamente na questão do estrangeirismo, agora voltada para os franceses e acrescentando novos elementos à discussão:</p> <p>Respeito as cãs do distinto deputado mineiro; mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^a não só uma, como duas censuras.</p> <p>A primeira emenda é descabida. S. Ex.^a naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecerem; e precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica.</p> <p>Não advertiu S. Ex.^a que esse desconto é lógico e possível num país onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquettes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do que sentimento ou costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.</p> <p>A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da vizinhança que não compareceram recebem no dia seguinte um pedaço de lombo, uma costela, etc. Ora, isso que se faz no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura, nem emenda, por que é que merecerá emenda e censura na câmara, onde aliás o lombo e as costelas são remetidos só no fim do mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão de ir buscá-los. (...)</p> <p>Não é menos curiosa a segunda emenda do Sr. Penido: a redução do subsídio.</p> <p>Ninguém ignora que a câmara só pode tratar dessa matéria no último ano da legislatura.</p> <p>Daí a rejeição da emenda. O Sr. Penido não nega a inconstitucionalidade desta, mas argumenta de um modo</p>	Arquimedes, "general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: - é preciso ir até ali, não é necessário voltar" (ASSIS, 1998).

		<p>singularíssimo. O aumento de subsídio fez-se inconstitucionalmente; logo, a redução pode ser feita pela mesma forma inconstitucional.</p> <p>Perdoe-me S. Ex.^a; este seu raciocínio não é sério; Lembra o aforismo popular – mordedura de cão cura-se com o pelo do mesmo cão.</p> <p>O ato da câmara aumentando o subsídio foi inconstitucional? Suponhamos que sim. Por isso mesmo que o foi, a Câmara obrigou-se a não repeti-lo, imitando assim de um modo moderno a palavra daquele general romano, que bradava aos soldados ao iniciar uma empresa difícil: - é preciso ir até ali, não é necessário voltar! (idem, p. 44).</p> <p>Percebe-se a importância da consideração do cotidiano, mesmo em meio à toda essa ironia, para a percepção do que Machado está nos mostrando; que é a cisão entre as decisões políticas e as necessidades do país. Vai além aqui por assinalar ironicamente os hábitos alimentares como exemplar de esbanjamento e daí derivar a incompatibilidade de medidas que poupassem os cofres públicos. Aproveita e amplia o problema para a questão da diferença de decisões do âmbito público e privado, na verdade, aponta aqui para a semelhança. Já que tal esbanjamento é permitido em âmbito privado, sem que ninguém censure ou corrija, por que o mesmo não se daria no setor público? (Cordialidade, tratamento de temas públicos como se fossem privados). Usa de parâmetros da cultura clássica e popular para ironizar a situação toda. Comenta que o subsídio não é vencimento propriamente, mas “um modo de suprir as necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada.” (Idem, p. 44-5) Daí volta a apontar ironicamente a dualidade público/privado. Para “justificar” como a emenda que desconta dos que não comparecerem à câmara é descabida, Machado lembra que não é pelo fato de não ir à câmara que o deputado não estará tratando de negócios públicos. Reforça seu argumento valendo-se do exemplo do grego Arquimedes (287-212 a. C.), “que fez uma descoberta estando no banho” (Idem, p. 45). Refere-se o autor ao famoso princípio de Arquimedes e à lenda que diz que tal princípio foi usado por ele para que o rei Hierão II descobrisse se sua coroa era realmente de ouro puro, tarefa da qual Arquimedes havia sido incumbido. A referência clássica também aparece na fala do “general romano” apontada por Machado ao final da crônica. Ao lado disso, a referência ao aforismo popular sobre a mordida e o pelo do cão... Ele se vale dessa oscilação de referências mostrando, que, onde impera o arbítrio, a justificativa para que a irregularidade continuasse pode ser feita, venha de onde vier. Volubilidade.</p>	
01.08.1883	Câmara dos deputados, Reforma do Senado, Aristodes S. César Zama, Programa de 69.	<p>Trata dos projetos emperrados na câmara dos deputados, que ficam em “uma certa sala” nessa câmara que acumulam uma série de “detrictus da vida parlamentar”. Ela é visitada algumas vezes pelos Srs. Scully, Tootal, Kemp, e outros dignos súditos de S.M.B. [sua majestade britânica], para contemplarem os papéis redigidos só para inglês ver” (Idem, p. 46). O lugar está tão cheio que mal dá pra entrar um novo integrante. Machado personaliza os documentos atrasados que recebem a nova hóspede, “a Reforma do Senado. Gordas, ombros largos, grandes bochechas, mal podia transpor a soleira fatal.” (Idem, ibidem) Os anfitriões lhe garantem que ali ela gozará da “paz eterna”, sempre ficam o que são... Ela se comove e diz que “quaisquer que fossem seus destinos, daria graças aos deuses; e, se tinha de viver entre um povo tão numeroso e pacato, tanto melhor”. E com “essa frase habilíssima</p>	Srs. Scully, Tootal, Kemp, Lulu Sênior e Zig-Zag.

		<p>conquistou logo as simpatias gerais” (Idem, ibidem). Percebe-se pelas remissões ao mundo divino, cristão ou pagão, o comentário sobre a onipotência, que remete à crítica ao arbítrio. Ficamos sabendo que a nova hóspede era filha de Aristodes S. César Zama, deputado liberal baiano e frequentemente atacado por Machado. A Reforma do Senado revela um antigo desejo, o de ver seu “eminente avô, o Programa de 69” . Levam para conhecê-lo e no diálogo que têm, o avô conta que “cansado da vida pública, recolhera-se à vida privada; queria morrer obscuro e tranquilo”. Ele que já havia pedido reforma ou revolução , teria alcançado a reforma com meio soldo, “não queria mais nada” (Idem, p. 47). Ao final, recebem a visita dos Srs. Tootal, Scully e Kemp, que, como súditos de S. M. Britânica, foram contemplar a ambos.</p> <p>Na segunda parte da crônica, Machado encena um desafio de Lulu Sênior e Zig-Zag, porém durante o duelo, em vez de atirarem um no outro, atiraram para cima e terminaram por se abraçar e se reconciliaram. (Idem, p. 48) Possível referência já ao caráter conciliatório da política imperial. Somam-se a isso, as referências aos paralelos entre golpes e lutas e política na crônica de 10 de julho.</p> <p>- memória de um país sem memória – não transformação: alegoria (congelamento).</p>	
11.08.1883	<p>Condecoração de Cristo e outra da Rosa, câmara dos deputados, Sr. Andrade Figueira, presidente de Minas, João da Mata Machado, Corpo Policial, Sr. Cunha Prates (um cunhado do presidente).</p>	<p>Dividida em 5 partes, nos interessa a primeira, a terceira e a quarta. Na primeira, comenta o fato (que, segundo nota de Heloísa Helena, foi negado dois dias depois por uma nota anônima enviada ao Gazeta de Notícias (Idem, p. 51) de, em um leilão, uma condecoração de Cristo e outra da Rosa terem sido oferecidas por cinco mil réis cada. A terceira parte faz um breve comentário sobre o discurso, “proferido anteontem, na câmara dos deputados pelo Sr. Andrade Figueira ” (Idem, p. 52). No discurso, ele teria defendido que o passeio público deveria continuar pertencendo ao ministério do império porque servia aos alunos de medicina par os estudos de botânica, Machado ironiza, comentando que longe estava de imaginar que os “cavaleiros e damas que aparecem ali a qualquer hora do dia ou da noite” (Idem, ibidem) se ocupavam do estudo da botânica... Na quarta parte, o início é um anúncio: “Outra notícia parlamentar” (Idem, ibidem). Comenta a acusação sofrida pelo presidente de Minas de ter usado a seu serviço os cavalos do corpo policial. João da Mata Machado (deputado na época e depois ministro no gabinete Sousa Dantas) teria explicado o caso dizendo que as iniciais C. P. marcadas nas ancas dos animais não eram abreviações de Corpo Policial, mas de um cunhado do presidente, o Sr. Cunha Prates. O comentário final de Machado é bem esclarecedor quanto à questão da relação Estado/bens privados:</p> <p>Realmente o caso explica-se; mas convém mudar o nome de um dos proprietários. De outro modo, pode vir a dar-se alguma coisa análoga às vacas de Jacó; e, sendo em geral o Estado mais forte, os cavalos do Sr. Corpo Policial passam ao quartel do Cunha Prates da província; quero dizer... não... é o contrário... (Idem, ibidem)</p>	Srs. Cruz e Reis.
15.08.1883	<p>Generais da armada, Sr. Silveira da Mota, Sr. De Lamare, Barão da Passagem, Sr. Lomba</p>	<p>Desejo dos generais da armada, conforme desuberta de João Florentino Meira de Vasconcelos (ministro da Marinha no Gabinete Paranaguá, de 1882-3 e que em 1885 foi ministro do Império no segundo gabinete Saraiva), de receberem "denominação nova". Diz então que o próprio Meira de Vasconcelos anunciará as novas nomenclaturas. Depois de descrever como se dará esse anúncio (em que, por exemplo, o almirante passará a ser chamado de</p>	Sumidades inglesas, lord chief justice, rainha (da Inglaterra) Irving (ator), Sganarelle, Gladstone,

	(provável brincadeira com os nomes), Sr. Meira de Vasconcelos, câmara municipal, Sr. Lafayette, brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto.	<p>"almirante da armada"), alerta para o fato de que o número de categorias de almirante terá dobrado e que, tendo aberto precedente, a "moléstia" poderia "atacar outros oficiais" até chegarmos aos extremos da criação dos postos de "uma boa meia dúzia de almirantes" ao "aspirante a almirante" (Idem, p. 55);</p> <p>Machado volta (a exemplo da crônica de 22 de julho) a nos mostrar a cisão, a não compatibilidade das decisões tomadas com o cotidiano brasileiro ao dizer que o mesmo procedimento (troca de nomes) é adotado pela Câmara Municipal para alguma rua da cidade "padece de falta de iluminação ou sobra de atoleiros" (Idem, Ibidem).</p> <p>No trecho final dessa crônica, comenta o banquete dado pelas "sumidades inglesas" (Idem, ibidem) a um ator e que em um discurso, brindando a rainha, a majestade foi comparada metaforicamente a uma atriz e o governo com um tablado. Acha o episódio deplorável e pede que não imitemos os ingleses.</p>	bispo de Nova York, Booth, Molière, câmara dos comuns, sr. Pedrosa, Moisés, Cristo, Spencer, Comte e seu livro o catecismo, judaísmo, cristianismo, positivismo, parlamentos.
30.08.1883	Sessão legislativa, sistema representatvo, sr. Almeida Tostes (eleitor)	<p>Diz que há dias pensa em "meter sua colher queimada" na questão Ite; missa est, mas não pode consultar o Larousse, pois o havia emprestado desde o começo da sessão legislativa. Trata, inicialmente, de uma questão de missas pagas.</p> <p>No segundo trecho, aborda diretamente o assunto do sistema representativo brasileiro. Critica as experiências que não haviam dado certo e que se repetem. Aplica ao sistema eleitoral, o seguinte refrão retirado de uma canção popular francesa ("Il était un petit navire"): Si cette histoire vous embetê, nous allons la recommencer (se isso incomoda a história de vocês, nos vamos recomeçar).</p> <p>"Em matéria eleitoral temos vivido a repetir este estribilho. No regime da eleição indireta, tivemos a eleição de província, a eleição do círculo de um, a eleição do círculo de três depois, e, continuando os inconvenientes, veio a eleição das maiorias. Esta última, espécie de luz elétrica, mas estava em ensaios no interior, já aplicávamos às nossas cidades todas. E nada; - nem um, nem três, nem província, nem minoria, nada estabelecia uma boa eleição. Veio então a eleição direta, com o círculo de um. Começou há pouco; mas já ontem foi apresentado um projeto para voltar ao círculo de três. Daqui há anos, a experiência volta para a província. Depois círculo de um outra vez, e de três. Há de haver mesmo alguém que se lembre dos círculos de cinco, ou cinco e três quartos. Tudo, pois, diz com esse bom sistema representativo, pelo mesmo método do médico que, para remover uma encefalite, mandasse o enfermo ao cabeleireiro. Mas, enfim, venha o círculo de três: Si cette histoire vous embête, Nous allons la recommencer".(Idem, p. 59)</p> <p>Desse ponto passa que o "Sr. Almeida Tostes, eleitor do município de Aiuruoca, Minas" que vai usar "igual sistema". Daí interpreta-se que vai ou continuar repetindo o que já acontece (como está posto na citação francesa) ou vai continuar buscando alternativas que nada resolvem, olhando apenas para o entorno, o lado externo, deixando o essencial intacto (como ir ao cabeleireiro para remover uma encefalite). Em ambos os casos, o resultado prático é o mesmo, ou seja, nenhum. O que o Almeida vai fazer vai ser passar a ser conservador, mesmo que sempre tenha sido liberal, sem explicar o motivo. "Talvez para o ano mude o nome"... Ele está "imitando assim a natureza, que é uma perpétua mudança", diz Machado e encerra a crônica citando os seguintes versos: "Tudo muda; só Marília/</p>	Larousse, padre Verdeixa, Castro Lopes, festa da Glória, canção popular francesa, versos de Marília de Dirceu

		Desta lei da natureza/ Quería ter isenção?” (Idem, ibidem). Note-se que esses versos se opõem ao refrão da cantiga francesa citada por ele anteriormente. Aqui, no entanto, o autor faz com que convirjam para mostrar que não há saída se alternativas forem essas e que até a mudança é repetição e permanência.	
02.09.1883	Debates na câmara dos senadores e dos deputados, Sr. Corrêa, Sr. Junqueira, Sr. Lafaiete	<p>Comenta as finanças brasileiras. Em especial, o último empréstimo externo realizado pelo Brasil. Ele foi contraído diretamente pelo governo, sem intermediário. Quando há intermediário, ele recebe 2% por cento do valor negociado, a “lambujem”, como diz. Afirmo que o “Sr. Corrêa, e depois o Sr. Junqueira (...) perguntaram ao governo, se este, isto é, o tesouro, tinha ficado com a dita lambujem, uma vez que não houve intermediário, senão ele mesmo” (idem, ibidem) – o empréstimo havia sido feito pelo ministro da fazenda. A resposta dada foi a de que o contratador fica com 2% do empréstimo e costuma dividi-lo com o intermediário, como o intermediário é o próprio governo, o contratador não tem com quem dividi-lo, ficando com tudo. Essa lambujem é uma “liberalidade dos contratadores” que existe em Londres, e o governo não tem o direito de reclamá-la. Lélío afirma que essa “teoria inglesa, ou, mais especificamente londrina” o “desagradou profundamente” (Idem, ibidem). A partir daí, o narrador-cronista começa a fazer paralelos entre esse caso e um empréstimo pessoal, para terminar personificando “o tesouro”, na forma de, como quem não quer nada, tentar ficar com essa parte do empréstimo. Diz ele que tinha a intenção de pedir a Lulu Sênior cinco mil réis e ganhar ainda uns 5 ou 6 tostões de lambujem, no entanto, o Exemplo do Srs. Rotschids, quebrou-lhe “as pernas” (Idem, p. 61). E com uma nova pergunta, dá continuidade à crônica:</p> <p>Na verdade, qual é a condição para obter a liberalidade (ou lambujem) dos Srs. Rotschids? Quanto a mim, todo o mal foi do tesouro. O tesouro, em vez de chegar à casa dos Srs. Rotschids, propor o negócio, concluí-lo, esperar que eles lhes mandassem a preta dos pastéis, e, cansado de esperar, ir pedi-la; o tesouro, digo, devia ter feito o contrário. Devia ir daqui a Londres; uma vez chegado, a começar a passear pelas ruas, com as mãos nas algibeiras, como quem não quer a coisa. Os Srs. Rotschids, mal o vissem, corriam a apertar-lhe a mão:</p> <p>– V. Ex. por aqui! Que quer? Que manda? Disponha de nós... Sabe que somos e seremos seus maiores amigos. Vamos, entremos. Que quer? dois milhões? cinco milhões? dez milhões? (Idem, ibidem).</p> <p>O tesouro não pediria nada emprestado, pelo contrário, diria que está “abarrotado”; pois o Paraguai lhe havia pago tudo que lhe devia e com juros, justamente por estar bem financeiramente que resolveu fazer essa viagem à Europa. Mesmo assim, eles insistiriam em fazer um negócio. O tesouro aproveitaria e poria “o pé no pescoço dos Rotschids” e imporá condições... como a lambujem, que os ingleses, para não perder a “ocasião e o freguês” (Idem, ibidem) aceitariam.</p>	Leroy Beaulieu, Revista dos Dois Mundos, retrospectos comerciais do Apóstolo, Srs. Rotschids, Londres, Paraguai.
12.09.1883	“Um deputado amigo meu”, senado, presidente do conselho.	<p>Dividida e duas partes, a crônica comenta alguns episódios referentes ao Clube Terpísocre sobre o qual fala o seguinte: “Mas então em que é que o clube quer que eu pense senão nos seus conflitos?” (Assis, 1998, p. 63)</p> <p>A resposta, relativamente cifrada, vem na sequência, no que poderíamos chamar de segunda parte da crônica (há</p>	Rua do Ouvidor, Joaquim de Freitas (condutor de bonde da linha de S.

		<p>uma separação gráfica entre elas). Ao contrário do caso anterior, que é tratado ironicamente com mais ênfase do que mereceria, o tema abordado nessa parte é um tema tratado sem a ênfase ou ao menos a sistematicidade que mereceria. Começa assim: “Anteontem, no senado, trocaram-se algumas palavras, incidentalmente, sobre qual das formas de governo é mais barata ou mais cara, se a monarquia, se a república” (Idem, ibidem). O advérbio “incidentalmente” aí dá um tom bem irônico ao assunto, já que a preocupação sobre forma de governar deve ser basililar para o país, visto que determina muitos procedimentos nas mais diversas áreas de atuação social, de toda população. O narrador-cronista cria um tom mais elevado e anuncia que “um assunto destes exige o voto de todos os cidadãos. Considero-me obrigado a vir dizer perante o meu país e o meu século que a mais barata de todas as formas de governo seria a que Proudhon preconizava, a saber, a anarquia” (idem, p.63-64). Daí fazer um paralelo humorístico dizendo que um galo ou um peru que estão no quintal podem gerar certos gastos, mas um cisne, que não se possui, não tem custo nenhum. Consideremos nós, que o cisne tem uma conotação mais elevada que o peru e o galo, o que pode indicar um questionamento óbvio sobre a própria pergunta feita, já que não incide sobre a melhor forma de governo, mas pela mais barata. Argumenta Lélío que seria “difícil ou impossível a decretação de um tal governo” (Idem, p. 64), então se deveria escolher entre os outros. E dá uma solução. Eis o final da crônica:</p> <p>Os governos são como as rosas: brotam do pé. Os jardineiros podem crer que eles é que fazem brotar as rosas, mas a realidade é que elas desabotoam de dentro do arbusto, por usa série de causas e leis anteriores aos jardineiros e aos regadores. (...) Aproveito a circunstância auspiciosa de não ser presidente do conselho para citar dois versos de Molière, que me parecem dar a solução verdadeira do caso, e é cá a do povo – miúdo:</p> <p>Le véritable Amphytrion C’est l’Amphytrion ou l’on dîne. (idem, ibidem)</p>	<p>Cristóvão), Tico-Tico (um artista nacional), Clube Terpíscore, Sociedade Musical Prazer da Glória, emancipação, caso das Laranjeiras, monarquia, República, Proudhon, anarquia, autocracia, democracia, aristocracia, teocracia, Mlle. Natté, versos da comédia O Anfitrião (Molière).</p>
<p>16.10.1883 e 23.10.1883</p>	<p>Costa Braga, Otaviano Hudson, senado, Lima Duarte, Cesário Alvim, Evaristo da Veiga, Inácio Martins, Figueiredo de Magalhães, Mgalhães Castro (até aqui, primeira crônica).</p>	<p>Ambas as crônicas tratam da vinda dos trabalhadores rurais chineses. A primeira simula o envio de uma carta recebida “de um nosso hóspede ilustre” (Idem, p. 68). Nessa carta, o idioma é uma mescla do português com expressões que simulam o mandarim. Nas expressões em português podemos encontrar alguma chave de leitura, como em “inglês ver” (idem, p.69). Também a marca da incomunicabilidade está posta através dessa mescla, ou seja, não há possibilidade de acerto nessa forma de trazer o estrangeiro para o Brasil.</p> <p>Na segunda crônica temos também a simulação de incorporação de um outro texto, de um outro gênero. No caso, um ofício enviado do vice-rei da Índia ao conde Granville. Ironicamente, o indiano afirma que, a despeito de alguma reserva que se possa ter em relação aos chins (como eram chamados), há uma outra espécie, não aquela comum, que é superior, trata-se do chim-panzé. Também se percebe, pela referência aos ingleses (Granville e Gladstone), que há a insinuação de que eles é que decidiriam pela vinda ou não dos “chins” para o Brasil.</p> <p>Formalmente, podemos ver que a simulação de incorporação de um outro gênero textual na crônica (carta e ofício, respectivamente) serve para encenar esse deslocamento entre elementos de naturezas diferentes.</p>	<p>Versos de Alfred Musset, Balas de Estalo, Ouvidor, Laranjeiras, Petrópolis, China, "inglese poeta", Shakespeare, língua Brasil, editorial Wagner, Hermann, Companhia telefônica", Caminha, Clube Beethoven (até aqui, primeira crônica). Gazeta de Londres, vice-rei da Índia, conde Granville, Calcutá, Ásia, China, Japão, sir John Sterling, Europa, Sr.</p>

			Gladstone.
07.11.1883		Nessa crônica, Machado cria uma espécie de alegoria da monarquia. Relata a criação da “irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é irmandade só no nome; na realidade, é um reino; e tudo indica que é o reino dos céus” (Idem, p. 73). Parte para a descrição da organização e da relação entre os integrantes (e aqui cita inúmeros personagens, provavelmente fictícios, e seus respectivos cargos) em que a empolgação do gesto recebe tratamento irônico. No meio disso, o narador-cronista depreende como seriam alguns procedimentos “pelo pouco que” conhece “da natureza humana” (idem, p. 73-4).	
16.12.1883	Teixeira de Freitas (jurista), Sr. José Zózimo	<p>Trata de forma irônica as formas de governo existentes, através de comentários do que teria sido escrito por Valentim Magalhães (que também escrevia “balas”, sob o pseudônimo de José Egito) na sua série, dentro da própria Gazeta, chamada Notas à Margem. Depois de comentar a ausência de pessoas no enterro do jurista Teixeira de Freitas (que morreu sem terminar o projeto de código civil do qual foi incumbido pelo governo imperial), Valentim teria escrito – falando dos vivos – que esses seriam medalhões e muito numerosos (cabe lembrar que o conto “Teoria do medalhão” de Machado havia sido publicado no mesmo A Gazeta em 18.12.1881). E Lélío responde de forma bastante irônica:</p> <p>pergunto eu ao meu amigo: — Também eles não são filhos de Deus? Então, porque um homem é medíocre, não pode ter ambições e deve ser condenado a passar os seus dias na obscuridade?</p> <p>Quer me parecer que a idéia do meu amigo é da mesma família da de Platão, Renan e Schopenhauer, uma forma aristocrática de governo, composto de homens superiores, espíritos cultos e elevados, e nós que fôssemos cavar a terra. Não! Mil vezes não! A democracia não gastou o seu sangue na destruição de outras aristocracias, para acabar nas mãos de uma oligarquia ferrenha, mais insuportável que todas, porque os fidalgos de nascimento não sabiam fazer epigramas, e nós os medíocres e medalhões padeceríamos nas mãos dos Freitas e Alencares, para não falar dos vivos.</p> <p>E, depois, onde é que o meu Valentim compra as suas balanças? Ignora ele que a felicidade humana e social depende da repartição equitativa dos ônus e das vantagens? Perante qual princípio é aceitável essa teoria, de dar tudo a uns e nada aos outros? Lástima que Teixeira de Freitas não tivesse uma cadeira de legislador. Mas, com todos os diabos! não se pode ao mesmo tempo votar as leis e consolidá-las. Que um as consolide, e tanto melhor, se a obra sair perfeita; mas que outros as façam; (Assis, 1998, p. 81)</p> <p>É a segunda falsa polêmica com integrantes das Balas (ver a de 10 de julho de 1883).</p>	Valentim Magalhães, Notas à Margem, Laveleye, Jornal dos Alfaiates (fictício provavelmente), Alencar, Platão, Renan, Schopenhau
08.01.1884	Ministério Sinimbu	Lélío diz que muitas pessoas lhe tem dito que "o interior do antigo Mercado da é Glória é um mundo de gente" (Assis, 1998, p. 85). Mesmo tendo uma população grande, segundo algum jornal que leu são 1.080 moradores, não há informações precisas sobre esse lugar. Ele decide, então, fazer uma pesquisa e vai até lá. Descobre que o povo	Mercado da Glória, Gazeta de Notícias

		<p>dali, "pacífico e laborioso" havia decidido ter seu próprio governo, já que entendia que "não podia continuar dependendo das autoridades exteriores" (Idem, p.85). Para realizar suas pesquisas no interior do antigo Mercado da Glória, teve que pedir licença ao governo. Motivo pelo qual Lélío foi recebido por elas "Trindades". que eram o governo. Eles pediram informações do mundo de fora. Queriam saber sobre "como ia o ministério Sinimbu com a oposição" (Idem, p. 85). Esse ministério já tinha caído e passado mais quatro depois dele...</p> <p>Quando entram na casa do governo, Lélío inaugura o livro dos visitantes. Visita a sala das deliberações, a sala de recreio, a biblioteca. Aqui os representantes do governo leem em voz alta a constituição, sobre a qual dão longas explicações, as quais Lélío diz que não irá reproduzir agora "por fazerem parte de um livro inédito, em que estudo e comparo todas as instituições políticas do século." (Idem, p. 86) No Tesouro, surpreende-se com o fato de não haverem dívidas e os impostos serem pagos em dia, às vezes até adiantado. Além disso, os contribuintes vão ao tesouro com o dinheiro no bolso pagar os impostos, não há necessidade de cobradores. O mais velho dos representantes do governo explica como conseguem isso tudo. Todos os que pagam em dia podem acrescentar um "apelido honorífico ao próprio nome, e os que pagam adiantado acrescenta-lo-ão no superlativo." (Idem, p. 86) Planejam ainda estabelecer as vantagens honoríficas para os credores que não quiserem receber. Depois do tesouro vão para a casa da justiça, também chamada de a casa do sono, porque não há o que fazer, não há delitos, e os juízes dormem para passar o tempo. Depois de ter vistado os estabelecimentos públicos, Lélío vai aos estabelecimentos particulares.</p>	
10.01.1884	<p>Drummond, Independência, denúncias contra maçons em 1817, coronel Gordilho (visconde de Jacarepaguá e senador pelo Império), D. João VI, Marquês de Angeja, Conde de Parati, questão episcopomaçônica, D. Pedro e José Bonifácio.</p>	<p>Ironiza a Independência brasileira e alguns atos de D. João VI, em especial como procedeu no caso dos maçons que se denunciaram. Do Marquês de Angeja aceitou dinheiro para o Estado; para o Conde de Parati (muito amigo de D. João VI...), a "pena" foi usar o hábito da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência. Percebe-se a referência à falta de memória histórica e ao que poderíamos chamar de cordialidade, no sentido dado por Sérgio Buarque de Holanda.</p>	<p>Gazeta de Notícias, maçons, Luís Prates, Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, absolutismo.</p>
13.03.1884	<p>Câmara dos deputados</p>	<p>"Anda tudo trocado" (Assis, 1998, p. 93). A propósito da publicação em livro da série "Cousas Políticas", de Ferreira de Araújo, comenta a inversão dos homens de letras estarem falando em política. Ironiza os políticos atuais por não terem conhecimento da área de letras. Assim como a relação homem de letras-políticos está invertida, a política em si também o está. Relembra a citação de Molière na câmara.</p>	<p>Lulu Sênior (pseudônimo de Ferreira de Araújo, também citado com seu nome verdadeiro), Gazeta de Notícias, Coisas Políticas, Pátria, Molière,</p>

			Cícero, Alexandre, Homero, Quinto Cúrsio, Gladstone, Disraeli, Guarda Nacional, Jornal do Comércio.
15.05.1884	Um membro do parlamento (provavelmente uma invenção do autor), um deputado da legislatura de 1864 (chamado Romualdo, novamente uma provável invenção), imperador, pasta dos negócios estrangeiros.	Em meio a alguns exemplos de alucinações, cita a de um deputado da legislatura de 1864 que todas as manhãs imaginava o imperador oferecendo-lhe a pasta dos negócios estrangeiros. A sugestão contra esses devaneios e estrangeirices é uma dieta de alimentos locais. Percebe-se, portanto, a presença do tema das ideias fora do lugar.	Febres de 1854, Décio, Gazeta, Lulu Sênior, igreja de S. Francisco, pacote Amazone, Ordem Terceira, Maudsley.
15.07.1884	Privilégio do governo.	Num país de ideias repetidas e inócuas, é melhor não ter como deixá-las registradas. Memória. A escassez de ideias é compensada pelo excesso de palavras. As ideias proferidas nas câmaras têm esse mesmo teor.	Veja, Voltaire, Rousseau, Shakespeare, João de Barros, jornalista C.B. Moura.
20.07.1884	Lafaiete, Moreira de Barros, Rodrigues, Prisco, Figueira, Soares Brandão, Anísio, Dantas, imperador, elemento servil, Paulino.	Conselheiro Lafaiete antecipa a Lélío algumas informações do livro que estava escrevendo: História do que não aconteceu. No livro faz algumas previsões sobre o ano seguinte (1885). Fala-se em "fraternização dos partidos" (Assis, 1998, p. 103), percebe-se, com isso, a indistinção entre liberais e conservadores. Há também a questão da futilidade dos objetos votados, como quando Lafaiete se diz em dúvida se, nesse futuro próximo, irá fazer votar uma coroa de louros para ele ou não... Pelo tom da narração, percebe-se também que há uma crítica à repetição e à previsibilidade das posturas políticas, dando a ideia de uma não-transformação, de congelamento.	Tácito, Horácio, César, Montaigne, Pedro, Molière.
25.07.1884	Gabinete da presidência da câmara dos deputados, resposta à fala do trono, voto de graças, elemento servil, Dantas.	Lélío simula uma troca de cartas com a presidência da câmara dos deputados. A maior parte da crônica é composta pela suposta resposta recebida por Lélío. Nela percebemos a indistinção de posturas entre opostos, a questão das ideias fora do lugar, o comentário sobre o discurso político em sua especificidade de estilo e o tratamento apenas de temas acessórios. Também a questão da cordialidade pela pessoalização das relações: "Se nas relações pessoais a pergunta: - Como passou? exige logo a resposta: - Bem, obrigado, não acontece a mesma coisa nas relações políticas. Nestaspode haver necessidade de replicar: - E que lhe importa a Vossa Majestade?, resposta a que a coroa treplica dizendo: - Não se zangue; vou mudar o ministério. E basta esta feição	Câmara dos comuns, Darwin.

		possível do diálogo para ver que não se trata aqui de saber se a câmara passou bem ou mal, mas se simpatizou ou não com a família política do Imperador." (Assis, 1998, p. 105)	
30.07.1884	Crise ministerial, imperador (Sua Majestade), Dantas, presidente do conselho	Lélio, já que não foi chamado pelo imperador para debater a crise ministerial, foi ao teatro. Passa a fazer um paralelo humorístico entre o teatro e o ministério em que a falta de clareza deste é cotejado com a inovação trazida àquele: luz elétrica no diadema da atriz principal.	Jornais da Bahia, citação da fábula Le lièvre et les grenouilles (La Fontaine), Dama das Camélias (e citação dessa), atriz Candiani, História de uma moça rica, Norma, atriz Emília Adelaide, Dumas, teatro de São João, Campelo e Campelo Júnior, Sr. Latham, Hamlet.
04.08.1884	Eleição nova, deputado, assembleia provincial do Rio de Janeiro ("salinha"), Magalhães Castro, Monteiro da Luz (deputado conservador), Herédia (deputado liberal), lei do sexagenário, deputado geral Felício dos Santos e seu projeto: a extinção do poder moderador; "circular de um distinto deputado, candidato a um lugar de senador", questão servil, Sr. Peixoto, a câmara anterior, reforma eleitoral constitucional e extraconstitucional,	Lélio simula sua candidatura a deputado por insistência de alguns amigos. O foco está no comentário sobre a indistinção entre liberal e conservador como forma de evidenciar a vulubilidade. Hipoteticamente diz que poderia falar como um "candidato inglês de 1869" (Assis,1998, p. 110) assumindo que queria a liberdade, sendo por isso liberal; mas que, ao mesmo tempo, acreditava que era necessário conservar a constituição, sendo por isso um conservador. Lembra um episódio de 1869 em uma assembleia provincial do Rio de Janeiro, chamada vulgarmente de "salinha". Durante o discurso do deputado Castro Magalhães, dois deputados o conservador Monteiro da Luz e o liberal Herédia ouviam e concordavam em tudo. E quando o orador Magalhães Castro pergunta quem tem os desejos referidos por ele em seu discurso, Monteiro Luz diz que são os conservadores, e Herédia que são liberais. Lelio conclui: "Portanto, basta que eu exponha as teorias para que ambos os partidos votem em mim, uma vez que evite dizer se sou conservador ou liberal. O nome é o que divide." (Idem, p. 111). Continua e aborda a "questão do momento", que era a lei do sexagenário como ou sem indenização e o projeto de Felício dos Santos, que não era "nenhum nem outro" (Idem, ibidem). Lélio acaba concluindo que o melhor seria candidatar-se sem programa. Percebe-se também nessa crônica o tratamento do tema das ideias fora do lugar pelo sutil comentário de que não ficaria bem copiar o candidato inglês, acrescentado da observação de que o que na Inglaterra seria um paradoxo aqui seria um truísmo. Também a cordialidade é abordada sutilmente pela referência ao diminutivo "salinha" como apelido da assembleia provincial do Rio de Janeiro.	Um candidato inglês de 1869, Os Lusíada.

	ministros, 1840.		
19.08.1884	Liberais do Rio, eleição senatorial, Paulino, Otaviano, conservadores, Belisário Ferreira Viana, Alfredo Chaves, Duque Estrada Teixeira, eleitorado de 1880, imperador, duque de Saxe.	Derrota que os liberais do Rio de Janeiro sofreram na última eleição senatorial. Lélio atribui o fracasso à falta de pensamento coletivo e à imprudência, ao que compara-os aos gauleses. Traçando paralelos, diz que o César dos Liberais foi Paulino (José Soares de Sousa). Lembra a vitória dos liberais quando Otaviano estava à frente e ao final faz uma brincadeira sobre de velhice, dizendo que Lulu Sênior é mais velho que ele.	Povo gaulês, César, Aníbal, Cristo, Lulu Sênior, Berlim.
27.08.1884	Emenda do gás, câmara dos deputados (havia sido dissolvida), senado, Andrade Figueira, Lourenço de Albuquerque, Martim Francisco, Zama, presidentes dos conselhos, Zacarias, Martinho de Campos.	Lélio simula ter visto uma alma de outro mundo que seria a câmara dos deputados (prestes a ser dissolvida) aparecendo e dizendo que ele era o senado e propondo uma fusão. Forte presença da cordialidade pela personificação dos órgãos administrativos. Ao final o tom entre alucinação e realidade lembra o processo empregado no conto "A chinela turca" e o capítulo "O delírio", do Memórias póstumas de Brás Cubas.	Deus, Padre, Filho, Espírito Santo, Eurico, Zolá e "outros modernos", Gladstone, Palmeraton, Thiers.
05.09.1884	Voto, Saraiva, Lafaiete, Dantas e Paranaguá.	Também que se destacar a presença de um irônico comentário metaliterário que diz o seguinte: "Em geral, estamos habituados a ver a nota lírica aplicada aos sentimentais de ordem doméstica e individual, não política. É um erro; (...)" (ASSIS, 1998, p. 130).	(Paródia à Canção do Exílio), Deus.
09.09.1884	O Imperador e a República	A eminência do sistema republicano. Ironiza o nome do leiloeiro de um evento ocorrido na Imperial Quinta da Boa Vista, ele chamava-se Augusto República. O nome é Irônico já que faz, a um só tempo, referência a um imperador e á República.	Imperial Quinta da Boa Vista, S. Benedito, irmandade, missa cantada, Te-Deu, Augusto (imperador romano) e "maquiavélico".
14.09.1884	Paulino José Soares de Sousa e o ministério do	Eleições na câmara. Lélio dá uma sugestão aos liberais para não perderem: votarem todos no mesmo candidato. A maior ameaça pelo lado conservador era Paulino José Soares de Sousa. O método para decidir qual candidato liberal	Hermann (teatro)

	império.	deveria ser o escolhido para receber os votos é singular: "A minha ideia (parece caçoada, mas juro que é sério), a minha ideia é o chapéu. Metem-se os nomes todos dentro de um chapéu, escritos em papelinhos enrolados, chama-se uma menina (a minha neta, por exemplo), a menina tira um, e esse é o escolhido para reunir todos os votos liberais. Desde modo, nem se dispersam votos, nem se desrespeita a igualdade política das pessoas." (Assis, 1998, p. 137) Note-se a referência ao chapéu, usado em outras oportunidades metafricamente. No início da crônica, comentando a diferença entre as formas de atingir os eleitores em países com grande número de votantes e o Brasil, percebe-se a referência à "cordialidade" (Sérgio Buarque de Holanda) em função da dinâmica eleitoral: "Como fazer a mesma coisa entre nós, que somos duas dúzias de eleitores conhecidos uns dos outros? Somos literalmente uma família. Não há discurso, há recado; pede-se o voto ao ouvido, na esquina, ao voltarete, no bonde, à porta de uma loja" (idem, p. 136).	
18.09.1884	Dr. Cunha Sales	A promessa de Cunha Sales de que, se eleito deputado, apicará seu subsídio no fundo de emancipação. Lélio ironiza ao solicitar ao eleitor que vote em Cunha Sales, mas como a exceção de que se a moda seguisse não deveria votar nos candidatos que resolvessem imitar o ato, sob pena de que qualquer um que tivesse dinheiro suficiente para prescindir de um soldo, elege-se. O narrador-cronista refere-se, nesse sentido, a seu antigo sapateiro, que enriqueceu, deixando sua profissão, já que não precisava mais; e poderia, então, também candidatar-se.	Talleyrand, Cavour, Pitt e Francisco Eugênio.
22.09.1884	Barão de Cotegipe e Pimenta de Laet.	A situação do Asilo de Mendicidade. A política aqui não é o tema central, Lélio apenas toma como ponto de partida comentários de Cotegipe e Laet sobre as condições do Asilo e segue, ironicamente, comentando o estado da instituição, que é deplorável e na frente da qual afirma já haver residido, o que conferiria mais veracidade a seu testemunho. Ao final sugere uma ligação com os comerciantes e os comentários sobre finanças das "folhas públicas" (Assis, 1998, p. 142)	Asilo de Mendicidade e Sr. Wenceslau Guimarães.
26.09.1884	Dr. Cunha Sales	Comentários sobre a promessa de Cunha Sales e sobre as polcas. Toca em vários assuntos, partindo da referência à promessa de Cunha Sales. Fala das polcas e de como elas poderiam fazer mais sucesso do que os artigos de jornal em uma campanha eleitoral, já que nem todos eleitores leem, mas todos dançam.	
01.10.1884	Cotegipe, João Alfredo, Costa Pereira, Coelho Rodrigues, Teodoro Machado, Amaral, Rio Branco.	A lei de 28 de setembro de 1871 (do ventre livre). Lélio ironiza, através da simulação de conversa entre duas pessoas que pareciam "de primeira plana", num bonde. Falavam sobre discursos políticos proferidos por Cotegipe, João Alfredo, Costa Pereira, Coelho Rodrigues, Teodoro Machado. O consenso entre esses políticos, o "pensamento cardeal" era de que o "penhor da paz pública" era o cumprimento fiel da Lei do Ventre Livre (de exatos 13 anos e 3 dias antes da publicação dessa crônica, sendo,	

		<p>inclusive essa crônica a primeira de Lélío após o "aniversário" da lei, 28 de setembro). Em seguida, um dos interlocutores (identificado por "K.", o outro era o "P") pergunta se seu amigo havia colaborado com a referida lei, obtendo resposta positiva, "P" havia votado "com Rio Branco" e "sem restrição". Depois disso comenta que está pensando na Babilônia, e que seu amigo perdia muito por ser pouco lido nos assuntos babilônicos. Conta, então, a anedota de uma "soberba estátua de cedro" que havia sido levada à Babilônia por "trezentos gênios celestes". No início, ninguém poderia tocar na estátua, mais tarde, porém, um dos trezentos gênios que a havia trazido até aquela terra apareceu em sonho e ofereceu a um dos mais ilustres guerreiros de todo o país a imortalidade, visto que estava envelhecendo. Para isso deveria tocar no umbigo da antes intocada estátua. Com um pouco de receio inicialmente, dado a ineducabilidade do gesto, o guerreiro acabou por tocar o umbigo da estátua em meio a um culto. "K" não informa se o guerreiro ficou imortal ou não (mesmo tendo sido interrogado sobre isso por "P"). Seu foco é outro. Afirma que, a despeito da consternação geral diante da audácia do guerreiro, tocar na estátua (no umbigo, depois nos pés) passou a ser um gesto tão banal com o passar do tempo ou das "luas", como diz, acabou não surtindo mais efeito algum, tampouco causando qualquer sobressalto, passou de costume a exercício e brincadeira. Percebe-se, relacionando o assunto da lei com a história em tom de parábola contada por "K", que Lélío quer evidenciar o desgaste da Lei do Ventre Livre que, assim como a sacralidade da estátua, vai perdendo a eficácia e a razão de ser, pela banalização e falta de seriedade (Assis, 1998, p. 146-7).</p> <p>Comenta o desgaste e falta de cumprimento da Lei do Ventre livre através do paralelo com a parábola de uma estátua considerada sagrada que de tão banal que tornou-se o culto a ela, praticamente deixou de ser sagrada.</p>	
05.10.1884	Sinimbu, Saraiva, Cotegipe, Paulino, 1869, Dantas, ministro da justiça e do Brasil, Lafayette, Luís Felipe. Guarda Nacional.	<p>Compra de votos.</p> <p>Ironiza a recomendação de fim da distribuição de patentes da guarda nacional até as eleições. Ironiza tal proposta e diz ter passado de crente (quando se falava em Reforma eleitoral, por exemplo) a cético ao se falar dela. Comenta estilo, forma e linguagem com que o discurso no qual os "epigramas" do ministro da justiça e do Brasil propunham tal mudança.</p>	Loteria
10.10.1884	Fiscal de Santo Antônio; Lei dos cachorros; Sr. Ramos Nogueira; Aleixo dos Santos	<p>Vendidas como boas, num total de 14 mil, apenas 600 foram recuperadas. Funcionário municipal que havia mandado executar o § 14, título 3, seção 2a das posturas de 1838, que determinava que os cães que andassem soltos pelas ruas deveriam ser mortos. Ele ironiza que uma determinação com quase cinquenta anos jamais havia sido efetivamente posta em prática. Ironiza a circular do Sr. Ramos Nogueira, "que se propõe a deputado" (Assis, 1998, p. 152). Na circular ele usa seu espiritismo para declarar que a câmara porá ordem no seio da pátria. /cepois comenta outros dois casos de profetas (o Sr. Ramos Noqueira era de Pindamonhangaba, outro era de Bertioga e ainda havia um em Portugal, o Sr. Visconde de Visguela) e encerra dizendo que acaba ficando mais tristes ao se por à janela e ver cafés avariados, cães mortos, valsas sentimentais e polcas alegres.</p>	Valsa intitulada A minha vida é bem triste oh! Virgem mãe celeste!; Junta de Higiene; Espiritismo; Constantinopla; Visconde de Visguela; mais je n'en suis pas sûr (frase de Paul-Louis Courier em —Lettre à Messieurs de l'Académie des Incriptions et Belles-

			Lettres)
19.10.1884	Sr. Cunha Sales, candidato liberal, Câmara Municipal	Ironicamente, Lélío diz ser ele quem fornece o dinheiro para pagar as "sete pessoas que compõem os meetings eleitorais" de Cunha Sales. Comenta também o fato de haver uma agência intermediária no matadouro que tinha a "preferência da matança do gado". (Assis, 1998, p. 157)	Largo de S. Francisco de Paula
29.10.1884	Lafaiete, (Alfredo Maria Adriano d' Escragnolle) Taunay	Discurso de Taunay lembra o de Lafaiete. Irônica repreensão a Taunay por ter lamentado a perda de responsórios do padre José Maurício e ainda ter citado Haydn e Mozart em época de campanha para deputado. Lélío lembra Lafaiete que havia citado Molière na câmara (comentará de passagem novamente o episódio na crônica do dia 25.11.1884). Passagem explícita sobre as ideias fora do lugar: "Não ignoro que tudo isto de Taunay e Lafaiete, afinal de contas, são francesias de nomes e de cabeças. Ouviram dizer que em França alguns deputados lêem os clássicos, e imaginaram transportar o uso para aqui. Não advertiram que nem todas as coisas de um país podem aclimar-se em outro. Não concluamos da pomada Lubin para o Misanthropo. São coisas diferentes. Paul-Louis-Courrier, tão conhecido dos nossos homens, compondo na cadeia um opúsculo político, interrompia o trabalho para escrever à mulher que lhe mandasse uma certa frase de Beaumarchais. Segue-se daí que devemos todos ler Beaumarchais? Pelo amor de Deus!" (ASSIS, 1998, p. 160).	Molière, Misântropo, Larousse, padre José Maurício, Haydn, Mozart, Paul Louis Courier, Beaumarchais, pomada Lubin.
03.11.1884	Dr. (Antônio de) Castro Lopes (professor e filólogo que agora candidata-se)	Comenta a candidatura do Dr. Castro Lopes e a sua proposta de melhorar as finanças. Lélío diz que a circular do candidato recordou-o um drama que havia escrito há 23 anos (Triptolemo XVII ou o Talismã). Faz uma síntese do drama em que duas saídas para enfrentar as dificuldades econômicas são apresentadas: uma mágica, em que a salvação viria da fada Argentina (essa foi a adotada na peça); outra que consistia na aplicação da regra de Franklin: "Se te disserem que podes enriquecer por outro modo, que não seja o trabalho e a economia, não acredites."	Triptolemo XVII ou o Talismã (supostas peças escritas por Lélío há 23 anos), Franklin
10.11.1884	Deputado, reforma eleitoral, câmara, ministro, Dantas	Simulação de diálogo entre candidato pedindo voto e eleitor. Este faz perguntas pertinentes (como sobre as dificuldades do cargo, o uso do diploma...) àquele, que revela grande ignorância. O real motivo da candidatura é a vaidade pessoal, percebe-se pelas palavras do candidato, que confessa pretender ser ministro futuramente. Ao final da crônica, temos a revelação de que um outro candidato já havia pedido o voto desse mesmo eleitor. Diante das perguntas deste, as respostas haviam sido as mesmas (péssimas) dadas pelo candidato enfocado na crônica. Isso faz com que o eleitor pense que são do mesmo partido. engano: são rivais, porém... iguais...	
14.11.1884	Futura câmara dos deputados, questão servil, comarca de Cabrobó, coletor da Vigia (Pará),	Comenta algo que acontece, com pequenas variações, todos os anos: abre-se a câmara com o discurso imperial e suas propostas, em consequência disso, uma comissão organizada na câmara é montada, com a finalidade de redigir uma resposta a esse discurso. Resposta essa que não passará de uma paráfrase da fala imperial, começada pelo fim. Ao final do ano, devido a um moroso e inútil processo, a resposta será levada àquela mesma câmara, um mês antes	Lulu Sênior, Recreio Dramático, Fênix, Castelões, Revista dos Dois Mundos, Câmara dos

	ponte do Guandu, Imperador, Sr. Valdetaro (um dos candidatos à Câmara).	de seu encerramento.	Comuns e a dos lordes, constituições da Bolívia, tratados de 1815, livro de Esdras, as Ruínas, de Volney, versos iniciais da segunda estrofe de Os Lusíadas.
18.11.1884	Barão de Cotegipe, Senado, Câmara.	Ironiza a decisão da Santa Casa de Misericórdia de deixar a enfermaria homeopática definitivamente instalada ali. Lélío diz ser muito legítimo que tal ato ocorra na provedoria do Barão de Cotegipe, que nesse momento era presidente do Senado, haja vista ser ele - como todo aquele que ocupa um grande cargo - defensor das minorias (no caso, a minoria dos que apoiavam decisão da Santa Casa).	Santa Casa de Misericórdia, Instituto Hanemaniano, Faculdade de Medicina, Hpócrates, Montaigne, Hanemann, Molière e Balzac.
21.11.1884	Estatística eleitoral do Ceará, liga Aquirás-Paulas, liga Ibababagoverno, escravidão, ministério Dantas, Câmara, Dr. Ferreira Viana, reforma eleitoral e judiciária.	Lélío comenta a estatística eleitoral do Ceará e também uma proposta, circulada em artigo, de acabar com a escravidão no último dia do século... Dá algumas sugestões, como a necessidade das reformas eleitoral e judiciária, mas sabe que o que for prático não será aceito.	
01.12.1884		Lélío, prestes a levar sua cédula à urna, expõe as condições que impõe ao candidato. Não exige método político, estilo, ou sintaxe. A única coisa que quer é liberdade, mas reclamá-a de forma irônica, pois pede a liberdade de cometer fraudes. Percebe-se que Lélío trata a situação como se estivéssemos num mundo às avessas... "Não, senhores; não pode ser isto, sob pena de aluir tudo. Que capricho é esse de querer que a lebre seja sempre lebre, e negar ao gato o direito de substituí-la uma ou outra vez?" (Assis, 1998, p. 176) Pelo comentário das coisas não-fixas, percebe-se a referência à postura volúvel	Ramalho Ortigão, Associação Comercial, Spencer, Jornal do Comércio, irmandade de Santo Antônio dos Pobres, padre Neville, prédicas, missa, pároco.
06.12.1884	Conselheiro Rodrigues, presidente Otoni, ex-ministro da guerra, José Mariano.	Acusações combinadas com finalidade de autopromoção eleitoral.	Alcibíades, Toledo, rua do Ouvidor.

12.12.1884	Projeto Dantas	Lélio usa o caso Castro Malta (preso por um crime do qual não era culpado e morto na prisão pela polícia que ocultou seu cadáver) para simular sua ida ao mundo dos mortos. A ideia é a de que "cada coisa é e não é ao mesmo tempo" (Assis, 1998, p. 181). Isso porque ao final, a pergunta sobre quantos deputados são favoráveis ao projeto Dantas (Lei do Sexagenário) é respondida pelo vizinho (verme) da direita com sendo o número de 36 e pelo da esquerda, 16.	(João Alves de) Castro Malta, Yorick (de Hamlet), César, João Fernandes, Prússia, Sousa Lima, Bertini, Rodrigues, Teodoreto.
17.12.1884	José Bonifácio, Martim Francisco, Belchior Fernandes Pinheiro.	Anedota do ministro que guardou o ordenado no chapéu e foi ao teatro. Tendo sido roubado, ficou sem nada. Em vez de receber novamente, como havia sugerido o imperador, o ministro da fazenda dividiu com ele seu ordenado. O exemplo moral é visto como distante, bem distante do que se esperaria no presente; o que é reforçado pelo tom de anedota em que a história é narrada (desde o início: "Era uma vez um rei..."). Ao final, a revelação de que, de fato, tal episódio havia se dado há 60 anos e os personagens haviam sido: José Bonifácio - quem ficara sem dinheiro -; Martim Francisco, ministro da fazenda e irmão daquele; Belchior Fernandes Pinheiro, um sobrinho de Bonifácio que lhe emprestara dinheiro antes da resolução final. (ASSIS, 1998, p. 182)	História da Pele de Burro, La Fontaine, Memórias de Drummond (como em 25.11)
27.12.1884	Processo Apulco de Castro, Conselheiro Jaguaribe, Andradas	Personificação do município, que manda uma carta assinando como "Sebastiana Municipalidade", reclamando dos gastos que teria em função do processo Apulco de Castro.	Rua do Lavradio, Gonçalves Dias, Luís de Vasconcelos, rua da Quitanda, José Antônio, Humaitá.
1º.01.1885	Remédio eleitoral, comissário brasileiro, república, Império, imperador, eleitor.	Lélio parte de uma suposta notícia veiculada em uma "folha alemão, do Rio da Prata" (Assis, 1998, p. 195). Segundo ela, um funcionário brasileiro, responsável por povoar um território litigioso da fronteira do Brasil com a Argentina, trocou a bandeira dos países (a do Brasil pela da Argentina) ao ser nomeado "alcaide da república" (idem, ibidem) por um comissário do país vizinho. Conta a história de um "velho preto, jardineiro da igreja da Glória" (idem, p.196), onde Lélio revela votar. Ao ser perguntado por Lélio se era (em termos de votação) pelo Sr. Fulano ou pelo Sicrano, respondeu que era dali mesmo, da igreja.	Folha alemã do Rio da Prata, comissário argentino, igreja da Glória.
05.01.1885	Lei, togas, duplicatas, escrutínio, Sr. Senador Saraiva, governo, eleições de 1881, reforma, empreiteiros eleitores, anulação das	Em uma simulada conversa com o vento, Lélio revela, mais uma vez (ver, por exemplo, a crônica de 30.08.1883) sua descrença quanto à reforma eleitoral. Ainda considera que de 1881 para o ano presente, 1885, a situação piorou, visto que mecanismos como a "duplicata, o protesto e a anulação das seções e colégios" (ASSIS, 1998, p. 197). Tornara pior o processo eleitoral.	Vous embête / Nous allons la recommencer (Canção popular francesa "Il était un petit navire").

	seções e colégios, um dos condidatos últimos.		
09.01.1885	Reforma eleitoral, ministério, câmara dos deputados, senado, Império.	Mais uma vez Lélío se prontifica a trazer uma solução para os problemas eleitorais do país. Expondo um mecanismo que lembra o conto "A Sereníssima República", ele sugere uma lei eleitoral que acabará com os problemas nessa área. Trata-se de promover uma alternância entre os partidos. Lélío explica como seria tal processo na câmara e até no senado. O ministério não precisaria pois só ele é "homogêneo" (Assis, 1998, p. 199). Ele comenta mais de uma vez, que a "família é a base da sociedade" (idem, ibidem), a forma irônica como é feita essa colocação nos permite lembrar o conceito de cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda.	Deus
13.01.1885	Clube de Socialistas, um militar, o exército.	Universal, em Genebra. O socialista veio até o Brasil iniciar uma revolução, chegando descobre a existência de um Clube Socialista, que não tem nada de revolucionário. Ele é aclamado e recebe mais tarde o diploma de sócio honorário do Clube.	Um socialista russo Petroff, Centro do Socialismo Universal em Genebra, quadrilha, Cassino Fluminense, polca, valsa, Rússia, Sibéria, Europa, Bebel, Cabet, Proudhon, Karl Marx.
17.01.1885	Justiça pública, leis do país, deputado, porta dos Castelões.	Lélío, que pela primeira vez declara seu sobrenome, "dos Anzóis Carapuça" (Assis, 1998, p. 204), simula um testamento em que deixa tudo o que tem (o que não é mais do que uma bênção...) a seu sobrinho Sousa Barradas. Depois de alguns parágrafos de comentários humorísticos sobre a possível repercussão de sua morte, dá conselhos a seu sobrinho, que agora ficamos sabendo trazer "diploma de deputado"(idem, ibidem). Sendo repelido no 3º escrutínio da câmara, ele deve recorrer ao 4º e expor na rua do Ouvidor sua rejeição, para que os amigos possam dizer: "repelido na câmara, foi recebido nos braços da nação" (idem, p. 205). E se ainda assim ficar sem ter o que fazer, poderá dar aula.	Santíssima e Indivisível Trindade, rua do Ouvidor, úmeros, polca, Café Papagaio.
21.01.1885	Sr. Cunha Sales, subsídio de deputado, remuneração parlamentar, fraudes da última eleição, Paula Cândido, anais do parlamento, processo eleitoral, em 1881, presidente, mesários, Estado, duplicata de	Lélío diz que acaba de desenvolver a maior revolução do século. Relembra o leitor do episódio do Sr. Cunha Sales, que declarou que recusaria o subsídio caso ganhasse a eleição. Também relembra sua postura diante das fraudes da última eleição (o que comentou na crônica de 9 de janeiro, sugerindo a alternância eterna dos partidos). O foco da crônica está na solução apresentada pelo deputado Paula Cândido para a questão do subsídio. Para ele, o certo seria apenas os eleitores que votaram no candidato que se recusava a receber o salário pagarem-no, já que o principal problema seria os eleitores derrotados pagarem, contra a vontade do candidato, o salário deste. Para Paula, todos os cidadãos iriam querer pagar "para mandar um amigo seu à representação nacional" (Assis, 1998, p. 207). A revolução de Lélío seria a de que "basta decretar a ideia de Paula Cândido para termos boas eleições, pacíficas e solenes, sem fraude nem murro" (idem, ibidem). Lélío, então, descreve como seria a sessão de votação: não	Espiritismo, magnetismo, companhia Muzella.

	diplomas.	apareceria ninguém.	
30.01.1885	Câmara municipal, eleições.	Comenta que todos os anos a câmara municipal lança um edital que proíbe o entrudo. Esse ano, a proibição está em seu inteiro vigor e a câmara comunicou que ela deve ser cumprida "literalmente" (Assis, 1998, p. 211). Lélío tripudia sobre esse advérbio. Personifica a câmara, simulando que ela quer dizer em "trocós miúdos" (idem, ibidem). Lélío não crê que o uso de tal advérbio faça alguma diferença, tanto que a própria câmara virá a dançar no entrudo. E, acontecendo isso, a câmara deverá recorrer a outros advérbios nos anos seguintes: "ferrenhamente, implacavelmente, terrivelmente, e sempre inutilmente" (idem, p.212, grifos do autor)	Rios Maranhão e Caiapó, Je suis déjà charmé de ce petit morceau (citação da peça "O misantropo" de Molière), um grande romano, urbanos, chefe de polícia, rua do Ouvidor.
03.02.1885	Temporária, Vitalícia, Diplomas, Cadeira, Tesouro, Estrangeiros, Galeria, Júri, Sebastiana, Exumação, Caiapó, Urna, Castro Malta, Pessoa, Castro Lopes.	A crônica é um comentário sobre os acontecimentos na área da política e da economia. O diferencial é que ela é toda escrita de forma metafórica como elementos da astronomia. Ao final, os demais astros olharão para o nosso planeta e não o compreenderão.	Astronomia, região do Feloio, Acionistas, Dividendo, Banco do Brasil, Herschell, Úmeros.
07.02.1885	Última ata da câmara municipal, diretor das obras municipais, engenheiro do distrito, Castro Malta.	Lélío conta algo que considera "imprevisto" e "extraordinário" (ASSIS, 1998, p. 217). E narra o caso das obras municipais que foram autorizadas em uma rua do Rio sem que ninguém soubesse quem as autorizou. Segundo o engenheiro do distrito, elas foram autorizadas pelas "circunstâncias especiais" (idem, p. 218). Machado personifica-as em três irmãos e consegue que elas declarem, mesmo que pedindo sigilo, que autorizaram as obras porque para lá havia se mudado Castro Malta. No entanto, este estava morto. Eis o espanto de Lélío: "um morto vivo, morando em rua que se calçou por si mesma" (idem, ibidem).	Rio de Janeiro, rio S. Francisco ou do Amazonas, impérios do Levante, Himalaia.
11.02.1885	Sessões preparatórias, sessões da câmara.	Lélío relata a invenção de um amigo para proteger àqueles "que quiserem assistir às sessões da câmara e voltar para casa intactos" (ASSIS, 1998, p. 219). Trata-se de uma espécie de armadura com várias camadas. Os olhos e os ouvidos também deveriam ser protegidos, bem como o lado moral, que será protegido mediante uma confissão que a pessoa deve fazer antes de ir à câmara. Por fim, Lélío alerta o leitor que não confunda e acabe indo à casa do invejoso vizinho de seu amigo, que dizia ter inventado um método melhor: "deixar-se cada um ficar em casa" (idem, p. 220).	Fábrica de Ipanema, Escritura, católicas, padres, Caim, José Cândido da Silva, ou Candinho das Moças.
17.02.1885	Câmara municipal, lei.	Volta a falar na proibição do entrudo. Afirma que, de fato, quase nenhum limão foi atirado. Mas ironiza o "sentimento da legalidade" (Assis, 1998, p. 221) ao relatar que cidadãos que não estiverem usando máscaras são proibidos de passar em determinados locais da cidade, em virtude das festividades.	Subdelegado, polícia, ruas da Quitanda, Ourives, Gançalves Dias, Uruguaiana, Rosário, Sete

			de Setembro, rua da Saúde.
21.02.1885	Ata da última assembleia geral do Banco do Brasil, Sr. Dr. Anísio Salatiel, estatutos do Banco, assembleia, relatório, lei constitucional do Banco, Anísio, câmara, orador, secretário, ouvintes, um soldado da galeria, Estado, ministro da pasta, apartes, discursos, parlamentar, queda ministerial.	Dr. Anísio Salatiel na última assembleia geral do Banco do Brasil referiu-se ao "equinócio do dividendo" (Assis, 1998, p.223). Como essa era uma expressão cunhada por Lélío (na crônica de 3 de fevereiro), ele comenta-a. Faz comentários sobre a falta de acionistas nas assembleias do Banco do Brasil e de políticos na câmara de deputados (da qual Anísio é membro).	Acionistas dos bancos e companhias, fórmula filosófica e kantiana, Polca, valsa, quadrilha, metafísica.
26.02.1885	Câmaras, anais, câmara municipal, taquígrafos, ata das sessões, vereadores, secretário, gabinete, oradores, discursos escritos, atas.	Comenta o preguiçoso costume que se tem nas câmaras nos casos de incorporar "artigos ao jornal, cartas ou outros documentos" (ASSIS, 1998, p. 225). Orador quer poupar os ouvintes, então não os lê e "declara que os intercalará no discurso impresso" (idem, ibidem). O correto seria que nos anais entrasse somente o que foi de fato proferido na câmara e que a câmara, por ter que opinar sobre o que escuta, escutasse tudo. O caso da câmara de vereador é comentado a seguir. Ela sequer tem taquígrafo e o próprio vereador depois de discursar vai para a casa e "transcreve" o que havia dito. Um dos vereadores alegou que colegas seus escreveram coisas que não tinham dito. Valendo-se da volubilidade, Lélío elogia ironicamente as inserções.	Artigos de jornal, tout est dans tout (axioma grego citado por Aristóteles e posteriormente empregado por Jean Joseph Jacotot), retórica.
08.03.1885	Decreto, regulamento de 12 de maio de 1883, Sr. Conselheiro de Lamare, câmara, ministério, programa da Associação Instrutiva e Beneficente.	Comentário explícito sobre a volubilidade presente no discurso. Dá dois exemplos: o decreto expedido pelo Conselheiro de Lamare e o outro é o programa da Associação Instrutiva e Beneficente. Comessa assim a crônica: "A arte de dizer as coisas sem parecer dizê-las é tão preciosa e rara, que não resiste o desejo ao desejo de recomendar dois modelos recentes." (ASSIS, 1889, p. 229)	Médicos, alopatas, homeopatas, farmacêuticos, On ne parle ici que de ma mort.
19.03.1885	Câmaras, comissão de exame de contas, Sr. Del Vecchio, jantar político, Silva Tavares discursos	Ironiza que no jantar político ao Silva Tavares não houve discursos políticos. Lélío diz que a culpa foi do cozinheiro ...	Trissotin e Vadius, Maomé, Ali, Banco Auxiliar, califa, Medina, Lulu Sênior, País,

	políticos.		Périgord, Talleyrand
29.03.1885	O Sr. Alves dos Santos, vigário, deputado, orçamentos, governo geral	Ironiza o Sr. Alves dos Santos que, além de vigário era deputado provincial do Rio de Janeiro. O desafeto com ele era antigo, já numa crônica de 22 de outubro de 1871 o podemos observar.	César, Deus, párocos, Sr. Bispo, episcopado, seminários, ordenação, S.Paulos.
03.04.1885	João Afredo, na frase do eminente senador, câmara lesgislativa	Ironiza João Alfredo que repetiu o dito popular que diz que todo mundo tem mais espírito que Voltaire. Lélío diz que essa é uma ideia feita, errada como de costume e que para ele as ideias são como nozes, deve-se quebrá-las para ver o que tem dentro.	Voltaire, Deus, Napoleão, Macário, Pantaleão, uma sociedade de dança, música, de beneficência, de carnaval, El-rei vai nu!
09.04.1885	Câmara dos deputados, debates, senado, o projeto do governo, gabinete, mais je n'em suis pas sôr.	Personificação do "fulano público". Interessante notar que, em conversa com Lélío, ele não aceita "adjetivos familiares" (ASSIS, 1998, p.243), ou seja, uma clara referência à cordialidade, que ele não aceita. Há uma definição do que é público: "No dia em que houve duas rãs para ouvir o cantar de uma terceira, nesse dia nasceu meu primeiro pai." (ASSIS, 1998, p.243)	
14.04.1885	Debates da câmara, projeto, ministério, nossos partidos, câmaras,	Lélío dá a sugestão de que se copie nas câmaras brasileiras o que se faz nas inglesas, onde , durante o jantar se trabalha. Para evitar disparidades entre os votos dos partidos, saem para a refeição em duplas, um liberal e um conservador.	L'art pour l'art, câmara dos comuns, deputados (ingleses), coronel, major, cantora.
20.04.1885	Crise ministerial, imperador, ministro de Estado, coroa, gabinete.	Lélío pede para ter seu nome incluído nas listas para assumir um ministério. Qualquer um serve, pois o que quer é ver seu "nome designado para governar" (ASSIS, 1998, p.247) e que seus amigos também lessem seu nome, o que lhe daria importância.	Deus, César, Sila, Balbino , Maximino, papéis públicos
25.04.1885	Assembleia provincial de Sergipe, ação pública, leis, Estado, assembléia provincial da Bahia, lesgislatura.	Crítica ao Estado que não garante os direitos básicos dos cidadãos. Toma como ponto de partida a falta de quorum da assembleia provincial de Sergipe e o surgimento da instituição dos guardas-noturnos.	Deus, Gazeta de Sergipe, Chicaneau de Racine (da comédia Les Plaideurs)
30.04.1885	Partido liberal, câmara, Sr. Saraiva.	Lélío simula a história de uma pequena vila composta de duas margens de um rio. Elas não estão entrando em acordo (num processo que lembra o conto "Sereníssima Repúblicas"). Lélío diz, ironicamente, que o "leitor	Maria, católica, guerra das rosas, vila da Bocaína, em

		malicioso" (Assis, 1998, p. 252) não deveria acreditar que ele está aludindo ao partido liberal da câmara.	S. Paulo, Eco Municipal.
05.05.1885	Senado, assembleia geral, Constituição, projeto de 15 de junho (lei do sexagenário), poder moderador, 1879, 1880.	Lélio comenta a crise no senado ironizando a prorrogação da sessão que deveria tratar da lei do sexagenário (chamada por Machado na crônica de Projeto de 15 de junho por ter sido a data em que Manoel Dantas o apresentou ao Senado, o projeto virou lei em 28 de setembro de 1885). Foi uma decisão inconstitucional tomada pelo Imperador, fazendo uso do poder moderador.	
10.05.1885	Ministério, câmara dos deputados, crises ministeriais, Dantas, Saraiva, grande questão que se debate agora mesmo (Lei do Sexagenário), José Mariano (deputado), 18 de julho de 1868, Itaboraí, câmara liberal, conservadores.	Parte de uma história fictícia em que um amigo seu chamado Calisto assiste a apresentação do novo ministério à câmara. Calisto lembra de outro dia, raro como aquele. Foi em 1868 quando Itaboraí entrou na câmara liberal com os conservadores. Passado o dia de burburinho e impropérios, no dia seguinte todos estavam conciliados.	Deus, diabo, Antônio José.
16.05.1885	Impostos inconstitucionais de Pernambuco, câmara dos deputados, recepção do Saraiva, José Mariano, diplomatas, governo, imperador, Estado.	Impostos inconstitucionais em Pernambuco. Lélio diz que eles (os impostos) o reconheceram e com isso, a um só tempo, personifica-os e aborda a questão da memória histórica. Eles dizem que já andaram pelo Rio de Janeiro e em breve voltarão.	
21.05.1885	Câmara dos deputados, mesa e a comissão de resposta à fala do trono, parlamento, coroa, sessão extraordinária, projeto, deputado, alguma comarcas do norte, Sr. Andrade Figueira, partido	Mais uma vez, a fala do trono fica sem resposta. Lélio prevê que, como no ano anterior a comissão reuniu-se e o imperador ficou sem resposta, esse ano a comissão sequer será nomeada. No entanto ele invoca Maia, a deusa das ilusões e pede para que ela conte "o que se não passará hoje, nem amanhã, nem depois, nem segunda-feira" (Assis, 1998, p. 260, grifo meu) e então simula uma resposta ao trono dada pela câmara que chegaria a incentivar o senado a fazer o mesmo.	Maia, Pentateuco, israelita, origens do sistema representativo e do uso do voto de graças, carcereiro Reginaldo.

	conservador, Lorenzo de Albuquerque, José Mariano, presidente do conselho, orçamento, reforma servil, senado, parlamento.		
03.06.1885	Dr. Prado Pimentel, vice-presidente de Sergipe, Sr. Faro, tenente-coronel da guarda nacional, barão de Japarutuba, carta imperial, imperador, ministro da justiça, Estado.	Ironiza a declaração explícita feita por Prado Pimentel dos cargos que ele arranhou para Gonçalo Faro. Diz que com essa forma de se atingir cargos "passam a ser agraciados de um amigo, de um cumpadre, de um colega, que vem à corte e escreve no rol das lembranças: 'arranjar para o Chico Boticário uma comenda'" (ASSIS, 1998, p. 265).	Napoleão, Victor Hugo, torre de S. José, Lapa dos Mercadores, Boileau, Ulisses, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.
08.06.1885	Político e patriótico, lei, Estado, debates das câmaras, lei de forças de terra, resolução prorrogativa do orçamento, alguns negócios de Sergipe, reforma do estado civil, dissolução da câmara em 1884, organização conselho de estado, poder pessoal, Sr. Coelho e Campos, Sr. Barão da Estância, senado, conservador, republicano, partido liberal, Sr. Correia, impostos	Parte de uma suposta resposta de cidadãos acusados de terem promovido briga de galo para falar como o parlamentarismo no Brasil, mesmo que o sistema tenha vindo da Inglaterra, funciona de um modo muito diferente. O foco específico esta em uma sessão da câmara que deveria tratar da lei de forças de terra e da resolução prorrogativa do orçamento, mas abordou diversos outros assuntos.	Polícia, Sr. Ciro de Azevedo, um jornal, Diário de Notícias, psicologia política.
14.06.1885	Ilma, câmara municipal, A última	Caso de um vereador carioca que tirou a limpeza do matadouro de Fuão da Silva, que o fazia de graça, e concedeu-a um protegido seu, que cobrava. O relato ficou mais impressionante ainda quando lemos isto: " Tudo isso foi dito	Estado social, Rosseau, Deus.

	sessão, vereadores, ato, presidente, cofres municipais, ata.	sem barulho...repito, tudo sem barulho. (ASSIS, 1998, p. 271)	
20.06.1885	Elemento servil, Representação Nacional, leis, impostos, imperador,	Lélio simula um diálogo entre Dom Sol (para fazer paralelo com o Imperador) e Mercúrio. Dom Sol recebeu cartas vindas do Brasil que falavam da questão servil, ele diz que deve ser engano e que devem ser levadas ao Imperador. Dom Sol diz que se ele fosse o imperador do Brasil guardaria as que tivessem estilo. A carta é lida por intermédio do Diário do Brasil, "jornal da dissidência liberal no Rio de Janeiro, teve como um dos seus principais redatores Antônio Alves de Souza Carvalho. Este jornal desde março de 1884 atacou constantemente a propaganda abolicionista e depois o projeto proposto por Dantas em julho do mesmo ano" (RAMOS, 2010, p. 210).	Dom Sol, Mercúrio, Firmamento, diabo, Luiz XIV.
26.06.1885	Anais judiciários, municipal.	Através de um discurso volúvel, Lélio põe-se a defender que "andam nas folhas públicas" (ASSIS, 1998, p. 275), o de um ladrão e envenenador de reses em Sorocaba e de um falsificador de bilhetes de loteria, pelos indícios, na corte.	Andam nas folhas públicas, Deus, chácara Castanheiro, corte, Sorocaba, Limeira, S. José dos Campos, Santo Antônio, rua do Ouvidor, bedo das Cancelas, Garrett.
01.07.1885	Costumes parlamentares, proposta, senado, folgas extraordinárias na câmara, livro dos Anais, sessão de 25 de agosto de 1841, Ottoni (Theófilo), Maioridade, cônego Marinho, Antônio Carlos, legisladores.	Em função de um acontecimento recente, relembra a fala de Otoni de agosto de 1841, conforme o livro dos Anais do senado. Valendo-se de um discurso volúvel, defende tal "costume", por ser muito antigo. Trata das "ideias fora de lugar" pela referência à câmara dos comuns e justifica o atraso na votação de uma proposta de 25 de maio.	Jornal do Comércio, Praia Grande, Lulu Sênior, João Velhinho, câmara dos comuns, Maria Cristina, Espartero.
08.07.1885	O que é política, 1849, lei de 1880, deputado, senador, Sr. Zama, câmara, aparte de um deputado, Sr. Rodrigues Alves, um presidente.	Lança a pergunta "O que é política?" aos seus concidadãos. Estranho que entre as respostas recebidas não há nenhuma de deputado ou senador, mesmo que ele tenha escrito a todos pedindo uma definição. Dos políticos só obteve respostas indiretas (por falas deles nas câmaras) uma de César Zama e outra do aparte de um deputado durante o discurso de Rodrigues Alves (futuro presidente do Brasil).	Aristóteles, Maquiavelli, Spencer, Comte, Deus, Álvares de Azevedo, Ils chantent, ils payeront, maestro Ferrari, um morador da Tijuca, Evangelho de S. Mateus, cap. VII, vers. 7: "batei e

			abrir-se-vós-á", Terêncio, Thomas Corneille, Quand on n'a pas ce que l'on aime/ Il faut aimer ce que l'on a (versos de Bussy-Raputin).
19.07.1885	Sr. Visconde de Santa Cruz, 1863, questão Christie, Rio Branco, lei de 28 de setembro, câmara municipal, vereador.	Conta a história de um amigo seu, chamado Guedes, que queria muito ser famoso. Quando descobriu a fórmula, veio o Visconde de Santa Cruz e se antecipou à sua ideia: que se fechassem as portas da câmara municipal aos domingos e dias santos. Referência a um tipo de medalhão.	Legação inglesa, rua do Ouvidor, largo da Lapa, Machado, Ester de Carvalho, Bristol, Sands.
01.08.1885	Ministro do império, Pereira Morais, povo.	Ironiza o fato de "duas demissões, uma remoção e uma reintegração" (Assis, 1998, p. 290) que ocorreram no Sergipe terem sido chamadas de "terror", como se fosse a Revolução Francesa. Lélío faz isso simulando um delírio, o que nos faz lembrar o conto "Chinela turca" e o capítulo "o delírio" de Memórias Póstumas de Brás Cubas.	Sergipe, Robespierre, lei dos suspeitos, Çá ira, çá ira, çá ira/ Les aristocrates à la lanterne (versão da canção popular francesa Le Carillon national adaptada pelo povo no 1º aniversário da queda da Bastilha), Providência, Himalais, Corneille, Proudhon, Deus, rua da Carioca.
10.08.1885	Padre Olímpio Campos, Sr. José Mariano, câmara, imposto inconstitucional, reforma das eleições, senado, poder pessoal, ajuda de custo paga pelo presidente de Sergipe a um deputado, governo, projeto Saraiva, Império, Sr. Conselheiro Mata	O padre Olímpio Campos, deputado geral de Sergipe, venceu o deputado de Pernambuco José Mariano no quesito tirar mais assuntos desconexos em vez de tratar do assunto da pauta.	Rio de Janeiro, Vitor Hugo, trabalho livre, Jorge III, opinião da Igreja, Sr. Castro Lopes, Moisés, Gênese, dilúvio, geologia, física, hidrografia, dosimetria, coreografia, positivismo, oportunismo, naturalismo, acústica, formicida Capanema,

	Machado, Sr. Joaquim José Pedro Lessa, Dr. Álvaro da Mata Machado, reforma servil, fazenda.		Distrito, folha de Minas Gerais, S. Gonçalo, tenor Temagno.
17.08.1885	Ministério, Sr. Amaro Bezerra, história do meu país, chefe de partido.	<p>Nova crise ministerial. Depois da saída de Dantas para o ingresso de Saraiva, agora este sai para a subida de Cotegipe. Esta crônica é de antes de Cotegipe assumir.</p> <p>Lélio fica espantado com a declaração de Amaro Bezerra (na época inspetor geral de instrução pública do Ceará): "(...) fiquei com os cabelos em pé. Quando li que há 'um divórcio pleno entre a política e a moral'; (Idem, p. 294)</p> <p>O cronista faz vários comentários sobre essa declaração que chega a afirmar que previa que só "a custa de movimentos sanguinolentos" (Idem, ibidem) a liberdade seria reconquistada. Lélio tenta debater com seus "concidadãos", mas ninguém sabia nada sobre a atual situação do país. Só sabiam de outros assuntos.</p>	Paixões políticas, Jocjei Club, fogo da Glória, Cantagalo, Tamagno, Ferrari.
23.08.1885	Passagem de pastas.	<p>Troca de ministério é comentado em paralelo com a questão astronômica. A aproximação irônica entre as duas questões é feita por expressões como "ventania" e "temporal político" (Assis, 1998, p. 295). Diz que deseja ver o fim das discussões políticas para que o debate sobre a astronomia volte a ser abordado, visto que tem um filho na Escola Politécnica e precisa saber que astronomia estão ensinando a seu filho. Há ironia sobre o fato de as pessoas tratarem de outros assuntos, deixando o importante acontecimento político de lado.</p>	Questão astronômica, Cruls (diretor do Observatório Imperial), Reis (lente de astronomia da Escola Politécnica), Vênus, Escola Politécnica, Imperial Observatório, Tese de concurso I, tabelião, Deus, Saturno, astronomia, Ouvidor, Saco do Alferes, mãe de S. Pedro, debates políticos, meu irmão em Cristo.
31.08.1885	Última crise, senado, Sr. Silveira da Mota, nossos homens de Estado, políticos, parlamento, Sr. Zama, Amaro Bezerra, orador, Sr. Martinho Campos, Sr. Correia, Sr.	<p>Partindo de um episódio nos E.U.A., sugere aos políticos brasileiros que escrevam suas memórias políticas. Tudo poderia ser dito então, já que a publicação seria póstuma. Brascubianamente lembra que: "Homem vivo não fala, como sabeis; é só quando transpomos os umbrais desta mansão de sossego, que recebemos o dom das línguas, e bradamos tudo a todos os ouvidos..." (Assis, 1998, p. 298)</p> <p>Há ironia sobre a forma como essas memórias seriam escritas, através dos políticos falando depois de mortos. O padre Olímpico de Campos, por exemplo, teria dividido suas memórias em mil e seis capítulos e explicaria um por</p>	Guerra Sapateiro I, o segredo dos deuses, outra parte da América, funerais de Grant, americanos, memórias políticas, loterias, história, Pentateuco, Êxodo,

	Lafaiete, Sr. Rodriga Júnior, padre Olímpio de Campos.	um com uma falta de objetividade espantosa e só seria interrompido pelo clarear do dia.	Deuteronômio, idade da pedra, criação, dilúvio, Aurora, Jardim Botânico, Caju.
08.09.1885	Festas da independência, câmara municipal, edital, César, comendador João Fernandes, vereadores, emancipação dos escravos.	Ironia pela câmara municipal ter escolhido o quadro comemorativo da Independência pelo valor mais baixo. Destaca-se essa parte: "Também não gostei que a câmara agravasse o epigrama com uma razão administrativa e um conselho de caçoada. A razão é que lhe cabe zelar os dinheiros municipais e o conselho é o que deu um dos vereadores para que o concurso fosse decidido por uma comissão de artistas. Nem um nem outro valeu muito; a razão, porque a câmara não tratava de calçar a minha rua, necessidade urgente e da da natureza daquela em que toda a economia é benefício; - o conselho, porque, se os artistas é que haviam de decidir, então eles é que deveriam estar na câmara." (ASSIS, 1998, p. 300)	Cartago, Atenas, Deus, artistas, Dr. Wilde, teatro lírico, Ferrari, Don João de Mozart.
14.09.1885	Dr. Joviano Ramos Romero, deputado, câmara, senado, Sr. Gomes do Amaral, 1826, Sr. Barão da Estância, seu comprocinciano deputado, Sr. Dr. Joviniano.	Ironiza a familiaridade com que Dr. Joviano Ramos Romero assume a vaga de deputado na câmara e como Sr. Gomes do Amaral, recém chegado nessa mesma câmara parece ter "entrado em 1826" (ASSIS, 1998, p. 303).	Roma, eleito um cônsul, alguns senadores, Cícero, esparsa de Dâmocles, convento da Ajuda, um grande poeta, não menos filósofo que poeta, Lulu Sênior.
24.09.1885	Monsenhor comendador doutor Honorato (também vigário), um presidente de província.	Ironiza a presença de inúmeros títulos acompanhando um mesmo nome. Parte do anúncio de "uma grande festa religiosa" a ser celebrada por "um dos nossos distintos vigários" assim designado: "monsieur comendador doutor Honorato" (ASSIS, 1998, p. 304). Lélio diz ter encontrado uma solução: "Cuido haver achado um meio-termo, em que se concilia tudo, o número das distinções com as exigências do estilo. É empregar, quando os títulos excederem de três, tão somente as iniciais de todos, assim: 'Oficiará - m. c. d. c. c. Honorato'. Ou então, cá no profano: 'Administração do Ex. Sr. c. b. d. s. d. p. Mascarenhas'. Pode dar-se até uma distinção nova, resultado deste sistema; usadas todas as letras do alfabeto (o que será mui raro), adotar-se-á esta fórmula última: 'Oficiará o abecedário Honorato'". (Idem, p. 305)	Grande festa religiosa com assistência do internúncio, (Alphonse) Karr, Londres, cardeal Manning, Gladstone, Venezuela.
11.10.1885	Código de posturas da	Referindo-se a sua conversão ao espiritismo narrado na crônica anterior, de 5 de outubro, Lélio diz que seus planos	Jeremias, Baruch.

	câmara municipal de Santo Antônio de Pádua, assembleia provincial do Rio de Janeiro.	de mudar-se para Santo Antônio de Pádua e fundar uma igreja filial foram barrados devido ao código de posturas da cidade. O código proíbe "fingir-se inspirado por potências invisíveis, ou predizer coisas tristes ou alegres" (Assis, 1998, p. 308). Ironiza esse código e acrescenta que não há no documento forma de identificar a simulação. Também comenta que na corte a cartomancia é liberada, e ninguém vai preso por ela, ao contrário, ganha dinheiro.	
19.10.1885	Governo, câmara municipal, administração do serviço de gás, concessão as linhas de tramway, limpeza das ruas.	Critica a municipalidade por não conseguir resolver as questões básicas dos serviços públicos.	Gazeta, matadouro, Grão-Turco, barraquinhas, Novo Método, uma das muitas constituições do famoso Sieyès, parlamento.
06.11.1885	Sr. Ministro da Justiça, tabeliães, lei, deputado, eleitor, urnas, câmara, discurso, governo, Estado, cidadão, ato, todos os seus órgãos, edital do juiz municipal de Barra Mansa.	Partindo de um posicionamento e de uma argumentação volúvel, contraria o ministro da justiça para defender a ideia de que uma nomeação não pode ser confundida com uma vocação. Lança a frase: "Por que é que a lei do particular não será a lei do Estado?" (ASSIS, 1998, p. 315).	Bispo, câmaras eclesiásticas, ciência, mineralogia, Petrópolis, Tijuca, major.
15.11.1885	Sr. Visconde de Santa Cruz, câmara municipal, tesouraria, escrituração, ata, cidadão.	Lélio ironiza a proposta do Visconde de Santa Cruz, aprovada por unanimidade na câmara municipal, de consignar em ata um voto de louvor ao tesoureiro que não roubou dinheiro da tesouraria. Chega a falar diretamente: "um mundo tão perverso e corrupto, onde o cidadão honesto não pode cumprir simplesmente o seu dever sem acordar elogiado" (ASSIS, 1998, p. 317).	Convento, banqueiro, santos, André, Carnioli, Dalila (personagens e peça de Octave Feuillet).
23.11.1885	Câmara, escravos, última sessão, Sr. Conde de Mesquita, governo, escravidão, títulos nobiliários, marquesado, alforria, votar, Sr. Comendador Malvino Reis, deputado, despesas públicas.	Ironiza a cobrança de quinhentos mil réis de um pretendente a abrir um quiosque no largo S. Francisco de Paula.	Capital, cidadão, loteria, largo de S. Francisco de Paula, O Livro de Ouro, Sr. Dr. Costa Lopes, cristão, tomada de Jerusalém, José Clemente, Hospício de Pedro II, uma filha de S. Paulo.

30.11.1885	Políticos de profissão, Sr. Maia.	Comenta o escrito em um jornal de que se deveria votar naqueles que não eram "políticos de profissão." (ASSIS, 1998, p. 320)	Coristas, teatro Politeama, Providência Divina, Sociedades políticas, idade média, Bismark, Richelieu, brigadeiro Calino, cidadãos, Estado, escrivão, matadouro, corporações de ofícios, Camões, S. Paulo.
17.12.1885	Imigração alemã, nosso corpo nacional, brasileiros de nascimento, tenentes e capitães da guarda nacional.	Comenta a imigração alemã e o fato de no Rio Grande do Sul descendentes de alemães terem postos na Guarda Nacional.	Rio Grande, Lúcio, Maomé, Buda, religião, apóstolo, latim.
04.01.1886	Comenta a imigração alemã e o fato de no Rio Grande do Sul, descendentes de alemães terem postos na Guarda Nacional.	Simula uma conversa entre Lélío e alguém fantasiado (uma referência à personificação) de Ostracismo.	Lulu Sênior, João Velhinho, jornal, gregas, Atenas, Alcibíades, Aristides, Diário do Brasil, Gazeta, 5ª estação.
11.01.1886	Sr. Dr. Santos e Silva, Sr. Dr. Nobre, votos, cidadãos, deputados, partido, eleitor, Saraiva, candidaturas, candidatas, discurso.	Lélío comenta o fato de o Sr. Dr. Santos e Silva e o Sr. Dr. Nobre terem pedido na imprensa que não votassem neles para deputado. Paralelos entre a Criação e a eleição, sendo Saraiva Jeová. Diversas referências ao compadrio.	Imprensa, Deus, Jeová, paraíso.
09.02.1886	Câmara municipal, documento oficial, voto, vereador, cadeira de vereador, república, câmara, assentamentos públicos, judiciais, administrativos e outros,	Ironiza o fato de a câmara municipal ter esquecido que ela mesma havia ordenado a troca de nome de uma rua da corte. Lélío simula que, sendo ele um eleito, também distribuiria nomes de rua a amigos e parentes. Sendo vereador poderia dizer: "as ruas eram minhas, por ser da câmara, e podia fazer delas o que quisesse" (ASSIS, 1998, p. 332).	Chile, Viculia Mackena, republicano, república, santuário, ateu, Inquisição, Deus, jornal lisboense, deputado, França, ministro do Reino, rua do Rio Comprido, Malvino Reis,

	bairro, juiz de paz, 1850, 1864, os Andradas.		topografia da cidade, o padre que me batizou, digno sacerdote, Cônego Honorário da Capela Imperial, do Reverendo Fortunato Matias de Vasconcelos, Coronel Alberto, título, rua da Quitanda, Gonçalves Dias.
03.03.1886	Cidadão, edital da câmara municipal, ata.	Fala de dois tipos de desfalques, os encobertos e os descobertos, para isso, personifica-os.	Cônego Filipe, folhas de maior circulação, entrudo, Crichanás.
22.03.1886	Leis e Resoluções da Província da Bahia votadas no ano de 1885, coleção dos atos legislativos do ano passado, leis, legislador, 1980.	Lélio tem em mãos um livro e diz que "vale uma biblioteca" (Assis, 1998, p. 336). Trata-se das Leis e Resoluções da Província da Bahia votadas no ano de 1885. A leitura de tal documento provocara "uma comoção muito maior" (idem, ibidem) do que lhe daria a leitura de um romance. Das cinquenta e seis leis apresentadas no documento, dezesseis versam sobre assuntos variados e as outras quarenta instituem loterias. No total, foram novecentas e onze loterias concedidas, sendo que a maioria delas destinadas a obras de igrejas.	Dumas, igrejas, Brejo Grande, Beneficência Caixeiral, Bolsa da Caridade, a vila de Poções, montepio dos artistas Nazarenos, Clube Literário, um cais de Ilhéus, Asilo de Expostos, Rua de Tororó, Órfãs do Santíssimo Coração de Jesus, Associação dos empregados públicos, história, Fortuna, Providência, David, Sibylla.
"Antes a rocha Tarpeia..."	Candidato, procurador, juízes, decretos, leis, ordenações, votos, lutas eleitorais, circular, demanda, candidatura.	Tem dois pesadelos. No segundo um candidato a deputado extremamente maçante veio pedir-lhe voto.	Escrivão, Hércules, Augias, Lasciati ogni speranza... (versos do Inferno de Dante Alighieri), Tarpeia.

